



Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Centro de Educação e Humanidades

Faculdade de Educação

Luiz Gustavo Santos da Silva

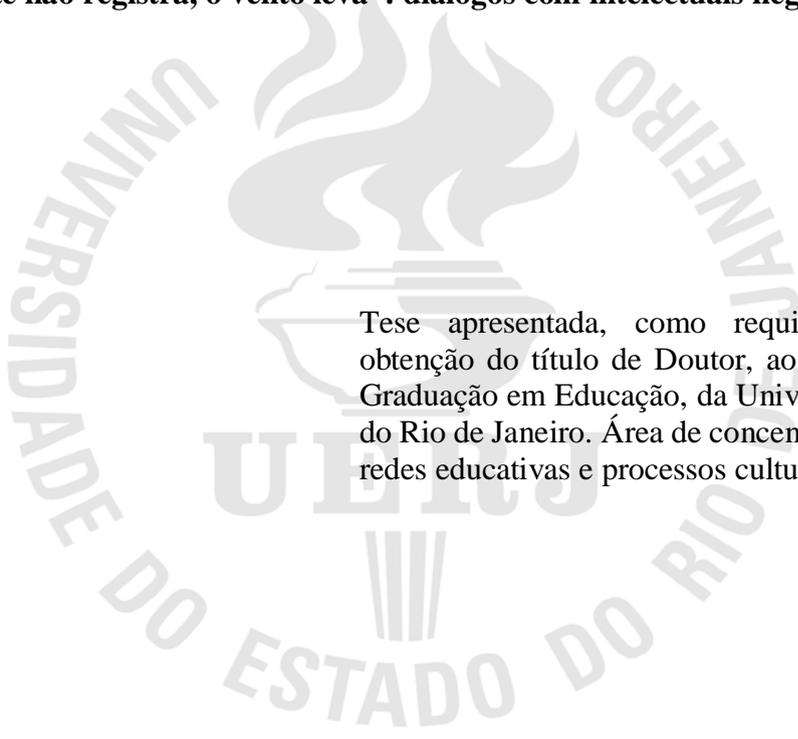
**“O que a gente não registra, o vento leva”:
diálogos com intelectuais
negros(as) da Bahia**

Rio de Janeiro

2022

Luiz Gustavo Santos da Silva

“O que a gente não registra, o vento leva”: diálogos com intelectuais negros(as) da Bahia



Tese apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Doutor, ao Programa de Pós-Graduação em Educação, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: Cotidianos, redes educativas e processos culturais.

Orientadora Prof.^a Dra. Mailsa Carla Pinto Passos

Rio de Janeiro

2022

CATALOGAÇÃO NA FONTE
UERJ / REDE SIRIUS / BIBLIOTECA CEH/A

S586 Silva, Luiz Gustavo Santos da.
“O que a gente não registra, o vento leva” diálogos com intelectuais
negros(as) da Bahia / Luiz Gustavo Santos da Silva. – 2022.
205 f.

Orientadora: Mailsa Carla Pinto Passos
Tese (Doutorado) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Faculdade de
Educação.

1. Intelectuais negros – Teses. 2. História Oral – Teses. 3. Memórias –
Teses. I. Passos, Mailsa Carla Pinto. II. Universidade do Estado do Rio de
Janeiro. Faculdade de Educação. III. Título.

bs

CDU 37

Autorizo, apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta
tese, desde que citada a fonte.

Assinatura

Data

Luiz Gustavo Santos da Silva

“O que a gente não registra, o vento leva”: diálogos com intelectuais negros(as) da Bahia

Tese apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Doutorado, ao Programa de Pós-Graduação em Educação, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: Cotidianos, Redes Educativas e Processos Culturais.

Aprovada em 23 de fevereiro de 2022.

Banca Examinadora:

Profª Drª Mailsa Carla Pinto Passos (orientadora)
Faculdade de Educação - UERJ

Profª. Drª. Nilma Lino Gomes
Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG

Prof. Dr. Wilson Roberto de Mattos
Universidade do Estado da Bahia - UNEB

Prof. Dr. Carlos Roberto de Carvalho
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro - UFRRJ

Prof. Dr. José Valter Pereira (Valter Filé)
Universidade Federal Fluminense - UFF

Rio de Janeiro

2021

DEDICATÓRIA

Para o meu amor, Iracema. Por tudo o que havemos de viver juntos.

AGRADECIMENTOS

Agradeço aos Orixás pelo sopro de vida.

Às minhas famílias (espiritual e afetiva).

Aos(às) intelectuais negros(as) da Associação de Pesquisadores(as) Negros(as) da Bahia e aos(às) participantes desta pesquisa que me acompanham desde a graduação e muito me ensinam sobre ética, afeto e solidariedade.

À Professora Mailsa Passos, por confiar no meu projeto e discuti-lo incansavelmente, me proporcionando momentos de muito aprendizado. Ao grupo de pesquisa Culturas e Identidades no Cotidiano pelo acolhimento, ensinamentos e trocas ao longo desses quatro anos, em especial ao meu irmão ancestral Lindinalvo Natividade (in memoriam).

À professora Marluce Macêdo e aos professores Wilson Mattos e Denilson Lessa que são fundamentais na minha trajetória acadêmica e foram verdadeiras inspirações para o desenvolvimento desta tese.

À banca que desde a qualificação me ofereceu caminhos importantes para a continuidade deste trabalho, fornecendo sugestões indispensáveis para a formulação das respostas aos questionamentos aqui levantados. Meus sinceros agradecimentos a estes(as) professores(as), aqui representados(as) pela professora Nilma Lino Gomes, por sua disponibilidade e incomensurável contribuição nesta tese.

Ao ProPEd/UERJ pela oportunidade.

A FAPERJ pelo financiamento da bolsa de estudos.

“Se a gente não fala, ninguém sabe quem nós somos. O que a gente não registra, o vento leva”.

Mãe Stella de Oxóssi

RESUMO

SILVA, Luiz Gustavo Santos da. **“O que a gente não registra, o vento leva”**: diálogos com intelectuais negros(as) da Bahia. 2022. 205f. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2022.

A presente tese está inserida no campo de estudos dos cotidianos e se propõe a tecer diálogos com intelectuais negros(as) da Associação de Pesquisadores(as) Negros(as) da Bahia/APNB buscando compreender quais repertórios político-culturais influenciaram na aglutinação e ainda mantém reunidos(as) estes(as) mesmos(as) pesquisadores(as) em torno dela e quais são os seus propósitos. A partir da metodologia da história oral, conversei com nove intelectuais que participaram da fundação ou ajudaram na constituição da APNB. Dentro deste conjunto de pesquisadores(as), três estiveram envolvidos(as) também na construção e implementação de um programa de formação docente, o Programa AfroUneb que ocorreu na Universidade do Estado da Bahia em 2005. A partir de um diálogo entre as minhas próprias memórias e as memórias destes(as) intelectuais negros(as), estabeleço um “xirê” epistêmico, uma representação simbólica tomada por empréstimo do universo epistemológico afro-brasileiro, especificamente das religiões de matrizes africanas. Finalmente, nas narrativas destes(as) pesquisadores(as), inseridas no campo das histórias orais de vida e temática, compreendo que a militância nos movimentos negros e a aguçada consciência negra compõem boa parte das suas trajetórias, repertórios político-formativos que nomeio de posicionamento ético-afetivo-solidário, processo que sustenta muitas das ações da APNB.

Palavras-chave: Intelectuais negros(as). Xirê epistêmico. História oral de vida e temática. Memórias.

ABSTRACT

SILVA, Luiz Gustavo Santos da. **“What is not registered the wind takes away”**: dialogues with black intellectuals from Bahia”. 2022. 205. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2022.

This work is based on the day-to-day studies field. It proposes itself to weave dialogues with black intellectuals from Associação de Pesquisadores(as) Negros(as) da Bahia/APNB (A Black Researchers Association from the State of Bahia) seeking to comprehend which political and cultural repertoires influenced in the agglutination and keep these researchers surrounding it as well as what their purposes are. Using the methodology of oral history, we have talked with nine intellectuals who participated in the creation or helped to formalize APNB. Included in this group of researchers, three of them were involved in the creation and implementation of a Teacher Training Program (named AFROUNEB), which took place at the University of Bahia in 2005. From the dialogue between my own memories and those from the black intellectuals, I establish an epistemic “xirê, a symbolic representation borrowed from the afro- Brazilian epistemological universe, specifically from religions of the African matrix. To sum up, through the narratives of these researchers, included in oral history and thematic oral history field, I understand that Black Movement’s Practice and the keen black consciousness make up a sizable slice of their life courses and political- formative repertoires that I designate ethical-affective-supportive behavior-process that consolidates many of the actions of APNB.

Keywords: Black intellectuals. Epistemic “Xirê”. Oral history. Thematic oral history. Memory.

LISTAS DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 -	Foto - Reunião de organização do VIII Congresso Baiano de Pesquisadores(as) Negros(as) no CEPAlA (Centro de Estudos dos Povos Afro-Índio-Americanos) /UNEB	76
Gráfico 1 -	Proporção de incidências das categorias elaboradas	94
Figura 2 -	Amaci epistêmico de experiências amefricanas.....	98
Figura 3 -	Amaci epistêmico de insurgências	98
Figura 4 -	Amaci epistêmico de intelectuais negros(as)	99
Figura 5 -	Amaci epistêmico de movimentos negros, MNU, Neabs e formação docente	99
Figura 6 -	Amaci epistêmico de memórias	100
Figura 7 -	Foto da Profa. Vanda Machado	102
Figura 8 -	Foto com a Profa. Dra. Maria de Lourdes Siqueira (UFBA); Profa. Dra. Elisa Larkin Nascimento e o Prof. Abdias Nascimento no I Congresso Baiano de Pesquisadores(as) Negros(as), em 2007	106
Figura 9 -	Foto com o Prof. Dr. Carlindo Fausto Antônio (UNILAB); Profa. Dra. Florentina Souza (Flora) (UFBA) e Profa. Dra. Ana Rita Santiago (UFRB) no VI Congresso Baiano de Pesquisadores(as) Negros(as), em 2017	108
Figura 10 -	Foto com o Professor Dr. Valdélío Silva na Conferência de Encerramento do VII Congresso Baiano de Pesquisadores(as) Negros(as)	114
Figura 11 -	Foto com a Professora Dra. Marise de Santana (UESB) no V Congresso Baiano de Pesquisadores(as) Negros(as)	115
Figura 12 -	Foto com a Profa. Dra. Ana Célia da Silva (UNEB) no VII Congresso Baiano de Pesquisadores(as) Negros(as), em 2019.....	117
Figura 13 -	Foto com o Professor Dr. Nilo Rosa, no I Congresso Baiano de Pesquisadores(as) Negros(as)	126
Figura 14 -	Foto com o Professor Dr. Wilson Roberto de Mattos no	

	credenciamento do VII Congresso Baiano de Pesquisadores(as) Negros(as), em 2019	127
Figura 15 -	Foto com a Professora Dra. Marluce de Lima Macêdo (UNEB), (ao centro) na Mesa de Abertura do V Congresso Baiano de Pesquisadores(as) Negros(as), em 2015	128
Figura 16 -	Foto da Conferência de encerramento do VII Congresso Baiano de Pesquisadores(as) Negros(as)	131
Figura 17 -	Foto tirada no X Congresso Nacional de Pesquisadores(as) Negros(as) – COPENE, em 2018	134

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABPN	Associação Brasileira de Pesquisadores(as) Negros(as)
APNB	Associação de Pesquisadores(as) Negros(as) da Bahia
CBPN	Congresso Baiano de Pesquisadores(as) Negros(as)
CONNEAB	Consórcio Nacional de Neabs
CONSU	Conselho Universitário
COPENE	Congresso Brasileiro de Pesquisadores(as) Negros(as)
MNU	Movimento Negro Unificado
NEAB	Núcleos de Estudos Afro-Brasileiros
ODEERE	Órgão de Educação e Relações Étnicas
PAE	Programa de Assistência Estudantil
SENUN	Seminário Nacional de Universitários Negros.
UERJ	Universidade do Estado do Rio de Janeiro
UESB	Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
UFBA	Universidade Federal da Bahia
UFRB	Universidade Federal do Recôncavo Baiano
UNEB	Universidade do Estado da Bahia
UNILAB	Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira

SUMÁRIO

	INTRODUÇÃO.....	15
1.	A PRIMEIRA PUXADA	20
1.1	O xirê epistêmico: salvando as portas	20
1.2	Enunciando o meu corpo-político amefricano no xirê epistêmico ...	28
1.3	Combates pela memória	32
1.3.1	<u>O papel da escola.....</u>	33
1.4	Sobre ações afirmativas, lanças e escudos	38
1.5	Semana da Consciência Negra (1995) e Programa Rede UNEB 2000: oferendas ético-formativas na luta antirracista no Campus V/Santo Antônio de Jesus	45
1.5.1	<u>A Semana da Consciência Negra</u>	46
1.5.2	<u>Rede UNEB 2000.....</u>	49
1.6	A implementação da Lei 10.639/03	51
1.7	Coletivo de estudantes negros(as) cotistas Nyanga: uma Consciência Negra	53
1.8	Programa de formação de professores(as) AfroUneb	58
1.9	AfroUneb: um Movimento Negro educador	65
1.10	A “Time Line Pesquisa e Produção do Livro Didático Virtual (CD-ROM)” : uma oferenda epistêmica unebiana	69
1.11	Marcha Zumbi + 10: “todos a bordo”	70
1.12	Encerrando a primeira puxada: "o que a gente não registra, o vento leva"	73
2.	A SEGUNDA PUXADA.....	76
2.1	Intelectuais negros(as) da Associação de Pesquisadores(as) Negros(as) da Bahia: amefricanizando experiências	77
2.2	Descritivos da APNB	80
2.2.1	<u>Objetivos da Associação a partir do seu estatuto</u>	81
2.2.2	<u>Os Congressos Baianos de Pesquisadores(as) Negros(as) (CBPNs)</u>	82
2.3	Arregimentando o xirê metodológico	84
2.4	Os(as) convidados(as) do xirê	90
2.5	Colhendo Ewé-Orô (palavras-nomes) de intelectuais negros(as): o ato da enunciação	94
2.5.1	<u>Ewé-Orô (palavras-nomes) de intelectuais negros(as) da Bahia: amacis epistêmicos</u>	96
2.5.2	<u>Ewé-Orô (palavras-nomes): transformação</u>	97
3.	A TERCEIRA PUXADA	103
3.1	A presença dos(as) Ebomis da APNB e o ato de posicionar-se ético-afetivo-solidariamente	103
3.2	APNB: tensões e lutas	115
3.3	Os Congressos Baianos(as) de Pesquisadores(as) Negros(as) - CBPNs: entre aquilombamentos e situações-xirê.....	129
3.4	Localizações epistêmicas de luta	134
3.5	Experiências corpo-existenciais dos(as) intelectuais negros(as) da APNB: militância, consciência negra e insurgências	146
	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	153

REFERÊNCIAS	156
APÊNDICE A – TIME LINE	167
APÊNDICE B – SOBRE O MITO COMO PRÁTICA PEDAGÓGICA NO ESPAÇO TERREIRO	171
APÊNDICE C – TABULAÇÃO GRUPOS DE TRABALHO (GTS) DOS CONGRESSOS BAIANOS DE PESQUISADORES (AS) NEGROS(AS)	169
APÊNDICE D – CARTAZ DA LIVE “APNB: 15 ANOS DE INSURGÊNCIAS EPISTEMOLÓGICAS E DESAFIOS FRENTE AO RACISMO ESTRUTURAL”	175
APÊNDICE E – FRAGMENTOS EXTRAÍDOS DAS FALAS DOS INTELECTUAIS NEGROS DA APNB NA LIVE “APNB: 15 ANOS DE INSURGÊNCIAS EPISTEMOLÓGICAS E DESAFIOS FRENTE AO RACISMO ESTRUTURAL”	176
APÊNDICE F – HISTÓRIAS DE VIDA DE INTELECTUAIS NEGROS(AS) DA ASSOCIAÇÃO DE PESQUISADORES(AS) NEGROS(AS) DA BAHIA	180

INTRODUÇÃO

Há vinte anos meus olhos traçavam um caminho que começava na ponta do Humaitá, passando pela praia da Boa Viagem, parte da Avenida Suburbana, Água de Meninos, Ladeira da Montanha e que terminava no Farol da Barra. Observava, demoradamente, a reentrância onde se encontra o Plano Inclinado e a grande muralha do Elevador Lacerda. Não era a primeira vez que fazia aquela travessia pela Baía de Todos os Santos, a caminho da ilha de Itaparica com destino a Santo Antônio de Jesus, um Território de Identidade do insurgente Recôncavo Baiano. Saindo do terminal marítimo de São Joaquim e aportando em Bom Despacho, uma viagem de aproximadamente uma hora. A fumaça da chaminé da embarcação misturava-se aos cheiros da feira e da maresia. Sons das conversas urgentes e demoradas no convés cumpriam a hora da viagem. Entregava-me a sensações. As águas tranquilas da baía inundavam espaços em mim, a Roma Negra¹ se impunha.

Assim como Beatriz Nascimento, eu ensaiava ver Salvador com “olhos de Ori”². Ao mesmo tempo, adentrava parte de um Recôncavo ainda desconhecido. Meu limite, desde a infância, era Salinas das Margaridas, na Ilha de Vera Cruz, com seus pescadores, marisqueiras, rezadeiras, uma população que garantia sua subsistência nos fartos manguezais que cingiam a região. Das histórias da época, a lembrança de uma rezadeira antiga do povoado que livrou meu pai de fortes dores durante dois dias consecutivos, por ter pisado, sem querer, em um niquim, peixe venenoso que habita as águas rasas daquele lugar de encantarias. Munida de especiarias, algumas ervas e muita reza, Dona Preta o curou. Foi das poucas vezes que vi meu pai chorar. Esse evento por muito tempo contracenou com a minissérie “Tenda dos Milagres” em minhas memórias. Em 1985, eu era menino, em 2000, essas magias e segredos embarcavam comigo no antigo Maria Bethânia, um ferry-boat que já não navega mais naqueles mares.

¹ A cidade de Salvador é conhecida como a “Roma Negra”. A expressão, nesse texto, faz referência enquanto lugar da religiosidade afro-brasileira. “A imagem da cidade de Salvador, enquanto lugar de religiosidade afro-brasileira se consolidou nos idos de 1920 com a frase “Roma Negra” cunhada pela famosa Babalorixá Mãe Aninha - fundadora do Terreiro Ilê Axé Apó Afonjá - ao se referir a urbe como centro difusor da religião de matriz africana no Brasil”. (SILVA, 2018)

² Significa “uma inserção a um novo estágio da vida, a uma nova vida, um novo encontro. Ele se estabelece enquanto rito e só por aqueles que sabem fazer com que uma cabeça se articule consigo mesma e se complete com o seu passado, com o seu presente, com o seu futuro, com a sua origem e com o seu momento”. RATTIS, Alex. **Eu sou atlântica** - São Paulo: Imprensa Oficial do Estado/Instituto Kuanza, 2006.

A travessia, esse espaço-temp³ que passou a conversar comigo mais demoradamente nesse momento me deslocava para outro lugar, uma época mais longínqua. Tempo de Kehinde, Ahuna, Manuel Calafate, Dassalé. Tempo de Akotirene, Dandara, Manuel Faustino, Luís Gonzaga das Virgens. Um percurso metamorfoseando-se, um cronotopo bakhtiniano potencializando outras percepções, apresentando-se como mudança. Eu já era um estudante universitário e desenhava-se para mim uma habilidade de sentir o tempo na totalidade espacial não só de Salvador, mas do mundo. Uma capacidade, como nos diz Bakhtin,

de perceber o preenchimento do espaço não como um fundo imóvel e um dado acabado de uma vez por todas, mas como um todo em formação, como acontecimento; [...] capacidade de ler os indícios do curso do tempo em tudo, começando pela natureza e terminando pelas regras e ideias humanas (até conceitos abstratos) (BAKHTIN, 1997, p. 139)

Acredito que os textos de História da Bahia, lidos entre uma viagem e outra a caminho ou mesmo voltando da faculdade têm influência direta nesse processo. Revelavam as histórias de mulheres negras e homens negros, antes invisibilizados(as) pela memória hegemônica que lutaram por suas liberdades e humanidades em meio a uma sociedade escravista. Lembro do impacto que me causou a leitura do livro “Rebelião escrava no Brasil: a história do Levante dos Malês”, de João José Reis (1835) e “O Inimigo Invisível: Epidemia Na Bahia No Século XIX”, de Onildo Reis. João José Reis me transportou para as vielas da Salvador de 1835, mostrando uma revolta que durou apenas algumas horas, mas onde os(as) insurretos(as) se tornaram senhores(as) das ruas da cidade. O momento em que fui apresentado a Pacífico Licútan. Onildo Reis me fez conhecer as chamadas “lojas” dos sobrados no Pelourinho e o processo de “higienização” e criminalização deste local. Entendi por que o corredor da Vitória, um território de “opulência” mantido por um nicho da aristocracia açucareira decadente era inacessível a pessoas como eu. Uma outra memória se levantava.

Anos se passaram e muita coisa aconteceu na minha trajetória acadêmica. Vieram as Ações Afirmativas e os conteúdos de História da África e cultura afro-brasileira com a implementação da Lei 10.639/03. O tempo dedicado à pesquisa desses temas envolvidos com a formação docente causou um adensamento nesse debate que me motivou a buscar novos questionamentos e formular outras indagações. Comecei a me interessar por questões relativas à intelectualidade negra, ao mesmo tempo em que

³Alinha-se ao conceito de cronotopos proposto por Mikhail Bakhtin. (BAKHTIN, 1997)

fui percebendo os desafios e controvérsias gerados quando reunimos os termos “intelectuais” e “negros(as)” em uma mesma frase. Isso não me desestimulou. Hoje, tentando entender melhor o que define um(a) intelectual negro(a), traço caminhos mais consistentes.

Início um projeto em 2016, a partir de reuniões no Grupo de Pesquisa Firmina – Pós – Colonialidade, Educação, História, Cultura e Ações Afirmativas, na Linha de Pesquisa Pensamentos e Intelectuais negras(os): diálogos e combates contemporâneos, vinculado à Universidade do Estado da Bahia (UNEB). Direcionei tais questionamentos à Associação de Pesquisadores (as) Negros (as) da Bahia (APNB) adotando a como lócus de pesquisa após conversas com professores(as) que compõem o grupo. As perguntas desembarcam comigo na cidade do Rio de Janeiro em março de 2018 e, desde então, entre reuniões com o Grupo de Pesquisa Culturas e Identidades no Cotidiano, coordenado pela professora Mailsa Passos⁴, grupo vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (ProPEd), as disciplinas do curso ou mesmo nas conversas entre os corredores da universidade, vou aprofundando a pesquisa. Aos poucos, percebo a rede que envolve o tema, o ambiente sensivelmente polifônico (BAKHTIN, 1997) que se instaura. Mailsa Passos (2014) afirma que estes contatos, ou melhor, os “encontros com o outro”, geram conhecimentos.

O ano de 2018 foi emblemático. No Rio de Janeiro, as dificuldades materiais se apresentaram. A perseverança, fé e paciência não faltaram para a conquista da bolsa de estudos da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ), conseguida no final desse mesmo ano com muito esforço. O empenho de professores(as) do ProPEd, em especial da professora Mailsa Passos, foi fundamental. As ações da professora retratam fielmente o tamanho da humanidade e solidariedade que a acompanham.

O entusiasmo de iniciar os estudos na UERJ coincidiu com a triste ascensão da extrema direita no país e o surgimento de um governo fascista, miliciano e inominável. A menção à sua eleição e tudo o que ele representa não merecem mais do que uma ou duas palavras nesta escrita. As respostas são dadas no texto. Em 2020, a pandemia do coronavírus chega ao Brasil. No ano seguinte perdemos um estudante do Grupo de Pesquisa Culturas e identidades no cotidiano, ao qual faço parte. A doença levou o

⁴ Professora do Programa de Pós-graduação em Educação da UERJ (ProPEd), coordenadora do Grupo de Pesquisa Culturas e Identidades no Cotidiano e orientadora desta pesquisa.

nosso grande amigo e meu irmão ancestral Mestre Lindinalvo Natividade. É nesse contexto difícil que a pesquisa segue e a tese vai sendo escrita.

Ela está dividida em três capítulos. Em todos eles, é possível encontrar muitas palavras referentes às epistemologias das comunidades de terreiro (religiões de matrizes africanas). A minha responsabilidade pode ser mensurada pelo fato de pertencer a este universo religioso e fazer dele um dos alicerces da minha vida. Espero ter tido o cuidado necessário e apresentado satisfatoriamente as suas definições simbólicas e o que representam. A aproximação com essa linguagem tem na “tradução” um dos seus propósitos que está descrito, especificamente, no capítulo 3. No primeiro capítulo, a “primeira puxada”, apresento o meu lugar de enunciação na pesquisa e as minhas memórias de estudante negro, falando um pouco da minha trajetória na Universidade do Estado da Bahia, em Santo Antônio de Jesus e conversando também com os(as) primeiros(as) interlocutores(as). Assumo o meu lugar nos campos de disputa da memória, assumindo-a como arma de combate diante das colonialidades. No início deste capítulo, apresento o “chão” teórico da pesquisa e alguns/algumas autores/autoras que discutem o campo. Chamo a atenção para a decisão arriscada de trazer seus primeiros nomes, seguidos do sobrenome. A intenção não é causar impropriedades diante das normas da ABNT, é uma demarcação política que faço me responsabilizando pelas consequências.

No segundo capítulo, as questões são mais direcionadas à Associação de Pesquisadores(as) Negros(as) da Bahia. A segunda puxada apresenta os descritivos da APNB, as datas e locais onde ocorreram os Congressos Baianos de Pesquisadores(as) Negros(as), os caminhos metodológicos, os(as) interlocutores(as) da pesquisa e as suas enunciações. Transformo essas enunciações em amacis epistêmicos, mais uma aproximação que estabeleço com o universo das comunidades de terreiro. Aproveito o ensejo para afirmar mais uma escolha arriscada que fiz, qual seja, convidar um(a) dos(as) meus/minhas interlocutores(as) na tese para compor a própria banca de defesa. Espero que o risco da decisão não comprometa o rito acadêmico e que ele seja amenizado pelas sustentações que apresento no texto. Encaro o desafio com o mesmo respeito e cuidado que devem existir quando há a presença de pessoas mais antigas na roda do xirê em uma casa de candomblé. A diferença é que vocês pertencem ao mesmo terreiro.

No terceiro e último capítulo continuo conversando com os(as) interlocutores(as). Dessa vez, os diálogos giram em torno do grupo que fundou ou

mesmo contribuiu para a consolidação da Associação e sobre a produção científica dos(as) seus(as) pesquisadores(as). Eles(as) me respondem se existem (re)territorializações nas regiões baianas que abrigam os Congressos Baianos de Pesquisadores(as) Negros(as) e se podemos dizer que há no estado da Bahia um conjunto consolidado de experiências antirracistas em interface com a formação docente. Ainda neste capítulo, a partir das suas experiências corpo-existenciais narradas, busco compreender os repertórios político-formativos que constituem muitas das suas trajetórias. Procuo entender como a consciência negra e a experiência com as questões étnico-raciais, especificamente a militância nos movimentos negros podem ser caminhos para respondermos à pergunta crucial desta pesquisa: quem são os(as) intelectuais negros(as) da APNB? Essas são algumas questões contidas na tese. Porém, antes de chegarmos a elas precisamos adentrar o xirê.

1 A PRIMEIRA PUXADA

Podemos definir a “primeira puxada” ou mesmo “primeira saída” do(a) iaô quando o(a) noviço(a) é apresentado(a), depois das primeiras etapas ritualísticas cumpridas dentro do *roncô* ou mesmo camarinha⁵. Nas religiões de matrizes africanas, essa puxada é interna, sem a presença do público, somente os membros da casa estarão presentes. Aqui é uma representação simbólica para apresentação das minhas memórias de estudante negro e pode ser concebida como o início do *xirê* epistêmico.

1.1 O *xirê* epistêmico: salvando as portas

Início este tópico sem a pretensão de realizar um estado da arte sobre o tema, muito mais refletir sobre questões na profundidade possível dentro do prazo de conclusão da tese. Ao consultar a literatura produzida acerca do termo “intelectuais negros(as)”, percebe-se uma variedade de posicionamentos e autores(as) sobre o assunto, por isso, os recortes, opções e escolhas se mostram necessários. Começo com uma problemática lançada pelo sociólogo e militante histórico Eduardo de Oliveira e Oliveira que em finais dos anos 1970 voltava as atenções para o tema.

Como se equaciona negro e intelectual – se é que se equacionam? É o negro, e particularmente o negro brasileiro identificável com tal categoria, ou tem de reivindicar uma tal atribuição? O que, e quem é, lato sensu, intelectual e, particularmente quem o é na sociedade brasileira? (OLIVEIRA, 1977, p. 22-28)

Em entrevista a Silvio Tendler, no documentário “O mundo global visto do lado de cá”⁶, de 2001, o brilhante Milton Santos ao ser perguntado se era difícil ser intelectual negro no Brasil, afirmou:

eu creio que é difícil ser negro e é difícil ser intelectual no Brasil. Essas duas coisas juntas dão o que dão, né? É difícil ser negro porque fora das situações em evidência, o cotidiano é muito pesado para os negros e é difícil ser

⁵ Quarto à parte dentro do terreiro ou separado dele, onde ficam recolhidos os(as) iniciados(as).

⁶ O mundo global visto do lado de cá, 2001. 1 vídeo (1h 29min. 23 seg). Publicado pelo canal crabastos. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=-UUB5DW_mnM. Acesso em 27 junho 2020.

intelectual porque não faz parte da cultura nacional ouvir tranquilamente uma palavra crítica (SANTOS, 2001, sp.)

O incômodo causado pela junção destas palavras é sintoma de uma sociedade racista, refém de uma colonização cognitiva profunda e é preciso sempre problematizarmos isso. Na tentativa de inserir um lastro histórico e ampliar o escopo da discussão, volto algumas décadas e me debruço sobre o trabalho de Paulina Alberto para entender que o Rio de Janeiro do início do século XX era cenário de importantes movimentos raciais já abrigando um influente grupo de homens e poucas, mas atuantes mulheres com grau de instrução, conscientes de sua herança racial e cultural africanas, ansiosos(as) por representar outros(as) brasileiros(as) nos debates sobre raça e identidade nacional. Em suas organizações, participavam ativamente de iniciativas e debates buscando promover a inclusão dos(as) negros(as) na sociedade através de diversas estratégias para conquistar visibilidade e abrir espaço para reivindicações em um Brasil absorvido pelos debates sobre o racismo científico e, posteriormente, por visões assimilacionistas que defendiam a fusão de diferentes culturas.

Ainda segundo Paulina Alberto, embora esses(as) intelectuais condenassem a discriminação e reivindicassem a inclusão como cidadãos(ãs) brasileiros(as), muitas vezes apoiavam ideologias nacionais de harmonia racial. Contradição? Para uma análise menos detida, sim, porém, é preciso entender que para os(as) intelectuais negros(as) no começo do século, condenar a discriminação e reivindicar a inclusão não era incompatível com endossar as ideologias de harmonia ou mesmo “fraternidade racial”. Era uma forma de encontrar alternativas viáveis diante de uma sociedade receptiva aos discursos eugenistas.

É fato que a ideia de fraternidade racial reivindicada pelo grupo de intelectuais negros(as) era absolutamente diferente do entendimento que as elites brancas faziam. Enquanto a primeira possuía uma conotação racialmente inclusiva, orientada para os direitos e projetada como ideal ainda a ser atingido, a segunda era uma variante extremamente conservadora, decretando que a harmonia racial já existia e as lutas eram desnecessárias. Era isso que fazia esse termo ser útil e ao mesmo tempo instável para as políticas de igualdade racial da época. Ao redefini-lo, os(as) intelectuais negros(as) usaram-no como um símbolo e um conceito com ampla repercussão entre as elites brancas para manifestar suas demandas demonstrando, assim, enorme agilidade política (ALBERTO, 2017).

Graças ao trabalho intenso de muitos(as) pesquisadores(as)⁷, hoje temos acesso a uma extensa produção bibliográfica sobre as histórias das políticas e a um quadro de pensamento negro destacando as décadas de 1970 e 1980 como os períodos mais significativos onde integrantes de um movimento negro emergente rejeitam, taxativamente, as ideologias de harmonia racial, imprimindo-lhes o rótulo de um “mito” pernicioso que escondia de suas vítimas o racismo escancarado do Brasil enfraquecendo qualquer tentativa de ação coletiva baseada em raça. Segundo Amílcar Pereira,

O combate à discriminação racial e a denúncia do mito da democracia racial, ao mesmo tempo em que se busca a afirmação de uma identidade racial negra positivada (...), são características fundamentais do movimento negro contemporâneo que se constitui no Brasil na década de 1970. Naquele momento, a opção pela utilização da ideia de raça como instrumento para construção de uma identidade negra positiva, e com objetivo de combater as desigualdades estruturais que atingiam a população negra no Brasil foi uma saída encontrada pelo movimento social negro que se constituía em meio às propagandas oficiais, da ‘democracia racial’ brasileira, levadas a cabo pelos sucessivos governos durante o regime militar instaurado em 1964” (PEREIRA, 2020, p. 84).

Essa é a prova de que as formas e os conteúdos das ideias de inclusão racial não são “congelados” no tempo. O que leva os(as) intelectuais negros(as) a construírem ideologias de inclusão racial no começo do século, em um engajamento esperançoso, até denunciá-las como capciosas, revela as diferentes estratégias adotadas para reivindicar o pertencimento pleno à nação em momentos históricos diferentes.

Se a história dos movimentos negros da segunda metade do século XX é vista como um definitivo “despertar” da consciência racial, retirando-se o véu que encobre a face racista da sociedade brasileira, para Paulina Alberto (2017) ela não pode obscurecer a história igualmente importante de intelectuais negros(as) de gerações anteriores. É importante avaliar essa mudança não como contradição nem como elevação para um nível mais aguçado de consciência racial, mas como parte de uma mesma luta de longa duração envolvendo toda uma linguagem de negociação de conceitos, valores e ideais que guiam e estruturam os debates sobre raça e cidadania. Neste ensejo, a história dos(as) intelectuais negros(as) no início do século XX é um

⁷ O livro do historiador Amílcar Araujo Pereira é um bom exemplo. O autor, empregando a metodologia da história oral, entrevista 46 ativistas de movimentos de duas gerações distintas em vários países. O livro ajuda a situar o ativismo dos membros do movimento negro e de organizações que integram o contexto dos movimentos sociais, no Brasil e na América latina. PEREIRA, Amílcar Araujo. **“O mundo negro”: relações raciais e a constituição do movimento negro contemporâneo no Brasil**. Rio de Janeiro: Pallas: FAPERJ, 2013.

atestado de que mesmo nos momentos mais sombrios da luta contra o racismo, a noção de que o país chegaria algum dia a ser uma “verdadeira democracia racial” foi uma narrativa muito poderosa (ALBERTO, 2017).

Podemos inferir que a trajetória que leva os(as) intelectuais negros(as) a incorporarem ideologias de harmonia racial no começo do século, em um engajamento esperançoso, até denunciá-las como mito deletério na segunda metade do XX revela os diferentes métodos adotados para reivindicar o pertencimento pleno à nação em momentos históricos distintos. Digo que estes(as) intelectuais negros(as) inventavam e ainda inventam o cotidiano (CERTEAU, 1982) como podem, nos limites de uma sociedade racializada, através de ações táticas aproveitando a ocasião. Mesmo em momentos distintos, alteravam/alteram objetos e códigos fazendo usos a seu modo através de posicionamentos antidiscriminatórios. Isso demonstra ação, agência, diferentemente do que geralmente propõe a memória hegemônica sobre as populações negras.

Essas discussões me auxiliam na construção das análises sobre as questões levantadas na introdução desta tese. Como elas tendem a se complexificar, recorro à historiadora Marluce de Lima Macêdo que me traz a definição que mais se aproxima do que busco estabelecer neste texto ao mencionar intelectual negro(a). Uma das interlocutoras nesta pesquisa e que será devidamente apresentada mais à frente, ela faz referência a uma presença física, estética, fenotipicamente diferenciada da maioria não negra que constitui o universo da produção intelectual no Brasil, uma presença marcada e (des)conhecida pelo seu lugar de pertencimento racial (MACÊDO, 2013). Em sua tese de doutorado “Intelectuais Negros, Memória e Educação Antirracista: uma leitura de Abdias Nascimento e Edison Carneiro” que se tornou livro recentemente, a autora afirma que ao assumir a terminologia “intelectuais negros(as)” estaria demarcando uma escolha política. Complemento que esta é também uma escolha epistemológica pois os(as) observa, pelos seus posicionamentos engajados, voltados(as) a um compromisso manifesto com a produção de temáticas relativas às populações negras e luta antirracista. Este engajamento vai ao encontro da prerrogativa colocada por aqueles(as) que entendem como única opção para a ação (re)criadora de qualquer intelectual negro(a) o lugar da insurgência (MACÊDO, 2013).

Sempre existiram intelectuais negros(as) no meio acadêmico, essa é a afirmação de Sales Augusto dos Santos (2011) no seu artigo “A metamorfose de militantes negros em negros intelectuais”. Ele ressalta que estes(as) mesmos(as)

intelectuais, contudo, se sentiam constantemente impossibilitados de debater de forma ampla a questão racial brasileira, sendo muitas vezes o isolamento aliado à possibilidade de represálias e ausência de apoio e solidariedades intra e interracial a causa mais provável desse constrangimento. Sendo assim, propõe a ideia do surgimento de uma nova categoria de intelectuais no contexto brasileiro, os(as) negros(as) intelectuais. São eles/elas

[...] de origem ou ascendência negra que sofreram ou sofrem influência direta ou indireta dos movimentos sociais negros, adquirindo ou incorporando destes uma ética da convicção antirracismo que, associada e em interação com o conhecimento acadêmico-científico adquirido dos programas de pós-graduação de universidades, produz nestes intelectuais um ethos acadêmico ativo que orienta as suas pesquisas, estudos, ações, bem como as suas atividades profissionais de professores universitários (SANTOS, 2011, p.01).

Joaze Bernardino-Costa (2018) amplia o debate definindo intelectuais negros(as) como os(as) ativistas, professores(as), músicos(as), artistas, lideranças religiosas, poetas, enfim, aquelas pessoas capazes de construir uma homogeneidade e consciência de grupo para a população negra, bem como capazes de apontar os caminhos da resistência e da (re)existência. Quanto ao seu papel e importância, bell hooks (1995), Cornel West (1999) e Edward Said (2005) são contundentes em afirmar que o(a) intelectual não é apenas alguém que lida com ideias, é alguém que lida com ideias transgredindo fronteiras discursivas porque ele e ela veem a necessidade de fazê-lo, é alguém que lida com ideias em sua vital relação com uma cultura política mais ampla. Aqui interessa para o debate proposto nesta tese a função que tem o(a) intelectual de representar, sempre às margens do poder, o seu papel público “como um outsider, um ‘amador’ e um perturbador do status quo” (SAID, 2005, p. 10).

Alguns trabalhos consultados que buscam caracterizar pessoas negras em que a vida e atuação sejam reconhecidas, possibilitando designá-las como intelectuais negros(as) têm como ponto de partida o(a) “intelectual orgânico”, termo cunhado por Gramsci (1982). O livro “A formação de intelectuais negros(as): políticas de ação afirmativa nas universidades brasileiras” de José Antônio Marçal (2012) é ilustrativo:

Intelectual orgânico negro: homens que, a partir da própria historicidade e da identificação orgânica com o seu povo, percebem a necessidade de se constituírem num elemento de ligação entre o seu grupo e o mundo, entre a vida cotidiana e o conhecimento acadêmico. Afinal, a missão política dos intelectuais orgânicos parece ser romper com os silenciamentos (MARÇAL, 2012, p. 162).

Vale a menção também ao trabalho de Florentina Souza (2004), uma importantíssima intelectual negra que participou ativamente da fundação da Associação de Pesquisadores(as) Negros(as) da Bahia. A referência que a professora Flora faz a Solano Trindade, poeta e ativista político, representa bem o que estamos discutindo.

Nessa ótica, Solano constitui-se intelectual orgânico que, investido de uma função social envolve-se em diversas atividades na vida político-cultural de seu tempo, propondo estratégias para alterar suas práticas e comportamentos. Intelectual orgânico no sentido proposto por Gramsci, ou seja, aquele que se coloca a serviço de classes ou empreendimentos para organizar interesses, disputar e obter expansão dos espaços de poder, (SAID, 2000). Solano compreendia ser sua a responsabilidade de produzir e distribuir conhecimento e para isto participava de atividades políticas, literárias, de cultura popular sempre acreditando que através dessas atividades poderia intervir nos modos de estruturação da sociedade brasileira (SOUZA, 2004, p. 228-229).

Em sua tese de doutorado “Negro Intelectual, Intelectual Negro ou Negro-Intelectual: considerações do processo de constituir-se negro-intelectual”, Evaldo Ribeiro atenta para um aspecto importantíssimo para os debates propostos aqui, qual seja, o caráter combativo do(a) intelectual negro(a). Ao realizar conversas aprofundadas com três pessoas autodeclaradas negras, nos diz que ele ou ela

é aquele que se afirma mesmo nas adversidades, não esmorece, toma posição, age e reage, tenta convencer, expõe seu projeto de sociedade igualitária e equânime, com o propósito de reconstruir, construir o novo, em conjunto com seus pares negros e não negros, com a comunidade negra e aliados, no meio em que atua, buscando criar impacto na sociedade (OLIVEIRA, 2014, p. 161).

Na dissertação de mestrado “Trajetória de vida de intelectuais negros(as): contribuição para a educação das relações étnico-raciais”, Ana Paula dos Santos Gomes (2008) afirma que,

o intelectual negro é aquele que se coloca num processo de aprendizagem e ensino de modo a superar a discriminação racial e a desconstrução de preconceitos contra a população negra. Aprender com a comunidade, aprender com a vida, ensinar os jovens negros e a toda a sociedade a cultura afro-brasileira, ou seja, aprender novos conhecimentos que contribuirão para melhorar a qualidade de vida da população negra. Desta forma, buscar promover a reconstrução da história e cultura de origem africana no país (GOMES, 2008, P. 159).

Homi Bhabha (2011, p. 26-27), observando os efeitos históricos das colonialidades que cercam os pertencentes às comunidades instadas nas periferias do globo, segmentos sociais historicamente privados de seu reconhecimento como sujeitos

de pleno direito, afirma a consciência histórica da emancipação como o bem maior ao qual todos aspiram alcançar, impondo “o reconhecimento do papel do intelectual interpelado pelo seu tempo e que se recusa a conceber o conhecimento como diletantismo ou a fazer dele um exercício de proselitismo”. O que vem a ser complementado pelo célebre Milton Santos (2001, p.1), ao nos brindar com a afirmação de que “por definição, vida intelectual e recusa a assumir ideias não combinam”.

Joaze Bernardino-Costa, Maldonado-Torres e Ramón Grosfoguel (2018), na introdução do livro “Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico”, ao falarem de intelectuais/ativistas negros(as), fazendo referências a Anthony Bogues, Patricia Collins e bell hooks, nos amplificam o escopo da discussão:

não estamos nos restringindo àqueles e àquelas que têm formação acadêmica, mas sim àquelas pessoas capazes de criar consciência do papel da população negra tanto na economia e na sociedade quanto na política, e capazes também de indicar novos horizontes de esperança e transformação (BERNADINO-COSTAS; MALDONADO-TORRES; GROSFUGUEL, 2018, sp.).

Para Nilma Lino Gomes (2011), intelectuais negros(as) são

sujeitos produtores de conhecimento e de teoria. Ao fazerem isso, movimentam a ciência e a política. Constroem[...] “saberes em movimento” que indagam a Pedagogia e a teoria educacional acerca da forma como esta se relaciona com os saberes construídos pelos movimentos sociais (GOMES, 2011, p. 137).

Muitas inquietações surgem diante desses debates. No trânsito Salvador/Rio de Janeiro sou um pesquisador-iaô⁸ observador, atento aos movimentos de ambos os lados, em novas travessias, outros espaços-tempos. Curioso caçador de memórias, vou construindo a trilha da escrita encruzilhando histórias de intelectuais negros(as), acrescentando toques e marcas que não estão isentas de outras marcas, outras falas e outros textos. Sigo meeiro nas encruzilhadas que aparecem, entrelugar (BHABHA, 2011) onde mobilizo narrativas que se traduzem em oferendas⁹ epistemológicas, nutrindo e corporificando o xirê epistêmico, um signo oportuno que me faz girar

⁸ Iaô é como são designados os(as) filhos(as) de santo que já passaram pela iniciação nas religiões de matriz africana, popularmente conhecida como "feitura de santo", mas que ainda não completaram o período de sete anos após a iniciação. A utilização deste termo, como foi explicado na introdução da tese, é um recurso respeitoso de tradução e aproximação do universo simbólico afro-brasileiro e aqui representa um pesquisador noviço disposto a aprender os ensinamentos dos mais antigos.

⁹ Diz respeito à ritualística (religiões de matriz africana) de oferecer alimentos votivos aos Orixás, como forma de fortalecer vínculos espirituais. A aproximação que estabeleço é a partir do entendimento das narrativas enquanto conhecimentos descolonizadores e emancipatórios ofertados ao “corpo” da escrita, nutrindo e fortalecendo-o.

nos/com acontecimentos. Segundo Muniz Sodré (1988), este signo (xirê) “designa a ordem em que são entoadas nas festas as cantigas para os orixás, mas também a própria festividade, o ludismo. Os ritmos que chegam à sociedade global são, no fundo, expansões da atmosfera do xirê”. (SODRÉ, 1988, p. 140) Envolvido na perspectiva da experiência festiva, da reconfiguração de memórias e expansão de descolonizações do conhecimento, convoco metaforicamente para essa roda as lembranças dos primeiros contatos com colegas e professores(as) negros(as) dentro da universidade, histórias de vida, diálogos, lutas, ações políticas, aprendizados, formações, celebrações, toda a sorte de coletividades, já que não se faz xirê sozinho, um ensinamento que aprendi com os(as) mais velhos(as). Invento o meu xirê epistêmico que através do seu adjá¹⁰ polifônico invoca certos tempos adormecidos, acontecimentos que desfazem o trabalho do esquecimento, assombrando colonialidades e seus não-lugares, metamorfoseando-se nas/com histórias e cotidianos de lutas antirracistas. Concebo colonialidade como

uma ideologia, um conjunto lógico, sistemático e violento de representações, ideias, valores, normas ou regras de conduta que indicam aos indivíduos de uma sociedade o que devem sentir e como devem sentir, o que devem fazer e como devem fazer. Sustenta-se em um conjunto de narrativas que produzem dispositivos de normatização às nações colonizadas, interferindo na produção de subjetividades dos seus povos e nas maneiras como o conhecimento, a autoridade, o trabalho articulam-se entre si através do capitalismo mundial e da ideia de raça. A colonialidade perpetua a relação colonial, marginalizando/excluindo as ditas epistemologias periféricas ocidentais, subalternizando sistematicamente o outro não-europeu, negando e relegando tanto ao silenciamento quanto à invisibilização os seus processos históricos (seu sistema-mundo próprio, cosmogonias, epistemologias). É uma operação que se concretiza de várias formas, muitas vezes apresentando-se como fascínio pela cultura colonialista, despertando um fetichismo que os europeus criam em torno de si (PASSOS; SILVA, 2021, Sp.)

Xirê de pensamentos, narrativas e histórias, lugar de memórias (NORA, 1981) e de descobertas, conscientizações e liberdades que me oferecem possibilidades de escolha diante das encruzilhadas da produção do conhecimento e da vida. Este xirê-memória, espaço-tempo errante e circular munido de aprendizagens e ensinamentos para uma educação antirracista¹¹.

¹⁰ Basicamente é uma sineta de metal utilizada pelos sacerdotes das religiões de matriz africana durante as festas públicas com a finalidade de provocar o transe. A aproximação que estabeleço aqui é entendê-lo enquanto movimento de provocar o aparecimento das memórias dos(as) intelectuais negros(as) através de suas narrativas.

¹¹ A definição apresentada nesta tese dialoga com a perspectiva de Silvio Almeida, qual seja, para além de uma conceituação filosófica, antirracismo pode ser visto como uma prática política e uma postura ética. In: Racismo estrutural e institucional. Live apresentada por Cida Bento, Silvio Almeida e Jurema Werneck. {#JornadasAntirracistas: 27/06}, 2020. 1 vídeo (1h 23min. 05 seg). Publicado pelo canal

Rememoro, recupero esse “amontoado” de vivências, recordações de pessoas, vozes, lugares, afetos que figuram como “marcas” no corpo (FONSECA, 2001), entendendo como isso produz conhecimentos e me ajudam na invenção. Porém, convém lembrar mais um ensinamento que aprendi com Mailsa Passos (2014):

É fundamental colocar-se no lugar de ‘mais um’ neste processo de conhecimento. Mais do que saber falar sobre o “outro”, é importante o pesquisador saber ver/ouvir/sentir, buscando narrar solidariamente seus interlocutores. Não porque este outro precisa de nós, não só pelo ofício de produzir conhecimento, mas porque para estarmos melhores em um mundo melhor precisamos deles (PASSOS, 2014, p. 240-241).

Considero a noção de “acontecimentos” e suas dimensões a partir daquilo que permanece e do que se vai, como bem ilustrado por Benjamin (1993), em “À imagem de Proust”. A finitude e a infinidade do acontecido, onde “o vivido é finito ou pelo menos encerrado na esfera do vivido, ao passo que o lembrado é sem limites, porque é apenas uma chave para tudo o que veio antes e depois”. (BENJAMIN, 1993, p. 37) Transformo toda essa teoria em uma pomba¹² epistêmica e sopro às portas da memória. Os elementos deste alquímico giz protetor são colhidos no tempo-espaço dos cotidianos, modelam as paredes da camarinha das lembranças, um recôndito onde teço diálogos, (re)invento, rasuro, entendendo que essas ações não têm como finalidade comprovar, divergir quanto ao que ocorreu antes, restaurar o que ficou para trás ou algo que o valha, mas, antes, escutar, bisbilhotar, criar ruídos, presenças mesmo que fantasmáticas, observando de perto a incerteza se o que aconteceu é morto e enterrado ou se persiste, mesmo que sob outras formas. (SAID, 1995). Talvez esteja aí o grande propósito da ação de rememorar o que é possível nesta tese: posicionar o eruquerê¹³ das narrativas para lidar com os fantasmas do esquecimento. E a urdidura não está nas mãos de Penélope (BENJAMIN, 1993), mas sob os domínios de Exu.

Companhia das Letras. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=kSW17Cptwbk>. Acesso em 27 junho 2020.

¹² Giz mineral que pode ser transformado em pó e utilizado para outros fins de limpeza e proteção na ritualística das religiões de matriz africana. Utilizo como elemento de limpeza e proteção da tese contra os maus espíritos da colonialidade.

¹³ Apetrecho inerente aos Orixás Iansã e Oxóssi. Confeccionados com cauda de boi, de búfalo ou de cavalo, têm as finalidades de afastar os espíritos para o seu espaço sagrado, eliminar as adversidades da comunidade e de atrair a fartura e prosperidade.

Nos caminhos da escrita, coloco o passado “sob rasura”. (HALL, 2000), articulo-o historicamente numa perspectiva benjaminiana¹⁴, ressignifico e me utilizo dele no que for possível, a meu modo, observando seus circuitos, suas dobras, inacabamentos que o impedem de ser ordenado como um todo homogêneo e fechado. Acredito que esse passado vivido/vívido se torna história¹⁵ exatamente quando a narrativa cria lugares de sentido e entendimento, ofertando um ajeum¹⁶ de experiências compartilhadas.

Nas travessias avisto muitas sendas. Algumas vezes cansado hesito, noutras recupero o fôlego e tento seguir firme no trajeto que se mostra longo. Entre “um pé no mato e um pé no caminho”, a lembrança segue comigo, esse ato político que para Benjamin (1993) carrega as potencialidades de produzir “despertares” dos sonhos, das fantasmagorias da modernidade para a construção de utopias, localizando vozes em diferentes cronotopos (BAKHTIN, 1997), abrindo possibilidades de enxergar sujeitos de conhecimentos que através das suas narrativas desenham trajetórias políticas as quais implicam em muitos questionamentos.

Com as minhas lembranças acesas, aquecido nas trilhas onde sopram os ares gélidos da neutralidade acadêmica, da impessoalidade do texto, percebo que as minhas memórias de estudante negro carregam potencialidades. Um barravento¹⁷ direciona e sob influência de Stuart Hall (2003) torno-me um movente diaspórico buscando o que se encontra além da conformação, do que se repete enquanto mera lembrança cotidiana (CERTEAU, 1982), à procura dos meus “guardados da memória”¹⁸, daquilo que Glissant (2005), na “Introdução a uma Poética da Diversidade”, denomina “rastros e

¹⁴ “Articular historicamente o passado não significa reconhecê-lo ‘tal como ele foi’. Significa apoderarmo-nos de uma recordação (*Erinnerung*) quando ela surge como um clarão num momento de perigo. (BENJAMIN, 2012, p.11)

¹⁵ História, aqui, aproxima-se da proposição de Certeau (1982). “Esta é a história. Um jogo da vida e da morte prossegue no calmo desdobramento de um relato, ressurgência e denegação da origem. [...] resultado de uma prática presente” (p. 57).

¹⁶ A palavra ajeum (ajeun) é a contração das palavras awa (nós) e jeun ou jé (comer) transformada poeticamente em “comer juntos”, uma refeição grupal, comunal própria das religiões de matriz africana. O horário do ajeum é um momento solene em que ocorre a reunião da comunidade em torno de um alimento comum. Aqui representa a partilha de memórias.

¹⁷ Há definições diferentes para o termo “barravento”. Pode se referir a um ritmo e um toque de atabaque utilizado no candomblé e na umbanda, mais rápido que o ijexá. Pode ser também a pequena “desorientação” que precede o transe do iniciado. Neste texto, defino-o muito mais como um movimento de reordenamento de rotas para o melhor caminho do ato de lembrar.

¹⁸ Tomo emprestado o termo à poetisa Ana Cruz. In: CRUZ, Ana. Guardados da memória. Niterói: edição da autora, 2008.

resíduos”¹⁹ da minha trajetória. Seria essa ação uma avamunha²⁰ de reunir pensamentos e histórias? Se sim, estamos iniciando o xirê.

Sigo pegadas esmaecidas pelo tempo, procuro folhas para um amacé epistêmico²¹ de limpar o corpo-político do conhecimento (ANZALDÚA, 2000; GROSGOUEL, 2008; FANON, 2008) e livrá-lo dos feitiços da memória hegemônica, invocando saberes que já estavam maturando na tentativa de revelar nuances residuais de lembranças. Nesse ato não estou sozinho, sigo acompanhado de muitas vozes, saberes e ancestralidades, territórios sobre os quais se dão as trocas de diversificadas experiências: sígnicas, materiais, linguísticas. (OLIVEIRA, 2012) Sou um “caminhante” certeuniano, andarilho caçador lançando mão de táticas, golpeando (CERTEAU, 1982). Se não obtenho a caça-memória, me reaproprio do meu próprio caminhar, reconstruo atalhos, revejo itinerâncias e invento novas rotas. Em um movimento Sankofa²², apanho aquilo que ficou para trás (NASCIMENTO, 2008). O mais importante, a capanga nunca volta vazia.

1.2 Enunciando o meu corpo-político amefricano no xirê

“Entre luzes e som, só encontro, meu corpo, a ti. Velho companheiro das ilusões de caçar a fera”. (Beatriz Nascimento).

¹⁹ Longe de tentar uma aproximação mecânica ou mesmo forçada com o conceito de Glissant, considero-o importante para o estudo em questão, pois, permite incorporar pensamentos produzidos às margens, a partir da recuperação da memória através dos rastros-resíduos. “O pensamento do rastro/resíduo é aquele que se aplica, em nossos dias, da forma mais válida, à falsa universalidade dos pensamentos de sistema”. (GLISSANT, 2005. 176 p.)

²⁰ Avamunha é um nome dado ao toque ou ritmo entoado pelos atabaques no sentido de reunir e dispersar os filhos de santo e Orixás.

²¹ É um banho preparado com folhas litúrgicas específicas e que tem como objetivo, nas religiões de matrizes africanas, a limpeza, purificação e proteção. Retomo essa definição e a desenvolvo melhor no capítulo II.

²² O Sankofa é um ideograma de origem *akan* que significa “voltar e apanhar de novo”, voltar às raízes e construir algo novo a partir das mesmas. Neste ideograma – um pássaro que olha para trás portando em seu bico uma semente. Entende-se a partir desse ideograma a possibilidade de, a partir do conhecimento de um passado, ressignificar o presente, o que nos permitiria produzir (semear) um outro futuro. Ver: NASCIMENTO, Elisa Larkin (org). A matriz africana no mundo. São Paulo: Selo Negro, p. 31, 2008.

Encho cabaças²³ com águas amefricanas, sigo a pista através das pequenas ondulações deixadas pelas narrativas de intelectuais negros(as) da APNB considerando-as lugares comuns de reações, resistências e deslocamentos, como bem definido pela Candace²⁴ Lélia Gonzalez (1988). Agora com um movimento de ofá²⁵ enuncio o meu lugar corpo-político do conhecimento na tentativa de fortalecer processos de descolonização nesta escrita, reconhecendo aqui um chamado à luta antirracista. Esse meu corpo, em interlocução musical com a cantora Luedji Luna, “tem cor, tem corte e a história do meu lugar”. Corpo-memória-agueré que segundo a atlântica Beatriz Nascimento pode ser também, em parte, “aquele que foge, mas que conquista temporadas de tranquilidade, aquele que se recolhe no terreiro e sai da camarinha refazendo, em movimento, narrativas de divindades africanas [...]” (NASCIMENTO apud RATTS, 2006, p. 66). Corpo-território impregnado por uma atmosfera afetiva estruturante que incide sobre um modo de ser e de pensar afetado por territorializações (SODRÉ, 2017). Meu corpo-epistêmico negro, onde percebo o mundo e suas coisas a partir de mim mesmo, de um campo que me é próprio e que se resume, em última instância, ao meu próprio corpo. Lugar-conhecimento, lugar-zero do campo perceptivo, limite a partir do qual se define um outro, seja coisa ou pessoa. Corpo-bússola, orientação com referência aos outros (SODRÉ, 1988).

Um corpo que questiona, espaço aberto a práticas discursivas contestadoras que tensionam branquitudes, epistemicídios (CARNEIRO, 2005), racismos, todo um arcabouço que sustenta colonialidades. Para toda essa trama, destaco a função estratégica do trabalho intelectual recorrendo mais uma vez a bell hooks (1995, p. 465): o trabalho intelectual “[...] é uma parte necessária da luta pela libertação, fundamental para os esforços de todas as pessoas oprimidas e/ou exploradas, que passariam de objeto a sujeito, que descolonizariam e libertariam suas mentes”. Essas escolhas não são dadas nem facilmente construídas, necessitam de intensidade, insurgência e engajamento (WEST, 1999). Requerem entrincheiramentos, abertura de caminhos e aquilombamento, um “processo de reconstrução no qual resistir, dialogar, enfrentar, educar-se são ações indispensáveis para constituírem-se intelectuais negros” (OLIVEIRA, 2014, p. 90). Tendo em mente o dilema dos(as) intelectuais negros(as) das bandas do norte, Cornel

²³ Na ritualística das religiões de matriz africana, sua utilização é ampla, tomando nomes diferentes de acordo com o seu uso, ou pela forma como é cortada. A cabaça inteira é denominada Àkèrègbè, e a cortada em forma de cuja toma o nome de Igbá.

²⁴ Título atribuído a uma dinastia de rainhas guerreiras, mulheres guerreiras que detinham o poder do reino de Meroé, ao sul do Egito.

²⁵ É um arco e flecha, arma sagrada usada por Oxóssi nas religiões de matrizes africanas.

West (1999) propõe algumas alternativas: que eles e elas se voltem para a experiência dos músicos e religiosos(as) negros(as) na tentativa de criarem formas mais inovadoras de produção do conhecimento superando os modelos burguês, marxista e foucaultiano cético. Importantes, porém limitados, segundo o autor.

As distintivas formas culturais afro-americanas, tais como os estilos de prece e sermão negros, gospel, blues e jazz, necessitam inspirar, mas não obrigar a produção intelectual negra futura; isto é, o processo pelo qual eles vêm a ser insights valorativos, como também podem servir como modelos não de imitação ou emulação. Não é necessário dizer, essas formas prosperam para uma incessante inovação crítica e uma insurgência concomitante (WEST, 1999, p. 14).

Além desses aspectos, a própria construção da corporeidade do(a) intelectual negro(a), ou mesmo a sua experiência corpo-existencial²⁶, pode ser vinculada a posicionamentos e à produção de significações potencialmente descolonizadoras. Aliada ao caráter oral, levando em conta a historicidade de toda construção cultural e seu sentido político, temos uma boa representação da sua afrodiáspórica força epistêmica.

Não é nada novo declarar que para nós a música, o gesto e a dança são formas de comunicação, com a mesma importância que o dom do discurso. Foi assim que inicialmente conseguimos emergir da *plantation*: a forma estética em nossas culturas deve ser moldada a partir dessas estruturas orais (GLISSANT apud GILROY, 2001, p. 162).

O meu diálogo com esses pensamentos e intelectuais negros(as) não é a tentativa de criar uma unidade discursiva em oposição ao discurso único, é muito mais um desejo de banhar a minha escrita em águas amefricanas de curas, refúgios e lutas. Vislumbro na amefricanidade uma característica revigorante onde os seus aspectos inter e transculturais permitem

[...]ultrapassar as limitações de caráter territorial, linguístico e ideológico, abrindo novas perspectivas para um entendimento mais profundo dessa parte do mundo onde ela se manifesta: A AMÉRICA e como um todo (Sul, Central, Norte e Insular) (GONZALEZ, 1988, p. 76).

Esta unidade específica ou esse lugar comum de experiências antirracistas, ao contrário das categorias essencializadoras, se origina da contingência e edifica uma potência criadora engendrada da própria agência dos sujeitos racializados, (ALCÂNTARA, 2017), nesse caso os(as) intelectuais negros(as) da APNB que

²⁶ Desenvolverei essa discussão no capítulo III.

compartilham solidariedades, insurgências, lutas e afetos em uma sociedade racista. A Amefricanidade é uma proposta epistemológica surgida não apenas em um contexto diaspórico negro, mas das populações indígenas, recuperando as histórias de resistência e luta dos povos colonizados contra as violências geradas pela colonialidade do poder. Para Claudia Pons Cardoso (2014, p. 969 - 970), “tem por objetivo pensar ‘desde dentro’ as culturas indígenas e africanas e, assim, afastar-se cada vez mais de interpretações centradas na visão de mundo do pensamento moderno europeu”. O seu vigor metodológico pluriversal pode ser expresso no florescimento e estruturação “que marcaram a nossa presença no continente, designando toda uma descendência, não só a dos africanos trazidos pelo tráfico negreiro, como a daqueles que chegaram à AMÉRICA muito antes de Colombo” (GONZALEZ, 1988, p. 79).

Considero que essa categoria, para além de sua importância histórica, também contribui para a amplificação da fundamental noção de Atlântico Negro (GILROY, 2001), permitindo trazer para o centro deste xirê epistêmico a perspectiva de Lélia Gonzalez. Neste xirê estão projetos políticos e ações em que intelectuais negros(as) brasileiros(as) não apenas recebem ideias criadas em outros lugares do mundo afrodiaspórico, mas participam ativamente, produzindo decolonialidades. Considero importante a crítica de Joaze Bernardino-Costa ao afirmar de forma contundente que “em decorrência da língua, a produção de intelectuais negros brasileiros praticamente é ignorada no que se convencionou chamar de Atlântico Negro, embora tenhamos uma produção intelectual muito fértil” (BERNARDINO-COSTA, 2018). Se do lado de lá do Atlântico Negro circulam ideias, ativismos, artefatos culturais e políticos, como bem nos diz Paul Gilroy (2001), o que há do lado de cá? Monto trincheiras narrativas com o Núcleo de Estudos Afro-brasileiros (Neab) Nyanga, com o Programa AFROUNEB e com as memórias de intelectuais negros(as) da Associação de Pesquisadores(as) Negros(as) da Bahia. Potentes Amefricanidades.

Em sua tese de doutorado “Encontros, desencontros e (re)encontros da identidade religiosa de matriz africana: a história de Cecília do Bonocô (Onã Sabagi), a historiadora Cecília Soares (2009) reconstruindo a trajetória de Mãe Cecília do Bonocô, fundadora do Ilê Axé Maroketu, situado no bairro de Cosme de Farias, Salvador, no estado da Bahia, analisando a sua história de vida e estabelecendo uma compreensão que orientou as suas relações com as divindades afro-brasileiras, processo que, segundo a autora, continua presente na memória da comunidade, afirma que a memória é uma das principais heranças para as comunidades de terreiro e de todos(as) que por elas

passam ou passaram. Nesse universo epistemológico afrodiaspórico e muitas vezes na litúrgica dos seus rituais, a exemplo do xirê, segundo Cecília Soares há entonações, declinações nos cânticos, esquecimentos, re-elaborações da práxis, trejeitos, sinuosidades executadas por aqueles(as) que fazem parte deste universo e que revelam recortes temporais que se tratados pedagogicamente, nos fazem entender que a memória está sujeita às descontinuidades e injunções do tempo.

Respeitando profundamente as singularidades do universo afro-brasileiro e as especificidades da pesquisa da professora Cecília Soares, me permito neste xirê epistêmico apoiar-me nestas perspectivas e dar um salto-cronotopo (BAKHTIN, 1997), apresentando um pouco das minhas memórias unebianas que não deixam de estar vinculadas, de certa forma, às memórias dos(as) interlocutores(as) desta tese. Por isso, elas se enlaçarão hora ou outra. Antes, importante situar quais as concepções de memória que a orientam.

1.3 Combates pela memória

“A memória é uma ilha de edição”, afirmava o saudoso poeta baiano Waly Salomão. A memória é também um campo político submetido a um constante jogo de forças em que somos convocados(as) a assumir lugares e fazer escolhas, constantemente. É dessa forma que concebo e escolho o meu lugar de luta de combate, mobilizando memórias contidas nesta tese como atos de resistência, como armas que se erguem a partir de coletividades, enquanto produtoras de conhecimentos. Assim, estabeleço um caminho para conceber relações entre o que se passou e se passa nas nossas trajetórias, o que pode ser interessante visibilizar e que nos constitui (e não constitui) enquanto sujeitos negros pertencentes a uma sociedade racista que nega nossas histórias, conhecimentos e produções. Concebo a memória a contrapelo (BENJAMIN, 1997), mais que uma série de fatos relacionados a um passado distante ou próximo, mais que um conteúdo lembrado ao longo do tempo e que já se encontra pronto. Sempre deslizante e inacabada, ela sofre os impactos das interpelações e das respostas necessárias aos contextos e aos grupos responsáveis pela sua (re)invenção e (re)vivência (WALTER, 2008).

Nessa tese, nos traduzimos nas memórias através de uma série de paôs²⁷ para assustar os maus espíritos do racismo epistêmico, como lumes de apontar caminhos para lugares de (re)existências e orientações. Mais que um movimento arquivístico de dados este ato é um sentir, observar e ver que conexões estabelece quando são acionadas. Uma dança constante entre o interior e o exterior, o individual e o coletivo, o deslocamento e a reterritorialização, entre lugares, tempos, cores, vozes e consciências, entre a fusão e a fissura identitária, cultural e epistêmica. Memória viva que inscreve corpos-políticos negros do conhecimento dentro da alquebrada ideologia oficial, problematizando, assombrando, interpretando e transformando-a. Energia (re)construtiva identitária e política. A enunciação destas memórias vivas é uma força curativa de transformação porque cria constantemente conexões rizomáticas entre diversos elementos, desafiando a relação arbitrária entre cultura, identidade, memória e território mediante sua essência serpenteante (WALTER, 2008).

Nesse campo de lutas constantes, vale fazermos uma pergunta que considero pertinente já que estamos falando de produção do conhecimento a partir de uma associação de intelectuais negros(as) da Bahia: que memórias são construídas e veiculadas quando nos referimos às populações negras?

1.3.1 O papel da escola

A preservação da memória social coletiva é condição indispensável à construção de uma nação plural e pleno exercício da cidadania, sendo o papel da escola fundamental nesse processo. Para Oriá (2004) a escola é, em última instância, “o lócus privilegiado para o exercício e formação da cidadania, que se traduz, também, no conhecimento e na valorização dos elementos que compõem o nosso patrimônio cultural” (ORÍÁ, 2004, p. 130). Nesse sentido, a escola cumpre o seu papel ao socializar o conhecimento historicamente produzido, preparando as atuais e futuras gerações para a construção de novos conhecimentos, alavancando os processos plenos de formação e

²⁷ O paô (pronuncia-se paó) é uma sequência ritmada de palmas, muito utilizada nos rituais de candomblé. Alguns estudiosos da língua dizem que esta palavra yorubá é a junção de duas palavras, reforçando a ideia de que esta é uma saudação que desperta na terra as energias do Orixá.

trazendo à tona as memórias dos diversos segmentos que nos compõem enquanto sociedade.

Contudo, o que encontramos muitas vezes na escola é a preservação da memória social hegemônica sedimentando um imaginário acerca das populações negras marcado pelas agruras da colonização e da escravização, com a veiculação de imagens e experiências negras paralisadas, silenciadas ou negativas. Uma memória colonizada produzida geralmente a partir de imagens de longa duração, ou seja, compreensíveis apenas quando observadas em séculos, mantendo as representações sociais quase intactas.

Segundo Marluce Macêdo, a construção de memórias sobre a experiência negra no Brasil é debatida numa tríade: das memórias literárias, da construção historiográfica sobre a memória da escravidão e da produção acadêmica aos livros didáticos (MACÊDO, 2013). Aqui nos interessa muito mais a última. A concepção predominante sempre foi a de se forjar uma identidade nacional única para o país, excluindo as diferenças e a pluralidade étnico-cultural de nossa formação histórica e os livros didáticos em geral (não só de História) salientaram a eficácia e os feitos dos políticos, reis, aristocratas brancos, remetendo-se quase sempre as suas biografias, inscrevendo no panteão de nossa memória uma galeria de nomes e imagens que deveriam constar como nossos heróis e defensores da pátria. A não representação e as representações estereotipadas dos(as) negros(as) nos livros didáticos induzem a desvalorização e ao esquecimento no que diz respeito à nossa participação na história e no construto da memória oficial acerca desta, induzem ainda a pensarmos que não temos história ou que a nossa história não tem valor, pois, somente a história dos grupos dominantes está registrada e precisa ser estudada e repetida.

Durante muito tempo, esta memória, calcada em um dos aportes da colonialidade (do saber) (LANDER, 2005), invisibilizou a diversidade étnico-racial brasileira, reservando às populações negras um lugar de alienação. Na minha trajetória escolar não foi diferente, as memórias que compuseram o meu aprendizado, principalmente nas aulas de história sempre buscaram distorcer e confundir a minha percepção enquanto estudante negro. Cresci associando o continente africano à barbárie e fome e a presença negra no Brasil à pobreza, onde os sujeitos centrais eram sempre brancos e o espaço privilegiado europeu, algo cotidiano na vida de muitas crianças e adolescentes negros em idade escolar no país.

No seu cerne encontrávamos narrativas ancoradas em categorias generalizantes e modelos explicativos ditos universais, constantemente retroalimentadas por concepções racistas. Estas abordagens não incluíam as pessoas negras, a não ser como personagens secundárias e sem possibilidades de tornarem-se agentes da história, afetando diretamente as suas subjetividades a longo prazo. É o que o historiador Fernand Braudel nos lembra: “Uma realidade que o tempo utiliza mal e veicula mui longamente. Tornam-se elementos estáveis de uma infinidade de gerações” (BRAUDEL, 2007, p. 49).

Conjugo estes verbos no pretérito não querendo dizer que tais perspectivas deixaram de existir, entendo que os campos de construção da memória dentro dos currículos escolares e mesmo a escola, como um todo, passaram e ainda passam por transformações. A educação não é um campo fixo, ao longo dos tempos é possível notar as reconfigurações deste espaço-tempo que indaga e ao mesmo tempo é indagado pelos coletivos sociais (GOMES, 2009). Hoje podemos verificar muitas tentativas de descolonização dos currículos, a exemplo da própria implementação da Lei 10.639 nos dias 20 de 2003 que tornou obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares. O conteúdo programático incluiu o estudo da História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinentes à História do Brasil [...] (BRASIL, 2003, p. 33).

Ressalto que esse processo de descolonização através dos currículos envolve (ou deveria envolver) todo o corpo escolar. Ele ocorre polifonicamente com os(as) praticantes do cotidiano em redes de conhecimentos, tecendo mecanismos de criação e resistência ao papel que lhes tem sido atribuído pelas políticas oficiais. Desenvolvem reflexões críticas sobre suas práticas, em busca do exercício das funções social, política e pedagógica que pretendem assumir para favorecer o acesso, a permanência e o sucesso escolar dos(as) estudantes podendo, dessa forma, contribuir para o processo de construção de uma sociedade menos excludente e desigual e mais justa, cognitiva e socialmente. (LACERDA; OLIVEIRA, 2016) Concebemos, então, o currículo de forma dinâmica e sujeito a variadas injunções. Ainda segundo Inês Oliveira,

[...] ao compreendermos os currículos como criações cotidianas dos praticantes pensantes das escolas, produzidas por meio dos usos singulares que fazem das normas e regras que lhe são dadas para consumo, num diálogo

permanente entre essas diferentes instâncias, podemos supor que as redes de conhecimentos por eles tecidas dão origem a algumas práticas curriculares emancipatórias e são, também, fruto dos diversos modos de sua inserção social no mundo, inclusive no campo do embate político e ideológico que habita a sociedade e, portanto, as escolas e as políticas curriculares. (OLIVEIRA, 2012, p.12).

É importante lembrar que por estar sujeito a pressões, pelo menos no que diz respeito aos conteúdos da Lei 10.639, esse processo não acontece de dentro para fora da escola, ele é fruto de reivindicações do Movimento Negro, como bem sinalizado por Nilma Lino Gomes na Mesa “Corpos negros e genocídios: encontros através de políticas, educação e arte”, no VIII Congresso Baiano de Pesquisadores(as) Negros(as) que aconteceu (virtualmente) na Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB) em 2021.

Esse processo de descolonização não começa de dentro para fora da escola, mas ele vem de fora para dentro da escola, na minha perspectiva é a pressão social, é a pressão do Movimento Negro, em especial aqui no caso que nós estamos tratando é que começa a pressionar e a tensionar a escola e suas estruturas e seus currículos para que se descolonizem, mesmo quando nós ainda não usávamos a expressão descolonizar como no momento usamos (GOMES, 2021, Sp.)²⁸.

Nas disputas que se desdobraram, os(as) professores(as) foram chamados(as) a fazerem escolhas sobre o que ensinar, quais os discursos sobre as populações negras, quais as versões históricas e memorialísticas que seriam colocadas à disposição dos(as) estudantes e debatidas em sala de aula. Além do aumento considerável da produção de material didático (livros, cartilhas, revistas, CDs, filmes etc.), muitos cursos de formação de professores(as)²⁹ voltados para a educação das relações étnico-raciais surgiram. Hoje afirmarmos categoricamente que nós, educadores e educadoras negros e negras somos sujeitos históricos, agentes produtores de teorias e epistemologias que lutam pela decolonialidade do pensamento.

²⁸ Fala da Profa. Nilma Lino Gomes na Mesa Corpos negros e genocídios: encontros através de políticas, educação e arte. VIII Congresso Baiano de Pesquisadorxs Negrxs 2021. 1 vídeo (1h 58min. 32 seg). Publicado pelo canal Unilab Oficial. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=IYR9ESBq9zQ&t=4708s>. Acesso em 15 de ago. 2021.

²⁹ Destaco o CEAFO - Programa de Educação para a Igualdade Racial e de Gênero do Centro de Estudos Afro-Orientais (CEAO) e o PROGRAMA AfroUneb - Ações afirmativas, igualdade racial e compromisso social na construção de uma nova cultura universitária, implementado na Universidade do Estado da Bahia. Falarei deste programa mais adiante.

Nesta tese não há busca de consenso entre autores(as) quanto ao uso do termo “decolonial”. Concordo com Breitner Tavares, Shirley Tate, Joaze Bernardino-Costa e Nilma Lino Gomes (2021), ao afirmarem que o fundamental é o estabelecimento de diálogos com intelectuais negros(as), a exemplo de: Angela Davis, Lélia González, Steve Biko, Frantz Fanon, bell Hooks, Abdias do Nascimento, Beatriz do Nascimento, Aimé Césaire, Clóvis Moura, Guerreiro Ramos, Sueli Carneiro, Cida Bento etc. A partir destas conversas, inclusive com a minha orientadora, Mailsa Passos e eu concebemos decolonialidade como

um deslocamento epistemológico produzido por intelectuais insurgentes, praticantes da vida cotidiana que, dentro de um escopo teórico combativo, utilizam suas táticas de resistência, desempenhando importante papel na construção e produção do pensamento e conhecimento e nas várias formas de ativismo. Concebida a partir das/com as experiências das populações colocadas à margem, sua força epistêmica se contrapõe às tendências acadêmicas dominantes e suas formas monocráticas de produções científicas. Por vezes é mobilizada desde uma perspectiva sankofa, ou seja, apresenta um olhar atento ao passado, ressignifica o presente e produz possibilidades de outros futuros, alimentando-se e, ao mesmo tempo, trazendo à tona em forma de “oferendas epistêmicas” saberes já acumulados frente às racionalidades de um sistema-mundo único e monológico (PASSOS; SILVA, 2021, Sp.).

Seguindo no pensamento de Nilma Lino Gomes (2012), por estarmos constantemente diante de confrontos entre variadas visões de mundo e experiências históricas, a descolonização dos currículos implica conflitos e negociações. Descolonizar os currículos é visibilizar epistemes insurgentes e contestadoras que promovam o combate a todas as formas de exclusão, priorizando nos processos de formação uma posição crítica, antirracista, antipatriarcal e anticapitalista, possibilitando aos indivíduos reconhecerem-se em novos horizontes emancipatórios. No empenho político de uma descolonização ao mesmo tempo ética e epistêmica, segundo Muniz Sodré (2017) é relevante

dar à luz “filosofias” insuspeitadas e a salvo da violência dogmática, ou seja, desconstruir o vocabulário hegemônico em seu próprio arcabouço conceitual para revelar novas perspectivas éticas e ontológicas, inclusive para o próprio conceito de “humano” e, conseqüentemente, para as disciplinas acadêmicas que se classificam pela etiqueta pluralista de “humanidades (SODRÉ, 2017, Sp.).

Belos exemplos destas “filosofias insuspeitadas” a que se refere Muniz Sodré podem ser encontrados nos “encantamentos” e “ancestralidades” propostos por Eduardo David de Oliveira no volume I do seu livro “A ancestralidade na encruzilhada: dinâmica

de uma tradição inventada”.³⁰ Contudo, apesar dos avanços relacionados às tentativas de descolonização dos campos da memória e dos currículos, é preciso um olhar mais amplo. Essa ressalva foi feita por Nilma Lino Gomes ainda no VIII CBPN:

Para descolonizar os currículos nós não podemos olhar só para os currículos, nós temos que olhar para o sistema educacional como um todo, nós temos que olhar para estrutura da escola como um todo, a organização dos tempos, dos espaços, a relação com a comunidade, a escola inserida nessa comunidade, não somente se relacionando com entorno dessa comunidade, a condução das decisões participativas na escola que são os colegiados, nós temos que olhar para dentro dos conselhos de classe como muitas vezes nossos corpos, os corpos das nossas crianças e adolescentes negros são julgados dentro de um conselho de classe, muitas vezes é a forma mais clássica que a gente tem julgados pela nota pelo desempenho, nas relações de racismo institucional que existem dentro da escola(...) (GOMES, 2021, Sp.).

Os combates pela memória são constantes, nada está garantido. Atualmente enfrentamos vários retrocessos sociais e uma série de ataques vindos do atual governo fascista no qual temos um representante, o gestor da Fundação Palmares que antes de fortalecer os movimentos negros³¹ e bem representá-los, os criminaliza.

As memórias são forjadas nos processos históricos, produzidas no interior de tensões, de verdadeiras guerras simbólicas, nas disputas entre os diferentes grupos e nos mais diversos campos (GALZERANI, 2006). Dessa forma, as suas reedições precisam ser concebidas, não raro, de forma violenta e insurgente. Somos mais uma vez convocados ao combate.

1.4 Sobre ações afirmativas, lanças e escudos

Diferentemente do que ocorreu na minha idade escolar, é na universidade que há um encontro positivado com o meu pertencimento racial, uma valorização da minha estética negra seguida de muitas descobertas sobre a minha própria ancestralidade. É importante frisar que esta afirmação identitária não é algo dado, garantido ou que

³⁰ OLIVEIRA, Eduardo. **A ancestralidade na encruzilhada: dinâmica de uma tradição inventada** (p. 6). Ape'Ku Editora. Edição do Kindle.

³¹ Concebo movimentos negros a partir do que define Nilma Lino Gomes no seu livro “O Movimento Negro educador: saberes construídos nas lutas por emancipação”. GOMES, Nilma Lino. “**O Movimento Negro educador: saberes construídos nas lutas por emancipação**”. Petrópolis: Vozes, 2017, 154p. (2018).

acontece de forma mecânica, ela vem pavimentada pelas políticas públicas, as ações afirmativas que estavam sendo implementadas na UNEB, especificamente as cotas raciais proporcionando toda uma ambiência plural e mais democrática na universidade. Isso não pode ser esquecido. É nesse período que inicio a minha vida religiosa dentro de uma comunidade de terreiro no bairro de Cajazeiras, em Salvador. Lá recebo o primeiro fio de contas lavadas e participo do primeiro xirê. É quando uma força ancestral toma o meu corpo e sinto o significado de ser Omo Orixá, de ser um filho de Oxossi! Mas, isso é uma outra história... Voltando à UNEB, lembro perfeitamente do primeiro dia de aula da disciplina de graduação Tópicos Especiais em História da África, em 2001, ministrada pelo professor Wilson Roberto de Mattos, mais um interlocutor nesta tese que será apresentado adequadamente mais à frente. Fui literalmente absorvido pelo som do maior reggaeman brasileiro nascido em São Félix, no Recôncavo, com a canção “Etiópia”. Wilson Mattos tinha acabado de me apresentar Edson Gomes e isso me marcou profundamente. É na universidade que terei contato com a Semana de Consciência Negra, evento emblemático que ocorre há anos na UNEB Campus V. Esses fatos vão desconstruindo o tipo de memória que foi aprendida na escola, são saberes que vão sendo assimilados aos poucos, ressignificados e disputados.

Ingressei no ensino superior em 2000, no curso de História, na Universidade do Estado da Bahia, Campus V, localizado em Santo Antônio de Jesus, cidade do Recôncavo Sul que fica a 187 km de Salvador. Historicamente voltada para o acesso ao ensino superior de forma democrática e inclusiva, a UNEB está presente em 24 municípios baianos – 2/3 dos quais localizados na região do semiárido brasileiro. Tendo residência fixa em Salvador, mas com recursos escassos para manter minhas viagens de retorno, atravessar a Baía de Todos os Santos foi ficando mais difícil. Como a política de gestão de ações na área de permanência e assistência estudantil³² ainda não era uma realidade concreta, enfrentei as mesmas dificuldades da maioria dos(as) estudantes pobres que precisava se deslocar para estudar. Naquele momento o que se apresentava como única possibilidade de permanecer na universidade era morar em Santo Antônio de Jesus e encontrar uma forma de custear as despesas com os estudos. Acredito que mesmo com as políticas de ações afirmativas e de assistência estudantil em voga atualmente, muitos(as) jovens negros(as) ainda enfrentam esta realidade quando

³² O Programa de Assistência Estudantil (PAE) trata-se de uma proposta que agrega ações distintas voltadas para a consolidação da política de permanência do estudante da UNEB, na graduação, até o final de seu curso. Foi criado através da Resolução CONSU n.º 659/2008, publicada no D.O.E. de 19-12-2008.

decidem ingressar em uma universidade pública. Gilson Souza parece ter enfrentado algo parecido quando decidiu prestar vestibular.

Antes de fazer vestibular eu estava pensando no que ia fazer porque como eu sou de Salvador e a UNEB onde me formei não era, eu não queria ir porque não tinha muita perspectiva, pensava como é que eu vou morar no interior? Sem trabalho, sem nada, com 17 anos, então eu ficava naquela do que eu ia fazer (...) Ainda não tinha História na UNEB aqui de Salvador, quando teve eu já estava lá, aí minha madrinha mora lá em Santo Antônio de Jesus, aí eu pensei não que eu vá morar com ela, mas o fato de você ter alguém que você conhece no lugar já não vai começar do zero, né, seria diferente de ir para uma cidade completamente estranha que eu não conhecia ninguém (Citação de entrevista concedida ao autor).

Gilson Souza, egresso do Campus V do curso de História ingressou com a segunda turma de cotistas da UNEB, em 2004. O primeiro interlocutor devidamente apresentado nesta tese é Mestre em História Regional e Local também pelo Campus V e autor do livro “Águas, Flores & Perfumes: Resistência Negra, Atabaques e Justiça na República (Salvador-BA, 1890-1930)”³³, uma riquíssima pesquisa que busca estabelecer diálogos entre a legislação brasileira no contexto das políticas de controle social e repressão da população negra da cidade de Salvador e os costumes destas populações após a abolição do sistema escravista. Atualmente é professor de uma escola particular no bairro de Valéria, situado na região periférica de Salvador, já nos limites com o município de Simões Filho. Nada mais natural ele ser o primeiro interlocutor/irmão de barco³⁴ a adentrar este xirê comigo, pois, somos contemporâneos e egressos do mesmo campus. Nossa conversa aconteceu no dia 29 de junho de 2021 e rendeu bons compartilhamentos de memórias e histórias.

Confesso que só passo a ter uma consciência maior da importância das discussões raciais depois do terceiro semestre, ou seja, em 2001. As questões mais direcionadas à educação para as relações étnico-raciais e formação de professores(as), assuntos que compõem boa parte das minhas pesquisas até hoje adquirem maiores contornos após o ingresso da primeira turma de estudantes cotistas em 2003, através da chamada Lei de Cotas (Resolução nº 196/2002)³⁵ aprovada pelo Conselho Universitário da UNEB que propunha o mínimo de 40% de vagas para candidatos(as) afrodescendentes, oriundos de escolas públicas. Mais do que nunca vale lembrar que

³³ SOUZA, Gilson. **Águas, Flores & Perfumes: Resistência Negra, Atabaques e Justiça na República (Salvador-BA, 1890-1930)**. São Paulo. Editora Dialética, 2021. E-book.

³⁴ Muitas vezes utiliza-se o termo irmão de barco quando são recolhidos no mesmo barco ou irmão de axé para os irmãos da mesma casa.

³⁵ A reserva de vagas se estendeu para as populações indígenas em 2008.

este foi um compromisso antirracista assumido e implementado pela universidade na gestão da primeira reitora negra do Brasil, a professora Ivete Sacramento, que solicitou a realização de um estudo referencial sobre as cotas antes de submetê-la ao Conselho Universitário (Consu), instância máxima deliberativa da UNEB. Ivete Sacramento, reitora da UNEB no período de 1998 a 2006 implantou as cotas para estudantes negros(as) na universidade em 2002, dando início a uma polêmica e disputas jurídicas em todo o país, que perdurou até 2012, com a constitucionalidade das cotas reconhecida por unanimidade pelo Supremo Tribunal Federal (STF). “Fomos tidos como autoritários. Ninguém sabia, de fato, o que eram ações afirmativas, o que eram medidas de reparação e porque estávamos buscando pôr em prática as cotas”, afirma a professora Ivete Sacramento em entrevista a Danilo Oliveira, da Assessoria de Comunicação da UNEB / Ascom.³⁶

A UNEB e a Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) foram pioneiras na adoção de uma política de Ações Afirmativas³⁷, no início voltada à garantia de acesso dos(as) negros(as) nos seus cursos de graduação e, no caso da UNEB, também nos cursos de pós-graduação. A III Conferência Mundial Contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Correlata – ocorrida na África do Sul nos anos de 2001 – marca a sua efetivação. A minha trajetória é tributária das políticas de inclusão destas duas insurgentes universidades estaduais. Para Joaze Bernardino-Costa e Ramon Grosfoguel (2016), as ações afirmativas significam a entrada de estudantes e professores(as) com trajetórias e experiências diversas no âmbito da produção do conhecimento acadêmico, contudo, para que essas experiências concretas possam fazer sentido, é necessário reconhecer que o conhecimento hegemônico também é um conhecimento que nasce de experiências e particularismos concretos. É preciso questionar o privilégio epistêmico, pois, somente mediante esse ato podemos também questionar a subalternidade epistêmica à qual saberes, experiências e sensibilidades não-hegemônicas têm sido relegados.

³⁶ “18 anos de Cotas na UNEB: Histórias de Lutas e Garantia de Direitos”. Disponível em: <https://portal.uneb.br/proaf/2020/12/15/18-anos-de-cotas-na-uneb-historias-de-lutas-e-garantia-de-direitos/>. Acesso em 14 de jun. de 2020.

³⁷ Ações Afirmativas são “conjuntos de ações políticas dirigidas à correção de desigualdades raciais e sociais, orientadas para oferta de tratamento diferenciado com vistas a corrigir desvantagens e marginalização criadas e mantidas por estrutura social excludente e discriminatória”. (Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, 2004, p. 12).

Embora o pioneirismo dessas universidades tenha importância significativa na ampliação das discussões sobre as Ações Afirmativas no ambiente acadêmico, precisa-se reconhecer que essa demanda vem de reivindicações históricas empreendidas pelas populações negras e indígenas através das lutas por liberdades durante o regime escravista até as lutas antirracistas do Movimento Negro, nos tempos da atuação política de Abdias do Nascimento (GOMES, 2012; MATTOS, 2003). Essas ações concretas me permitiram conhecer um número maior de estudantes negras(os) e aprender mais sobre ativismo. Algumas/alguns ingressantes da primeira turma de cotistas, em 2003, do curso de História, na UNEB Campus V, já participavam ativamente de movimentos negros em Salvador, a exemplo do Instituto Cultural Benficiente Steve Biko, localizado no Pelourinho, Quilombo do Orubu, no bairro de Cajazeiras, Escola Mãe Hilda Jitolú, no Curuzu (Liberdade), cursinhos pré-vestibulares da Itinga, Beirú, Caixa d'água etc. Ouso afirmar que muitos(as) deles(as) já eram tocados(as) diretamente por aquilo que Sales Augusto (2011) vai nomear como uma ética da convicção antirracismo³⁸, através do ativismo sociopolítico em alguma organização negra, já sinalizando um posicionamento racial mais incisivo.

Não consegui identificar na fala de Gilson Souza a sua participação em algum movimento negro antes do ingresso na UNEB, contudo, o seu posicionamento racial é engajado quando fala das cotas para negros(as) nas universidades:

Optei pelas cotas que é um posicionamento político, onde tem que falar o tempo todo porque a gente sabe, a gente sempre se depara com aquela ideia de alguém tentar diminuir, 'ah, passou, mas foi pelas cotas' como se fosse uma coisa menor, aí a gente tem que estar sempre pronto para falar que a gente passou pelo vestibular como todo mundo, paguei a taxa de inscrição como todo mundo, que não foi barato, não foi fácil, fiz a prova lá do mesmo jeito que todo mundo, avaliado do mesmo jeito que todo mundo, então não teve privilégio nenhum nisso, que tem muita gente que acha que é porque você passou pelas cotas que está sendo privilegiado, está tirando a vaga de alguém, como se a vaga pertencesse a alguém, e aí eu acho que é importante a gente falar sempre que é cotista, que tem que reafirmar sempre porque é um posicionamento político, não é só uma vaga, tem muita coisa envolvida nisso (Citação de entrevista concedida ao autor).

Perguntei como ele analisa o posicionamento das turmas que estão entrando agora na universidade com relação às cotas?

³⁸ “Ética da convicção antirracismo é o preceito de lutar contra o racismo em qualquer esfera da vida social, seja na rua ou no trabalho, na escola ou na universidade, na vida pública ou privada, entre outros espaços, visando desconstruir o mito da democracia racial e, conseqüentemente, construir uma sociedade igualitária de direito e de fato. (SANTOS, 2011)

Eu acredito que está até melhorando, vou falar dos meus alunos, eu não posso ser hipócrita de falar que não tem a participação minha, acredito que tem porque eu falo disso todos os dias(...) tem coisas que eu vejo meus alunos falando nas redes sociais, minhas alunas de 12, 13, 15 anos falando, se posicionando, marcando território, falando coisas que na minha idade não falava porque não era uma coisa que a gente debatia na escola, não tinham professores que falavam sobre isso, então eu acho que hoje as pessoas estão indo com a bagagem muito maior do que quando a gente tinha a idade deles, eles já têm um ponto de partida porque a gente foi meio que desbravando, das primeiras turmas ali, aquela coisa toda, aquele debate todo, aquelas capas da revista *Veja* falando que a gente ia diminuir o nível da universidade, aquele negócio lá daquelas capas colocando uma mulher negra falando que ela ia decidir o seu futuro, perguntas como: ‘você vai deixar que ela decida o seu futuro’? A gente teve que conviver com isso aí a maior parte do tempo, coisas que falando hoje em dia parece que estamos falando de 30 ou 50 anos atrás, mas isso foi há pouco tempo e aí tem coisas que se falavam antes, mas hoje são inaceitáveis, e hoje, boa parte pelas gerações que foram se seguindo, pelas lutas que travamos esse tempo todo, eu acredito que os mais jovens hoje já tem um ponto de partida, tá bem melhor hoje, claro que tem muita coisa que precisa melhorar porque se falar que está bom parece que já chegou no patamar, comparado com o que era quando eu estudava, por exemplo, hoje está infinitamente melhor. (Citação de entrevista concedida ao autor)

A fala de Gilson Souza inevitavelmente me faz lembrar dos tempos da graduação no curso de História, os debates que enfrentávamos nas salas de aula e o quanto buscávamos, avidamente, por argumentos que validassem as nossas defesas das cotas raciais nas universidades. Éramos poucos, porém, combativos. Entre acusações de sermos “racistas às avessas”, vou lembrando também do impacto negativo que as capas das revistas *Veja* e *IstoÉ*, causavam em nós com suas reportagens tendenciosas. Pertencentes ao grupo Abril (família Civita), as revistas fazem parte de um dos maiores conglomerados de mídia da América Latina e são conhecidas por assumirem, no período, violentos discursos de oposição aos governos federais encabeçados pelo Partido dos Trabalhadores (PT). Dotadas de uma linha editorial conservadora e violenta, os títulos “Não deu certo” e “O grande salto para trás” das matérias já denunciavam a perspectiva colonialista, racista e neo-escravista que adotavam.

Muniz Sodré (2015), nos apresenta um panorama da mídia hegemônica acerca do trato das ações afirmativas, especificamente as cotas raciais, ao se debruçar sobre o conteúdo das *Veja*, *IstoÉ*, *Estado de S. Paulo*, *Folha de S. Paulo* e *O Globo* no período. O apelo à “meritocracia” acaba sendo o fio condutor de muitos dos conteúdos e parece ser o ingrediente preferido da “farofa mal despachada” que ainda enche o corpo mal nutrido de boa parte da esquizofrênica sociedade racista brasileira. Na matéria “O grande erro das cotas”, assinada por Julia Carvalho, na edição de 29/08/2012, Muniz Sodré nos diz:

A menção a supostos riscos, concernentes à sobrevivência da ‘meritocracia’ no sistema de ingresso efetivado por meio do vestibular estaria expresso na legenda da foto que ilustra o artigo. Nela são mostradas alunas brancas, algumas com metade de seus rostos pintados de preto, e portando cartazes, num dos quais se lê ‘Cotas: famoso jeitinho brasileiro’. No texto que acompanha a imagem encontra-se a definição: ‘Os prejudicados-Alunos de escolas particulares do Distrito Federal protestam contra a nova lei: adeus ao mérito’ (SODRÉ, 2015, p. 328).

Recordo o quanto foi difícil lermos, no nosso coletivo de estudantes negros(as), o manifesto contra as cotas raciais de 30 de maio de 2006, onde muitos(as) intelectuais brancos(as) que durante muito tempo usufruíram de privilégios e status com suas pesquisas sobre as populações negras assinaram. Temos hoje alguns/algumas arrependidos(as) contumazes. Ainda não dispúnhamos das mídias sociais para os “textões”, a luta era “olho no olho”. O fato é que apesar do posicionamento do STF ter abrandado os ânimos racistas, o ressentimento é perene. Para o professor Muniz Sodré,

embora o antagonismo da imprensa tenha arrefecido consideravelmente desde que o Supremo Tribunal Federal proclamou a legalidade e a legitimidade das cotas, não se extinguiu realmente o ethos de ressentimento no âmbito dos intelectuais coletivos das classes dirigentes, dos quais a mídia é parte principal, enquanto espelho ideológico do ethos hegemônico. Por isso, é teórica e politicamente pertinente identificar as linhas gerais que marcaram a cobertura e, sobretudo, as diversas colunas e recortes de opinião, recorrentes em veículos impressos, de amplo alcance no território brasileiro, acerca da questão das cotas raciais (SODRÉ, 2015, p. 317).

Enxergo no posicionamento político e crítico de Gilson a potência do seu engajamento enquanto intelectual negro comprometido com ações antirracistas. Ações essas que reverberam nas suas práticas pedagógicas e que, de certa forma, acredito eu, alimentam-se da força epistêmica que foi plantada por dois produtos “Made in” UNEB: o Programa AfroUneb e o coletivo de estudantes cotistas negras e negros Nyanga (2003), ambos do campus V.

O que eu levo do Nyanga para a aula é basicamente ter que reescrever o livro didático, tipo aparece lá escravo e eu digo é escravizado, não escravo, a África não começa com a escravização, a África não é um país, é um continente vasto, diversos idiomas, povos, eu basicamente tenho que reescrever o livro(...) então minha aula não é só conteúdo de abrir livro e sair falando coisas, tem que contextualizar e colocar as coisas do jeito que elas são(...) tanto o Nyanga quanto o AfroUneb, tudo isso ajudou a gente a conhecer outras leituras, a ter contato com outras coisas e levar isso adiante, então, apesar de tudo isso, por exemplo a própria ideia do AfroUneb e o próprio Nyanga serviram pra levarmos adiante, não ficou só na sala da universidade, a gente conseguiu transformar isso numa plataforma de educação e de vida também (Citação de entrevista concedida ao autor).

Gilson Souza escolhe aquilo que Cornel West (1999) chama de lugar de insurgência, o que muitas vezes pode ser a única alternativa para o(a) intelectual negro(a) diante de uma sociedade racista. Ao criar práticas pedagógicas alternativas, resultado também da experiência nos coletivos e da consciência da resistência em comum, ele coloca em relevo o papel que devem representar os(as) intelectuais às margens do poder (SAID, 2005), aquelas e aqueles que se colocam a serviço da produção de um conhecimento insurgente e questionador. Assim como o professor Gilson Souza, também sou tributário das ações do coletivo Nyanga, do fortalecimento que adquirimos ali, da ação afirmativa diretamente instituída. Para a luta contra uma colonialidade do saber (LANDER, 2005) que historicamente tenta nos colocar na condição de destituídos da fala, da habilidade de produção de teorias, projetos políticos e da possibilidade de escrita inteligível (FANON, 2008), lanças e escudos.

Eu não conhecia, não tinha essa noção, esse posicionamento sobre racismo, não tinha essa visão como eu tenho hoje e eu aprendi muito construindo tudo isso junto com o Nyanga e as pessoas que passaram por lá, foi uma maneira de mudar de vida mesmo, assim, da gente se ressignificar, em se identificar, de se ver como negro, como alguém importante com a possibilidade de reescrever a nossa história(...) eu fico pensando em todo mundo que já participou do grupo Nyanga, que a gente conhece, do próprio AfroUneb que a gente mantém contato, a gente vê que ninguém saiu dali indefeso, a gente cresceu, construímos um escudo e uma lança também pra se defender de tudo isso que a gente ouve falar o tempo todo (Citação de entrevista concedida ao autor).

Nesse contexto, penso no axé de conhecimentos e afetos que não só recebemos como também produzimos a partir das experiências coletivas do Nyanga e do AfroUneb. É o que a Yalodê³⁹ Vanda Machado nomeia enquanto “fazer cabeças como alargamento para percepção do mundo, como reaprendências, como florescimento do que nasce na profundidade do ser e como um jeito de aprender encantando a vida” (MACHADO, 2013, p. 24). As vivências com estes(as) estudantes negros(as) foram importantíssimas na minha trajetória. Lembro-me do orgulho de serem cotistas e fazerem questão de se posicionar dessa maneira. Experimentei esse mesmo orgulho anos depois, quando ingressei no mestrado em Educação e Contemporaneidade na própria UNEB, pela reserva de vagas. E ainda experimento esse orgulho até hoje, sou um doutorando cotista. O contato e as trocas de experiências nos proporcionaram fortes

³⁹ Aquela que lidera as mulheres na cidade e/ou a dona do grande poder feminino.

amizadas, forjando em mim uma subjetividade mais inconformada com a nossa situação enquanto negro(a).

1.5 Semana da Consciência Negra (1995) e Programa Rede UNEB 2000: oferendas ético-formativas na luta antirracista no Campus V/Santo Antônio de Jesus

Os atabaques aqueceram o ano de 2003 e a coisa começou a ficar preta na UNEB. Para muitos, assim como eu, o início de tudo. Entre conferências, seminários temáticos, oficinas e fóruns, nos fortalecíamos dentro e fora da universidade, muitos coletivos de estudantes negros(as) com estruturas de Neabs foram sendo constituídos em cidades da Bahia que abrigavam departamentos da UNEB, a exemplo do UNEUDA (Campus de Alagoinhas) e Ubuntu (Campus de Salvador). Naquele ano de 2003, o Nyanga inaugurou a sua participação na Marcha da Consciência Negra Zumbi e Dandara, que saía do Campo Grande em direção à Praça Municipal em Salvador. Considero importante abrir espaço para alguns eventos-memória mais antigos que abriram nossos caminhos.

1.5.1 A Semana da Consciência Negra

A Semana da Consciência Negra que acontece desde 1994 no Campus V pode ser considerada um dos eventos mais importantes da luta antirracista na cidade de Santo Antônio de Jesus, sendo fundamental no fortalecimento da consciência racial de muitos(as) estudantes, professores(as) e da população da cidade que também participa da caminhada. Este é um evento singular para a trajetória e formação de Denilson Lessa dos Santos, mais um interlocutor nesta tese.

Professor da Universidade do Estado da Bahia e Mestre em História Social pela Universidade Federal da Bahia, este intelectual negro atualmente é doutorando em Estudos Étnicos e Africanos também pela UFBA. Ele foi o segundo vice-presidente da Associação de Pesquisadores(as) Negros(as) da Bahia no IV Congresso Baiano de Pesquisadores(as) Negros(as) (CBPN), realizado em setembro de 2013 na Universidade

Federal do Recôncavo Baiano (UFRB). Nossa conversa, ocorrida no dia 06 de julho de 2021 rendeu muitas memórias sobre este evento.

Em 1995 a UNEB realiza a Primeira Semana de Consciência Negra, e na época quem conduziu esse primeiro movimento foi o professor Wilson Roberto de Mattos. Recém-chegado de São Paulo, ele passou no concurso público em 94/95 e assumiu o cargo de professor universitário na UNEB(...). Interessante dizer isso porque hoje nós estamos caminhando para realizar a XXIII Semana da Consciência Negra, isso demonstra toda uma trajetória de discussões, de trabalhos que a UNEB faz através do Campus V, com professores, estudantes, outros apoiadores da sociedade civil em relação a esse debate na cidade. A Primeira Semana de Consciência Negra marca de alguma forma minha trajetória para além das experiências vivenciadas na minha juventude, na minha infância, eu quero dizer que ela marca e foi a partir daí que de alguma forma, aos poucos, fui me apropriando, melhor conhecendo como era, como era participar, como era atuar em um movimento que tinha como objetivo a luta antirracista...(Citação de entrevista concedida ao autor).

Denilson Lessa fez vestibular em 1993 e ingressou no início do ano de 1994 no curso de licenciatura em História. Desde então, essa experiência em torno das discussões raciais parece ter se ampliado.

Fizemos parte da segunda ou terceira turma do curso formal de História, de lá para cá essa experiência em torno das discussões raciais, elas foram se ampliando. Na licenciatura, propriamente dita, eu tive algumas experiências, não só eu apenas, mas alguns colegas, por isso eu quero colocar no plural, nós tivemos, nós participamos, é fruto de uma experiência coletiva, tivemos ali boas discussões e experiências (Citação de entrevista concedida ao autor).

As memórias de Denilson Lessa e de Gilson Souza são traduções diretas de suas experiências na luta antirracista, seus discursos parecem desviar-se do individualismo, assumindo o caráter da experiência não enquanto o relato de uma vivência particular ou uma biografia individualizada, mas como uma memória coletiva compartilhada, agregadora de trajetórias, eventos e (re)criações. A participação em coletividades negras parece amplificar e fortalecer a consciência racial destes dois pesquisadores, os seus corpos-políticos do conhecimento. Esse é o momento em que identifico que os(as) intelectuais entrevistados(as) respondem enquanto grupo, conformando uma ideia de experiências compartilhadas, expondo narrativas que revelam alguns pontos em comum. Ressalto, porém, que as apresentações de suas percepções nem sempre garantem similaridades nem exclui os limites que circunscrevem uma coletividade - não procuro estes propósitos na pesquisa. O que vale enfatizar, aí sim a título de respostas ao que proponho nesta tese, é a exposição aos

debates raciais que despertam, a consciência apurada destes intelectuais quando narram as suas experiências dentro da universidade, lócus central para estes(as) pesquisadores(as) negros(as)⁴⁰ que afirmam uma educação antirracista e de luta contra formas de colonialidades. Localizo nas falas de Denilson Lessa, além de eventos, pessoas que podem ter contribuído no reforço da sua consciência racial e que estimularam na atuação em movimentos negros. As suas lembranças também remetem a isso.

Uma questão importante observada tanto aqui quanto em outras narrativas é que há diferenças e graus de envolvimento nessa atuação, as singularidades são visíveis para que não pensemos que agem uniformemente, ainda que façam escolhas e tenham posturas semelhantes, inúmeras são as experiências nos diversificados movimentos negros. Suas memórias, e aqui apresento mais duas falas de Denilson Lessa sobre a Semana da Consciência Negra e os movimentos negros da cidade de Santo Antônio de Jesus, respectivamente, são produzidas a partir de diferentes localizações no tempo-espaço, isso demonstra a riqueza de podermos observá-las de múltiplas perspectivas.

(...)Lá em 1995 foi o primeiro movimento stricto sensu que de alguma forma ligava o mundo acadêmico universitário com o mundo popular, o mundo negro lá fora e de alguma forma ele me ligava também, até porque eu era oriundo desse mundo negro popular lá fora que a universidade, especialmente, ela pouco se preocupava ou quando se preocupava era meramente como objeto de estudo.

(...)Na cidade não tinha essa discussão racial do ponto de vista diria acadêmico, claro que havia movimentos negros na cidade, como exemplo o potente movimento negro representado pelos Capoeiras, pelas academias de Capoeira que se consolidavam pelo interior da Bahia, a exemplo de Santo Antônio de Jesus, e aí eu quero fazer lembrança da importância de dois Mestres de Capoeira que foi Roque dos Anjos e o próprio Mestre Gabriel da Luz, esses dois Mestres tiveram importante participação nos movimentos negros na cidade através da capoeira, para além do Mestre Roque, da academia de Capoeira Ogunjá, também a partir de alguns blocos afros da cidade, inclusive já tem trabalhos de dissertação feitos na cidade, no curso de História do Campus V sobre os blocos afros focando na trajetória do bloco

⁴⁰ O termo “pesquisador negro” dialoga e/ou mesmo confunde-se em muitos momentos desta tese com a definição de “intelectual negro” proposta pelos autores que sustentam o corpo teórico da pesquisa. Contudo, quando me refiro a pesquisador negro, busco aproximação com a definição da Prof^a. Dra. Marise de Santana, presidente do Órgão de Educação e Relações Étnicas (ODEERE) da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB) coordenadora do V Congresso Baiano de Pesquisadores(as) Negros(as) CBPN, realizado em 2015. “Entendo pesquisador negro como aquele ou aquela que insatisfeito(a) com o silenciamento, negação, ocultamento de um determinado conhecimento se propõe a elucidá-lo. Este pesquisador negro trabalha a partir de um pensamento limítrofe, propiciado por fronteiras entre saberes colonizados e decolonizados, se insurgindo, buscando produzir conhecimentos que se voltem para pensar os grupos que sempre foram racializados e etnicizados”. Live “APNB: 15 anos de insurgências epistemológicas e desafios frentes ao racismo estrutural”, transmitida pelo canal da associação, em 13 de agosto de 2020 no YouTube. <https://www.youtube.com/watch?v=FpoTTPx38bM&t=3840s>

afro filhos de Olorum, também conduzido pelo Mestre Roque, eu lembro além do bloco afro filhos da Jamaica e havia outros blocos que agora não me lembro o nome, a memória da infância, às vezes algumas coisas a gente lembra e outras nem tanto, mas eu lembro dos chamados sambas de roda, sambas de reza que é uma variação do samba de roda, é um samba de reza que ele é precedido pela reza, pelas ladainhas das rezas, as devoções, as promessas a São Cosme e Damião, Santa Bárbara, lembro dos carurus, eu considero todas essas práticas sociais, essas experiências como movimentos sociais negros e também esses movimentos, essas práticas me auxiliaram a formar a minha consciência racial (Citação de entrevista concedida ao autor).

A Semana da Consciência Negra de Santo Antônio de Jesus apresenta um substrato ético-formativo que ajuda a compor um quadro de experiências afrodiáspóricas na Bahia. Uma oferenda epistêmica que também me alimenta e constitui pela experiência e memória compartilhadas, reiterando a afirmação de Bakhtin (1997) de que nenhum pensamento é produzido a partir do silêncio ou de um sujeito monológico. Foi na Semana da Consciência Negra de Santo Antônio de Jesus que conheci o saudoso Mestre Roque e o bloco afro Filhos de Olorum. Este evento revela características eminentemente pedagógicas e formativas, é importante inscrevê-lo em uma perspectiva mais ampla, ou seja, inseri-lo em um conjunto de ações próprias de uma universidade que nasce voltada para a formação de professores e cria a sua excelência a partir deste aspecto. Para Wilson Roberto de Mattos,

A Semana da Consciência Negra é formativa porque ela nasce também voltada para um público, os alunos e professores da Educação Básica. Ela nasce assim, dentro dessa perspectiva, depois ela se amplia, mas ela nasce voltada para esses professores, é uma ação afirmativa e outras atividades relacionadas à questão da própria formação (Citação de entrevista concedida ao autor).

Importante ressaltar o pioneirismo da Semana da Consciência Negra na questão das lutas antirracistas e processos de descolonização nas universidades baianas. Um evento que acontecia desde 1995 e já nasce no contexto de um conjunto de ações afirmativas bem anterior à implementação da Lei 10.639/03 no Brasil.

1.5.2 Rede UNEB 2000

A UNEB é uma universidade que sempre se voltou para a formação docente, tendo conquistado excelência nesse quesito. O Programa Rede UNEB 2000 foi criado

através da resolução nº 190/98, publicada no Diário Oficial de 27 de março de 1998 com o intuito de atender a demanda de professores(as) das redes municipais de ensino que ainda não possuíam a formação em nível superior para a docência da educação infantil e do ensino fundamental, oferecendo o curso de licenciatura em Pedagogia. Tratava-se de um programa de formação intensiva que na primeira etapa apresentava a formação em pedagogia com carga horária total de 2.670 horas, cumpridas em quatro períodos, distribuídos num tempo máximo de dois anos. No ano de 2002, a partir da quarta etapa, a carga horária do curso foi ampliada passando a ser de 3.300 horas cumpridas em seis períodos distribuídos num tempo máximo de três anos. O programa pode ser interpretado como uma tentativa de contribuir com a melhoria dos índices de formação docente que naquele momento, final da década de 1990, evidenciava a precariedade da formação docente no estado da Bahia.

A importância desse programa no aspecto relacionado à educação antirracista é destacada na seguinte fala de Wilson Mattos.

A UNEB é uma universidade que nasce a partir da formação de professores, eu lembro que mesmo antes da Lei 10.639 a gente já realizava um seminário na UNEB com esses conteúdos de história da África e cultura afro-brasileira, mesmo antes da Lei. A gente realizava um seminário naquele programa da UNEB, chamado Rede UNEB 2000, mas começou em 1998. A gente já fazia esse seminário percorrendo vários municípios baianos e dando um seminário de 10 ou 20 horas, você participou dessa ocasião, desse seminário antes da Lei 10.639. A gente já fazia essa ação de formação de professores, nisso que hoje é chamado de educação das relações étnico-raciais (Citação de entrevista concedida ao autor).

Penso que o Rede UNEB 2000 pavimentou muitas das discussões relacionadas à temática nas diversas cidades baianas onde atuou, especialmente em Santo Antônio de Jesus. Essa ação ocorre no contexto das discussões sobre as ações afirmativas na UNEB, especificamente no que diz respeito às cotas raciais. Para Denilson Lessa,

O rede UNEB 2000 ocorre concomitantemente com a discussão da implementação das cotas na UNEB(...) Eu ainda não era professor da UNEB quando isso ocorreu, evidentemente, mas essa memória eu tenho compartilhada porque nós sabíamos disso, do projeto, além do projeto stricto sensu que era formar professores sobretudo na área de Pedagogia pelo interior da Bahia, ele tinha essa missão, muitas palestras eram públicas(...) (Citação de entrevista concedida ao autor).

Acredito que esse pioneirismo foi primordial no sucesso do AfroUneb, outro importante programa de formação de professores(as) nascido alguns anos depois e que vem na esteira dessas discussões.

Então, quando o AfroUneb chega ele (sic) já tem esse background na formação de professores, a gente insiste na formação de professores e depois a gente transforma o AfroUneb em um núcleo que ainda continua com essa questão da formação de professores, mas passa a se dedicar mais a essa questão da pesquisa, da realização de seminários, não abandona nunca a formação de professores, mas começa a se dividir com outras ações mistas, como a organização da Semana de Consciência Negra (Citação de entrevista concedida ao autor).⁴¹

Mesmo observando que já constava a oferta de formação docente em interface com as relações étnico-raciais antecedendo a própria Lei 10.639, esse pioneirismo da UNEB não ofusca a luta mais ampla dos movimentos negros anteriores a esse período, pelo contrário, foi graças às suas articulações que essas discussões puderam acontecer na Universidade. Para Denilson Lessa, essa vanguarda

de forma alguma é novidade em relação à UNEB, a própria memória histórica revela que o próprio Movimento Negro Unificado, o MNU, as casas de santo, terreiros de candomblé, por exemplo, já em meados dos anos 60 e 70 já cobravam que esses conteúdos fossem ensinados, trabalhados no mundo da Educação, no mundo da escola. Isso é importante porque essa discussão ganha lastro, se sistematiza, se institucionaliza e dou aqui dois exemplos disso: a Semana de Consciência Negra, algo já orgânico e que já faz parte da própria agenda do Campus V da UNEB desde 1994 e através de outras ações, a exemplo do curso de formação de professores do programa Rede UNEB 2000 e a própria discussão do sistema de cotas raciais na UNEB, isso é um marco, então isso é interessante porque faz pensar a trajetória da universidade, de muitos professores e estudantes que estiveram vinculados a essas discussões, mas, também, isso demonstra de que houve um acúmulo mais sistemático, mais organizado, ainda que do ponto de vista acadêmico (Citação de entrevista concedida ao autor).

Trouxe as memórias destes intelectuais para reiterar a importância da referência destes movimentos que nos antecederam e abriram caminhos nas tentativas de descolonização dos currículos e lutas antirracistas. Os próximos tópicos são tratados a partir da implementação da Lei 10.639/03.

⁴¹ Fala de Wilson Roberto de Mattos.

1.6 A implementação da Lei 10.639/03

Este acontecimento está incluso no rol de esforços envidados pelo governo do Partido dos Trabalhadores (PT) em busca da superação das desigualdades raciais no país. No dia 9 de janeiro, o então Presidente Luiz Inácio Lula da Silva sancionou um projeto que obrigou o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira nas escolas brasileiras, ampliando os artigos 26 e 79 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – (LDB), Nº. 9.304 de 20 de dezembro de 1996.

Concordo com as análises de autores(as) que consideram que independente dos desafios e limites impostos, o Partido dos Trabalhadores (PT) cumpriu o acordo estabelecido com o Movimento Negro e os demais movimentos sociais de transformar algumas das suas reivindicações, frutos das lutas por emancipação sociorracial, em políticas de Estado. Como sintetiza Nilma Lino Gomes (2017), trata-se de algo que precisa ser reconhecido.

Importante lembrar que as mudanças empreendidas pela obrigatoriedade da inclusão de conteúdos específicos visam não somente o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, mas também a Educação das Relações Étnico-Raciais para o combate ao racismo. Uma tarefa que não é exclusiva da escola e requer comprometimento e ação política de diversos atores. “[...] Assim sendo, a educação das relações étnico-raciais impõe aprendizagens entre brancos e negros, trocas de conhecimentos, quebra de desconfianças, projeto conjunto para construção de uma sociedade justa, igual, equânime” (BRASIL, 2004, p. 14).

Dentro desse contexto de modificação da LDB de 1996, a partir do parecer do Conselho Nacional de Educação aprovado na reunião do Conselho Pleno (CNE/CP) nº. 03/2004 que teve a relatoria da professora Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva e da Resolução CNE/CP nº. 01/2004, foram estabelecidas as Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana. A sua instituição foi justificada em função de

A obrigatoriedade de inclusão de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana nos currículos da Educação Básica trata-se de decisão política, com fortes repercussões pedagógicas, inclusive na formação de professores. Com esta medida, reconhece-se que, além de garantir vagas para negros nos bancos escolares, é preciso valorizar devidamente a história e cultura de seu

povo, buscando reparar danos, que se repetem há cinco séculos, a sua identidade e a direitos seus. (BRASIL, 2009, p.32)

A implementação da Lei foi um marco, um divisor de águas na minha trajetória. Saudamos com muito entusiasmo esta ação mergulhando, literalmente, nas suas diretrizes. Algum tempo depois, aspectos relacionados a essa temática foram discutidos no meu trabalho de conclusão de curso, sob orientação do professor Denilson Lessa. Teci reflexões acerca das práticas pedagógicas de docentes de escolas públicas de alguns municípios do Recôncavo sul da Bahia - Cabaceiras do Paraguaçu, Castro Alves, Conceição do Almeida, Cruz das Almas, Dom Macedo Costa, Governador Mangabeira, Maragogipe, Muniz Ferreira, Santo Antônio de Jesus, São Felipe, Sapeaçu, Mutuípe, São Miguel das Matas, Santa Inês, Amargosa e Varzedo. As discussões foram desenvolvidas a partir de temas como racismo, currículo escolar, livro didático de História, além de concepções teórico-metodológicas sobre ensino de História e ensino de África e cultura afro-brasileira e africana. Através de questionários aplicados e produção de entrevistas orais, pude perceber os impasses e dificuldades enfrentados por esses(as) professores(as) no desenvolvimento do trabalho com estes conteúdos em suas aulas. Foram as minhas primeiras aproximações com os métodos da história oral, a utilização das fontes orais como recurso na produção de narrativas e memórias abria possibilidades interessantes para o campo da produção de conhecimentos acerca das relações étnico-raciais. Na análise das respostas dos(as) entrevistados(as), tomei por base um livro que me marcou muito, “A mulher negra que vi de perto - o processo de construção da identidade racial de professoras negras”, da professora Nilma Lino Gomes⁴².

Ao final desse trabalho, a partir dos relatos da grande maioria dos(as) docentes constatei que um dos grandes entraves para a implementação dos conteúdos era a falta de material didático. Isso poderia não causar surpresa, pois, havia apenas quatro anos que a Lei tinha entrado em vigor. Este trabalho foi resultado do desdobramento da pesquisa Formação de Professores do DCH – Campus V/UNEB – contribuições à avaliação dos cursos de Licenciatura, coordenada pela professora Kathia Marise Aquino (UNEB), no período entre maio de 2004 a maio de 2005, em que fui bolsista de iniciação científica da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia (FAPESB). Pudemos observar nas entrevistas que à medida que os(as) egressos(as) se distanciavam

⁴² A mulher negra que vi de perto. Belo Horizonte: Mazza, 1995.

da universidade, do meio acadêmico, pareciam ser cooptados(as) pelo discurso do negativismo. Em suas falas notamos a grande diferença entre aqueles(as) que haviam concluído os estudos há pouco tempo e/ou permaneceram em processo de qualificação e aqueles(as) que se afastaram completamente de um processo mais reflexivo e crítico de lidar com a sua prática docente. Foram momentos em que tivemos a oportunidade de compartilhar alegrias, dores e angústias da carreira docente, encontramos ali a importância da formação continuada. Diante disso, a educação das relações étnico-raciais e sua interface com a formação docente ganhava espaço nas minhas pesquisas.

1.7 Coletivo de estudantes negros(as) cotistas Nyanga: uma Consciência Negra

Em 2004, através da articulação de estudantes negros(as) cotistas dos cursos de História, Geografia e Letras do Campus V, constituímos o coletivo Nyanga, vinculado ao Laboratório de Cultura Negra e ao mestrado em Cultura, Memória e Desenvolvimento Regional, ambos localizados em Santo Antônio de Jesus. Este laboratório, composto por professores(as) doutores(as) e mestres(as), estudantes de graduação e pós-graduação, funcionários(as) e representantes da comunidade externa da região onde se localiza o Departamento é resultado da aprovação pelas instâncias deliberativas da UNEB, com estrutura e características dos Núcleos de Estudos Afro-Brasileiros (Neabs). Ele foi implantado em 1999 com o objetivo mais amplo de desenvolver atividades de pesquisa, ensino e extensão relacionadas às experiências históricas, culturais, sociais, políticas e pedagógicas das populações negras na Bahia.

Os Neabs, segundo Nilma Lino Gomes,

São núcleos compostos de pesquisadores e pesquisadoras, na sua maioria negra, que tematizam a diversidade étnico-racial e realizam ações de ensino, pesquisa e extensão voltados para a mesma. Esses núcleos, apesar de nem sempre ocuparem lugares hegemônicos no interior das universidades onde estão localizados possuem uma atuação que se traduz na produção de um conhecimento politicamente posicionado. (GOMES, 2009, p. 427)

Eles ganharam forma e força pós-Marcha 1995, no contexto das reivindicações do Movimento Negro brasileiro por ações afirmativas, dada a conjuntura onde ativistas negros(as), em diferentes espaços institucionais, entre os quais se destacam as universidades públicas e órgãos do governo federal, empreenderam movimentos

distintos, porém complementares, no combate ao racismo e à discriminação racial. Funcionam como lócus de articulação entre a universidade e os movimentos sociais negros, incentivando o fortalecimento e a criação de programas de pesquisa especializados nos estudos de temas relacionados aos aspectos socioeducacionais e culturais das populações negras. (SISS; BARRETO; OLIVEIRA, 2013)

Dessa forma, ao acolhê-los em seu interior, as universidades se legitimam como um “local não só de poder científico, mas também de articulação de uma nascente elite intelectual negra que passou a se utilizar da produção desses núcleos como ferramenta de combate ao racismo” (PASSOS, 2006, p. 39). Ressalto que esse “acolhimento” não foi e nunca será sem lutas e tensões, é fruto das pressões dos movimentos negros que historicamente pautam os processos de descolonização dos currículos na educação básica e superior.

A Associação Brasileira de Pesquisadores(as) Negros(as) é uma das impulsionadoras dos Neabs criando uma rede nacional de Neabs, denominado Consórcio Nacional de Neabs – CONNEAB, lócus privilegiados de aglutinação, articulação, debates, propostas de estudos e pesquisas de intelectuais negros(as) que atuam com a temática das relações raciais no ambiente acadêmico e não acadêmico. Sales Augusto dos Santos (2008) afirma que, a partir desse fato, estabeleceram-se, enquanto espaços de concentração e circulação de pesquisadores(as) de origem ou ascendência negra, portando uma ética de convicção da luta antirracista adquirida ou incorporada do movimento negro e um *ethos* acadêmico-científico ativo, assim se posicionando em prol das políticas de promoção da igualdade no ambiente universitário e, logicamente, fora dele.

Além de incentivarem o fortalecimento e criação de núcleos e programas de pesquisa especializados nos estudos de temas relacionados aos aspectos socioeducacionais e culturais das populações negras, os Neabs desempenham papel ativo e fundamental na implementação, implantação⁴³ e institucionalização da Lei 10.639/2003, das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História da Cultura Afro-Brasileira e Africana, bem como o Plano Nacional de Implementação dessas Diretrizes.

⁴³ Para Nilma Lino Gomes, o início de toda e qualquer política pública atravessa por um momento inaugural, uma etapa de representação de uma perspectiva que se abre a sociedade, denominada implantação. Depois dessa etapa inaugural é a capacidade política de execução de um plano, projeto que leve à sua prática por meio de providências concretas, denominada implementação (GOMES, 2012, p. 26).

Embora sejam resultado do mesmo processo, sendo os seus membros, praticamente as mesmas pessoas, tanto a ABPN quanto o Consórcio de Neabs mantém, além de pontos de encontro que possibilitam atuações conjuntas, algumas especificidades. Enquanto a ABPN abarca um conjunto amplo de pesquisadores(as), o Consórcio Nacional de Neabs tem como foco os interesses de professores(as) universitários(as) com suas demandas específicas (CARDOSO, 2010). Sendo assim, Eugenia Marques e Wilson Mattos (2016) sugerem que, dada a situação, se tem por finalidade o fortalecimento institucional de seus constituintes, promovendo o acompanhamento e a avaliação das políticas públicas afirmativas nas instituições, proporcionando, também, uma integração de experiências e saberes que constroem o cotidiano de cada Núcleo.

Entendo que o surgimento do coletivo Nyanga é uma resposta às demandas desses núcleos que se apresentam como territórios de referência para nós, estudantes negros(as) empenhados nas tentativas de descolonização e produção do conhecimento no ensino superior no contexto de aplicação das políticas de ações afirmativas nas universidades públicas. Representam verdadeiras “trincheiras” de resistência para a construção de novas estratégias políticas de luta contra as desigualdades na sociedade. Nos reuníamos regularmente para debater textos que faziam referência à história das populações negras no Brasil e na diáspora, além de outras produções, tais como filmes, documentários, músicas etc. No Nyanga fomos apresentados a autores(as) que discutiam os chamados Estudos Pós-coloniais. Onde tive acesso a um livro que me marcou profundamente: “As almas da gente negra”, de W. E. B. DuBois. Contudo, as dificuldades de acesso ao material que tratava desses conteúdos - o Nyanga é constituído alguns meses após a sanção da Lei 10.639 - era um limitador para uma sistematização maior das nossas leituras e produções. Essa ainda era inicial e incipiente em Santo Antônio de Jesus, então, tudo o que encontrávamos sobre esses assuntos em congressos, seminários, conferências locais e nacionais, onde quer que fôssemos, era acrescido ao nosso acervo.

O coletivo tinha como característica em sua formação a heterogeneidade, mas o posicionamento incisivo, combativo e acima de tudo antirracista era coeso. O Nyanga era composto por estudantes bem articulados(as) e conscientes do seu papel dentro da universidade e/ou mesmo fora dela, sempre presentes onde quer que fossem requisitados(as). Possuíamos uma percepção bem específica dessa conscientização que evidentemente trazia na afirmação da negritude o seu aspecto político mais contundente.

Essa compreensão que chamo de Consciência Negra tem em Steve Biko (1980, p. 66) a sua melhor definição, pois, para ele a consciência negra deriva da percepção da necessidade dos homens e mulheres negros(as) juntarem forças entre si, em função “da negritude de sua pele – e de agir como um grupo a fim de se libertarem das correntes que os prendem a uma servidão perpétua”.

Mesmo com todas as dificuldades, construímos um projeto de intervenção nas escolas públicas e particulares. Onde fôssemos convidados(as), íamos e executávamos a ação. Lembro que os encontros eram sempre com salas lotadas de professores(as) ávidos por terem acesso a materiais que discutissem as temáticas. Socializávamos o que podíamos através de xerox, sorteio de cartilhas, CDs etc. Foram momentos de muita troca de conhecimentos e acima de tudo afeto, compreensão e escuta. Eram ações afirmativas implementadas no chão da escola em encontros que aconteciam com estudantes também, separadamente. Os principais objetivos do nosso projeto eram: compreender a diversidade cultural na escola; sensibilizar os alunos e professores(as) para a questão racial e o respeito à diversidade; ampliar o espaço de debates que dizem respeito à valorização dos conhecimentos produzidos pelas populações africanas e afro-brasileiras; apresentar novas concepções relacionadas ao continente africano, buscando desconstruir visões estereotipadas em relação à África e seus povos; apresentar os vínculos da nossa cultura e o processo de construção do conhecimento étnico-cultural na sociedade; proporcionar uma reflexão sobre as práticas racistas que propagam os estereótipos relacionados às populações negras na sociedade. Enquanto estratégias metodológicas: levantamento de fontes bibliográficas sobre os temas (textos, livros didáticos, revistas, artigos); produção de oficinas temáticas; exibição de filmes e músicas que discutissem a temática; construção de painéis sobre o tema; apresentação das produções africanas e afro-brasileiras nas diferentes instâncias do conhecimento; organização de debates entre os alunos a partir de temas referentes à valorização e positividade.

As formações e oficinas aconteciam em algumas cidades da região do Recôncavo sul da Bahia, dentre elas, Aratuípe, Cabaceiras do Paraguaçu, Cachoeira, Castro Alves, Conceição do Almeida, Cruz das Almas, Dom Macedo Costa, Governador Mangabeira, Itatim, Jaguaripe, Maragogipe, Muniz Ferreira, Muritiba e Nazaré. Também desenvolvíamos cursos formativos em associações comunitárias e produzíamos material didático sobre África e cultura afro-brasileira. Participávamos de

projetos sociais situados em localidades mais empobrecidas da região. Apoiávamos e promovíamos eventos antirracistas dentro e fora da universidade.

Em março de 2005, através do Laboratório de Cultura Negra participamos do programa “Berimbalando: o futuro do presente”, em parceria com a Associação de Capoeira Mestre Gabriel, muito conhecido na cidade de Santo Antônio de Jesus. Responsáveis por crianças e adolescentes da comunidade do Barro Vermelho, zona rural da cidade, acompanhamos de perto aulas para confecção de berimbaus promovidas pelo próprio Mestre Gabriel dos Anjos, além de oferecermos oficinas rápidas, valorizando a cultura negra a partir de temáticas diversas. O material subsidiário dos nossos encontros era composto por músicas e vídeos. Pouco tempo depois, participamos da organização do IV Congresso Brasileiro de Pesquisadores(as) Negros(as) (COPENE). O IV Copene trouxe à tona questões e problemáticas da realidade da população negra na sociedade brasileira, assim como as reconstruções diaspóricas, de sua ancestralidade e resistência. Reuniram-se nesse congresso intelectuais, pesquisadores(as), estudantes universitários(as), pós-graduandos(as) e militantes negros(as).

Em nenhum local esses temas eram debatidos sem tensões. É redundante dizer que dentro da universidade, com uma presença mais significativa de estudantes negros(as) ocupando espaços que historicamente sempre nos foram negados, enfrentávamos muitas resistências. Dentre as tantas falácias da época, as acusações de que éramos divisionistas e praticávamos um racismo às avessas. Steve Biko (1980) eventualmente nos socorria

Esta queixa é um dos passatempos favoritos dos liberais frustrados que sentem que estão perdendo terreno na sua atuação como curadores. Esses automeados curadores dos interesses dos negros se vangloriam de seus anos de experiência na luta pelos “direitos dos negros”. Eles vêm fazendo coisas para os negros, em favor dos negros e por causa dos negros. Quando estes anunciam que chegou a hora de fazerem coisas para eles mesmos, e inteiramente por eles mesmos, todos os brancos gritam como se fosse o fim do mundo! (BIKO, 1980, p. 37).

As discussões se acirravam na mesma proporção em que pesquisas surgiam traduzidas em artigos, monografias e *papers*. Uma infinidade de temáticas despontava: saúde das populações negras, ações afirmativas, políticas de permanência, racismo e trabalho, violência racial, estética negra, religiosidade e cultura, entre outras.

1.8 Programa de formação de professores(as) AfroUneb

O AfroUneb, aliado a um conjunto de respostas da UNEB para a implementação da Lei 10.639/03, no âmbito de alguns municípios da Bahia, teve impacto direto nas subjetividades e posicionamentos pedagógicos de muitos(as) de nós, estudantes negros(as) de graduação, vinculados inicialmente ao coletivo Nyanga e posteriormente bolsistas do programa. Para Wilson Roberto de Mattos ele é a culminância localizada de toda a trajetória de ações antirracistas no Campus V. Foi uma atuação singular nas ações de formação de professores(as) da educação básica nas regiões atendidas, nesse caso mais específico em Santo Antônio de Jesus.

O tempo-espaço da formação docente e sua interface com a educação das relações étnico-raciais é algo complexo, merece reflexões que passem ao largo de simplificações, sendo assim, parto do pressuposto de que devemos, antes de tudo, problematizar a própria noção de “transmissão de conhecimentos” que está subsumida nesta ação, tensionando uma compreensão linearizada do próprio termo “formação”, pautada na crença dos “atos inaugurais” e restrita aos processos de certificação e treinamento. Entendo que essa concepção de formação muitas vezes está aportada em conhecimentos homogeneizadores que valorizam apenas os saberes científicos, estabelecidos como “neutros”, universais e acessíveis a todos(as).

Aqui entra em cena um dos pilares da colonialidade do saber, ou seja, uma visão de mundo que fornece os pressupostos fundacionais de todo o edifício dos conhecimentos modernos. Para Lander (2005) esta cosmovisão tem como eixo articulador central a própria ideia de modernidade, noção que captura complexamente pelo menos quatro dimensões básicas. Destaco duas que considero importantes para a discussão proposta neste capítulo, quais sejam: a visão universal da história e a necessária superioridade de alguns conhecimentos em detrimento de outros.

Essas dimensões sedimentam os saberes científicos pensados, conduzidos e instituídos a partir dos interesses e das questões daqueles(as) cujas vozes pretenderam (e pretendem) representar toda a humanidade, paradigmas hegemônicos, baseados na propriedade da “verdade” e que ao longo dos últimos quinhentos anos inspiraram a filosofia e as ciências ocidentais daquilo denominado como sistema - mundo patriarcal/capitalista/colonial/moderno (GROSFUGUEL, 2008). Ainda conforme os autores citados, isso permite compreender que qualquer conhecimento válido é sempre

contextual. Para além de certos patamares demarcadores de diferenças, o que importa aqui é entender que as experiências sociais são constituídas por vários conhecimentos (políticos, culturais, econômicos etc.), cada um com seus critérios de validade.

Os tempos-espacos da formação docente não estão alheios a estes processos, são atravessados por questões de poder e controle que acabam por conformar as relações estabelecidas dentro deles. Lugares que eventualmente (re)apresentam formas de conhecimento, práticas de linguagem, relações e valores sociais que são ao mesmo tempo seleções e exclusões específicas da cultura mais ampla.

A formação de professores(as) não comporta um conceito unívoco, porém, hoje talvez seja consensual entre estudiosos(as) entendê-la como espaço que possibilita a reflexão e a tomada de consciência das limitações sociais, culturais e ideológicas da própria profissão. Diante disso,

há uma variedade de paradigmas de formação de professores(as), impregnados, cada um deles, de concepções diferentes de professor, expressas por qualificativos como: tradicional, centrado nas competências, personalista ou orientado para a investigação. [...] Independentemente das concepções adotadas e das imagens assumidas, há que ter presente que o formar-se professor dá-se num processo contínuo, seja nas fases distintas do ponto de vista curricular realizadas durante a formação inicial, seja na progressiva educação, proporcionada pelo exercício docente (GARCIA, 1995 apud GOMES; SILVA, 2002, p. 14-15).

Muitos autores(as) através de suas publicações se dedicam ao estudo da formação docente apontando para questões que vão num sentido contrário a uma visão estática, conteudista, limitada a domínios de técnicas de ensino (ARROYO, 1996; COTA, 1997; GARCIA, 1995; MONTEIRO, 2001; NÓVOA, 1995). Esse deslocamento é bem sinalizado por Nóvoa (1995) ao afirmar que mais do que um lugar de aquisição de técnicas e de conhecimentos, a formação de professores(as) é o momento crucial da socialização e da configuração profissional. Penso que essa socialização, de certa forma, produz (ou mesmo força) naqueles(as) que formam uma atenção maior à complexidade dos atos formativos que acabam se entrecruzando em cada pessoa, em cada docente. Para Moita (1995, p. 113), a compreensão destes atos “mesmo que feita por aproximações é uma tarefa que se impõe de forma algo paradoxal na medida em que a formação é uma realidade que ‘escapa’ aos formadores porque é fundamentalmente indeterminada”.

Outros autores, a exemplo de Paulo Freire (1996, p. 44), atestam a importância da produção da criticidade nesses locais ao sinalizar que “na formação permanente dos

professores, o momento fundamental é o da reflexão crítica sobre a prática. É pensando criticamente a prática de hoje ou de ontem que se pode melhorar a próxima prática”. A necessidade de se pensar a formação como esfera privilegiada de concretização de uma educação para a emancipação e autonomia do ser humano, priorizando a formação integral do educando vem na esteira do seu pensamento. Para este grande pensador o exercício da docência exige rigorosidade metódica, pesquisa, respeito aos saberes dos formandos, criticidade, ética e estética, corporificação das palavras pelo exemplo, aceitação do novo, rejeição a qualquer forma de discriminação, reflexão crítica sobre a prática, reconhecimento, assunção da identidade cultural e competência profissional (FREIRE, 1996).

Vários são os caminhos que apontam na direção do que seria uma formação docente de qualidade e emancipatória e quase unânime é a posição daqueles(as) que defendem a necessidade de se pensar um processo formativo que valorize tanto a prática realizada pelos(as) professores(as) no cotidiano da escola, quanto o conhecimento que provém das pesquisas realizadas na universidade, de modo a estreitar teoria e prática na produção do conhecimento profissional. Nessas dimensões, a formação aparece associada ao processo de melhoria das práticas pedagógicas desenvolvidas pelos(as) professores(as) em suas rotinas de trabalho e em seu cotidiano escolar.

Há algum tempo grande parte dos estudos e das investigações educacionais vem redirecionando seus interesses, definindo novos objetos e novas abordagens no campo da formação. No início século XXI, as professoras Nilma Lino Gomes e Petronilha Beatriz (2002) apontavam para o crescente interesse nas questões que focalizavam as histórias de vida, o desenvolvimento profissional e a formação de docentes reflexivos. Contudo, para as autoras, articular estas questões requeria atenção, pois, se tratava de um processo complexo que ultrapassava a simples questão curricular.

Essa complexidade pode ser melhor captada a partir de dois prismas: se entendermos que os espaços-tempos de formação são atravessados por processos políticos e culturais, constituindo ou mesmo posicionando socialmente sujeitos praticantespensantes⁴⁴ com diferentes concepções de vida, visões de mundo, histórias e

⁴⁴ Esta junção de palavras é utilizada de forma corrente por pesquisadores(as) dos Estudos dos Cotidianos, especificamente na Linha de Pesquisa Cotidianos, Redes Educativas e Processos Culturais, no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Refere-se à busca de superação de determinados binarismos e fragmentações, mostrando os limites do modo dicotomizado de pensar, desenvolvido com as ciências na Modernidade, quando pesquisamos as redes cotidianas de conhecimentos e significações. Nesse caso, a palavra foi tomada emprestada do texto “Currículos e pesquisas com os cotidianos: o caráter emancipatório dos currículos ‘pensadospraticados’

trajetórias diversas, tecendo experiências e sentidos no fazer-se professor(a); se compreendemos esses locais como organizações onde problemas políticos, sociais e culturais são redesenhados por rotinas, cotidianos e tradições, atravessados por tensões e conflitos, práticas e experiências sociais os mais variados possíveis e não apenas como um centro transmissor de conhecimentos. Então, como as pesquisas com os cotidianos podem contribuir nessa discussão?

Para Eliane Lacerda e Inês Oliveira (2016)

as pesquisas nos/dos/com os cotidianos vêm desinvisibilizando muitas dessas práticas, algumas delas emancipatórias, e buscando mostrar como os praticantes do cotidiano as tecem enquanto mecanismos de criação e resistência ao papel que lhes tem sido atribuído pelas políticas oficiais. Nesse sentido, desenvolvem reflexões críticas sobre suas práticas, redirecionando-as em busca do exercício das funções social, política e pedagógica que pretendem assumir para favorecer o acesso, a permanência e o sucesso escolar de seus alunos e alunas, podendo, dessa forma, contribuir para o processo de construção de uma sociedade menos excludente e desigual e mais justa, cognitiva e socialmente. (LACERDA; OLIVEIRA, 2016, p. 1217)

Falar em formação docente no Brasil é remeter-se a um cenário complexo, permeado de inquietações, pensá-la na interface com as relações étnico-raciais acrescenta mais complexidade ao debate, pressupõe uma nova concepção de educação e formação, olhar atento e sensível. Entender tais questões no contexto educacional, especialmente no âmbito do curso de formação de professores(as) é fundamental já que a educação no Brasil sempre esteve, ao menos no plano discursivo, preocupada com a formação do(a) cidadão(a) e do(a) brasileiro(a), mas, sempre manteve ausentes aportes pedagógicos que considerassem a diversidade étnico-racial indicando explicitamente que cidadania, identidade e mesmo memória eram pretendidas.

Considero o Programa AfroUneb uma resposta concreta não só a essas questões como também à efetiva implementação da Lei 10639/03 no estado da Bahia. Em 2005, por edital público, o Ministério da Educação, através do Secretaria de Educação Superior (SESU) e Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECADI), convocou Instituições Públicas de Educação Superior a apresentarem projetos voltados para o ensino, pesquisa e extensão universitária no âmbito do “UNIAFRO - Programa de Ações Afirmativas para a População Negra nas IES”. A Universidade do Estado da Bahia concorreu neste Edital e foi selecionada com o “Programa AfroUneb - Ações afirmativas, igualdade racial e compromisso social na

pelos ‘praticantespensantes’ dos cotidianos das escolas” da professora Inês Barbosa de Oliveira. (OLIVEIRA, 2012, p. 47-70)

construção de uma nova cultura universitária”, tendo como Núcleo proponente o Laboratório de Cultura Negra do Departamento de Ciências Humanas – DCH/Campus V, em Santo Antônio de Jesus. Instituído, o programa foi dividido em três etapas: 1ª - Material didático e memória; 2ª - Formação de Professores(as) e Pesquisa; 3ª - Avaliação e Acompanhamento, no período entre 01 de julho de 2005 e 01 de maio de 2006.

As atividades estruturadas a partir das áreas podem ser elencadas da seguinte forma: Na Área 1 - Material didático e memória, as ações dividiam-se em: 1. Livro/curso em CD-ROM com conteúdos específicos e manual impresso de orientação metodológica; 2. Website com curso interativo e auto-aplicável; 3. Vídeo artístico-documentário com a memória audiovisual do Programa; 4. Livro impresso com artigos teóricos, metodológicos e memória escrita do Programa; 5. Coleção Editorial AfroUneb; e 6. Oficina Permanente de Produção de Material Didático. Na Área 2 - Formação de Professores(as) e Pesquisa, compreendiam as ações: 7. Formação complementar de 250 professores(as) do ensino fundamental; 8. Inserção no currículo de formação básica das licenciaturas da UNEB e atividades de extensão; 9. Formação complementar através de extensão universitária e formação de núcleos de estudos; e 10. Implantação de área interdisciplinar de pesquisa no Programa de Pós-Graduação do Campus V. Por fim, na Área 3: Avaliação e Acompanhamento, concentrava a ação 11. Sistema Institucional Informatizado de Avaliação do Programa de Cotas e acompanhamento de tutoria.

No período de julho de 2005 a maio de 2006, as ações do projeto eram realizadas em Salvador e em outros quatro municípios do interior do estado, quais sejam, Santo Antônio de Jesus, cidade com 90.985 habitantes⁴⁵; Senhor do Bonfim (382 km da capital e com 81.330 habitantes); Itaberaba (287 km da capital e com 64.489 habitantes); e Alagoinhas (137 km da capital e com 141.949 habitantes).

Faço alusão a dois momentos ímpares do AfroUneb, relevantes para as discussões desenhadas aqui. A etapa 1, que tratou da produção do material didático e questões sobre memória e a etapa 2, cujo objetivo foi pensar a formação de professores(as) e a pesquisa. Entre suas metas, referencio o suprimento às redes públicas de ensino fundamental do estado da Bahia com material didático e metodologias cujos conteúdos se relacionavam à História da África e História e cultura afro-brasileira, usando vários suportes, formatos, recursos de linguagem e de comunicação; seleção e

⁴⁵ De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)

provimento com uma bolsa de estudos a um grupo de 35 estudantes afro-brasileiros(as) da UNEB e demais estudantes voluntários. Os(as) estudantes candidatos(as) deveriam manifestar interesse na prática da pesquisa, na disciplina de trabalho em equipe e na produção de material a ser utilizado no ensino fundamental e formação de 250 professores(as) do mesmo nível de ensino, sendo atendidos 50 educadores(as) em cada um dos 5 municípios de alcance imediato do Programa, capacitando-os a atuarem com conteúdos e metodologias relacionados à Lei 10.639.

O curso de formação foi oferecido em 03 (três) módulos de 30 (trinta) horas cada, totalizando 90 (noventa) horas, dando subsídios aos(às) docentes para trabalharem com História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, como previa a Lei. Segundo os princípios do Programa, essa ação específica voltada para a formação em serviço buscou articular a formação pessoal, profissional e institucional deste grupo de docentes, subsidiando e fomentando a construção de uma nova prática pedagógica que interiorizasse nos seus fundamentos, a importância histórica das experiências das populações negras na Bahia, no Brasil e no continente africano.

A minha atuação enquanto bolsista de iniciação científica do Programa Afroneb (2006) oportunizou observar mais de perto muitas questões trazidas aqui, as experiências, convívios, vivências acumuladas resultaram na dissertação de mestrado intitulada “Formação continuada de professores(as) e relações étnico-raciais/AfroUneb: ‘experiências’ narradas em Santo Antônio de Jesus/Ba”, defendida em 2011, no Programa de Pós-Graduação em Educação e Contemporaneidade da UNEB Campus I, na Linha de Pesquisa Processos Civilizatórios: Educação, Memória e Pluralidade Cultural, sob orientação do Prof. Dr. Wilson Roberto de Mattos.

A tarefa principal da pesquisa consistiu em refletir sobre a produção de conhecimentos e saberes que emergiram dos discursos de docentes das séries finais do ensino fundamental que frequentaram a formação do AfroUneb, em Santo Antônio de Jesus, lançando mão dos procedimentos metodológicos das denominadas histórias de vida no campo da História oral. A escolha das(os) entrevistadas(os) foi definida entre aquelas(es) que mantinham vivas as discussões relativas às questões étnico-raciais nas escolas em que trabalhavam.

Analisei também as narrativas de professoras que se encontravam na condição de vice-diretoras (duas) e uma coordenadora de projetos da Secretaria Municipal de Cultura do município de Santo Antônio de Jesus. As duas vice-diretoras atuavam em escolas onde eventualmente éramos convidados(as) na condição de

palestrantes/estudantes bolsistas do Programa, para debatermos os conteúdos da Lei 10.639. O trabalho com as histórias orais de vida e a socialização das narrativas foi uma tentativa de permitir que suas experiências se tornassem visíveis e comunicáveis, desencadeando importantes movimentos de reconstrução e ressignificação de memórias no campo da formação docente e educação das relações étnico-raciais. Os primeiros relatos foram colhidos ao longo do ano de 2010 e o último foi obtido em 2011.

Penso que o resultado deste trabalho proporcionou atenção maior ao impacto do AfroUneb na constituição de subjetividades e nas práticas pedagógicas destes(as) docentes. Permitiu ver de perto a realidade enfrentada por esses sujeitos e suas artes de fazer cotidianas, astúcias e táticas (CERTEAU, 1982) quando encaravam situações das mais diversas nas suas salas de aula. Como a Lei 10.639 ainda era uma novidade na região, o AfroUneb que aconteceu na cidade de Santo Antônio de Jesus mostrou-nos a sua relevância, o grande propósito atingido foi enxergar esses(as) professores(as) como atores/atrizes sujeitos de sua própria história e construtores(as) de seus próprios saberes, práticas pedagógicas e conhecimentos.

1.9 AfroUneb: um Movimento Negro educador

No candomblé, quando uma turma sai para ser iniciada eles chamam de barco e essa configuração estabelece uma relação de “irmandade” entre os(as) envolvidos(as) que compartilham a experiência da iniciação. Dessa maneira, posso dizer que sou do barco do AfroUneb e foi nele que participei do meu primeiro xirê epistêmico. Inicialmente concebido como programa de formação de professores(as), o AfroUneb acabou se tornando um catalisador de muitas outras demandas de nós estudantes, docentes e até mesmo funcionários do Campus V. A importância deste programa é ampliada pelo professor Denilson Lessa:

Eu diria que tem uma participação importantíssima, primeiro para a cidade de Santo Antônio de Jesus, segundo para várias outras cidades do Recôncavo e para além do Recôncavo, digo isso porque não apenas os alunos se constituíam no público-alvo, mas também professores da rede básica, do ensino primário, fundamental e médio, os professores da rede participavam livremente das diversas discussões (Citação de entrevista concedida ao autor).

Se no início ainda “tateávamos” na busca de garantir um mínimo de material para nos munirmos dos conteúdos da Lei, com pesquisas bibliográficas muito iniciais e produções de textos ainda incipientes, o Programa AfroUneb assentou epistemes afrodiaspóricas, semeou o campo da educação das relações étnico-raciais na Bahia, organizou a roda e formou muita gente. Hoje é um núcleo interdisciplinar de estudos africanos e afro-brasileiros consolidado, sediado no Campus V. Segundo Wilson Mattos, atualmente o grupo de pesquisa se dedica mais à pesquisa e produção de seminários, contudo, não abandona nunca a formação de professores(as). Para Denilson Lessa, o Programa AfroUneb

faz parte daquilo que nós chamamos de memória social, daquilo que é hoje o Núcleo AfroUneb, desde a Primeira Semana de Consciência Negra. Compõe aquilo que nós chamamos da memória histórica, da memória social do Núcleo AfroUneb (Citação de entrevista concedida ao autor).

Um programa antirracista de formação de professores(as), um núcleo de estudos descolonizador, uma força Ubuntu. Utilizo o conceito de Ubuntu coadunando com o que propõe Wilson Mattos (2018), distanciar-se de uma pretensiosa definição do termo em si e atenção maior ao exercício metodológico que ele possibilita. Entendendo-o como “uma variável de interpretação crítica descolonizadora ante os fundamentos epistemológicos e teóricos herdados da tradição ocidental” (MATTOS, 2018, Sp.), traduzindo-se como tentativa de ampliação de compreensões mais ousadas e inovadoras das dinâmicas de relações e hierarquias étnico-raciais, pretendendo produzir representações que influam mais eficazmente na luta antirracista. A importância do uso é ratificada no próprio pensamento do autor ao afirmar que

Independentemente da classificação no interior do gradiente de cores que configura a identidade racial dos brasileiros, cabe aos intelectuais antirracistas e suas respectivas instituições de afiliação profissional e/ou política avançar mais ousadamente na proposição e na integração articulada de formas de produção, difusão, formação, transmissão e, sobretudo, organização de conhecimentos, ajustadas à contemporaneidade de expressão e representação dos conteúdos, métodos e concepções mais próximas das experiências dos povos negros da África e da diáspora africana nas Américas. (MATTOS, 2018, Sp.)

Segundo Kashindi, Ubuntu pode ser traduzido como “o que é comum a todas as pessoas”. Na apresentação da “máxima zulu e xhosa, umuntu ngumuntu ngabantu”, isto é “uma pessoa só é uma pessoa através de outras pessoas”, no qual faz alusão a

noção de que um ser humano só se realiza quando humaniza outros seres humanos, pois, “na relação como o outro estar com o Outro é perceber a interdependência que nos constitui como seres humanos”. (KASHINDI *apud* MORAES, 2019, p. 5) Podemos entender que os princípios da partilha, da preocupação com o outro e do cuidado mútuos, assim como a solidariedade e a generosidade constituem coletivamente o Ubuntu (RAMOSE, 2011), uma plenitude ética, uma condição de existência e reconhecimento que só encontra propósito na relação com a comunidade. Para Renato Nogueira, a importância da generosidade, um dos pilares do Ubuntu

É exaltada num sentido cada vez menos convencional, não se trata de ofertar, doar recursos ou fazer das outras pessoas um objeto da caridade individual. Mas, significa trabalhar junto e fazer do resultado dos esforços um campo vasto para circulação e proveito de todas as pessoas. Em outros termos, num sentido afroperspectivista, não ser avarento é compreender que o resultado de um trabalho individual nunca é realmente obra de uma pessoa; mas, sempre contou com a participação direta e indireta de outras pessoas. Portanto, o valor das coisas precisa ser compartilhado para reconhecermos as diversas faces de nossa existência junto com os outros (NOGUEIRA, 2011, p. 149),

Recobrar esse ideal de diálogo e alteridade é fundamental, como nos orienta o professor Severino Ngoenha (2020).⁴⁶ Estes aspectos são constitutivos da ética da convicção antirracismo (SANTOS, 2011) e considero estar presentes nas várias etapas da formação docente. O Programa AfroUneb, na Área 2 - Formação de Professores(as) não se furtou a essas diretrizes quando propôs

Oportunizar a docentes em formação e/ou em exercício na rede pública de ensino, o acesso a informações relativas à história da África, história das populações negras no Brasil e cultura afro-brasileira, ressignificando princípios ético-relacionais essenciais a uma prática pedagógica comprometida com a construção da igualdade étnico-racial (DOCUMENTO DO AFROUNEB, 2005, Sp.).

Nas palavras de Bas’Ilele Malomalo (2020), Ubuntu é o ser sendo, um ser sempre relacional, em complementaridade, um paradigma epistemológico, uma filosofia

⁴⁶ Webinário Yorubantu: epistemologias yorubá e bantu. Mesa sobre a Filosofia e Ética Ubuntu com os filósofos moçambicanos Prof. Dr. José Castiano (Universidade Pedagógica de Maputo) e Prof. Dr. Severino Ngoenha (Reitor da Universidade Técnica de Moçambique), mediada pela Prof^a Dr^a Denise Carrascosa (UFBA), Prof. Dr. Henrique Freitas (UFBA/Yorubantu), Prof. Dr. Eduardo Oliveira (UFBA): {15/06}, 2020. 1 vídeo (2h 22min. 15 seg). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=8G9rB388HEg>

de vida, é estar com o outro, axé, força e vida.⁴⁷ Por tudo o que produziu e ainda produz, em termos de formação profissional, ética e humana, considero o AfroUneb um Movimento Negro Educador, sinalizando a proposta do contundente livro “O Movimento Negro Educador: saberes construídos nas lutas por emancipação”, de autoria da professora Nilma Lino Gomes (2018). Reivindico o lugar do Programa como um Movimento Negro educador tendo em vista seu permanente papel na constituição de uma pauta antirracista na educação, pela formação de tantos(as) outros(as) educadores(as) na cidade de Santo Antônio de Jesus e mesmo na Bahia e a consolidação de epistemologias negras produzidas por intelectuais negros(as) imbuídos das questões étnico-raciais em suas produções e pautas políticas. Produtor e sistematizador de saberes construídos por grupos não hegemônicos, o AfroUneb atuou e atua de forma incisiva. Por Movimento Negro, entende-se

as mais diversas formas de organização e articulação das negras e dos negros politicamente posicionados na luta contra o racismo e que visam à superação desse perverso fenômeno na sociedade. Participam dessa definição os grupos políticos, acadêmicos, culturais, religiosos e artísticos com o objetivo explícito de superação do racismo e da discriminação racial, de valorização e afirmação da história e da cultura negra no Brasil, de rompimento das barreiras raciais impostas aos negros e às negras na ocupação dos diferentes espaços e lugares na sociedade (GOMES, 2018, p. 23-24).

Produtor e promotor de epistemes negras, reordenador de enunciados e rotas, o AfroUneb, particularmente, através da sua formação me permite sempre investir em uma nova agência, em conhecimentos, saberes, afetos, gingas, lanças e escudos aonde quer que eu vá. Os ensinamentos foram atualizados no Rio de Janeiro através do Mestre Lindinalvo Natividade: é preciso lançar uma negativa para cada enfrentamento cotidiano.

Negativa é fazer que vai e não vai, e na hora o nego mais espera, capoeirista vai entra e ganha. E quando ele vê que perde, ele, então, deixa a Capoeira na negativa pro camarada pra depois, então, ele vir revidar (PASTINHA *apud* NATIVIDADE, 2011, p. 175).

Enquanto sujeito político, o movimento afrounebiano fomentou a produção de novos discursos, ações políticas e fortalecimentos coletivos não se poupando no

⁴⁷ Webinário Filosofia Ubuntu: Contribuições para pensar o cuidado da população em vulnerabilidade social. Prof. Dr. Bas'ilele Malomalo – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB): {28/07}, 2020. 1 vídeo (1h 40min. 18 seg). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Y6ejWdLQcPM&feature=youtu.be>

combate às formas de exclusão e violência, promovendo subjetividades negras inconformadas e antirracistas, possibilitando nos reconhecemos em novos horizontes. Foi durante a participação no Programa que afirmei minha estética negra de forma liberta e segura. Quando os adereços religiosos não mais causaram apreensão. Quando o espelho informou mais do que questionou. Isso tudo diz respeito àquilo que Hall (2003) define como repertórios culturais próprios, formas de estar no mundo, de agir, representações e contranarrativas que lutamos para expressar. Sou herdeiro desses saberes ancestrais e é dessa forma que me posiciono aqui e na sociedade.

1.10 A “Time Line Pesquisa e Produção do Livro Didático Virtual (CD-ROM)”: uma oferenda epistêmica unebiana

Ainda na condição de bolsista de iniciação científica do Programa AfroUneb, juntamente com tantos(as) outros(as) estudantes negros(as) da UNEB - Campus V, tivemos outra oportunidade ímpar de aprofundarmo-nos em pesquisas e produzirmos um material didático afrodiaspórico. Convidados pelo Prof. Wilson Roberto de Mattos, produzimos a “Time Line Pesquisa e Produção do Livro Didático Virtual (CD-ROM)”, numa parceria entre a Universidade do Estado da Bahia e *Florida Agricultural and Mechanical University (FAMU)* através do Programa: *United Negro College Fund Special Programs Corporation (UNCFSP) under the Hemispheric Partnership Award*. Entendo que a produção, de certa forma, também ajudou docentes da região do Recôncavo na garantia da plena efetivação da Lei 10.639 em suas experiências de sala de aula.

A produção do trabalho foi dividida entre um grupo que se debruçou sobre vários temas ligados às populações negras na África e diáspora. Dividimos os temas em grandes linhas do tempo que foram transformadas em eixos. A partir daí, produzimos o material que foi composto por textos autorais de uma lauda, letras de músicas, poesia, fotos, mapas etc. Ressalto que para além dos objetivos propostos, o trabalho fortaleceu o próprio grupo. No (anexo 1) encontram-se uma ilustração da Linha do Tempo III e um texto autoral intitulado “Mito como prática pedagógica no espaço terreiro”, construído no momento da produção do Livro Didático Virtual.

1.11 **Marcha Zumbi + 10: “todos a bordo”**

Era uma terça-feira, 15 de novembro de 2005, saímos de Santo Antônio de Jesus por volta das 14h a caminho de Brasília, seriam mais de mil quilômetros de deslocamento, aproximadamente dezoito horas de viagem terrestre. O transporte? Um carro modelo *van*, adquirida com muito esforço junto à pró-reitoria de assistência estudantil da UNEB. Embalados(as) por uma variada trilha sonora, incluindo o samba reggae do - Olodum, bloco afro Malê Debalê e Muzenza; o contundente “reggae resistência” de um filho do Recôncavo baiano, o rap dos Racionais MC’s e tantos(as) outros(as), éramos jovens estudantes negros(as) envolvidos(as) numa atmosfera de celebração, entusiasmo e um pouco de rebeldia. Com um trecho que nos tocava profundamente: “vem ver filhos do barro que hoje estão na faculdade”, a música “Filhos do Barro Preto”, do Ilê Aiyê, era das mais tocadas, disputava com “Preto em Movimento”, do rapper MV Bill. Não por acaso, tornaram-se “trilhas sonoras oficiais” que embalavam as reuniões do Coletivo Nyanga e as nossas viagens a caminho dos eventos.

Tínhamos assistido recentemente o filme “Todos a bordo”, do cineasta norte-americano Spike Lee, no Cine Clube Papa-Jaca⁴⁸. O filme é um relato ficcional sobre um grupo de homens que troca experiências por meio de debates num ônibus que segue rumo ao marcante evento contra o racismo em 1995, intitulado “Marcha de Um Milhão de Homens”, em Washington (EUA). Cada cena relembra dava a tônica das nossas conversas, aquele ato marcaria para sempre nossas vidas.

No mesmo ano, o Movimento Negro brasileiro saía às ruas para protestar contra os prejuízos causados pelo preconceito racial e marcar a passagem dos trezentos anos de morte do líder Zumbi dos Palmares. A Marcha Zumbi dos Palmares contra o racismo e pela cidadania e vida, realizada em vinte de novembro daquele ano, contou com a participação de cerca de trinta mil ativistas oriundos das cinco regiões do país em Brasília, segundo o levantamento produzido pelos movimentos negros (SILVA, 2006, p. 6).

Dez anos depois, nova articulação foi feita permitindo o surgimento da Marcha Zumbi + 10 - Contra o Racismo e pelo Direito à Vida. Numa quarta-feira, dia 16 de novembro de 2005, Brasília recebeu delegações de mais de 15 estados do Brasil - 160

⁴⁸ O Cine Clube Papa Jaca é uma iniciativa da UNEB de Santo Antônio de Jesus. Em novembro, dentro da sua programação, exibias filmes, documentários relacionados às questões raciais.

organizações do Movimento Negro perfazendo um total de cerca de oito mil pessoas. Chegamos por volta das 9h e seguimos direto para o ato, nos misturando às várias organizações. Com palavras de ordem, denunciávamos os desmandos do governo, a violência policial, o genocídio do povo negro, a falta de acesso à saúde, à educação e ao trabalho. Enfim, denunciávamos a não existência das mínimas condições de sobrevivência, a garantia de direitos constitucionais para a população negra e reclamávamos pela construção de um novo projeto civilizatório para a sociedade brasileira.

A marcha acabou sendo cindida em duas o que ocasionou certo tensionamento ao longo do processo em virtude dos posicionamentos divergentes quanto à participação de membros de grupos políticos organizados, como sindicatos e partidos políticos. Proponentes da Marcha do dia 16 alegam que esta foi autônoma, construída com poucos recursos e extrema dificuldade, caracterizada como aquela em que estaria a verdadeira expressão dos ativistas (organizações e movimentos sociais negros). Já a Marcha do dia 22 de novembro se conformaria com sindicatos e grupos historicamente ligados aos partidos de esquerda.

Para José Silva,

ocorreram acusações de aparelhamento e uso político partidário, aliás, tão comuns no período de reorganização do Movimento Negro nos anos 70. Segundo essa argumentação não é necessário romper e virar as costas aos partidos políticos. O que se afirma é a necessidade de reconstrução do Movimento Negro, buscando autonomia, autoridade e legitimidade para encarar os dirigentes partidários e reivindicando representações governamentais comprometidas (SILVA, 2006, p. 8).

Para além das tensões, acho relevante também apresentar alguns dados de pesquisa quantitativa realizada sobre o perfil dos(as) participantes das duas Marchas produzida por Silva et al. (2006), a partir de *survey* com 270 pessoas que estiveram da primeira manifestação. Os achados identificaram que as mulheres compuseram maioria na marcha, com uma diferença de 7.7 pontos percentuais em relação aos homens. Do ponto de vista da dimensão etária, os mais jovens tiveram participação significativa, no qual cerca de 70% dos(as) entrevistados(as) tinham idade inferior a 35 anos, com elevada concentração na faixa dos 15 aos 25 anos – 46,7%, enquanto apenas 29,6% dos participantes possuíam mais de 35 anos.

José Silva (2006) revela, nas respostas colhidas através de entrevistas qualitativas, certa diversidade associada aos motivos para participação da marcha.

Dentre os aspectos evidenciados, destacaram-se: a luta contra o racismo; reivindicação de políticas públicas para a população negra e a noção geral de apoio às causas das populações negras, além disso, cerca de 20% dos participantes de ambas as marchas entrevistados, apresentaram como motivação a oportunidade de obtenção de novos aprendizados. Neste sentido, a marcha também foi encarada pela dimensão educativa para alguns dos participantes. Esta última informação reforça um dos argumentos apresentados anteriormente de que havia uma presença relevante de ativistas com menor longevidade de participação no movimento.

Entidades, associações, agentes de pastorais negros(as), centros de cultura negra, o Movimento Hip Hop do Brasil, quilombolas, artistas, coletivos de estudantes negros(as) de todo o país participaram da manifestação do dia 16 de novembro de 2005. Entre os coletivos de estudantes baianos(as), destaco a participação do - Núcleo de Estudantes Negras e Negros (NENU) da Universidade Federal da Bahia (UFBA); União de Negros e Negras Universitários da UNEB campus de Alagoinhas (UNEUDA); Núcleo de Estudante Negros e Negras da Universidade Estadual de Feira de Santana (NENUEFS); Núcleo de Estudantes Negras e Negros Ubuntu, da UNEB - Campus I em Salvador; e nós do Coletivo de estudantes negros e negras cotistas NYANGA, da UNEB - Campus V em Santo Antônio de Jesus. Concluímos a participação na manifestação ao som dos tambores do Bloco Afro Muzenza, de Salvador. A Marcha Zumbi + 10 marcou a minha vida.

1.12 Encerrando a primeira puxada: "o que a gente não registra, o vento leva"

Encerro essa primeira puxada das memórias apresentando trechos da conversa com o professor Denilson Lessa. Foram duas horas e quarenta e nove minutos de aprendizados e conhecimentos transmitidos literalmente de boca a ouvido. Eu, como um pesquisador-iaô atento, ouvi e aprendi muito com suas palavras, histórias muito significativas carregadas de compromissos éticos, sociabilidades e entendimentos apurados sobre a sua própria trajetória. Ao relatar fatos cotidianos da sua vida, menciona os sambas de reza, os carurus de Cosme e Damião, os divertimentos da infância, fala sobre sua trajetória escolar no primário (como se chamava na época), no grupo escolar Madre Maria Goretti Nery, um colégio situado no bairro da Salgadeira,

em Santo Antônio de Jesus, do 2º ciclo do ensino básico chamado ensino fundamental II (antiga quinta até a oitava série) no Colégio Luiz Viana Filho, do curso de Contabilidade. Sobre as “brincadeiras” de trabalhar na fabriqueta de fogos de artifício para complementar a renda familiar.

Meu pai era aposentado por invalidez, ele fazia alguns bicos na época nas fabriquetas de fogos de artifício do bairro, ele tinha um amigo muito próximo que tinha uma fabriqueta chamado seu Luizinho, e ele de vez em quando prestava alguns serviços nessa fabriqueta de fogos e nós também acompanhávamos e prestávamos serviço. Nós, crianças na época, estávamos nesse meio, no serviço de amarrar bombinhas, traques, estalos, enrolar esses pequenos fogos de artifício e por algum tempo participei dessa, digamos, brincadeira de trabalhar, a gente fala brincadeira não para diminuir a questão da exploração do trabalho infantil, até porque à época a consciência que nós tínhamos era que ali não fosse uma exploração, mas uma necessidade, digamos assim, era uma forma que encontrávamos para complementar a renda (Citação de entrevista concedida ao autor).

As memórias apresentadas nesta tese revelam experiências diversificadas e ao mesmo tempo muito próximas quando observadas em conjunto. Das vivências e engajamentos nos diversos movimentos negros à carreira docente no magistério superior e/ou da educação básica, do posicionamento ético ao compromisso com a descolonização do conhecimento essas questões dão o substrato coletivo de muitas falas e revelam pistas para entendermos quais componentes político-formativos constituem estes(as) pesquisadores(as). Acredito que essa é a riqueza de localizar as suas experiências a partir de um xirê amefricano. Seus pensamentos e produções contribuem significativamente para a implementação de uma educação antirracista na Bahia e no Brasil. Dentre tantos assuntos surgidos na conversa, perguntei ao professor se podemos afirmar que hoje há um quadro consolidado de experiências sobre as relações raciais e formação docente no estado da Bahia. Sua resposta:

Essa questão que você coloca é central. Tem um adágio popular, sobretudo lembrado na Bahia, repetido por diversas vezes pela saudosa Mãe Stella de Oxóssi que dizia o seguinte: ‘o que a gente não registra, o vento leva’. Eu digo isso porque muita coisa foi feita, muita coisa absurdamente foi feita, por outro lado, entendo, ainda temos poucos registros, registros de memória para além da oralidade. Isso é importante, como diria Muniz Sodré, um dos componentes civilizatórios da população brasileira que formou o Brasil é a cultura africana, ou melhor, as culturas africanas, e um dos componentes dessa cultura africana se traduz na tradição oral, nós somos frutos de uma tradição oral, de uma oralidade e digo isso porque muita coisa foi feita sobre o debate da cultura negra na Bahia, no Brasil, em específico no lugar onde eu atuo e resido, sem perder a conexão com o macro, com a Bahia, com Salvador como centro de discussão, com o Brasil como um todo, nós não podemos perder essas conexões, evidentemente, mas muito daquilo que foi feito de forma *stricto sensu* não foi deixado registro, é claro que alguns

registros existem, imagens de filmes, gravações, registros fotográficos e a própria memória de quem participou, de quem trabalhou, enfim, como nós somos frutos dessa cultura oral, sobretudo presente na cultura nagô, na cultura angolana, nessa matriz que nós carregamos de ascendência iorubá, congoleza e outras tantas nações ou grupos étnicos, por assim dizer, então nós somos firmados nessa base da oralidade que é um componente importantíssimo, inclusive é essa oralidade que faz com que hoje possamos estar discutindo esse acúmulo de conhecimentos, de um lado pautado na tradição oral, de outro um acúmulo de conhecimentos que a própria academia, ou melhor, o espaço universitário, o mundo intelectualizado tem sobre as populações negras, isso é importante (Citação de entrevista concedida ao autor).

As concepções de “tradição”, “cultura negra” e mesmo “cultura oral” que importam aqui, expressas por um professor que muito me ensinou sobre essas questões ocupam terrenos políticos que estão longe da mera persistência de velhas formas e mais relacionadas à associação e articulação de vários elementos. Um desses elementos, a oralidade, pode ser reorganizada para se articular a diferentes práticas e posições, adquirindo novos significados e relevância a partir mesmo da intersecção entre tradições que historicamente ainda são debatidas como antagônicas, como polos opostos da modernidade, nesse caso com a chamada “cultura escrita”. Penso que essa é uma das riquezas mencionadas pelo professor Denilson, a cultura oral permite esse acúmulo de conhecimentos, nos permite acessar códigos, elementos presentes, por exemplo, na musicalidade e corporeidade negras. Esses são princípios ético-formativos, repertórios culturais (HALL, 2003) que lutamos para expressar e que estão vivos nas experiências dos(as) interlocutores da tese. São contranarrativas que efetivamente demonstram outras formas de vida, dimensões éticas que foram muito discutidas em programas de formação de professores(as) da UNEB. Nas minhas salas de aula compartilho muitos desses posicionamentos.

Importante dizer que a tradição oral faz parte de estudos e pesquisas de interlocutores(as) desta tese. Marluce Macêdo é uma delas. Na sua dissertação de mestrado, “Tradição oral afro-brasileira e escola: (des)encontros na encruzilhada: uma reflexão a partir do município de Santa Bárbara - Bahia”, ela faz um estudo sobre as relações travadas entre esta tradição e a escola no município a partir da experiência vivida ali, nos dando um panorama do significado da tradição oral no contexto da sua pesquisa. Faço essa referência, pois, acredito que a tradição oral afro-brasileira é um dos aspectos mais ricos e relevantes do conjunto de valores afrocivilizatórios no Brasil. Essa tradição oral se inscreve no terreno da contestação de uma realidade homogeneizante, dominante e excludente.

A tradição oral afro-brasileira, em Santa Bárbara, é um feixe a ser desfeito dialogicamente, e está inscrita nesse campo da cultura, embora não se traduza numa simples prática cultural, mas é perpassada também por outras práticas sociais, constituindo-se na soma do inter-relacionamento delas. (MACÊDO, 2004, p. 17 -18)

Nesta puxada foram apresentadas as memórias de um pesquisador-iaô conduzidas, dialogicamente, por outras narrativas de intelectuais negros(as) mais novos(as) e mais velhos(as). Foi a “primeira saída”⁴⁹ em um xirê epistêmico que tentei cumprir da melhor forma possível. Andanças, encontros, lutas, afetos e produções estiveram presentes. Eis me aqui, uma ação afirmativa, assumindo a responsabilidade não só de entender o que as memórias fazem de nós, mas, acima de tudo, o que nós fazemos delas. E os combates que escolhemos.

⁴⁹ O mesmo que puxada.

2 A SEGUNDA PUXADA



Figura 1 - Foto da Reunião de organização do VIII Congresso Baiano de Pesquisadores(as) Negros(as) no CEPAIA (Centro de Estudos dos Povos Afro-Índio-Americanos) /UNEB. Da esq. para a dir. Prof. Eduardo Estevam; Prof. Romilson Sousa; Prof. Nilo Rosa; Prof. Wilson Mattos; Profa. Helena Argolo; Profa Irenilza Oliveira; Profa. Marluce Macêdo e Profa. Ires Brito.
Fonte: O autor, Sd.

Um xirê bem apresentado requer organização. É importante que todos(as) os(as) presentes acompanhem as palavras enunciadas por aquele(a) que está na condução das cantigas, o cadenciar rítmico dos atabaques, o compasso da roda. É fundamental saber que lugar devemos ocupar nessa circularidade, se somos participantes diretos neste ato. Na segunda puxada, o cuidado se intensifica. Apresento os descritivos da Associação de Pesquisadores(as) Negros(as) da Bahia, os(as) convidados(as) do xirê epistêmico e os caminhos metodológicos percorridos na tese. Aqui encontramos, principalmente, as enunciações destes(as) pesquisadores(as) e no que elas se transformam para tentativas de descolonização do pensamento. Palavras e nomes numa dança-círculo de vozes que vão e voltam na tese protegendo, decolonizando, desafiando. Antes, convém uma abordagem sobre o lugar epistêmico que tento localizar as experiências destes(as) pesquisadores(as).

2.1 Intelectuais negros(as) da Associação de Pesquisadores(as) Negros(as) da Bahia: amefricanizando experiências

É a partir de amefricanidades (GONZALEZ, 1988) que localizo as experiências narradas pelos(as) intelectuais negros(as) da APNB. Considero que a riqueza desta perspectiva se encontra na possibilidade de poder ensaiar um xirê com bases epistemológicas situadas mais para o lado de cá do atlântico negro. Além de considerar os(as) pesquisadores(as) sujeitos e produtores(as) de conhecimento, a sua emergência coloca em suspensão, mesmo que por alguns instantes e não sem esforço, certas bases epistemológicas hegemônicas ocidentalizadas e empurradas “goela abaixo” para que nossas escritas sejam aceitas e aprovadas nos ritos brancocêntricos da academia. Permite também localizar traços identitários e histórias comuns de lutas políticas narrados por eles/elas, interpretando-os à luz das decolonialidades. Segundo as professoras Márcia Lima e Flávia Rios (2020),

Para além do seu caráter puramente geográfico, a categoria de amefricanidade incorpora todo um processo histórico de intensa dinâmica cultural (adaptação, resistência, reinterpretação e criação de novas formas) que é afrocentrada, isto é, referenciada em modelos como: a Jamaica e o akan, seu modelo dominante; o Brasil e seus modelos iorubá, banto e ewe-fon. Em consequência, ela nos encaminha no sentido da construção de toda uma identidade étnica. (LIMA; RIOS, 2020, p. 135)

Munido deste abebé⁵⁰ de espelhar horizontes epistêmicos de cura, consigo me aproximar destas vozes e identificar alguns desses traços comuns: a influência do Movimento Negro é uma característica marcante deste grupo. São experiências muito próximas onde a insurgência dá o tom das suas produções disseminadas na Associação. Contudo, entramos numa questão delicada: como falar sobre características comuns compartilhadas por formações políticas diferentes e, ao mesmo tempo, reivindicar a particularidade e a especificidade histórica sem parecer estar envolto em contradições ou em explicações essencialistas? Esta pergunta, formulada por Claudia Pons Cardoso (2014), em seu artigo “Amefricanizando o feminismo; o pensamento de Lélia Gonzalez” pode ser respondida por Avtar Brah (2011) da seguinte forma: isso é possível desde que o viés essencialista do universalismo seja excluído ou verificado no contexto

⁵⁰ O Abebé é um objeto da religiosidade iorubá que consiste em um emblema das yás Oxum e Iemanjá, nas religiões de matrizes africanas.

histórico, “es decir, de un concepto de ‘universalismo’ como ‘producto’ histórico” (BRAH, 2011, p. 120), ou seja, como contingencial, situado, variável e sujeito a mudanças. Para Joel Rufino,

o Universalismo é uma epistemologia, conjunto de crenças sobre *o que* pode ser conhecido e *como* pode ser conhecido. É uma fé também: exige respeito e reverência a uma verdade indefinida, porém real. E, aliás, não se opõe ao racismo e ao sexismo como se pensa, mas se combina com eles em favor da eficácia do sistema-mundo que é o capitalismo (SANTOS, 2014, Sp., grifo do autor).

Sendo assim, identifico uma grande riqueza nas experiências narradas por estes(as) pesquisadores(as), experiências similares, porém, não idênticas e em diferentes contextos. A contingência destas diferenças é expressa, ainda, no seguinte excerto:

se deduce que los sujetos humanos no son rígidas personificaciones de las culturas. Dado que todas las culturas tienen diferencias internas y nunca son estáticas, aunque el ritmo de cambio puede ser variable, nuestras subjetividades se forman dentro de prácticas discursivas heterogéneas. Distintas posturas subjetivas emergerán dentro de un único contexto cultural, ofreciendo la posibilidad del cambio político [...] (BRAH, 2011, p. 20).

Em consonância com Cláudia Pons Cardoso, a amefricanidade desenvolve a concepção de que a historicidade deve ser parte constitutiva das experiências, sendo assim, permite pensarmos e produzirmos conhecimentos a partir de diferentes locais de enunciação, “desloca mulheres e homens negros/os e indígenas da margem para o centro da investigação, fazendo-as/os sujeitos do conhecimento ao resgatar suas experiências no enfrentamento do racismo e do sexismo” (CARDOSO, 2014, p. 972), possibilitando que grupos racializados desafiem lugares sociais e estruturas de poder próprias da colonialidade. Aqui eu dialogo com praticantes que significam conhecimentos e (se)inventam graças às “artes de fazer” (CERTEAU, 1982), pesquisadores(as) que enunciam e produzem sentidos aos seus discursos lançando mão das táticas de resistência negra, alterando objetos e códigos, descolonizando e se reapropriando dos espaços a seu jeito, aquilombando-se.

Para pensar, teorizar ou mesmo produzir conhecimentos a partir das narrativas destes(as) intelectuais negros(as), de suas amefricanas experiências identifico espaços de aberturas para ressignificações, quebras de linearidades, contestações e (re)alinhamentos no campo da memória. Entendo que estamos enredados nas contingências deste xirê, contrariando a ideia de sujeitos já plenamente constituídos por alguma experiência. Este é o lugar da formação do sujeito e, para tanto, precisamos dar

conta dos processos históricos que, através do discurso, posicionam sujeitos e produzem suas experiências.

Para Joan Scott (1999)

Não são os indivíduos que têm experiência, mas os sujeitos é que são constituídos através da experiência. A experiência, de acordo com essa definição, torna-se, não a origem de nossa explicação, não a evidência autorizada (porque vista ou sentida) que fundamenta o conhecimento, mas sim aquilo que buscamos explicar, aquilo sobre o qual se produz conhecimento. Pensar a experiência dessa forma é historicizá-la assim como as identidades que ela produz (SCOTT, 1999, p. 27).

O estudo da experiência deve questionar sua posição enquanto origem na narrativa histórica, não a reprodução e transmissão de um conhecimento ao qual se chegou pela experiência, mas sim a análise da produção desse conhecimento. A atenção a esse ponto “revela a experiência como um lugar de contestação: um espaço discursivo onde posições de sujeito e subjetividades diferentes e diferenciais são inscritas, reiteradas ou repudiadas”. (BRAH, 2006, p. 361). Uma prática de atribuir sentido tanto simbólica como narrativamente.

Contra a ideia de um “sujeito da experiência” já plenamente constituído a quem as “experiências acontecem”, a experiência é o lugar da formação do sujeito. Essa noção muitas vezes falta nas discussões sobre diferenças entre pessoas onde a diferença e a experiência são usadas principalmente como “termos de senso comum”. Não é de surpreender que tais discussões fracassem ou resultem em “diálogos de surdos” quando lidam com as contradições da subjetividade e da identidade. Por exemplo, como lidar com o racismo de uma feminista, a homofobia de alguém sujeito ao racismo, ou até o racismo de um grupo racializado em relação a outro grupo racializado, cada um supostamente falando a partir do ponto de vista de sua experiência, se toda experiência refletisse de maneira transparente uma dada “verdade”? (BRAH, 2006, 360-361)

Concordando com Marluce Macêdo (2013), para quem a experiência desempenha importante papel não como simples relato de uma vivência particular ou uma biografia individualizada, mas como uma memória coletiva, agregadora de trajetórias, eventos, (re)criações e utopias e a amefricanidade enquanto uma agência inclusiva cujas atualizações estão atreladas à contingência dos processos, pergunto: o que os(as) intelectuais negros(as) desta pesquisa nos dizem sobre a APNB e sua constituição? Como se posicionam com relação às produções do conhecimento desta associação? Reitero que considero a APNB um território insurgente onde intelectuais negros(as) graças às “artes de fazer” (CERTEAU, 1982) produzem narrativas e conhecimentos decoloniais.

2.2 Descritivos da APNB

Para o desenvolvimento dessa discussão foi fundamental o apoio de Marluce de Lima Macêdo através da viabilização dos arquivos pessoais (textos, vídeos, atas, convites, planos de ação etc.), material essencial para a pesquisa. Tive acesso ao texto da conferência de encerramento do II Congresso Baiano de Pesquisadores(as) Negros(as) (CBPN), proferido por ela no dia 26 de setembro de 2009, na Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS) na Bahia. Encontrei nele informações importantes sobre a constituição da Associação.

Seção baiana da Associação Brasileira de Pesquisadores(as) Negros(as)⁵¹, a APNB foi fundada em 06 de novembro de 2004. Conforme o seu estatuto⁵², é uma associação civil sem fins lucrativos que se destina à defesa e divulgação de pesquisas realizadas, prioritariamente, por pesquisadores(as) negros(as)⁵³, sobre temas de interesse direto das populações negras e todos os demais temas pertinentes à construção e ampliação do conhecimento humano. Começa a germinar quando, ao retornar do II Congresso Brasileiro de Pesquisadores(as) Negros(as) (COPENE), realizado em São Carlos – São Paulo, em agosto de 2002, um grupo de mestrandos e mestrandas do Programa de Pós-Graduação em Educação e Contemporaneidade (PPGEduc) da Universidade do Estado da Bahia (UNEB) iniciou discussões sobre a necessidade de maior articulação entre os(as) pesquisadores(as) negros(as) da Bahia, que possibilitasse uma participação mais efetiva e ampliada destes(as) na Associação Brasileira de Pesquisadores(as) Negros(as) (ABPN) e em seus Congressos.⁵⁴

Segundo Marluce Macêdo (2009):

Os encontros, discussões e reflexões desenvolvidos pelo grupo culminaram numa participação mais articulada e propositiva no III Congresso Brasileiro de Pesquisadores(as) Negros(as), em São Luís do Maranhão – setembro de 2004. Além de apresentarmos nossos trabalhos acadêmicos, levamos para esse Congresso duas proposições: de realizar o IV COPENE em Salvador, na Bahia e a indicação do nome do professor Wilson Mattos, para ocupar a 1ª Vice-Presidência da ABPN. Após debates e articulações ao longo deste Congresso, essas proposições foram acatadas e aprovadas pela Assembléia

⁵¹ Para saber mais sobre a ABPN, <https://www.abpn.org.br/>.

⁵² Ver: <http://apnb.org.br/bin/view/APNB/Hist%c3%b3rico>

⁵³ O termo possui correspondência com o que denominamos “intelectuais negros(as)” e será discutido mais adiante.

⁵⁴ A título de retificação, em conversa com o Prof. Wilson Roberto de Mattos foi relatado que as discussões acerca da constituição da APNB foram iniciadas no III COPENE (Maranhão), e não em São Carlos (II COPENE), como afirma a Profa. Marluce de Lima Macêdo.

Geral. Viemos com a importante missão de realizarmos o IV COPENE. No entanto, voltamos fortalecidos, pois o pequeno grupo que se reunia até então foi bastante ampliado, com a participação de professores(as), estudantes e outros(as) pesquisadores(as) – que se articularam ao grupo durante o III COPENE ou depois dele. Esse “novo” grupo formou o que chamávamos de Seção Baiana de Pesquisadores(as) Negros(as), e foi responsável pela criação e estruturação da Associação de Pesquisadores(as) Negros(as) da Bahia, bem como pela organização do IV COPENE, em setembro de 2006, em Salvador. Agora, razoavelmente ampliado, se transformou num grupo interinstitucional, interdisciplinar e diverso, porém, com projetos e objetivos comuns (Citação de entrevista concedida ao autor).

Destaco alguns/algumas desses(as) importantes intelectuais negros(as) e suas respectivas instituições, para ilustrar essa nova realidade: Prof. Wilson Roberto de Mattos (UNEB), Profa. Ana Célia da Silva (UNEB), Profa. Marluce de Lima Macêdo, Profa. Florentina Souza (UFBA), Prof. Nilo Rosa (UEFS), Prof. Valdélcio Silva (UNEB), Profa. Marise Santana (UESB), Prof. Edson Santana (UEFS), Profa. Vanda Machado (UNEB), Profa. Ivy Guedes Mattos (UNEB), Prof. Romilson Souza (Centro de Documentação Cultural sobre a Bahia (CEDIC)), dentre muitas outras/os que participaram ativamente desse momento decisivo para a Associação⁵⁵.

Segui na leitura do texto e observei que a criação, fundação e organização da APNB culminou no seu registro oficial em 2004, tendo como sua primeira Diretoria Executiva: Wilson Mattos – Presidente, Valdélcio Silva – 1º Vice-Presidente, Maria de Lourdes Siqueira – 2ª Vice-Presidenta, Marluce Macêdo – 1ª Secretária, Delcele Queiroz – 2ª secretária, Romilson Souza – Tesoureiro. Desde então, tem envidado esforços para promover a congregação e o diálogo com pesquisadores(as) e instituições de pesquisas da Bahia, intensificando e ampliando o campo de debates sobre as relações étnico-raciais, com vistas a interferir ativamente nos vários setores da vida pública do estado e do país, bem como fortalecer uma rede de solidariedade entre populações negras.

2.2.1 Objetivos da Associação a partir do seu estatuto⁵⁶

⁵⁵ Alguns/algumas desses(as) pesquisadores(as) são interlocutores(as) nesta tese e serão melhor apresentados(as) mais à frente.

⁵⁶ Ver: <http://apnb.org.br/bin/view/APNB/Hist%c3%b3rico>. Acesso em 03 de agosto de 2019.

Dentre seus principais objetivos, destaco: congregar os(as) pesquisadores(as) negros(as) baianos(as), acadêmicos(as) ou não, que trabalham com temas de interesse direto das populações negras da Bahia e do Brasil; assistir e defender os interesses da APNB e dos(as) sócios(as) perante os poderes públicos em geral; promover conferências, reuniões, cursos e debates sobre temas e questões diretamente ligadas a populações negras no Brasil; possibilitar publicações de teses, dissertações, artigos, revistas sobre assuntos relativos às culturas negras no Brasil e em toda diáspora; manter intercâmbio com associações congêneres do país e do exterior; defender e zelar pela manutenção da pesquisa com financiamento público e dos institutos de pesquisa em geral, propondo medidas para seu aprimoramento, fortalecimento e consolidação e propor medidas para as políticas públicas no estado e no país.

2.2.2 Os Congressos Baianos de Pesquisadores(as) Negros(as) (CBPNs)

a) O Primeiro CBPN / Congresso Baiano de Pesquisadores(as) Negros(as) foi realizado em Salvador, na Universidade Federal da Bahia (UFBA) nos dias 15, 16 e 17 de novembro de 2007. Teve como tema “Políticas Públicas e Populações Negras: Ações afirmativas, raça, gênero e culturas”;

b) O Segundo foi realizado em Feira de Santana, na Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS) de 24 a 26 de setembro de 2009 com o título “Outros caminhos das culturas afro-brasileiras: confluências, diálogos e divergências”;

c) Tendo como tema a “Pesquisa Social e Ações Afirmativas para afrodescendentes”, o III CBPN foi realizado em conjunto com o III Seminário Internacional Áfricas, numa parceria entre a APNB e o READI⁵⁷, na Universidade do Estado da Bahia (UNEB), campus V, em Santo Antônio de Jesus (12 a 16 de outubro de 2011);

d) O IV Congresso Baiano de Pesquisadores(as) Negros(as) foi realizado entre os dias 18 e 21 de setembro de 2013 na Universidade Federal do Recôncavo Baiano (UFRB) e cujo tema foi “Da educação básica à pós-graduação: perspectivas e estratégias para a construção de políticas afirmativas de gênero e raça”;

⁵⁷ O Rede de Estudos Africanos e da Diáspora (READI) foi formado a partir do I Seminário Internacional Áfricas: Historiografia Africana e Ensino de História, no ano de 2009, realizado nas cidades de Salvador/Ba e Florianópolis/SC. O READI tinha como preocupação central refletir/debater sobre novos caminhos da historiografia africana, o lugar da África na produção historiográfica contemporânea e seu ensino nas universidades brasileiras e africanas e na educação básica.

e) O V CBPN foi realizado na Universidade Estadual do Sudeste da Bahia (UESB), campus de Jequié, entre 16 e 20 de novembro de 2015 e teve como tema “Produções culturais Afro-Brasileiras e diversidade: territorialidades, histórias e saberes”. O evento foi articulado com o IV Encontro Estadual de Educação das Relações Étnicas, a XI Semana de Educação da Pertença Afro-Brasileira e o II Seminário do Mestrado em Relações Étnicas e Contemporaneidade da UESB;

f) O VI Congresso Baiano de Pesquisadores(as) Negros(as) foi realizado entre os dias 20 e 22 de setembro de 2017. O evento foi promovido pela Associação de Pesquisadores(as) Negros(as) da Bahia (APNB), pelo Programa de Mestrado Profissional em Ensino e Relações Étnico-Raciais (PPGER/UFSB), pelo Núcleo de Estudos Afro-brasileiros da UFSB, pelo Programa Multidisciplinar em Estudos Étnicos e Africanos da Universidade Federal da Bahia (Pós-Afro/UFBA) e pelo Órgão de Educação e Relações Étnicas da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (ODEERE/UESB). O VI CBPN dialogou com os temas dos congressos anteriores e promoveu debates sobre as narrativas históricas e vivências da população negra no sul da Bahia;

g) Por fim, com o tema “Políticas, saberes e tecnologias afro-diaspóricas: insurgências nas contemporaneidades negras”, o VII CBPN colocou em debate modos de insurgências negras que são produzidos/gestados nos espaços da afrodiáspora, forjando/inspirando/demandando a implementação de políticas públicas, a reinvenção dos saberes e os modelos de reordenamento de ocupação dos territórios físicos e simbólicos. O evento ocorreu entre os dias 17, 18 e 19 de julho de 2019, na UFBA.

Para Marluce Macêdo (2009), os CBPNs

representam, de alguma forma, a culminância de longas jornadas de reuniões, discussões, embates, negociações, parcerias, mas, também, e principalmente, o desempenho coletivo e solidário dos próprios pesquisadores(as) negros(as), que têm encontrado toda espécie de dificuldades para suas construções, principalmente no que diz respeito às parcerias econômicas. (Texto proferido na Sessão de Encerramento do II Congresso de Pesquisadores Negros(as) da Bahia, em 26 de setembro de 2009, na Universidade Estadual de Feira de Santana – Bahia (Citação de entrevista concedida ao autor).

Ressalto que a APNB, além dos Congressos, tem agregado os(as) pesquisadores(as) em reuniões, seminários e assembleias promovendo debates e reflexões não só do interesse das populações negras, mas de toda sociedade. A diretoria ampliada da APNB desenvolveu, no ano de 2021, reuniões semanais remotas deliberando sobre a construção do Congresso Baiano de Pesquisadores(as) Negros(as)

que ocorreu em julho de 2021, na Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), em São Francisco do Conde - Bahia.

No anexo III, apresento a sistematização de uma das atividades recentes da pesquisa: a compilação de todos os grupos de trabalho (GTs) apresentados nos CBPNs de ocorridos no período compreendido entre 2005 e 2020, tabulados a partir dos seus anais e agrupados em Linhas Gerais de Pesquisa. Esse material foi compartilhado com a diretoria da associação a fim de facilitar na escolha do tema dos webnários da APNB que ocorreram em 2020.

2.3 Arregimentando o xirê metodológico

Apresentadas no início da tese algumas compreensões de pesquisadores e pesquisadoras que discutem o tema “intelectuais negro(as)” passo, no presente tópico, a apontar os caminhos metodológicos em busca de compreender melhor quem são os(as) intelectuais negros(as) da APNB e o que têm a dizer sobre a Associação de Pesquisadores(as) Negros(as) da Bahia.

A entrevista em história oral, escolha metodológica para esta tese sustenta-se na comprovação das experiências bem-sucedidas que ocorreram na minha graduação e no mestrado ao trabalhar com histórias orais (de vida e temática) de professores(as) no campo da educação e relações étnico-raciais. Falei um pouco sobre essas duas experiências anteriormente. Pensando que esse campo se beneficia muito das discussões promovidas por esta metodologia, considero-a importante por problematizar a visão hegemonizada da história compreendida apenas pelo prisma dos “grandes vencedores”. Segundo Roberto Sidnei (2004, p. 177), “o recurso da história de vida nos meios educacionais é mais uma contribuição para o rompimento com o baixo mimetismo cognitivo, o abstracionismo teórico e o colonialismo intelectual [...]”.

De acordo com José Meihy e Fabíola Holanda (2007), que afirmam ser a entrevista uma manifestação do conjunto de fontes orais, a concepção de entrevista em história oral que desenvolvo aqui tem como finalidade a transformação do material colhido nestas mesmas fontes, ou seja, gravações eletrônicas que tem no registro o seu propósito. A entrevista em história oral pressupõe a realização de relações simétricas e colaborativas entre todos os(as) participantes, favorecendo uma conversação mais

espontânea e interativa, estimulando uma boa ambiência para reflexões, criando um ambiente onde os(as) interlocutores(as) elaboram narrativas acerca dos assuntos que surgem no transcorrer da conversa de modo que nelas apareçam elementos importantes para lançar luz aos temas propostos nesse estudo, quais sejam, a constituição da APNB, intelectualidade negra, militância, lutas antirracistas etc. O que caracteriza esse ambiente é a ênfase na produção das melhores condições possíveis para a emersão de uma narrativa livre, onde o(a) entrevistado(a) pode transitar entre as próprias memórias.

Outra razão para a utilização da entrevista na perspectiva da história oral reside no fato dela possibilitar o estabelecimento de uma relação dialógica (BAKHTIN, 1997) com os(as) participantes deste xirê, ou seja, significa considerá-los(as) sujeitos (discursivos) implicados diretamente nessa roda de comunicação, estabelecendo uma ação (narrativa) compartilhada num espaço-tempo específicos, porém, sempre mutável devido às variações do contexto. Finalmente, as narrativas destes(as) intelectuais negros(as) após o devido registro transformam-se em fontes polifônicas. O que seria uma fonte polifônica? Para Barros (2012),

será aquela na qual se expressam efetivamente diversas vozes – por vezes explicitamente, através de um espaço que lhes é concedido para a fala; por vezes implicitamente, através do discurso de um outro que mesmo sem querer termina por permitir que outras vozes falem no interior de seu discurso (BARROS, 2012, p. 24).

É importante pontuar algumas questões: estamos todos(as) envolvidos(as) em uma relação dialógica e na polifonia nossas vozes são chamadas à interação com outras tantas vozes, contudo, não considero as fontes apresentadas ao longo do texto polifônicas apenas porque estão imersas em várias “falas de outros”, mas porque eu, consciente do meu papel enquanto mediador e compilador da fonte, ou mesmo agente discursivo elaborador de um texto sobre uma narrativa também represento uma voz, quando não um complexo de várias vozes, já que através da minha mediação estou falando também a partir das minhas experiências individuais e coletivas relacionadas à luta antirracista. Enquanto pesquisador-iaô, através da minha voz pode estar falando um grupo, uma comunidade profissional para além da minha própria fala pessoal (BARROS, 2012). Isso não pode ser interpretado equivocadamente como se eu falasse em nome de algo ou alguém, pelo contrário, o entendimento é que regemos todos, cada um situado em espaços-tempo específicos, o xirê dialógico. Outro ponto: conforme Grillo (2006), não se pode esquecer que a relação de contradição é um dos aspectos

constitutivos da polifonia bakhtiniana: “não basta que haja diversas vozes, antes é preciso que elas se constituam, por meio do diálogo, em pontos de vista contraditórios” (GRILLO, 2006, p. 1165). Isso pode ser verificado quando o assunto diz respeito à APNB onde há pontos de vista diferentes relacionados a quais foram de fato os primeiros objetivos da sua constituição. Percebi certa tensão nos diálogos sobre a relação entre a ABPN e a APNB. Esses debates serão tratados adiante. O que posso dizer, por enquanto, é que há sempre interesses divergentes, onde os enunciados se apresentam como espaços de luta entre as diversas vozes, o que significa que são inevitavelmente o lugar da contradição (GRILLO, 2006).

Neste quesito, a minha intenção está distante de uma tentativa de enunciar qual discurso elejo como “verdade” através das narrativas, busco muito mais entender como se produzem as versões sobre os diferentes fatos que são respondidos pelos(as) intelectuais negros(as) e como as experienciam. É uma interpretação minha, totalmente passível de contradições e idiosincrasias e isso já diz muita coisa. Fico com as palavras do historiador Sydney Chalhoub, que nas análises de crime que aparecem na primeira parte de “Trabalho, Lar e Botequim” (1986), afirma que

o fundamental em cada história abordada não é descobrir ‘o que realmente se passou’ – apesar de isto ser possível em alguma medida, e sim tentar compreender como se produzem e se explicam as diferentes versões que os diversos agentes sociais envolvidos apresentam para cada caso. As diferentes versões produzidas são vistas neste contexto como símbolos de interpretações cujos significados cabe desvendar (CHALHOUB, 1986, p.22-33).

Compromisso ético e sensibilidade são fundamentais para lidar com as narrativas dos(as) interlocutores(as) nesta tese, fragmentos de vida que só podem ser traduzidos, dialogicamente, através de escuta sensível e atenta. Estas vozes emergem de um conjunto de experiências e atuações antirracistas marcadas por recuos, avanços e persistências. Reconhecendo a contingência dos processos históricos aí imbricados, potencializo suas memórias no espaço-tempo circular de um xirê narrativo onde discursos não são apenas acionados ou reinventados, mas, são também locais enunciativos de onde são formulados conhecimentos emancipatórios. Ao lançar mão destas perspectivas, posiciono-me em acordo com Luiz Rufino, Mailsa Passos e José Carlos (2012), ou seja, política e epistemologicamente de forma diversa do modelo institucionalizado pela ciência moderna, de uma forma geral, e pela educação escolar formal, de uma forma mais específica, possibilitando, conseqüentemente, um diálogo

com saberes e fazeres histórica e socialmente invisibilizados (JÚNIOR; JÚNIOR; PASSOS, 2012).

As narrativas orais apresentadas aqui não são apenas fontes de informações para a solução de problemas do passado ou recursos para preenchimento de lacunas da documentação escrita, antes, dou relevância às experiências individuais e coletivas de homens e mulheres negros que, ao narrarem suas histórias de vida não apenas reconstroem e ressignificam memórias, mas, evidenciam as suas produções e práticas pedagógicas antirracistas, temas caros a esta tese. Por abarcar procedimentos e aproximações extremamente diversos, o uso da história oral de vida e temática contribui, inclusive, para uma melhor compreensão da condição desses(as) professores(as) como intelectuais transformadores(as), a partir do que propõe Henry Giroux (1997). Para o autor, essencial para a condição de professores(as) como intelectuais transformadores(as) é tornar o político mais pedagógico. Isso significa

utilizar formas de pedagogia que incorporem interesses políticos que tenham natureza emancipadora; isto é, utilizar formas de pedagogia que tratem os estudantes como agentes críticos; tornar o conhecimento problemático; utilizar o diálogo crítico e afirmativo; e argumentar em prol de um mundo qualitativamente melhor para todas as pessoas. (GIROUX, 1997, p. 163)

Há uma riqueza no trabalho com as histórias de vida no campo da educação que pode ser acessada, segundo Antonio Nóvoa (1995), pela compreensão sobre como elas implicam nos comportamentos e práticas pedagógicas cotidianas, perspectivas, visões e concepções dos professores sobre educação.

Porque é que fazemos o que fazemos na sala de aula, obriga a evocar essa mistura de vontades, de gostos, de experiências, de acasos até, que foram consolidando gestos, rotinas, comportamentos com os quais nos identificamos como professores. Cada um tem o seu modo próprio de organizar as aulas, de se movimentar na sala, de se dirigir aos alunos, de utilizar os meios pedagógicos, um modo que constitui uma espécie de segunda pele profissional (NÓVOA, 1995, p. 16).

Para Aspásia Camargo (1984), esta riqueza reside em outorgar um lugar de centralidade à experiência vivida e em possibilitar a integração de percepções individuais e pautas universais de relações humanas através de articulações temporais. Assim, o enfoque sobre as experiências dos sujeitos é fundamental para a “compreensão dos atores a partir de seus próprios pontos de vista e para a compreensão de processos sociais mais amplos que os indivíduos” (CAMARGO, 1984, p. 18). Refletir sobre os conhecimentos e saberes que emergem dos discursos dos(as) intelectuais negros(as) da

APNB a partir de suas narrativas é um exercício que permite a socialização de suas experiências e as tornam comunicáveis. Para um entendimento sobre o ato de narrar recorro a Nilda Alves (2010) quando afirma que este talvez seja

o modo mesmo como, por um lado, se expressam os sujeitos sobre seu cotidiano sempre que desejam transmiti-lo e, por outro lado, pode ser, também, um dos métodos mais importantes para se organizar a história do cotidiano, melhor expressando-a e possibilitando seu melhor entendimento. (ALVES, 2010, p. 1-2)

Dessa forma, a história oral de vida e temática, opções metodológicas que desenvolvo vislumbram-se como maneiras de superar a mera aquisição de dados em favor de visões mais subjetivas das experiências destes(as) intelectuais negros(as) no campo da educação antirracista. O conceito de “experiência”, nesse caso, ganha centralidade tornando-se fundamental já que, segundo Jorge Bondía (2002, p. 30), ela nos atravessa, situa e produz saberes inscrevendo caminhos, ou seja, o importante a destacar aqui é a “comunicabilidade da experiência pela expressão da coletividade, pela repolitização das falas, por outra maneira de criar o conhecimento e compreender a realidade por meio de novas maneiras de reflexão que consigam alcançar tais metas”.

Conversar com os(as) intelectuais negros(as) sobre suas histórias de vida não é uma tarefa simples. Como já foi dito, exige compromisso ético, pois, os registros das suas histórias - maneiras de ser, posicionamentos políticos, atuações na APNB - situam-se em campos políticos que demandam a todo tempo reconfigurações de memórias sobre as populações negras no Brasil. O que seus discursos revelam são conflitos e conquistas individuais e coletivas, são conhecimentos e saberes produzidos a partir das tentativas de todas as formas de descolonização e que têm na luta contra o racismo epistêmico um dos principais propósitos. Através dos nossos diálogos pude perceber que o envolvimento com a militância nos diversos movimentos negros influencia sobremaneira nas suas produções e marca a trajetória de muitos deles e que a junção (produção intelectual/militância antirracista) entra no cálculo das escolhas políticas e intelectuais dos que ingressaram na universidade nas décadas de 80 e 90. A participação nos APNs (Agentes de Pastorais dos Negros), MNU (Movimento Negro Unificado) e vivências em escolas de samba, sambas de roda, sambas de reza (variação do samba de roda), ladainhas de rezas, promessas a São Cosme e Damião, Santa Bárbara, carurus, blocos afros compõem algumas dessas experiências. Nesse sentido, observo similaridades destes(as) intelectuais com os “trabalhadores da cultura” proposto no

contundente livro “Épuras do social: como podem os intelectuais trabalhar para os pobres”.

O trabalhador da cultura se empenhará em estimular a emergência e o desdobramento dos processos culturais autônomos (a gíria, o pagode de raiz, os folgedos ditos folclóricos, o rap, a rádio pirata, o grafitismo, a escola de samba e assim por diante) (SANTOS, 2014, Sp.).

As táticas para lidar com o racismo dentro da academia e a diversidade de entendimentos que o termo “intelectual negro(a)” comporta também entram nesse rol de questões. Aproximar a história oral de vida e história oral temática é uma tarefa desafiadora. Penso que esta junção possibilita uma adequada visualização das táticas cotidianas de enfrentamento ao racismo enunciadas por estes(as) intelectuais que respondem não apenas enquanto membros de uma associação, mas individualmente como autores(as)/tradutores(as) de discursos. Seguindo amparado pelas opiniões de José Meihy e Fabíola Holanda (2007), nas histórias de suas vidas deixo que todos os fatos narrados sejam bem-vindos, descarto referências temporais exatas, admito silêncios, incertezas e mesmo omissões em suas vozes. Sabendo que a memória muitas vezes emerge através de falas imprecisas e até contraditórias, em muitos momentos a divagação (no sentido mais produtivo e pertinente que a expressão possa oferecer) dá o tom das nossas conversas. Aqui me rendo ao argumento de Paul Thompson (2002) em favor de uma entrevista livre.

Uma entrevista livre em seu fluir fica mais forte quando seu principal objetivo não é a busca de informações ou evidência que valham por si mesmas, mas sim fazer um registro ‘subjetivo’ de como um homem, ou uma mulher, olha para trás e enxerga a própria vida, em sua totalidade, ou em uma de suas partes. Exatamente o modo como fala sobre ela, como a ordena, a que dá destaque, o que deixa de lado, as palavras que escolhe, é que são importantes para a compreensão de qualquer entrevista(...). Assim, quanto menos seu testemunho seja moldado pelas perguntas do entrevistador, melhor. (THOMPSON, 2002, p. 258)

A condução com o mínimo de interferências me permite ouvir um pouco mais sobre seus lugares de origem, família, inserção escolar, escolha profissional e, em alguns casos, tenho o privilégio de escutar histórias das suas infâncias. Em se tratando da história oral temática, a história oral conduz à existência de focos mais centrais que também justificam o ato da entrevista neste projeto, recortando e conduzindo a conversa a possíveis maiores objetividades com relação ao que proponho saber. Por lógico, reconheço que a objetividade absoluta não existe, mas busco recursos para limitar as

variações. Por exemplo, com relação a questões específicas da Associação, me apoio nos poucos documentos disponíveis (atas, convites, estatuto, anais de congressos etc.), não tendo a intenção de cruzar fontes como ato de comprovação, apenas enriquecer as análises e conhecimentos sobre a história da APNB e seus Congressos Baianos de Pesquisadores(as) Negros(as) (CBPNs).

2.4 Os(as) convidados(as) do xirê

Quem eu convido para o xirê epistêmico? São nove interlocutores(as), participantes diretos e indiretos da constituição da APNB. Oito deles(as) conheço de longa data e com a maioria nutro uma amizade pessoal/profissional carregada de muita admiração. Um(a) dos(as) pesquisadores(as) foi o meu orientador no curso de mestrado, além disso, tive o privilégio de acompanhar as suas aulas de Tópicos Especiais de História da África lá nos idos dos anos 2000, no curso de graduação da Universidade do Estado da Bahia em Santo Antônio de Jesus. Outro(a) pesquisador(a) foi meu orientador na graduação, um professor de História da África combativo e incansável na luta antirracista. Uma professora, amiga muito próxima, foi fundamental na construção do projeto de pesquisa, além de generosa fornecedora de fotos e documentos que compõem as memórias da Associação. Com muitos(as) deles(as) participei de projetos e grupos de pesquisa na condição de bolsista de iniciação científica, organizamos eventos, viajamos para congressos, lutamos juntos. Em momentos incontáveis, recebi o apoio e orientação necessários para me manter de pé diante das dificuldades impostas pelo racismo acadêmico, contudo, nunca deixamos de celebrar as conquistas coletivas. Eis o grau de responsabilidade e minha implicação na pesquisa

Os primeiros contatos foram realizados presencialmente no X Congresso Brasileiro de Pesquisadores(as) Negros(as) – X COPENE, ocorrido em outubro de 2018, na Universidade Federal de Uberlândia. Três pesquisadores(as) aceitaram prontamente. Outros dois convites foram realizados e aceitos durante o VII Congresso Baiano de Pesquisadores(as) Negros(as) – VII CBPN ocorrido em 2019 na Universidade Federal da Bahia. A intenção inicial era dialogar com cinco pesquisadores(as), contudo, por orientações metodológicas sugeridas pela banca no exame de qualificação desta pesquisa, ocorrido em 2020, aumentei o quantitativo para

doze pesquisadores(as). Entre dificuldades de agenda e imprevistos de última hora, consegui a afirmativa de nove pessoas no geral, pois, três declinaram do convite. Ressalto que muitas das dificuldades de concretização das entrevistas são fruto do momento crítico por que passamos (e neste exato momento ainda enfrentamos) nos anos 2020/2021 por conta da pandemia da Covid-19 (SARS-CoV-2).

Entre históricos(as) intelectuais que participaram da fundação, coordenadores(as) dos CBPNs, ex-presidentes(as) e o atual presidente, selecionei três pesquisadores(as) negros(as) que além da experiência na Associação foram fundamentais na construção do AfroUneb. Com o intuito de ouvir um pouco sobre a sua experiência enquanto estudante (cotista) de graduação do curso de história do campus V, selecionei um professor da educação básica.

Apresento os(as) interlocutores(as):

- a) Ana Cláudia Lemos Pacheco, Doutora em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Campinas UNICAMP, São Paulo (2008). Professora Titular de Sociologia da Universidade do Estado da Bahia, UNEB. Professora permanente do Mestrado Stricto sensu em Relações Étnicas e Contemporaneidade da Universidade do Sudoeste da Bahia. Foi vice-presidenta da Associação de Pesquisadores(as) Negros(as) da Bahia (2011-2013).
- b) Denilson Lessa dos Santos, professor da Universidade do Estado da Bahia, Mestre em História Social e atualmente doutorando em Estudos Étnicos e Africanos, ambos pela Universidade Federal da Bahia. Foi o segundo vice-presidente da Associação de Pesquisadores(as) Negros(as) da Bahia, no IV CBPN (Congresso Baiano de Pesquisadores(as) Negros(as)), realizado em setembro de 2013 na Universidade Federal do Recôncavo Baiano (UFRB).
- c) Eduardo Antonio Estevam, Doutor em História Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (2014). Professor do Instituto de Humanidades e Letras, campus dos Malês/Ba, da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira (UNILAB - BA). Vice-presidente da APNB (2019-2021).
- d) Gilson Souza de Jesus, Mestre em História Regional e Local pela UNEB Campus V. Professor de História da educação básica.
- e) Marise de Santana, Doutora em Antropologia (PUC) São Paulo. Professora nível Pleno da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB). Presidenta do

- Órgão de Educação e Relações Étnicas (ODEERE) da UESB e coordenadora do V Congresso Baiano de Pesquisadores(as) Negros(as)/CBPN realizado em 2015.
- f) Marluce de Lima Macêdo, Graduada em História e Doutora em Educação e Contemporaneidade pela Universidade do Estado da Bahia – UNEB. Professora Adjunta da Universidade do Estado da Bahia – UNEB. Vice-presidenta da Associação de Pesquisadores(as) Negros(as) da Bahia (biênio 2008/2009). Presidenta da APNB (biênio 2012/2013). Primeira vice-presidenta do I Congresso Baiano de Pesquisadores(as) Negros(as)/CBPN (2007) e uma das fundadoras da Associação.
 - g) Nilo Rosa, Doutor em Sociologia pela Université de Paris I - Sorbonne Phanteon (2005). Professor Adjunto de Economia Brasileira da Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS). Foi um dos fundadores e o primeiro presidente da Associação de Pesquisadores(as) Negros da Bahia / APNB 2007 – 2011.
 - h) Romilson da Silva Sousa, Doutor em Educação e Contemporaneidade pela Universidade do Estado da Bahia – UNEB. Presidente da Associação de Pesquisadores(as) Negros(as) da Bahia/APNB (2019-2021) e reeleito (2022-2023).
 - i) Wilson Roberto de Mattos, Doutor em História pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (2000). Professor Adjunto da Universidade do Estado da Bahia. É membro fundador da Associação Brasileira de Pesquisadores(as) Negros(as) - ABPN, sendo o primeiro vice-presidente.

As conversas foram gravadas pelo Zoom Meetings, um programa de software de teleconferência de vídeo e duraram 60 minutos (em média). Os encontros foram conduzidos da seguinte forma: enviei o link de participação aos(às) nossos(as) interlocutores(as) e solicitei a autorização para posterior publicação das narrativas. Não houve objeções. Com a gravação iniciada, pedi que falassem sobre suas trajetórias. Com um mínimo de intervenção, conduzi a conversa para os aspectos profissionais, participação ou não em organizações de luta negra e escolha pela docência (acadêmica ou não). Sobre os temas específicos ligados à Associação de Pesquisadores(as) Negros(as), as perguntas foram as seguintes:

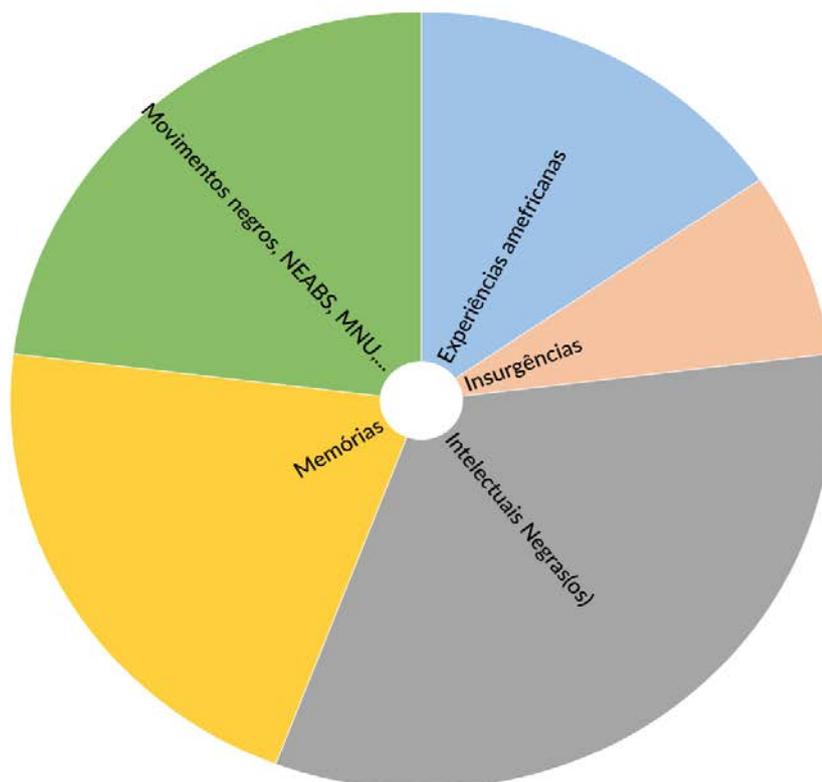
1. Quais repertórios político-culturais aglutinaram/aglutinam pesquisadores(as) em torno da APNB e quais são os seus propósitos?

2. Como a produção negra da APNB singulariza os espaços de produção de conhecimento e que debate proporciona com as formas hegemônicas de ocupação desses espaços?
3. Como é a relação da ABPN com a APNB? Como a associação nacional reagiu à constituição da regional?
4. Como você enxerga a itinerância dos Congressos Baianos de Pesquisadores(as) Negros(as)? Podemos dizer que eles (re)territorializam os locais por onde passam?
5. A partir das produções da APNB, você considera que haja atualmente, no estado da Bahia, a conformação de um quadro consolidado de experiências sobre as relações étnico-raciais em interface com a formação docente?

Após o registro e armazenamento dos vídeos, passei à etapa de transcrição dos áudios. Com o material transformado em documentos escritos, o trabalho seguinte foi categorizar o conteúdo. Nessa etapa, além de me debruçar sobre as falas de um modo geral, localizei as (palavras-nomes) consideradas(os) importantes que apareciam nas conversas e as agrupei em cinco categorias (Experiências Amefricanas; Insurgências; Intelectuais Negros(as); Memórias e Movimentos Negros (Neabs, MNU e formação docente). As verbalizações selecionadas estão entre aquelas que além de ajudarem no desenvolvimento da tese, permitiram o preparo de um ato importante deste xirê que será descrito no próximo tópico. Em toda a etapa utilizei o Atlas.ti⁵⁸, um software para análise de dados qualitativos. Na imagem abaixo, é possível observar a proporção de cada ocorrência das verbalizações e as categorias relacionadas.

⁵⁸. O Atlas.ti foi uma ferramenta que me auxiliou no processo de organização da análise dos dados, ressaltando que o software não fez a análise, todas as inferências e categorizações foram feitas por mim a partir das bases teóricas que compõem a tese. O Atlas.ti é um software para análise de dados qualitativos desenvolvido em 1989 por Thomas Muhr, na Alemanha. Para Junior e Leão (2018), ele tem sido utilizado, desde então, por pesquisadores do mundo todo por conta de sua facilidade e da gama de ferramentas disponíveis. Pode ser utilizado em duas versões: versão PRO, adquirindo a licença anual no portal da companhia Atlas.ti GmbH ou versão trial, com todas as funcionalidades ativas, contudo com limite para a criação de conteúdo. A versão trial foi a utilizada neste trabalho. Dentre suas diversas funcionalidades está a possibilidade de construir estados da arte, análise multimídia de imagens, áudios e vídeos, tratamento estatístico de dados, análise de surveys e codificação de base de dados. JUNIOR, Luiz Alberto Silva; LEÃO, Marcelo Brito Carneiro. **O software Atlas.ti como recurso para a análise de conteúdo: analisando a robótica no Ensino de Ciências em teses brasileiras**. *Articles • Ciênc. educ.* (Bauru) 24 (3) • Jul-Sep 2018 • <https://doi.org/10.1590/1516-731320180030011>

Gráfico 1 - Proporção de incidências das categorias elaboradas



Fonte: Elaboração do autor.

O gráfico acima foi produzido a partir do NVivo, um pacote qualitativo de software importante para análise e organização dos dados nesta tese.

2.5 Colhendo Ewé-Orô (palavras-nomes) de intelectuais negros(as): o ato da enunciação

Toda enunciação, mesmo na forma imobilizada da escrita, é uma resposta a alguma coisa e é construída como tal. Não passa de um elo da cadeia dos atos de fala. Toda inscrição prolonga aquelas que a precederam, trava uma polêmica com elas, conta com as reações ativas da compreensão, antecipa-as. (Bakhtin)

Aqui chegamos à cumeeira do texto, centro de energia e estruturação onde as Ewé-Orô ⁵⁹ (palavras-nomes) enunciadas(os) pelos(as) pesquisadores(as) são colhidas(as) e dispostas(os) cuidadosamente no chão da escrita. A noção de enunciação dialoga com as teorias de Homi Bhabha (2011) compreendendo as narrativas a partir de lócus epistêmicos bem específicos, onde estes(as) intelectuais negros(as) respondem enquanto grupo e/ou individualmente. Contudo, penso que enunciar vai além de compreender e responder enunciados, “é agir sobre os outros, é argumentar” (GOULART, 2007, p. 93), ação inerente ao princípio dialógico dos enunciados, já que todo enunciado é dirigido a alguém, na cadeia enunciativa infinita. Reconheço neste ato saberes e afetos, modelos éticos e modos de existência emancipatórios onde pesquisadores(as) envolvidos(as) em/com um processo dialógico (BAKHTIN, 1997) se tornam sujeitos de suas histórias e experiências, evidenciam seus lugares epistêmicos, suas influências corpo-político e culturais. Neste ato, tento visibilizar suas trajetórias acadêmicas e experiências nas militâncias em diversificados movimentos negros, suas memórias, práticas pedagógicas, afetos, posicionamentos políticos e produções. Considero-o um ato insurgente, marginal, vindo de intelectuais autores(as) e possuidores de uma linguagem que tenta falar a verdade ao poder (SAID, 2005), um ato polifonicamente feiticeiro, tensionando práticas hegemônicas de produção de memórias, articulando narrativas e transformando-as em locais alternativos de negociações culturais (BHABHA, 2011).

Disseminador de memórias, ele é um movimento vocalizado por intelectuais dispostos(as) a ensinar e aprender, revelando o odu coletivo das lutas de uma associação. Encontro aí a sua força ancestral. Sento-me no apoti e escuto esses(as) mais velhos, aprendo a fazer observando os seus saberes. Atento, escolho a melhor Ewé-Orô (palavra-nome) para cada fundamento decolonial proposto nesta tese. Dobra-se o Rum anunciando que adentra o xirê o ensinamento de uma célebre intelectual negra, a professora Vanda Machado,

“Quem tem cultura tem a palavra,
quem tem a palavra
pode ensinar o que sabe”.
(MACHADO, 2006, p. 82)

⁵⁹ Folhas sagradas utilizadas nos preceitos e cerimônias das religiões afro-brasileiras. Aqui proponho mais uma aproximação com o universo simbólico afro-brasileiro em diálogo com Pierre Verger no livro “Ewé: o uso das plantas na sociedade iorubá”. VERGER, Pierre. Ewé: o uso das plantas na sociedade iorubá. São Paulo: Companhia das Letras. 1995

Cada Ewé-Orô (palavra-nome) enunciada(o) contém o próprio valor de quem enuncia, enxergo aí outra potência nesse ato. Para Hampaté Bâ (2010), nele está “o valor da cadeia de transmissão da qual ele faz parte, a fidedignidade das memórias individual e coletiva e o valor atribuído à verdade em uma determinada sociedade. Em suma: a ligação entre o homem e a palavra” (BÂ, 2010, p. 168). Aqui, o ato de enunciar se entrelaça ao ato de “em-sinar” (MACHADO, 2013), ou seja, as experiências - saberes vividos/apreendidos no espaço-tempo da APNB - permutam-se em axé-fôlego-nutrição ofertados generosamente aos menos experientes, eu mesmo, um pesquisador-iaô. Para que o ensinamento ocorra e os corpos-políticos se fortaleçam, entretanto, é fundamental a nossa presença em constante dialogia. Segundo a professora Vanda Machado,

é necessária a presença do outro que nos constrói. Eu preciso do outro para ensinar, para encantar, para ser colocado no seu caminho, que é também o meu caminho. Das aprendizagens do outro depende a continuidade da tradição, da redistribuição da força, da espiritualidade gerada pela entrega de saberes necessários à condição de ser e com-viver na comunidade. (MACHADO, 2013, p. 22)

Ainda envolvido nessa troca estabelecida com professora Vanda Machado, o xirê se enlaça no ensinamento da professora Mailsa Passos: é no “encontro” com o outro, importante metodologia de pesquisa utilizada por ela em um contexto educativo (PASSOS, 2014), que encontramos prósperos caminhos. A perspectiva é de um espaço-tempo compartilhado com o outro, um terreiro epistêmico real em que se processam identificações e diferenças. Segundo a professora, a dialogia, a polifonia e mesmo o afeto fornecem o substrato para este enredo que afeta a todos(as).

2.5.1 Ewé-Orô (palavras-nomes) de intelectuais negros(as) da Bahia: amacis epistêmicos

Para o pesquisador Ordep Serra (1999), as folhas têm um papel fundamental nas práticas religiosas entre as religiões afro-brasileiras, associando a elas “um esforço terapêutico, voltado para a restauração, conservação ou promoção da saúde e do bem-estar dos iniciados, adeptos e clientes” (SERRA, 1999, p. 290). Tomando emprestada essa concepção, faço uma representação simbólica do que nomeio amacis epistêmicos nesta tese.

O preparo já se encontra avançado, as Ewé-Orô (palavras-nomes) depois de selecionadas(os) e dispostas(os) foram respeitosamente maceradas(os), porém, não

misturadas(os) aleatoriamente: para cada função, uma junção. Se o corpo brancocêntrico acadêmico padece de esquecimento, um bom amaci de memórias afrodiaspóricas. Organização para o combate, amaci de insurgências. Para um corpo possuído pelos maus espíritos do racismo epistêmico e suas colonialidades, o amaci de experiências amefricanas. Para ouvidos moucos, benfazejos daquele amaci de intelectuais negros(as) brasileiros(as) de respeito para aprendermos a valorizar os passos de quem veio antes de nós.

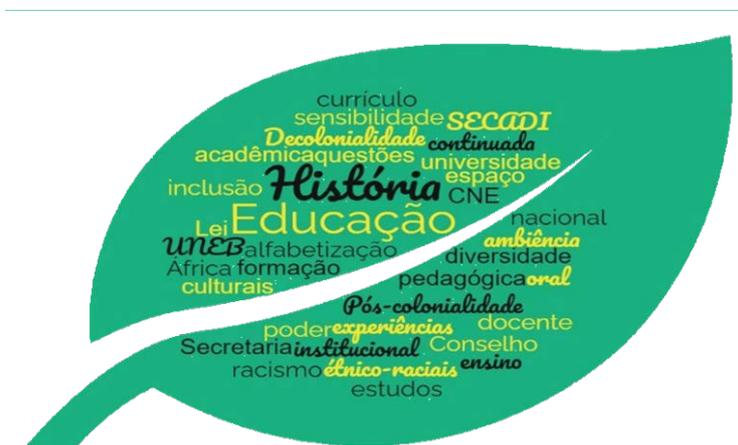
2.5.2 Ewé-Orô (palavras-nomes): transformação

Cada Ewé-Orô (palavra-nome) enunciada(o) pelos(as) intelectuais negros(as) da APNB neste texto é um bem, cada fala é vida, é ação, sopra que transforma. A fala faz acontecer o que preexiste em potência em cada movimento do universo (MACHADO, 2006). A fala é sempre uma maneira de “existir para o outro” (FANON, 2008, p. 33) e no instante da Ewé-Orô (palavra-nome) enunciada(o) encontram-se o afeto e a memória sedimentada. Para o professor Eduardo Oliveira, “a palavra atua como criadora do universo, expressão da Força Vital, organizadora da esfera política, tanto em relação à comunidade quanto em relação às famílias. Ela gera e movimenta a energia, o que demonstra seu poder de transformação” (OLIVEIRA, 2007, p. 151). Palavra que diz o que é, sendo o que diz, é um bem (MACHADO, 2006). Palavra pronunciada, transmissora de força e energia agindo frente às colonialidades impostas por modos hegemônicos de ser. Palavra enunciada ao pé do ouvido, palavra-memória que nutre o corpo que tem fome de emancipação. Palavra-agô que abre caminhos insurgentes buscando trilhas de novos ares. Palavra d’água que, segundo a professora Maria de Lourdes Siqueira, corre fazendo o ruído dos braceletes de Oxum. Palavra que se repete como novos tempos. Palavra que orienta e organiza o xirê, sopra branduras e alentos. Palavra que refrigera o centro do barracão e faz mover os conceitos e o universo que tudo fala. Palavra ordem de fortalecer éticas. Palavra coesão de sentidos, força epistêmica e aquilombada. Palavra vaivém (BÂ, 2010), fôlego civilizatório de transformar consciências, axé distribuído, forja de atitudes e água de modelar corações, orientações para a vida. Palavra-candeia, lume de afetos, caminhada sem fim, sociabilidade. Palavra existência, marginal, potencialmente negra e contra-hegemônica.

Palavra-padê, cantada e sambada nas ruas, disputada nas encruzilhadas. Palavra desafio, jogada no tabuleiro acadêmico. Palavra engajada, circularidade que produz bons frutos. Palavra luta, xirê, compromisso histórico com lutas antirracistas, produtora de (re)territorializações, firme e consolidada. Palavra-convívio, ancestralidade, comunhão, associação. Ewé-Orô (palavra-nome), uma água no chão.

As Ewé-Orô (palavras-nomes) enunciadas(os) pelos(as) intelectuais negros(as) encontram-se nas ilustrações abaixo (nuvens de palavras). Nas laudas seguintes, estão fora das nuvens.

Figura 2 - Amaci epistêmico de experiências amefricanas



Fonte: Elaboração do autor.

Figura 3 -Amaci epistêmico de insurgências



Fonte: Elaboração do autor.

Figura 4 - Amaci epistêmico de intelectuais negros(as)



Fonte: Elaboração do autor.

Figura 5 - Amaci epistêmico de movimentos negros, MNU, Neabs e formação docente



Fonte: Elaboração do autor.

Figura 6 - Amaci epistêmico de memórias



Fonte: Elaboração do autor.

- ABPN: constituição, congressos, localizações epistêmicas das suas produções, congressos, (re)territorialização, GTs e desafios.
- Ações afirmativas: cotas raciais.
- CEPAIA (Centro Estudos dos Povos Afro-Índio-Americanos) UNEB.
- Construção da memória sobre a escravidão (escola e livros didáticos).
- Cultura negra: valores afrocivilizatórios, religiosidade, cultura, arte, sociabilidades, musicalidade, ancestralidade.
- Curso desejado na universidade.
- DIADORIM - Centro de Estudos em Gênero, Raça/Etnia e Sexualidade.
- Experiências com as questões étnico-raciais na universidade: ambiência, espaço de poder, decolonialidade, pós-colonialidade, Estudos Culturais.
- Grupo de pesquisa CANDACES.
- Grupo de pesquisa FIRMINA.
- História oral.
- I Congresso Brasileiro de Pesquisadores(as) Negros(as).
- II Congresso Brasileiro de Pesquisadores(as) Negros(as).
- III Congresso Brasileiro de Pesquisadores(as) Negros(as).
- Instituto Steve Biko.
- IV Congresso Brasileiro de Pesquisadores(as) Negros(as).

- Laboratório de Cultura Negra (Campus V - Santo Antônio de Jesus).
- Lei 10.639/03 e ensino; currículo de História da África, formação docente.
- Mestre Roque dos Anjos.
- Mestre Gabriel da Luz.
- Militância nos diversos movimentos negros.
- MNU (Bahia e Brasil): experiência na militância.
- Movimento de mulheres negras, Gênero e Raça.
- NENUEFS - Núcleo de estudantes negras e negros da UEFS (Universidade Estadual de Feira de Santana).
- Nyanga - Coletivo de estudantes cotistas negros(as) da UNEB Campus V.
- Órgão de Educação e Relações Étnicas ODEERE.
- Produções epistemológicas negras da APNB.
- Programa de formação docente Rede UNEB 2000.
- Racismo Institucional.
- Relação APNB e ABPN.
- Santo Antônio Negro.
- SECADI (Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão) e CNE (Conselho Nacional de Educação).
- Semana da Consciência Negra no Campus V.
- Professor Denilson Lessa.
- Professor Henrique Cunha Junior.
- Professor Nilo Rosa.
- Professor Romilson Sousa.
- Professor Valdélcio da Silva.
- Professor Wilson Roberto de Mattos.
- Professora Ana Célia da Silva.
- Professora Ana Cláudia Pacheco.
- Professora Ana Rita Machado.
- Professora Florentina de Sousa.
- Professora Ivete Sacramento.
- Professora Ivy Mattos.
- Professora Maria Aparecida.
- Professora Marise de Santana.
- Professora Marluce Macêdo.
- Professora Narcimária Luz.
- Professora Rosângela de Sousa.
- Professora Sueli Santana.
- Programa de Formação de Professores(as) e Núcleo AfroUneb.

- Sensibilidade pedagógica e acadêmica na UNEB.
- SENUN - I Seminário Nacional de Universitários Negros.
- Tradição oral.

3 A TERCEIRA PUXADA

Chegamos na terceira e última saída do xirê epistêmico. Talvez a puxada mais importante, onde compreendemos melhor que repertórios político-culturais aglutinaram/aglutinam pesquisadores(as) em torno da APNB e quais são os seus propósitos. Entendemos como a produção da APNB singulariza os espaços de produção do conhecimento na Bahia, a relação da ABPN com a APNB e como a associação nacional reagiu à constituição da regional. Entenderemos melhor aspectos relacionados à itinerância dos Congressos Baianos de Pesquisadores(as) Negros(as) e se isso provoca (re)territorializações por onde passam. Aqui também verificamos, a partir das falas dos(as) nossos(as) interlocutores(as) quais foram os objetivos iniciais da APNB. Finalmente, tento responder a uma pergunta crucial da tese: que processos político-formativos compõem as trajetórias destes(as) intelectuais.

3.1 A presença dos(as) Ebomis⁶⁰ da APNB e o ato de posicionar-se ético-afetivo-solidariamente



Figura 7 - Foto da Profa. Vanda Machado.
Fonte: Bahiaja, 2016.

⁶⁰ Ebomi significa alguém que já cumpriu o período de iniciação (iaô) na feitura de santo, já tendo feito a obrigação de sete anos. Nesta tese representa os(as) intelectuais negros(as) mais antigos(as) que se não fundaram, foram figuras importantes na constituição da APNB.

Escritora de São Felipe, município do Recôncavo da Bahia, Vanda Machado é uma intelectual negra que “nasceu para ser ebomi”⁶¹: estas são as palavras do professor Eduardo Oliveira⁶¹ em bela apresentação do livro “Pele da cor da noite”⁶², de autoria da professora. Esta Yalodê faz parte de um grupo que intitula “ebomis da APNB”, tendo seus nomes gravados nas históricas lutas e de produção de conhecimentos antirracistas, contribuindo muito no campo da formação de professores(as) e na constituição e consolidação da Associação. A professora Marluce Macêdo, mais uma ebomi da APNB e uma das fundadoras da Associação a quem tive a honra de ouvir nesta pesquisa faz menção a esse grupo e suas contribuições no campo da produção de um conhecimento descolonizador.

Eu entendo que Associação congrega grandes nomes do ponto de vista intelectual, do ponto de vista da produção, congregou historicamente e contribuiu também na formação de professores, eu poderia citar algumas das nossas rainhas, mulheres que têm produções. A própria Flora⁶³, uma intelectual de maior respeito, tem produções e livros muito interessantes, todos dentro da área da descolonização, desse enfrentamento à toda história colonizadora, no caso ela trabalha com a Literatura. Eu posso falar da Vanda Machado⁶⁴, da Ana Célia da Silva⁶⁵, da Maria de Lourdes Siqueira⁶⁶, todas

⁶¹ Professor da Faculdade de Educação da Universidade Federal da Bahia (FACED/UFBA).

⁶² MACHADO, Vanda. **Pele da cor da noite** - Salvador: EDUFBA, 2013. 151 p. ISBN 978-85-232-1055

⁶³ A professora Florentina Souza (Flora) é graduada em Letras Vernáculas com Língua Estrangeira pela Universidade Federal da Bahia (1978). Possui mestrado em Letras pela Universidade Federal da Paraíba (1985). Concluiu o doutorado em Estudos Literários pela Universidade Federal de Minas Gerais (2000) e o Estágio pós-doutoral na City University of New York (CUNY) em 2016. Atualmente é professora Titular de Literatura Brasileira da Universidade Federal da Bahia (Programa de Pós- Graduação em Literatura e Cultura do ILUFBA) e no Programa de Pós- Graduação em Estudos Étnicos e Africanos (CEAO-UFBA). Foi a 2ª vice-presidenta do I Congresso Baiano de Pesquisadores Negros, realizado na UFBA em 2007 e coordenadora do VII CBPN, realizado em 2019 na mesma instituição.

⁶⁴ Possui doutorado e mestrado pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Professora colaboradora da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB), criou o Projeto Político Pedagógico Irê Ayó na Escola Eugenia Anna dos Santos no Ilê Axé Opô Afonjá, propiciando o reconhecimento da escola como Referência Nacional pelo Ministério da Educação (MEC). Tendo sua trajetória acadêmica dedicada a Educação étnico-racial, currículo e cultura, vem realizando consultorias, palestras, conferências e apresentando trabalhos em vários Estados no Brasil, também em Bruxelas, Nigéria, Cuba, Portugal e Buenos Aires. Membro da Rede Nacional de Religiões Afro-Brasileiras e Saúde (RENAFRO), participou como roteirista do documentário: O Cuidar nos Terreiros e Saúde.

⁶⁵ Doutora em Educação pela Universidade Federal da Bahia (2001), Mestre em Educação também pela Universidade Federal da Bahia (1988) e Especialista em Estudos da História e culturas Africanas pré-coloniais pelo Centro de Estudos Afro Orientais/Universidade Federal da Bahia (1986). Graduada em Pedagogia pela Universidade Federal da Bahia (1968), desde a década 1970, quando ingressou no MNU a professora Ana Célia da Silva tem sido uma referência na luta contra o racismo no Brasil. Professora Adjunta aposentada da Universidade do Estado da Bahia – UNEB, seus trabalhos são leituras fundamentais nas discussões sobre o racismo na educação, sobretudo, para os estereótipos racistas sobre a população negra nos livros didáticos. É uma das fundadoras da Associação de Pesquisadores Negros da Bahia (APNB).

⁶⁶ Possui graduação em Licenciatura em Pedagogia pela Universidade Federal do Maranhão(1964), especialização em Comunidades Latino Americanas pelas Nações Unidas e Centro Regional de Educação(1967), mestrado em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo(1986), doutorado em Antropologia Social e Etnologia pela École des hautes études en sciences sociales(1992), pós-doutorado pela University Of South Africa (2000) e pós-doutorado pela University Of

contribuíram imensamente para a Associação, uma geração que é próxima à minha, mas que estava na universidade antes de mim fazendo esse papel. Posso falar de Valdélío Silva⁶⁷, posso falar de Wilson Mattos, posso falar de Zé Limeira⁶⁸ (José Carlos Limeira) grande poeta que tive a oportunidade de conhecer, posso falar de muitos outros aqui na Bahia, negros e negras de gerações diferentes que têm os seus trabalhos publicados e são trabalhos importantíssimos pra esse debate e também para o campo da formação de professoras e professores. Certamente que esses pensamentos produzidos aqui por esses baianos e nem todos baianos, acho que a Maria de Lourdes não é baiana, mas é considerada baiana de coração. Mas, se a gente considerar aqui na Bahia, historicamente eu citei alguns nomes, mas tem milhares de outros. Podemos contabilizar essa produção desses que eu considero que já têm uma trajetória dentro da universidade e uma trajetória de pensar e refletir, contribuir e produzir conhecimento publicado, circulando aí sobre as populações negras em diversos temas, em diversas áreas interdisciplinarmente(...) (Citação de entrevista concedida ao autor).

A professora Florentina Souza, outra ebomi da APNB também fala do grupo. A sua entrevista foi inviabilizada pela falta de agenda, infelizmente, contudo, extraio um excerto da sua fala na live “APNB: 15 anos de insurgências epistemológicas e desafios frente ao racismo estrutural”⁶⁹, transmitida pelo canal da Associação, em 13 de agosto de 2020 pelo YouTube.

Nós temos a participação de várias regiões da Bahia, uma grande parte de regiões com pesquisadores e pesquisadoras oriundos de várias cidades da Bahia que têm participado dos congressos. (...) Outro aspecto importante é que tivemos a honra de contar com a presença de intelectuais negros significativos na história da luta contra o racismo e na produção do conhecimento sobre história, cultura e epistemologias negras, a exemplo do professor Abdias Nascimento, no primeiro congresso, a professora Maria de Lourdes Siqueira, o professor Kabengele Munanga, a professora Ana Célia da Silva dentre outros que atuaram como palestrantes ou conferencistas dos congressos e que de certo modo são pessoas que estão há tempos nessa luta antirracista (SOUZA, 2020, Sp.).

London School Of Orient And African Studies(1998). Atualmente é funcionária da Universidade Federal da Bahia e Conselheira do Conselho de Promoção da Igualdade da Secretaria de Políticas de promoção da Igualdade Racial. Contribuiu para a fundação da APNB.

⁶⁷ Graduado em Ciências Sociais pela Universidade Federal da Bahia (1981), Mestre em Sociologia pela Universidade Federal da Bahia (1998) e Doutor no Programa em Estudos Étnicos e Africanos pela Universidade Federal da Bahia (2010). É professor Titular da Universidade do Estado da Bahia (UNEB). Participou do Conselho Fiscal da APNB no II CBPN, realizado na Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS), em 2009.

⁶⁸ José Carlos Limeira Marinho Santos nasceu em Salvador-BA, no dia 1º de maio de 1951. Os primeiros cinco anos da sua infância foram vividos no Campo da Pólvora, em Salvador. Participou da criação e coordenação do Projeto de Capacitação de Trabalhadores Culturais Afrodescendentes que atendeu, em cursos, treinamentos e diversas ações voltadas à cidadania, cerca de 3.700 pessoas ligadas às Instituições de matriz africana da cidade de Salvador e região. Militante do Movimento Negro brasileiro, integrou a direção de diversas entidades como o IPCN – Instituto de Pesquisa das Culturas Negras –, do qual foi vice-presidente cultural, sendo também fundador do primeiro Bloco Afro Cultural do Rio de Janeiro, o Afro Axé Terê Babá.

⁶⁹ Alguns excertos das falas dos(as) participantes da live estão no Anexo IV.



Figura 8 - Foto com a Profa. Dra. Maria de Lourdes Siqueira (UFBA); Profa. Dra. Elisa Larkin Nascimento e o Prof. Abdias Nascimento no I Congresso Baiano de Pesquisadores(as) Negros(as) realizado em Salvador, na Universidade Federal da Bahia (UFBA) nos dias 15, 16 e 17 de novembro de 2007.
Fonte: o autor, 2007.

Penso no papel desempenhado por essa histórica geração de intelectuais negros(as), seus pensamentos, trajetórias e a ligação íntima entre produção e atuação militante na promoção da igualdade racial. Suas contribuições nas tentativas de descolonização do pensamento e dos currículos, na formação de professores(as) voltada para uma educação pluricultural e emancipatória no estado da Bahia e no Brasil e na própria constituição da APNB. É importante ressaltar que tanto a APNB quanto a ABPN surgem em momentos políticos singulares, como respostas às antigas reivindicações dos diversos movimentos negros no Brasil que culminam na implementação de um conjunto de ações afirmativas, a exemplo da reserva de vagas para negros(as) nas universidades e a própria Lei 10639/03. Dessa forma, precisamos inscrever os seus nascimentos em um processo muito mais amplo, precisamos dar um lastro histórico para essas discussões, é o que me diz um dos(as) nossos(as) interlocutores(as), o professor Wilson Mattos. O debate surgiu quando perguntei ao professor o que ele poderia me dizer sobre esse grupo de intelectuais que fundou a

APNB e/ou ajudou na sua constituição e consolidação. Na ocasião, fiz menção a duas falas: do professor Nilo Rosa que ressaltou o papel do I SENUN (Seminário Nacional de Universitários Negros), realizado na UFBA em 1993, afirmando que o seminário foi determinante na construção e na ampliação da produção do conhecimento nas universidades baianas e na constituição não só da APNB, mas da ABPN. E da professora Marluce Macêdo, que na conferência de encerramento do II CBPN, em 2009, nos diz que esse grupo começa a germinar após o retorno do II COPENE, em São Carlos, em 2002, com um grupo de mestrands e mestrandas do Programa de Pós-graduação em Educação e Contemporaneidade (PPGEduc/UNEB). Wilson Mattos responde:

Bom, a gente enquanto historiador tem uma mania de ficar buscando a origem da origem da origem das coisas, mas, de alguma maneira eu acho que os dois tem razão, em partes. Tanto Nilo, fazendo referência ao SENUN que houve aqui na Bahia, eu ainda não estava aqui na Bahia, eu vim para cá em 94, quanto a professora Marluce falando do II COPENE lá em São Carlos, em 2002. Acho que os dois têm razões parciais, eu acho que qualquer razão é sempre parcial, eu tenho uma outra interpretação. Eu, como historiador escrevo e inscrevo a trajetória dos movimentos negros, principalmente os movimentos acadêmicos de forma muito mais ampla, numa trajetória muito mais ampla que vem pelo menos do final do século XIX e início do século XX quando um grupo de negros urbanos já um pouco alfabetizado e intelectualizado começa a produzir conteúdos jornalísticos, e isso vem evoluindo e se desenvolvendo na história do Brasil. A gente já tem uma série de teses e dissertações falando sobre esse momento, eu me lembro de uma tese de algum tempo atrás, uma dissertação de mestrado da década de 90, do professor Paulino Cardoso⁷⁰ que fala sobre a imprensa Negra lá no final do XIX e começo do XX em São Paulo e outras teses falando sobre a mídia negra. (...)Então, isso se inscreve numa tradição muito mais alongada, a gente tem alguns marcos, são marcos cronológicos, uma periodização mais convencional, a gente poderia aqui enumerar, mas todo mundo já está cansado de saber, tem os primeiros intelectuais aí que produziam jornais, escreviam, logo depois tem a Frente Negra Brasileira, todo aquele movimento com vários negros intelectualizados, já uma atuação com militância política e depois vem a ditadura de Vargas e coloca tudo na ilegalidade, inclusive já estavam se organizando, antes de tudo, em partidos políticos. Eram negros intelectualizados. (...)Enfim, toda essa trajetória do movimento negro mais contemporâneo ressurgiu a partir dos partidos de militância de negros, dos partidos de esquerda e tal, então eu acho que não dá para você marcar um acontecimento específico como início, digamos assim, dessa organização que vai redundar tanto na Associação Brasileira de Pesquisadores(as) Negros(as) quanto na Associação de Pesquisadores(as) Negros(as) da Bahia, acho que tem que inscrever essas iniciativas numa trajetória muito ampla, mais alongada (Citação de entrevista concedida ao autor).

⁷⁰ Wilson faz referência a Paulino de Jesus Francisco Cardoso, membro da Comissão organizadora do I Congresso Brasileiro de Pesquisadores(as) Negros(as), Recife, PE (2000), fundador da Associação Brasileira de Pesquisadores(as) Negros(as) (2000), fundador do Consórcio Nacional de Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros - CONNEABS, 2004 e presidente da Associação Brasileira de Pesquisadores(as) Negros(as) - ABPN (2012-2016).

Analisando as respostas dos(as) pesquisadores(as) acerca dos objetivos iniciais da Associação, há pontos de vista variados. Essa questão será melhor detalhada adiante. Ainda na esteira desse debate, continuo com as minhas atenções voltadas à pergunta: quais fatores contribuem para que pesquisadores(as) de gerações, áreas diversificadas e universidades diferentes convivam e partilhem conhecimentos e experiências comuns e ao mesmo tempo tão singulares dentro de um longo grupo antirracista? Faço essa pergunta pressionado pelo momento atual, tentando buscar fôlego diante das questões que são impostas a mim no presente. Faço essa pergunta em um momento de avanços violentos contra as populações negras vindos de um atual governo abominavelmente racista e genocida que atenta contra todos os processos civilizatórios conquistados em momentos democráticos. Serão a confiança no outro, o companheirismo, a solidariedade e o afeto, componentes do que defino como um “posicionamento” fatores essenciais para esta agregação? Será este posicionamento um devir dentro da APNB? Segundo Marluce Macêdo,



Figura 9 - Foto com o Prof. Dr. Carlindo Fausto Antônio (UNILAB); Profa. Dra. Florentina Souza (Flora) (UFBA) e Profa. Dra. Ana Rita Santiago (UFRB) na Mesa Redonda Literatura afro-brasileira no VI Congresso Baiano de Pesquisadores(as) Negros(as), realizado na Universidade Federal do Sul da Bahia (UFSB), em 2017.

Fonte: o autor, 2017.

nosso grande desafio, como eu falo, é a solidariedade, é essa coisa de contarmos um com o outro, de confiar mais no outro, não tem nada de medíocre, não tem nada de antiacadêmico, tem de beleza humana, de estarmos na mesma situação de desigualdade. Olha agora essa conjuntura, os negros estão morrendo, grandes potências da intelectualidade negra estão

indo embora, então, a gente tem que ter alternativa que não seja a dor, acredito que nós negros e negras historicamente temos forjado isso mesmo em situações desfavoráveis, temos criado mundos que nos fizeram capazes de cantar, de sonhar, de amar e acho que devemos enfrentar nossas diferenças de forma humanizada, de forma dialógica, eu acredito que a Associação cumpre bem esse papel. Agora com a pandemia está mais difícil porque a construção dos congressos sempre é aquele momento em que a gente debate, briga, mas ri junto, é sempre um momento maravilhoso, um grupo de pessoas que se entendem, é sempre muito bacana essa convivência coletiva de grupos, de pessoas que se entendem, esse para mim é o maior e o melhor discurso de mudança, é que toda vez nós sobrevivemos graças às experiências de solidariedade(...) (Citação de entrevista concedida ao autor).

Essa fala e tantos outros trechos das conversas com os(as) interlocutores(as) nesta tese me fazem chegar à seguinte conclusão: a solidariedade é um imperativo nas relações estabelecidas dentro da APNB. As diversificadas experiências destes(as) pesquisadores(as) com as questões étnico-raciais (atuações políticas, trajetórias, militâncias, insurgências, produções, coletividades) alimentam o que nomeio “posicionamento ético-afetivo-solidário”, alicerce de grande parte das ações da Associação. Vejo nesse posicionamento uma condição essencial de (co)existir respeitosamente, o que Fernando Huanacuni Mamani (2010) intitula “bem viver”, ou seja, um processo sustentado por cotidianos de respeito, harmonia, afeto e compartilhamentos, uma proposta contra-hegemônica, paradigmática e epistemológica que nasce das experiências indígenas latino-americanas, mas não se limita a elas. Insisto que a solidariedade é um dos princípios do posicionamento, a “solidariedade como imperativo ético nas relações intra e intergrupos; na fé na vida como possibilidade e dever, a certeza de que tudo pode melhorar” (MATTOS, 2003, p. 233). Esta solidariedade puxa a roda de um xirê epistêmico-insurgente sustentado por diferentes experiências coletivas nas lutas antirracistas que vão além da Associação (Nyanga, Núcleo AfroUneb, Grupo Candaces, Grupo Firmina, ODEERE, NENUEFS, CEPAlA, DIADORIM) ligando também as suas individualidades às comunidades e culturas negras, a fóruns de discussões raciais, quizombas⁷¹ etc. Um xirê de condutas que está longe de estabelecer princípios normativos rígidos ou escalas de valores a serem impostos às consciências no âmbito de um dever ser. Distante de reificar ou essencializar posicionamentos, recorro às palavras de Muniz Sodré:

Não há dúvida de que podem ser muito valiosos os aspectos sociopedagógicos da moralidade afro – prescrições de atributos, virtudes, obrigações, respeito, solidariedade e sacrifício – com vistas aos princípios do

⁷¹ “Quizomba: reunião festiva para fazer qualquer coisa, iniciar um trabalho, fechar uma tarefa cansativa, planejar uma ação de interesse comum ou simplesmente quizombar” (SANTOS, 2014).

bem-estar, da integridade pessoal e do meio ambiente e da solidariedade, desde que isso não redunde em ilusões de uma identidade congelada ou eterna. De fato, no continuum da ancestralidade, o que entendemos como ética não se resume a um conjunto codificado de regras de conduta (o ajustamento moral dos usos e costumes) em função de um bem, e sim toda a envergadura das realizações transtemporais de um grupo humano guiado pelo brilho de sua verdade própria e pelo apelo de sua dignidade, isto é, da regra ancestral instituída ao mesmo tempo em que se fundou o grupo (SODRÉ, 2017, Sp.).

O posicionamento ético-afetivo-solidário destes(as) intelectuais negros(as) é localizado pela atuação nos diversos movimentos negros, em um âmbito geral, e depois na continuidade dessas formas de representações políticas dentro da academia. É um posicionamento corpo-existencial (TAVARES et al., 2021), de apurada consciência negra, por isso, naturalmente, dialoga com o pensamento de Steve Biko, qual seja, destaca a percepção pela pesquisadora negra e pesquisador negro da “necessidade de juntar forças com suas irmãs e irmãos, agindo como grupo, em torno da grande causa de sua atuação – a negritude de sua pele” (BIKO, 1980, p. 66). Aqui vale uma problematização.

No II Congresso Internacional Brasil in teias culturais: epistemologias subalternizadas, Wilson Roberto de Mattos na Mesa “Entre as leis e as letras: consciência negra, é preciso”, afirma que essa consciência é “uma reontologização da nossa existência a partir das nossas próprias referências”, entretanto, essa mesma consciência não se adquire repentinamente, transcendentemente.⁷² Na sua reflexão, parte-se do pressuposto de que a consciência negra é algo que uns têm e outros não têm. Ele então pergunta: como levar consciência negra a quem não tem ou, melhor ainda, é possível levar consciência a alguém? Sua resposta é a seguinte:

Na minha interpretação do Steve Biko sim, isso é possível, na medida em que tomamos a sua vida, a vida do Steve Biko como expressão dessa possibilidade. O que os militantes da SASO faziam, que era a organização estudantil do qual Steve Biko participava e liderava, eles se engajavam praticamente com as demandas mais prementes das populações negras em vários campos, não só no campo da luta racial, mas o campo das necessidades de saúde, de organização, de educação, de acesso à justiça, ou seja, aqueles que têm consciência negra devem, organizados coletivamente, adotar as agendas das comunidades negras de lutas e não as agendas de luta daqueles que supostamente tem a consciência. É do engajamento na luta por

⁷² - II Congresso Internacional Brasil in teias culturais: epistemologias subalternizadas - Entre as leis e as letras: consciência negra, é preciso. Congresso virtual apresentado pela proponente e mediadora: Profa. Dra. Maria Anória de Jesus Oliveira (UNEB/Pós-Crítica). Prof. Me. Jair Cardoso dos Santos (egresso/UNEB/Pós-Crítica); Prof. Dr. Silvio Roberto (UNEB); Profa. Dra. Íris Amâncio (Universidade Federal Fluminense); Prof. Dr. Wilson Roberto de Mattos (UNEB); 2021. 1 vídeo (3h 11min. 39 seg). Publicado pelo canal Pós-Crítica (UNEB). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=JPnfmhWdMv&t=3900s>. Acesso em 31 de dez. de 2021.

questões práticas e concretas do cotidiano dessas comunidades negras que o processo de consciência emerge, ou seja, a consciência não é algo que ‘cai do céu’, não é algo transcendental e nem se transmite por ensinamento intelectivos, digamos assim, mas a consciência se forma através da luta prática conjunta, então é possível sim a aquisição da consciência ou a transmissão da consciência de quem tem para quem não tem desde que haja um engajamento nas demandas mais práticas e concretas das populações negras no seu cotidiano, é daí que surge a ideia de consciência (Citação de entrevista concedida ao autor).

Vejo aqui mais um componente que compõe o xirê do posicionamento ético-afetivo-solidário: o engajamento político nas demandas coletivas das populações negras. Isso é inegável nas atuações da APNB, mesmo com todas as suas limitações e fragilidades. No posicionamento há a certeza de poder contar com o outro, por isso é sempre relacional, em complementariedade, pautado no cuidado com a comunidade, no axé coletivo da força e da vida. Aproxima-se da fundamental perspectiva epistemológica do Ubuntu, o “Nós” enquanto princípio filosófico e primordial da partilha, assim como da solidariedade tão reiterada nesta tese (RAMOSE *apud* MORAES, 2010). É transformação das riquíssimas experiências vivenciadas por muitos(as) deles(as) (na roça, nos diversificados movimentos negros, no MNU, na sala de aula, nos pré-vestibulares comunitários, nas APNs, nas rezas, Semanas de Consciência Negra, escolas de samba, feijoadas de Ogum, carurus de Cosme e Damião, bata de feijão, Santo Antônio Negro) em amacis bem maturados de conhecimentos potencialmente afrodiaspóricos e descolonizadores. É (re)territorialização e aquilombamento, é ensinamento e fundamento. É Recon(cavar) no solo dos cotidianos para replantar em diálogo, alteridade, afeto e responsabilidade no terreiro de uma associação e expandi-la para além da sobrevivência, muito mais (re)existência. A politização da subjetividade e sua transformação em conhecimentos, debatidos nesta tese, são aspectos importantes tomados por empréstimo de epistemologias feministas negras, dessa forma, nada mais sensato do que recorrer a um princípio exuístico⁷³ soprado da boca de uma feminista negra que dispensa apresentações, Patricia Hill Collins: “Não somente os indivíduos devem produzir o conhecimento por meio do diálogo e recorrer a um estilo de apresentação que demonstre uma ligação com as próprias ideias, mas também se espera que **se responsabilizem pelo que afirmam**” (COLLINS, 2018, Sp., grifos meus) Acredito que além do afeto, a insurgência (WEST,

⁷³ PEREIRA, Linconly. **A minha sala de aula é uma encruzilhada de possibilidades**. In: Batuko: Arte, Cultura, Educação e Igualdade Racial. Ano I, vol. 4, novembro de 2020. P. 38.

1991; hooks, 2010) também roda no posicionamento-xirê ético-afetivo-solidário destes(as) intelectuais negros(as) da APNB.

Localizo nas suas narrativas, especialmente naqueles(as) que optaram desde cedo pela militância no Movimento Negro e ainda hoje são vinculados a alguns movimentos negros, uma habilidade na promoção de encontros, publicações, eventos, situações-quizombas (SANTOS, 2014), práticas antirracistas evocadas nos interstícios das hegemonias acadêmicas, nas encruzilhadas da produção científica. Para fortalecer o espírito combativo destas argumentações: o pensamento de Sales Augusto dos Santos (2011), de Nilma Lino Gomes (2018) e de Joel Rufino (2014), respectivamente. O posicionamento ético-afetivo-solidário dialoga diretamente com a convicção antirracismo, debatida no texto “A metamorfose de militantes negros em negros intelectuais”. Esta convicção, segundo Sales Augusto, é incorporada dos movimentos sociais negros assim como um ethos acadêmico-científico ativo, posicionado pró-igualdade racial e pró-políticas de promoção da igualdade racial; ethos este oriundo da interatividade dessa ética com o conhecimento acadêmico-científico adquirido de cursos universitários de pós-graduação *stricto sensu*. (SANTOS, 2011). As falas abaixo ilustram bem a influência desses movimentos nas trajetórias dos(as) pesquisadores(as):

Eu fui militante do MNU, digo que o MNU foi minha grande escola mesmo, minha universidade porque foi esse movimento que acionou em mim todas as possibilidades e as percepções de olhar para a minha realidade social, olhar para a sociedade brasileira, para o meu mundo a partir dessa ótica de entender realmente como o racismo foi construído em nossa sociedade, me despertou mesmo para entender também esse meu lugar, o nosso lugar enquanto sujeito negro e negra. Não só na sociedade brasileira baiana, mas também na perspectiva de entender esse lugar a partir da produção do conhecimento. Aí, quando eu ingressei no Movimento Negro Unificado eu tive o privilégio e a honra de militar e de conviver com grandes mulheres e homens negros que me formaram e até hoje são referências históricas importantes no Brasil inteiro, no mundo. (Professora Ana Cláudia Pacheco - Citação de entrevista concedida ao autor).

(...)nossa formação é altamente influenciada pela política naquela época, do Movimento Negro, digamos assim, contemporâneo, que ressurgiu na década de 70, tanto aqui na Bahia como em São Paulo. Na década de 80 a gente vai para a universidade, eu entrei na universidade em 84 então estava aquela efervescência do Movimento Negro, somos altamente influenciados pelo Movimento Negro. (Professor Wilson Roberto de Mattos - Citação de entrevista concedida ao autor).

Eu me lembro que meu irmão mais velho era afiliado ao PT, ainda é, o PT na década de 80 e 90 proporcionava uma ponte com os movimentos negros e até fomentava a criação de organizações negras que aconteciam em Itabuna, então meu irmão mais velho, Chico Estevam trouxe praticamente para Itabuna a sessão do MNU, aí tinha as reuniões aos sábados, eu me lembro

que ele sempre me chamava, mas eu, na adolescência, não estava nem aí, gostava muito de basquete, ainda gosto, gostava de jogar basquete, de viajar mesmo, mas aí teve um dia que eu resolvi participar da reunião, gostei, era difícil, uma reunião política no sábado à tarde, professor que está começando, era difícil, mas aí eu comecei a frequentar, nessa época foi quase concomitante à minha participação no movimento negro com 18/19 anos, e aí comecei a frequentar, participar das ações políticas de uma forma ativa mesmo, nós organizávamos o 20 de novembro em Itabuna, todos os anos com caminhada na avenida Cinquentenário, participava das organizações, das manifestações pelos direitos sociais, não tinha essa coisa de redes sociais, era a coisa do papel mesmo, de panfletagem, o 20 de novembro, o 13 de maio, ativamente. (Professor Eduardo Estevam -Citação de entrevista concedida ao autor).

Eu milito no movimento negro Unificado desde 89/90, não tem uma data exata, isso vai ser objeto até de uma pesquisa minha, mas eu faço parte do movimento negro desde 73/74 quando eu comecei, em Niterói. (Professor Nilo Rosa - Citação de entrevista concedida ao autor).

Quando cheguei em Feira de Santana, na FRENEFE (Frente Negra Feirense / Organização histórica do Movimento Negro de Feira de Santana), o movimento negro na UEFS (Universidade Estadual de Feira de Santana) era muito fraco, mas depois, já quase saindo da graduação, depois que saí comecei a participar mais ativamente, principalmente a convite da professora Rosângela que foi uma das fundadoras do NENUEFS e do CENUMBA (Coletivo Estadual de Estudantes Negros e Negras das Universidades Baianas), foram os meus ingressos nesse debate negro dentro da universidade e fora dela, aprendi muito com a Vannide (Vannide Santa Bárbara é uma importante liderança histórica da FRENEFE e do MNU em Feira de Santana) nós éramos do PT e começamos a enfrentar esse debate lá. (Professora Marluce Macêdo - Citação de entrevista concedida ao autor).

No diálogo com Joel Rufino, sustento que o (a) intelectual negro(a) da APNB nasce das lutas cotidianas travadas dentro da academia e fora dela. É um(a) pesquisador(a) que tem um real compromisso com a transformação de modos hegemônicos de produção do conhecimento, atento às suas próprias trajetórias e experiências coletivas na luta. A sua experiência de militância não é descolada da sua trajetória acadêmica, elas se imbricam e se localizam a partir do trabalho em prol da igualdade e da insurgência.

A minha opção sempre foi juntar essa coisa da militância política, podemos chamar de movimento negro, ou eu chamaria de militância de combate à desigualdade racial e construção da igualdade racial junto com a minha formação e a minha atuação acadêmica. (Professor Wilson Mattos - Citação de entrevista concedida ao autor).

A trajetória destes(as) intelectuais é conduzida dentro de um xirê acadêmico-militante, ou mesmo uma militância pautada em um projeto que vai além de uma intelectualidade individualizada. Faço minhas as palavras da professora Marluce Macêdo:

É uma militância que, de fato, trabalha dentro de um projeto para além de ter um simples projeto intelectual ou que apenas disputa a produção do conhecimento, que combate o epistemicídio, mas um projeto que propõe novas alternativas mais inclusivas e respeitosas, digamos assim mais solidárias em que todos os seres humanos, independente de cor, de sexualidade e gênero, de qualquer outra posição social possam ter possibilidades iguais de sobrevivência, ainda que eles possam fazer as escolhas que quiserem no seu processo de autonomia(...) acho que essa militância é uma forma diferenciada, não é um posicionamento contra a ciência, embora essa discussão de ciência seja bastante complicada, como ela se instaurou, mas não é contra a ciência, ao contrário, é um posicionamento que diz que o que nós produzimos, o que nós conhecemos também é um conhecimento válido, seja conceituado como ciência ou não, e também é dizer que a ciência, mesmo a ciência moderna, ela não seria o que é hoje sem o conhecimento que nós produzimos (Citação de entrevista concedida ao autor).



Figura 10 - Foto com o Professor Dr. Valdério Silva na Conferência de Encerramento do VII Congresso Baiano de Pesquisadores(as) Negros(as) - VII CBPN.
Fonte: VII Congresso Baiano de Pesquisadores(as) Negros(as), 2019.

Para além de um(a) dirigente na concepção gramsciana, o(a) intelectual da Associação de Pesquisadores(as) Negros(as) da Bahia é também “um trabalhador da cultura, aquele que se dispõe a estimular processos culturais autônomos” (SANTOS, 2014, p. 57), ambos(as) estarão sempre engajados(as) numa perspectiva teórica insurgente e antirracista. Contudo, ainda segundo Joel Rufino Santos, “quando se diz teórico, de modo algum se quer dizer abstrato, sem sentido prático, quer se dizer

político, uma vez que sem teoria não há política. Nesse sentido, a prática dos trabalhadores de cultura será sempre teórica” (SANTOS, 2014, Sp.). Considero o(a) intelectual da APNB um(a) “exilado e marginal, amador e autor de uma linguagem que tenta falar a verdade ao poder” (SAID, 2005, p. 15) Dessa forma, tanto ele/ela quanto o(a) “trabalhador da cultura” o são por criarem no interior da academia aquilombamentos, (re)territorializações, insurgências, “situações-xirê” voltando suas forças e empresas em favor dos grupos subalternizados, ou seja, dos lugares epistêmicos de onde muitos(as) deles(as) vieram.

3.2 APNB: tensões e lutas



Figura 11 - Foto com a Professora Dra. Marise de Santana (UESB) no V Congresso Baiano de Pesquisadores(as) Negros(as), realizado na Universidade Estadual do Sudeste da Bahia (UESB) em 2015. Fonte: V Congresso Baiano de Pesquisadores(as) Negros(as), 2015.

Marise de Santana é mais uma célebre intelectual negra que compõe o grupo de ebomis da APNB. Nascida em Candeias, região do Recôncavo da Bahia, esta Candace é vinculada religiosamente ao candomblé, sendo uma respeitada mãe de santo – ela

prefere esta denominação a yalorixá. A professora afirma que é uma “negra em movimento” e me confessa a dificuldade de estar em alguns movimentos negros: “Eu tinha uma certa dificuldade e ainda tenho até hoje de estar dentro de alguns movimentos, mas eu sempre me afirmei enquanto negra em movimento” (Marise de Santana - Citação de entrevista concedida ao autor).

Nossa conversa rendeu bons momentos de compartilhamentos de memórias. Ela faz menção a esse grupo de intelectuais negros(as) e à reunião que teve como objetivo organizar o IV Congresso Brasileiro de Pesquisadores(as) Negros(as)/COPENE, um evento importante para a constituição da Associação.

Esse grupo de pessoas já estava em seu lócus de trabalho fazendo também os debates, aliás, a universidade é o espaço do silenciamento de nós negros, é o espaço do silenciamento das nossas histórias, então, nós que já estávamos nessa caminhada, a gente foi convidado para esse encontro, para esta reunião em que a gente iria discutir sobre como organizar o IV Congresso Nacional de Pesquisadores(as) Negros(as)⁷⁴. Importante que se diga que tudo isso se deu a partir do I COPENE⁷⁵ porque nós já tínhamos essa caminhada de COPENES, o primeiro que foi lá em Recife onde éramos todos jovens (risos), podíamos descer e subir, nossa, naquele momento houve uma discussão muito importante sobre o que era ser negro nessa sociedade brasileira, então a partir daí a gente passou a se aproximar, eu mesma passei a me aproximar de pessoas aqui da Bahia que eu não tinha contato, eu passei a ter contato a partir do COPENE, então quando fomos organizar o IV COPENE já tínhamos contato a partir de lá, um foi chamando o outro para essa reunião de organização. Foi um momento importante porque a partir daí começamos a pensar a APNB e que ela não deveria ser um espaço apenas para fomentar os congressos, mas deveria ser para além dos congressos (Citação de entrevista concedida ao autor).

⁷⁴ O IV Congresso Brasileiro de Pesquisadores(as) Negros(as), realizado de 13 a 16 de setembro, na Universidade do Estado da Bahia (UNEB), em Salvador, Bahia, com o tema “O Brasil Negro e suas Africanidades: Produção e Transmissão de Conhecimentos

⁷⁵ O I Congresso Brasileiro de Pesquisadores(as) Negros(as), realizado de 22 a 25 de novembro de 2000 em Recife (Pernambuco).



Figura 12 - Foto com a Profa. Dra. Ana Célia da Silva (UNEB) no VII Congresso Baiano de Pesquisadores(as) Negros(as) (2019) na Mesa Redonda Contemporaneidades nas Artes Negras com Fernanda Júlia, Nádír Nobrega e Vivian Caroline. Mediação: Denise Carrascosa (UFBA). Créditos: VII Congresso Baiano de Pesquisadores(as) Negros(as), 2019.

Revela-se aqui um fato importante sobre a história da APNB: mesmo sendo o principal objetivo do grupo a reunião para constituição de uma associação de pesquisadores(as) com o intuito de organizar o IV Congresso Brasileiro de Pesquisadores(as) Negros(as) que seria realizado na Universidade do Estado da Bahia, já se pensava na possibilidade da sua manutenção para além do COPENE. A professora Marluce Macêdo também nos fornece informações sobre este grupo de intelectuais negros(as) da Bahia que voltava do COPENE do Maranhão: “voltamos de lá impactados pelo congresso, pelos debates, nós pensamos que devíamos nos articular aqui na Bahia como um grupo para poder participar mais efetivamente dos congressos nacionais, da ABPN que tinha acabado de ser criada. Começamos a nos reunir lá na UNEB”. (Professora Marluce Macêdo - Citação de entrevista concedida ao autor). Entretanto, é importante ressaltar que apesar das reuniões que ocorriam e da articulação desse grupo, a APNB não nasce enquanto um esforço orgânico e desdobramento da ABPN, tampouco com discussões sistematizadas. Ela se constitui para cumprir um requisito que era organizar o IV COPENE, foi o que me disse o professor Wilson Mattos.

Ela nasceu por conta de uma necessidade de instituir uma organização formal com registro para poder viabilizar o financiamento do IV COPENE e a ABPN ainda não tinha uma organização muito consolidada, então nós nos organizamos aqui e fundamos a APNB. (Professor Wilson Mattos - Citação de entrevista concedida ao autor).

Sobre a articulação entre os(as) pesquisadores(as) negros(as) da Bahia que se envolveram na organização do IV COPENE, ele nos diz:

Em São Carlos⁷⁶, nós estávamos lá, então reivindicamos a realização do III Congresso aqui em Salvador, só que naquela ocasião a nossa proposta foi derrotada e venceu o pessoal do Maranhão, levaram o Terceiro Congresso para o Maranhão, então, a partir daí, dessa derrota, a gente mais ou menos se organizou e demos continuidade à discussão com a promessa...(Citação de entrevista concedida ao autor).

O professor faz uma pausa e, em seguida, retoma a fala:

... na verdade nem foi uma derrota, foi uma negociação que nós fizemos lá para que o III Congresso fosse realizado no Maranhão(...) a gente tinha o compromisso da própria ABPN e dos militantes que estavam ali de realizar esse IV Congresso em Salvador, então nós nos organizamos mais ou menos em torno disso e partimos para o III Congresso lá no Maranhão com proposta já de realizar o IV Congresso aqui em Salvador. Essa movimentação ao longo desse intervalo do terceiro para o quarto congresso começou a incentivar nossa auto-organização que estava um pouco não desorganizada, mas dispersa. Quando a gente voltou do Maranhão, aprovamos a proposta de realização do IV Congresso de Pesquisadores(as) Negros(as) aqui na Bahia, então começamos a nos organizar em torno disso. O congresso de São Carlos foi em 2002 e a gente começa a se organizar logo depois do Congresso do Maranhão (Citação de entrevista concedida ao autor).

Embora saibamos da relevância de quadros explicativos com datas e marcos significativos a título de organização e análise, aqui nos importa menos a temporalidade ou o realismo obsessivo dos fatos e muito mais as narrativas contendo experiências. Além de verificar nas falas dos(as) interlocutores(as) outros pontos de vista com relação ao objetivo primeiro dessa constituição, concentro esforços no entendimento de que a Associação é um fórum fundamental para a desestabilização do modelo hegemônico de produção do conhecimento. Para a professora Claudia Miranda, que em sua tese de doutorado entrevistou um grupo de acadêmicos no III Congresso Brasileiro de Pesquisadores Negros (III COPENE, 2004),

essa ideia pode ser mais bem compreendida quando levamos em conta o significado da presença de um Outro em espaços coloniais: trata-se de algo estranho, não pertencendo ao grupo estabelecido e, mais instigante ainda,

⁷⁶ II Congresso Brasileiro de Pesquisadores/as Negros/as, realizado de 25 a 29 de agosto de 2002 na cidade de São Carlos no estado de São Paulo.

comportando-se como se pudesse produzir outras teorias, indo além da razão ocidental. Tomando como indispensáveis experiências nascidas na subalternidade, esse Outro encontra numa suposta trajetória coletiva argumentos para sua defesa sobre narrativas marginais, um contradiscurso e uma disjunção teórica (MIRANDA, 2006, p. 15).

É no interior da universidade pública, a partir de organizações como esta que os(as) intelectuais negros(as), com todas as dificuldades possíveis impostas pelo racismo epistêmico, promovem discussões indispensáveis para a construção de uma sociedade mais igualitária. A fala da professora Marise de Santana ilustra bem essa questão.

Durante o mestrado e doutorado eu já estava na universidade, a gente fazendo um debate diferenciado dentro das disciplinas, propondo cursos de extensão e aí quando eu saio do doutorado vai ser a proposta do ODEERE que é o órgão da educação das relações étnicas, então essa proposta do ODEERE se inicia em 2004, mas o órgão é efetivado em 2005, então é a partir de 2005 que eu vou sentir muito mais forte o quanto nossa universidade silencia as nossas questões raciais, culturais e étnicas, naquele momento eu era uma solitária, havia poucos alunos que se viam dentro daquele projeto porque a maioria não queria estar dentro do ODEERE, professores poucos também, quase nenhum, mas isso foi muito importante porque foi aí que eu comecei a estender esse projeto do ODEERE para fora da UESB, eu comecei a me relacionar com pessoas que estavam fora, aquela que era a única forma de sustentar aquele projeto. Denilson Lessa foi uma pessoa que deu e ainda continua dando uma imensa contribuição para que o ODEERE se sustente, para que o ODEERE possa fomentar as políticas de ações afirmativas, mas foi difícil porque ainda fazer dentro da universidade trabalhos onde a gente tem as temáticas das racialidades, das culturas e das etnias ainda é um trabalho muito solitário (Citação de entrevista concedida ao autor).

Essas dificuldades refletem no momento da organização dos congressos. Observando a trajetória da APNB, desde a realização do seu I Congresso Baiano de Pesquisadores(as) Negros(as) em 2007 na UFBA (eu era um estudante de graduação) até o mais recente ocorrido em 2021 na UNILAB, onde acompanhei de perto todas as etapas da realização do VIII CBPN, percebo que este é o momento em que o posicionamento ético-afetivo-solidário se intensifica. Nem sempre há um cumprimento tácito do que foi acordado entre a universidade que sedia o congresso e a APNB, às vezes alega-se escassez de recursos, ficando muitas vezes à mercê do “jogo de cintura” dos(as) docentes garantirem o mínimo para a sua execução. Se for sediado em uma universidade estadual, também há descompassos com estruturas de poder da Bahia. Quem assume a presidência do futuro congresso, geralmente definida na plenária final do anterior, enfrenta imensos desafios.

Para Nilo Rosa, um dos fundadores da Associação e mais um interlocutor direto neste xirê narrativo, as relações burocráticas com as estruturas de poder são delicadas. As falas abaixo também foram extraídas da live “APNB: 15 anos de insurgências epistemológicas e desafios frente ao racismo estrutural” e tratam do incômodo com relação ao apoio ou falta dele em alguns CBPNs.

No primeiro congresso nós tivemos o apoio fundamental da Universidade Federal da Bahia que colocou à disposição todo o aparato da Universidade, tivemos outdoor, quem nos acompanhou foi a Dora Leal⁷⁷ que na época era diretora da FAPESB e foi fundamental a relação, evidente que não tivemos nenhuma relação com a estrutura burocrática da elite cultural que dirigia o estado o qual nós ajudamos a eleger, fomos assim lixados no primeiro congresso, não tivemos qualquer apoio, ao passo que a FAPESB deu apoio com muita ajuda do professor Naomar⁷⁸ e a presença que não se pode esquecer do professor Jocélio Teles⁷⁹ que esteve presente com a gente na reunião com a professora Dora(...) o segundo congresso nós realizamos em Feira de Santana, foi um congresso muito exitoso, foi o primeiro congresso no interior, tivemos todo o apoio do professor José Carlos⁸⁰, à época Reitor, ele esteve com a gente também na Secretaria de Ciência e Tecnologia e lá através do professor Eduardo, na época Secretário de Ciência e Tecnologia nós conseguimos o apoio financeiro(...) eu quero lembrar que as secretarias de brancos do governo da elite cultural na época também não nos receberam(...) o VI congresso eu assisti com muito sofrimento a desonestidade burocrática dos representantes da elite cultural reformista que está no poder até hoje na Bahia, simplesmente em cima da hora negaram um apoio prometido e o congresso teve muitas deficiências, mas foi elogiosamente organizado pela Professora Maria Aparecida⁸¹, esse é o resumo que eu queria fazer para mostrar como as nossas relações com esse aparelho do estado que em determinados momentos nos são aliados e nos momentos onde é fundamental a nossa participação nos passam a rasteira,

⁷⁷ Dora Leal Rosa é professora Associada da Faculdade de Educação da Ufba desde 1983. Doutora em Educação, a docente assumiu diversos cargos públicos no Estado, entre eles, dirigiu a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia (Fapesb) de 2007 a 2009.

⁷⁸ Naomar de Almeida Filho é formado em medicina na turma de 1975. Tem mestrado em saúde pública e doutorado em epidemiologia. Exerceu seu primeiro mandato como reitor em 2002, sendo reconduzido ao cargo em 2006. É professor titular de epidemiologia no Instituto de Saúde Coletiva da UFBA.

⁷⁹ Doutor e mestre em Antropologia Social pela Universidade de São Paulo (USP), Jocélio Teles atualmente é professor adjunto IV da Universidade Federal da Bahia (UFBA), onde ensina na graduação e pós-graduação e orienta alunos de iniciação científica, mestrado e doutorado pela Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Departamento de Antropologia e Etnologia e pelo Centro de Estudos Afro-Orientais (Ceao). Também é coordenador o Programa de Pós-Graduação em Estudos Étnicos e Africanos da (UFBA) e edita a revista “Afro-Ásia”.

⁸⁰ José Carlos Barreto de Santana (Feira de Santana, 1955) Geólogo e historiador da ciência, é professor da Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS), instituição na qual exerceu dois mandatos como reitor.

⁸¹ Professora Dra. Maria Aparecida de Oliveira Lopes, graduada em História pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (1999), Mestra em História pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (2002) e Doutora em História pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (2007). Foi professora titular da Universidade Federal do Tocantins (2008-2014). Atualmente é professora da Universidade Federal do Sul da Bahia, nos cursos de Graduação e Pós-Graduação, no Programa de Mestrado e Doutorado em Estado e Sociedade (PPGES) e no Programa de Mestrado em Ensino e Relações Étnico Raciais (PPGER). Foi presidenta do VI Congresso Baiano de Pesquisadores(as) Negros(as) realizado entre os dias 20 e 22 de setembro de 2017.

essa é a relação, que é fundamental pra mim porque vai ajudar a compor minhas novas formulações (Citação de entrevista concedida ao autor).

O professor Nilo Rosa é este intelectual negro combativo que, como nos diz Edward Said, “ao testemunhar um estado lamentável de coisas quando não se está no poder(...) aproveita ao máximo as raras oportunidades que se tem para falar” (SAID, 2005, p. 17). É um intelectual insurgente que não se furta ao debate. Ao falar sobre a sua insurgência, fundamenta-se no texto de Cornel West, um ensaio em que o autor aprofunda o dilema do intelectual negro sugerindo caminhos para entendê-lo e transformá-lo, oferecendo ao(à) leitor(a) quatro modelos para a atividade intelectual negra. Nos modelos: “burguês, o intelectual negro como humanista”, “marxista, o intelectual negro como revolucionário” e “foucaultiano, o intelectual negro como céptico”, ele apresenta os limites de tais projetos. O quarto e último modelo é o “insurgente, o negro como catalisador crítico e orgânico”. Para West, os intelectuais negros mesmo aprendendo muito com cada um dos três modelos (burguês, marxista e foucaultiano) podem não adotar uma postura crítica em relação a eles, pois, tais modelos necessariamente se relacionam entre si, mas não são adequados para a singularidade das dificuldades dos intelectuais negros (WEST, 1999). Para West, o quarto modelo fundamenta a atividade intelectual negra e vai além destes três modelos anteriores. Elejo, na tentativa de manter o diálogo com o professor Nilo Rosa, a crítica ao modelo burguês. Segundo o autor, desse modelo o intelectual negro recupera a herança humanística e o esforço heroico, contudo:

O modelo intelectual insurgente se recusa ainda a conceber essa herança e esse esforço em termos elitistas e individualistas. Ao invés do herói solitário abarcado pelo gênio isolado e exilado – o intelectual como estrela, celebridade, acomodado – esse modelo privilegia o trabalho coletivo intelectual que contribui para uma luta e uma resistência comum. (WEST, 1999, p. 13)

Retomo a fala do professor:

A minha insurgência está fundamentada no texto magnífico de Cornel West, ‘O dilema do intelectual negro’. Eu acho que aquele texto deveria ser aula inicial em qualquer curso de pós-graduação, o problema do intelectual americano(...) uma tradução livre da equipe da professora Florentina. As pessoas não dão a devida importância a esse texto, ele não é um texto inovador em si, mas um texto que faz uma análise crítica que sugere insurgência. Não se pode jogar fora a água da banheira com a criança, eu tenho que falar de Foucault, falar de Derrida, falar de Marx, mas eu tenho que saber os limites desses autores com relação às nossas contradições (Citação de entrevista concedida ao autor).

Neste último trecho, reflito sobre a complexidade que envolve as escolhas epistemológicas que fazemos. Ainda no âmbito dessa discussão, procurei saber um pouco mais sobre as categorias que ele elege nas suas produções (dentro da Associação, na construção dos GTs que coordena nos CBPNs ou mesmo em outros espaços).

Eu não vou dizer a você que na minha tese de doutorado eu não leve em consideração os intelectuais de “curriola”, mas a gente consegue estabelecer uma certa ruptura, como diz Hall, acrescentando elementos novos às categorias já existentes, não se inventam categorias, você avança em algumas categorias (Citação de entrevista concedida ao autor).

O assunto envolvendo as nossas escolhas epistemológicas e o debate dentro da academia será discutido ainda neste capítulo. Por enquanto, dentro do contexto de relações estabelecidas, foco em um tema que me interessa desde o início da pesquisa. Sabendo que a Associação de Pesquisadores(as) Negros(as) da Bahia é uma seção da Associação Brasileira de Pesquisadores(as) Negros(as), pelo menos é o que consta no seu estatuto, mesmo que isso nunca tenha se configurado de fato, perguntei aos(as) entrevistados(as) como é o convívio entre elas. As respostas, além de revelarem alguns tensionamentos, evidenciam esforços, tentativas de uma melhor comunicação e aproximação entre as duas Associações. No último CBPN realizado em 2019 na UFBA, por exemplo, houve um convite para o debate sobre a institucionalização da seção baiana. Segundo a professora Marluce Macêdo,

Em 2019 o convite foi feito à Nacional, acho que seria bacana discutirmos esse ponto de pauta já que de alguma forma nós, pesquisadores aqui da Bahia, estamos atrelados, estamos ligados, contribuimos e quero continuar a contribuir para a ampliação e desenvolvimento da Associação Nacional, é o mesmo projeto de combate ao racismo, é um projeto de produção de pesquisadores e pesquisadoras negros e negras, é um projeto maior de libertação, de transformação do mundo, então, acredito que é interessante a gente chegar a um lugar de diálogo, um lugar-comum de fortalecermos uma proposta conjunta (Citação de entrevista concedida ao autor).

Este, porém, não foi o único convite. Segundo o professor Nilo Rosa, houve outros.

Um fato marcante, eles nunca vieram aos nossos congressos e em todos foram convidados, um que teve passagem comprada, chegou aqui na Bahia, foi no IV CBPN em Cruz das Almas, naquela época o presidente recebeu a passagem, chegou até Salvador e voltou, foi embora (Citação de entrevista concedida ao autor).

Ainda sobre o convite feito no VII CBPN, o professor Nilo Rosa nos diz: “O mais absurdo foi o último na UFBA que a ABPN indicou uma pessoa, ela chegou depois da Mesa de Abertura ter terminado, isso não é coincidência, isso faz parte de uma visão centralizadora”. (Professor Nilo Rosa) Em algumas falas localizei críticas contundentes a essa postura centralizadora da Nacional, algumas opiniões de que ela teria de transformar a sua própria estrutura e permitir que os outros estados também optassem por criar as suas próprias associações promovendo uma descentralização.

Gustavo, cada estado brasileiro tem uma agência de financiamento de pesquisa, por menor que ele seja, pesquisa se faz é no campo, é na cidade, é no estado então o papel da Nacional era simplesmente fomentar o surgimento de associações nos estados, hoje nós só temos a Bahia e houve uma resistência de todos os dirigentes contra a Bahia. (Professor Nilo Rosa - Citação de entrevista concedida ao autor).

Pude perceber, através do professor Romilson Sousa que os tensionamentos vão além da discussão da centralização mencionada pelo professor Nilo Rosa, também são fruto de uma autonomização por parte da Baiana.

A ABPN e a APNB surgem nessa relação meio de tensão, até porque nós vamos nos tornar muito independentes. A gente não pode esquecer a geopolítica do conhecimento, por exemplo, você observa também na questão racial a concentração no Sul e Sudeste, o grande lócus epistemológico. Apesar da ABPN surgir no Nordeste, a Nacional com Henrique Cunha, o primeiro congresso foi lá⁸², eu acho que isso ao longo do tempo vai se reconfigurando, as relações de poder vão se reconfigurando (Citação de entrevista concedida ao autor).

A fala expressa algo que não é novidade, infelizmente: como se conformam os nichos de produção do conhecimento em termos regionais. Outro tema importante que surgiu nas conversas foi sobre a filiação, pois, a APNB não tem afiliados oficiais. Isso, no entendimento da professora Marluce Macêdo é uma das dificuldades que a Associação Baiana enfrenta para a sua própria manutenção. Para a professora,

a Associação é registrada, mas a gente não cobra anuidade porque a gente nunca chegou a um acordo com a Nacional. Como a maior parte dos que são associados na Bahia também é à Nacional e a anuidade já é alta, não é possível cobrar e não poderíamos pagar duas anuidades, a nossa proposta é que façam como outras associações fazem. Por exemplo, você tem a ANPUH⁸³ Nacional e as regionais estaduais, a gente paga apenas uma anuidade, a gente quando se associa à Estadual automaticamente está associada à Nacional e paga a anuidade na estadual. A Estadual repassa para

⁸² O XII COPENE (2022) será realizado novamente em Recife.

⁸³ Associação Nacional de História.

a Nacional, ou seja, funciona como um organismo único e a ideia da gente aqui na Bahia é que poderiam ser assim, pelo menos até onde eu acompanhei esse debate, mas as dificuldades são reais (Citação de entrevista concedida ao autor).

Essa é uma questão delicada e que merecia mais debates, principalmente quando enfrentamos as agruras de um governo irracional, fascista e uma crise sanitária sem precedentes que agrava o processo de recessão no país. Falando mais um pouco sobre o processo de autonomização da APNB, o professor Wilson Mattos rememora a organização para o IV COPENE:

Não teve conflitos, digamos assim, mas a gente foi meio que se autonomizando. Essa relação nunca se configurou em uma forma orgânica, houve várias tentativas de aproximação institucional. Eu lembro que nas gestões de Paulino, por exemplo, ele tentou fazer com que a gente realizasse um único congresso regional reunindo os vários estados aqui da região Nordeste, mas a gente falou não, nós vamos fazer o nosso aqui que a gente está acostumado a fazer, então, a gente sempre fez o Congresso Baiano, sempre houve um esforço para que nós nos regionalizássemos, que foi a forma como a ABPN resolveu se articular nacionalmente, ela escolheu, a partir do Consórcio Nacional de NEABs, que era organizado regionalmente, os NEABs eram em qualquer instituição, mas se organizavam regionalmente, mas a gente sempre ficou aqui na Bahia, acho que deve ter alguma coisa tradicional aqui na Bahia, né? (risos) Acabou que até hoje nós fazemos os nossos próprios Congressos, embora a gente participe dos congressos regionais, convida as pessoas dos congressos regionais para cá, teve um esforço na gestão de Nilo de fazer o COPENOR⁸⁴, a gente já fez duas versões aqui na Bahia, o pessoal não considerou, nomeou o I COPENOR o que houve no Maranhão, mas a gente já fez esse COPENOR aqui, mas, enfim, não vem ao caso agora (Citação de entrevista concedida ao autor).

Apesar das falas revelarem tensionamentos, as tentativas de aproximação são recorrentes, contudo, vale a ressalva do professor Wilson Mattos de que isso não ocorre de forma orgânica e sim institucional. Mesmo assim, valem muito mais a retomada de projetos e formulação de ações conjuntas.

Eu acho que agora a gente está tentando organizar uma aproximação, o pessoal do COPENOR que teve lá na Paraíba me convidou como representante da Bahia para falar de um projeto que estava em curso há muito tempo, desde a época que a gente realizou o Congresso Brasileiro aqui e foi um projeto de montar um mestrado, mestrado interinstitucional e multidisciplinar, um esforço da ABPN junto com o consórcio de NEABs, então eu tinha feito esse projeto. Quando eu estava na pró-reitoria convidei umas três ou quatro pessoas, finalizamos o projeto, pelo menos a primeira versão, naquele modelo da Capes, mas depois a coisa esfriou, eu saí da pró-reitoria, não tinha mais dinheiro para trazer o pessoal para cá, a coisa esfriou e foi retomada agora. O pessoal me convidou na gestão de Cleber, o atual presidente da ABPN. Na gestão passada ele era da diretoria, era o Presidente do Consórcio Nacional dos NEABs, e aí ele retomou essa discussão, me chamou, conversou comigo várias vezes e aí essa discussão foi retomada, a

⁸⁴ Congresso de Pesquisadores/as Negros/as do Nordeste

partir daí a gente começou a estreitar relações com a ABPN, mas era uma coisa mais individualizada, não era tanto a APNB conversando com a ABPN, éramos eu e alguns outros conversando com a ABPN, até que ele me pede o telefone de Romilson, que é o atual Presidente da APNB e Romilson está estreitando essas relações com a ABPN, a gente está vendo que tipo de projeto a gente pode articular, não é uma submissão, uma subsunção da APNB na ABPN, mas a gente quer estreitar relações no sentido de alguns programas conjuntos. (Professor Wilson Mattos - Citação de entrevista concedida ao autor).

Com todas as dificuldades, a APNB segue firme no fortalecimento das lutas coletivas antirracistas e de descolonização do conhecimento, principalmente através da organização dos seus CBPNs, talvez a sua ação mais contundente. Sobre essa ação, Denilson Lessa tece a seguinte crítica:

Eu vejo a Associação e o papel dela em promover o congresso que já é muito grande, inclusive, eu quero fazer uma crítica, uma crítica aos críticos, qual seja, quando perguntam qual o papel da Associação, a APNB podia entrar na Justiça... Não, a Associação tem limites, inclusive materiais, limites humanos, inclusive, limites jurídicos, não dá pra fazer tudo, só o fato de realizarmos, a cada dois anos um congresso dessa monta, dessa natureza, que congrega a cada edição para mais de 500 pesquisadores baianos e fora da Bahia, já é grande coisa, um congresso que de alguma forma faz um balanço daquilo que nós estamos produzindo, do que foi produzido e daquilo que nós podemos produzir (Citação de entrevista concedida ao autor).

Afirmo que os debates trazidos aqui são aprendizados e ensinamentos importantes, observados com muito respeito, é dessa forma que me posiciono diante das narrativas dos(as) interlocutores(as). São opiniões diferentes, visões diversificadas de pesquisadores(as) que apresentam riquíssimas experiências e que também estão aí para ensinar às gerações mais novas. Nossas vozes se alinham neste xirê no entendimento de que encaramos as tensões como questões cotidianas que fazem parte dos campos de disputa. Talvez os tensionamentos se intensifiquem por conta da “coisa tradicional” da Bahia a que se refere, divertidamente, o professor Wilson Mattos, ou mesmo pelo fato da Bahia ser a terra do “preto doutor”⁸⁵, como me disse, rindo muito, o professor Nilo Rosa. Brincadeiras à parte, concordo com a professora Marluce Macêdo, lutamos por projetos que estão para além da disputa pela produção do conhecimento, lutamos por alternativas mais inclusivas, éticas e de (re)existências. Todos(as) as falas me fazem atentar para urgência de unirmos esforços no combate antirracista, contra todas as formas de violência perpetradas por movimentos neoconservadores, neofascistas, racistas que estão aí (re)surgindo em diversas partes do Brasil.

⁸⁵ Trecho da música “São Salvador”, de Dorival Caymmi.



Figura 13 - Foto com o Professor Dr. Nilo Rosa, no I Congresso Baiano de Pesquisadores(as) Negros(as), realizado na Universidade Federal da Bahia em 2007.
Fonte, O autor, 2007.



Figura 14 -Foto com o Professor Dr. Wilson Roberto de Mattos no credenciamento do VII Congresso Baiano de Pesquisadores(as) Negros(as) em 2019.

Fonte: VII Congresso Baiano de Pesquisadores(as) Negros(as), 2019.



Figura 15 - Foto com a Professora Dra. Marluce de Lima Macêdo (UNEB), (ao centro) na Mesa de Abertura do V Congresso Baiano de Pesquisadores(as) Negros(as) em 2015.
Fonte: V Congresso Baiano de Pesquisadores(as) Negros(as), 2015.

3.3 Os Congressos Baianos(as) de Pesquisadores(as) Negros(as) - CBPNs: entre aquilombamentos e situações-xirê⁸⁶

Meu espaço é o meu quilombo.
Onde eu estou, eu estou.
Quando eu estou, eu sou.
(Beatriz Nascimento)

Os CBPNs são o resultado da ação coletiva de pesquisadores(as) negros(as) que têm na universidade o seu principal campo de ação. Apresentando-se como o lugar da diversidade, lugar de (des)encontros, acordos e conflitos entre diferentes concepções de vida e visões de mundo, a universidade está imersa em uma cadeia de regras, de relações racializadas, onde a presença negra pode ser aceita ou não, tolerada, valorizada, reprimida e/ou repelida, impactando nas experiências, produções e nos deslocamentos dos sujeitos (SANTOS, 2012). É a arena dos combates e disputas pela produção do conhecimento e pela memória, onde complexas fronteiras (in)visíveis são sustentadas, quase sempre, por representações dicotomizadas, hierárquicas e pretensamente absolutistas dos diferentes e das diferenças que convivem nela, tendo sempre como referência os grupos que hegemonomizam o poder, não raro ditando regras pretendendo-se universais.

Por serem contingentes, entretanto, essas fronteiras escapam à dualidade que as tenta encapsular, transformando-se em espaços de trânsito, traduções, onde divergências geralmente são negociadas, onde as possibilidades de demarcação e (re)definição dos territórios são reais, assim como o surgimento e a instalação de territorialidades específicas (SANTOS, 2012). Dessa forma, podemos pensar tais fronteiras não só como limites entre os diferentes grupos, mas, enquanto lugares de resistências e subversões da hegemonia, espaços promotores de debates e problematizações sobre a quem é dada a legitimidade acerca da produção do conhecimento e qual conhecimento passa pelo crivo acadêmico. Nesses interstícios, aquilombam-se os(as) pesquisadores(as) negros(as) da APNB e instalam os CBPNs, lugares de (re)existência, territórios de resistência e insurgências. Para a professora Marise de Santana, “é a partir de um pensamento fronteiriço entre saberes colonizados e decolonizados que pesquisadores e pesquisadoras vêm se insurgindo buscando produzir conhecimentos”.

⁸⁶ Aqui há uma tentativa de renomeação e ressignificação a partir do que propõe Joel Rufino no livro “Como podem os intelectuais trabalhar para os pobres” quando se refere a uma “situação-quizomba”.

A noção de território que adoto nesta tese segue por uma linha culturalista, ou seja, “prioriza a dimensão simbólico-cultural, mais subjetiva, em que o território é visto, sobretudo, como o produto da apropriação/valorização simbólica de um grupo sobre o seu espaço” (HAESBAERT, 2003, p. 13). Neste ensejo, para Renato Emerson Santos o território aparece como

objeto de disputa, como instrumento em disputas, e também como base de identidade e da organização de grupos para/em disputas. Ele aparece em suas diversas dimensões: material, simbólica, conceitual, como amálgama de práticas e relações, enfim, numa multiplicidade de agências que impõe reflexões sobre tal polissemia de sentidos. (SANTOS, 2012, p. 2)

Segundo Milton Santos (2008), território vai além de um substrato físico-material e incorpora relações de poder e estratégias de pertencimento. É o espaço do acontecer solidário em que os(as) pesquisadores(as) fortalecem coletividades. Ainda segundo Milton Santos:

O território em si, para mim, não é um conceito. Ele só se torna um conceito utilizável para a análise social quando o consideramos a partir do seu uso, a partir do momento em que o pensamos juntamente com aqueles atores que dele se utilizam. (SANTOS, 2000, p. 22–23)

Para Muniz Sodré, território é “o lugar marcado de um jogo que se entende em sentido amplo como a protoforma de toda e qualquer cultura: sistema de regras de movimentação humana de um grupo, horizonte de relacionamento com o real”. (SODRÉ, 1988, p. 23) Encontro nesses autores o privilegiado lastro teórico para nomear o CBPN como um quilombo itinerante. Considero-o um tempo-espaço insurgente, agente promotor de práticas emancipatórias para as populações negras na Bahia e no Brasil que tem entre seus principais propósitos as conexões em redes cotidianas de conhecimentos que “escapam silenciosamente às conformações dos lugares de querer e poder”. (CERTEAU, 1982, p. 92) Um quilombo atravessado por memórias, afetos, linguagens, performances, éticas, onde intelectuais negros(as), com suas mil maneiras de “caça não autorizada, táticas de resistência vão alterando objetos e códigos” (CERTEAU, 1982, p. 100). Sustento a definição de quilombo a partir do célebre intelectual negro Abdias do Nascimento:

Quilombo quer dizer reunião fraterna e livre, solidariedade, convivência, comunhão, existência. Repetimos que a sociedade quilombola representa uma

etapa no progresso humano e sócio-político em termos de igualitarismo econômico (NASCIMENTO, 2019, p. 291).



Figura 16 - Foto da Conferência de encerramento do VII Congresso Baiano de Pesquisadores(as) Negros(as) (CBPN), realizado na UFBA em 2019. Da esquerda para a direita: Profa. Marluce Macêdo (UNEB); Prof. Romilson Sousa (FACEMP); Profa. Sueli Santana (UNEB); Prof. Eduardo Estevam (UNILAB); Profa. Irê Oliveira (UNEB); Prof. Wilson Mattos (UNEB); Prof. Nilo Rosa (UEFS).
 Fonte: VII Congresso Baiano de Pesquisadores(as) Negros(as), 2019.

A definição de quilombo também ganha sustentação na definição da historiadora, pesquisadora e ativista Maria Beatriz Nascimento, que de forma peremptória nos diz: “os homens e seus grupamentos, que formaram no passado o que se convencionou chamar ‘quilombos’, ainda podem e procuram fazê-los”. (NASCIMENTO, 1982, p. 259) Estas são questões fundamentais para a noção de quilombo, sem se tratar necessariamente de “sobrevivências” ou “resistência cultural”, mas como expressão concreta de uma continuidade histórica, onde no seu trajeto metodológico-investigativo, diferentemente das construções lineares da história e da historiografia moderna, ganha a qualidade de “aberta”, em que se torna possível a ressignificação do passado e a

implosão das narrativas dos “vencedores” (NASCIMENTO *apud* ALCÂNTARA, 2017).

Os CBPNs, colocam em debate modos de produzir conhecimentos afrodiaspóricos, forjando e demandando a implementação de políticas públicas, (re)inventando saberes e reordenando territórios físicos e simbólicos. Perguntei aos(as) pesquisadores(as) se podemos afirmar que os CBPNs (re)territorializam os locais por onde passam? Para a professora Marluce Macêdo, a APNB inaugura novas territorialidades.

(...)Ela atuou também atingindo o território, territórios diferentes, como eu falo em alguns artigos que já escrevi. Uma das coisas importantes na associação daqui da Bahia e da nacional é... (...)Elas inauguraram novas territorialidades nesse espaço tão disputado e tão hostil a nós negros e negras que é a universidade que historicamente, até hoje os brancos que hegemonizaram o poder pretendiam e ainda pretendem muitos deles que fosse o espaço somente deles e que a principal ambição é que a maioria seja expulsada justamente por causa desse nosso discurso tão forte, impossível de ser calado porque o nosso corpo, a nossa estética a nossa presença já é um discurso extremamente contundente que desafia, incomoda a hegemonia branca nas universidades, na sociedade (Citação de entrevista concedida ao autor).

Proponho tomar essa (re)territorialização como insurgência negra. Diversas formas de materialização de ações, formas organizativas de representação e práticas são registradas nesses espaços negros. Vemos, então, uma ação de deslocamento da representação do território para aquilo que é conceituado por alguns/algumas autores(as) como territorialidade específica, onde, por sua vez, segue envolvida nesse processo complexo, abarcando uma multiplicidade de sujeitos/agentes moldados pelo movimento de reconhecimento do espaço e do território para a transformação do lugar (HAESBAERT, 2003; SANTOS, 2012).

São espaços de invenções cotidianas produzidas por sujeitos que interpretam as diversas políticas hegemônicas de produção do conhecimento, reconfigurando-as às suas maneiras. Espaços necessários para fazermos articulações e alianças, os CBPNs são a certeza de que é fundamental o trabalho coletivo, o apoio, um lugar onde se pode conversar, discutir, buscar orientações e produzir conhecimentos, onde os trabalhos produzidos circulam e nos sentimos à vontade para compartilharmos. O CBPN é o resultado de um ano inteiro de reuniões, articulações e muito, muito trabalho, “é o centro, é o caroço, a essência da célula, o fruto, a semente de onde se erradicam as

ideias, os encaminhamentos para as ações do negro intelectual” (OLIVEIRA, 2014, p. 145).

É nos CBPNs que a união entre os(as) pesquisadores(as) associados(as) através da diretoria, conselhos, tesouraria, GTs, enfim, todo o corpo estrutural da Associação mostra seu compromisso ético e a sua força. Para Marluce Macêdo, os congressos já valem pelo esforço empreendido:

Já vale a pena pela força, pela potência, pela inspiração que esses congressos dão, isso é interessante. Nós temos sempre muitos problemas aí só para não deixar de falar, eu gostaria de falar como é difícil a sobrevivência das associações, como é difícil(...) Ainda é uma dificuldade negociar com as instituições de fomento, nossa, então eu queria dizer isso só para deixar registrado que também parte das nossas dificuldades tem a ver com as dificuldades que o racismo impõe porque é difícil um projeto do nosso congresso ser aceito nas instituições, receber verbas das agências de fomento, é complicado, por isso, por que para sobreviver precisa ter algum tipo de financiamento. E essa é uma dificuldade e até própria sede da Associação também, uma dificuldade. Então, a gente tem caminhado por nossa própria conta (Citação de entrevista concedida ao autor).

Tomando emprestada a ideia de Joel Rufino (2014), o CBPN é o momento em que acontece o que (re)nomeio “situação-xirê”. É quando a Associação de Pesquisadores(as) Negros(as) da Bahia, enunciada a partir de lugares insurgentes, engajada e ativa converte toda a sua força epistêmica, transmutando-se num quilombo itinerante, tensionando colonialidades e, ao mesmo tempo, mobilizando oferendas epistemológicas (ALCÂNTARA, 2017) aos territórios baianos e aos seus praticantes (CERTEAU, 1982), oxigenando e alimentando-os num verdadeiro jejum de conhecimentos. Afirmo que essa itinerância é a força ancestralmente exuística da APNB, a mensuração da sua resistência, de conseguir estar em vários centros acadêmicos da Bahia.

Isso vai arejar a Associação, vai fazer com que ela tenha uma sensibilidade ao que acontece em Cruz das Almas, ao que acontece na UFRB, o que vai acontecer agora na UNILAB, em São Francisco do Conde, o aroma que vem de lá, ela vai ter um ar do Portal do Semiárido, em Feira de Santana, ela vai pegar fôlego na UFBA, em Salvador. (Professor Nilo Rosa - Citação de entrevista concedida ao autor).

O CBPN é quando ocorre o aquilombamento, quando o Rum toca reunir, quando há uma conversão de energia cultural da ordem das populações negras baianas em energia política.

3.4 Localizações epistêmicas de luta

Mais interessante é o que torna possível a dominação intelectual; como o conhecimento é transformado de invasão e conquista em revelação e escolha. (Toni Morrison)

A gente não pode perder isso de vista, é a tradição, a tradição africana de você observar os mais velhos, de observar quem veio antes, o que já foi feito antes. (Professor Gilson Souza)

(...)é dizer olha: tem Marx que é importante estudar, Foucault, Bourdieu, Hegel, mas tem Fanon, Hall, é preciso estudar Narcimária, Wilson, Florentina, é preciso estudar Conceição Evaristo, Diop, Aimé Cesaire, essa galera toda você precisa estudar. (Romilson Sousa)

Figura 17 - Foto tirada no X Congresso Nacional de Pesquisadores(as) Negros(as) – COPENE 2018. Na foto Professor Denilson Lessa, professora Ana Cláudia Pacheco (azul), professora Marluce Macêdo e o professor Wilson Roberto (ao fundo).
Fonte: O autor, 2018.

É importante saber que nossos passos vêm de longe, por isso mesmo, considero fundamental ouvir e (re)conhecer as histórias daquelas e daqueles que abriram caminhos

antes de nós. Em um país racista que assassina diariamente nossos corpos negros e nossas vozes, temos um compromisso urgente com as memórias e lutas de quem nos precedeu. Na camarinha da memória, sento-me na esteira e ouço a polifonia das vozes e suas diversas localizações, aprendendo com as histórias dos(as) interlocutores(as) desta pesquisa. São professores(as) negros(as) que se posicionam eticamente através de seus relatos, reconstituindo trajetórias, produzindo conhecimentos e lutas antirracista a partir dos encontros. Quando faço referência este grupo não estou querendo transmitir a ideia de que através das suas implicações cumprem uma missão ou algo parecido. Penso, como Fanon que “não existe missão negra. Não existe fardo branco [...] há, de um lado e do outro do mundo, homens que procuram” (FANON, 2008, p. 189). Tento acompanhar os seus passos neste xirê epistêmico. Vou ao encontro de homens e mulheres negras(os) “que procuram” não apenas estabelecer redes de conhecimentos, mas de afetos e solidariedades. São homens e mulheres negras(os) que se posicionam eticamente e se lançam nas encruzilhadas acadêmicas e da vida, seguindo por caminhos de insurgências. Tento acompanhar, me aproximar através das conversas, do compartilhamento de suas experiências, (re)criando e (re)existindo para o novo.

Vou observando os ingredientes que compõem esse ajeum de experiências vivas e diversas, compreendendo nos seus enunciados atitudes responsivas diante das suas trajetórias e do seu papel enquanto intelectuais insurgentes. Essa compreensão, segundo Bakhtin “é prenhe de resposta e, de uma forma ou de outra, forçosamente a produz” (BAKHTIN, 1997, p. 290). Munido da consciência histórica e da urgência de nos apropriarmos das nossas próprias memórias, principalmente em mais um momento em que eclodem em perigo (BENJAMIN, 1994 apud GILROY, 2001), assumo esse combate mobilizando quatinhas contendo histórias de vida, seguindo o agueré compassado ao som de atabaques tocados ao Sul global, posicionando cabaças contendo pensamentos afrodiaspóricos, descolonizando e nutrindo a tese de oferendas narrativas, afirmando memórias enquanto “agências político-epistemológicas”. (BERNARDINO-COSTA, 2018, Sp.). Para a construção histórica de uma memória colonizada sobre nós negros(as), agdás contendo pombas e pólvoras antirracistas para corroer, por dentro, o signo da colonialidade branco-acadêmica que tenta subalternizar nossos conhecimentos.

Aventuro-me à caça de um tipo de crítica decolonial que está para além de uma simples ressemantização desprovida de senso político, lançando mão destes termos como forma de deslocamento, de tensionamento frente às colonialidades acadêmicas. Eles contêm conhecimentos e, simbolicamente, são apresentados aqui enquanto recursos

de tradução ou mesmo “rasura” a partir do universo epistemológico afro-brasileiro, ao encontro daquilo que propõe Narcimária Luz (1999).⁸⁷ Encaro essa tradução não apenas como combate, mas um saber tocar de leve, aproximar-se, mergulhar em águas amefricanas, praticar as ações do rastro/resíduo (GLISSANT, 2005) contra todo tipo de limitação racista.

Esse padê epistêmico também alimenta a cumeeira onde se desenvolvem os atos do xirê, sendo uma proposta de aquisição de outros modos de interpretação das memórias destes(as) intelectuais negros(as). Alinho seus conhecimentos construídos cotidianamente a partir do universo simbólico de comunidades de terreiro, sua história oral, tradição, axé e ancestralidade afro-brasileira, localizações importantes para esta tese, tentativas de ressignificação, de encantamentos e de combates a partir de narrativas que não objetivam negar, substituir, contrapor de forma maniqueísta e ingênua outra memória social e racial positiva e supostamente superior. Fico com as palavras de Wilson Mattos:

Trata-se, sim, de ativar a possibilidade de dar expressão e significado a conteúdos históricos concretos silenciados pelas memórias dominantes, trazer à cena e positivar os conteúdos não codificados pelas linguagens convencionais, ressignificar as sociabilidades não-hegemônicas e as múltiplas temporalidades do viver cotidiano (MATTOS, 2003, p. 30).

As vozes destes(as) pesquisadores(as) negros(as) são setas de inconformismos que se movem através de um espaço intersticial das colonialidades do saber. Afirmando que respondem individualmente e, acima de tudo, enquanto uma associação de pesquisadores(as) da Bahia que introduz o que Homi Bhabha (2003) nomeia como invenção criativa dentro da existência.

Os combates antirracistas estão sendo travados e as respostas dadas através de várias iniciativas que acontecem pelo país. Creditamos isso, logicamente não apenas, às muitas ações dos diversos setores dos movimentos negros e da luta histórica de suas(seus) militantes e intelectuais. A Associação Brasileira de Pesquisadores Negros (ABPN) e a própria Associação Baiana de Pesquisadores(as) Negros(as) (APNB) são exemplos. Partindo do pressuposto que as lutas de descolonização do conhecimento também devem ser travadas no interior do espaço acadêmico, concordo com Carvalho (2018) ao afirmar que não se trata apenas de utilizar o espaço da universidade concebendo-o como um local protegido, separado e com liberdade de expressão para

⁸⁷ Trata-se do texto “AWASOJU: dinâmica da expansão existencial das diversas contemporaneidades”. LUZ, Narcimária C. P. Revista da FAEEBA, Salvador, nº 12, jul./dez., 1999.

propor mudanças na sociedade, como se a sociedade estivesse do lado de fora e este funcionasse como um território livre dos problemas investigados pelos acadêmicos. Descolonizar equivale a intervir na constituição desse espaço em todos os níveis, corpo discente, corpo docente, formato institucional, formas e modos de convívio e na sua conformação epistêmica geral, dentre elas as teorias, ementas, pedagogias, cursos e outros (CARVALHO, 2018).

A APNB se destina à defesa e divulgação de pesquisas realizadas prioritariamente por pesquisadores(as) negros(as), constrói redes de solidariedade, (re)territorializa ou mesmo reinventa o espaço acadêmico enquanto resistência (SANTOS, 2012), tensionando por dentro as concepções hegemônicas da universidade. Seus congressos acontecem em solo baiano produzindo saberes e conhecimentos antirracistas, alimentando e oxigenando os territórios por onde passa.

Afirmo que para uma análise mais detalhada sobre as ações da APNB no campo da educação antirracista é fundamental atentarmos para as experiências, trajetórias e pensamentos de seus(as) intelectuais. Considero essas questões importantes promotoras de atualizações e reconfiguração de memórias, ações necessárias para o fortalecimento de lugares de luta, bem como para a ampliação de diálogos e saberes descolonizadores. Ao voltar as minhas atenções às suas narrativas, ouço um coro acolhedor de vozes que se pronunciam historicamente e que muitas vezes são marginalizadas diante das produções hegemônicas. Suas falas, pensamentos e produções, além de provocarem incisões afrocivilizatórias no corpo brancocêntrico da educação hegemônica, produzem curas epistêmicas para os vazios produzidos pela invisibilidade das experiências étnico-raciais na Bahia. Trazendo para o xirê as memórias destes(as) pesquisadores(as) negros(as), coloco em relevo as suas experiências e diversificadas localizações e insisto na compreensão sobre que repertórios político-culturais influenciam/influenciaram na reunião destes(as) mesmos(as) pesquisadores(as) em torno da Associação e quais eram os seus objetivos iniciais. Desta vez, recorro às conversas com o professor Nilo Rosa Santos. Para ele, um dos objetivos iniciais do grupo foi produzir um conhecimento a partir de um ponto de vista específico, ou seja, um ponto de vista étnico-racial:

O que motivou esse grupo foi uma necessidade de produção do conhecimento, entendeu, como diz Romilson, do ponto de vista étnico-racial. Os intelectuais da UNEB tiveram a primazia nessa iniciativa, eu conheci

Marluce lá no Maranhão⁸⁸, eles já tinham se reunido, já tinham dado o toque inicial da construção da APNB, tendo em vista a construção do IV Congresso Brasileiro de Pesquisadores Negros. Esse grupo deu o toque inicial com esse objetivo da produção do conhecimento do ponto de vista étnico-racial (Citação de entrevista concedida ao autor).

O que seria esse “ponto de vista étnico-racial” a que se refere o professor Nilo Rosa? O professor Romilson Sousa nos fornece algumas pistas. Ao afirmar que “a ciência é resultado de um ponto de vista étnico-racial branco e os pesquisadores negros produzem conhecimento e ciência a partir de um outro ponto de vista étnico-racial(...)”, ele amplia a discussão a partir do seguinte excerto:

(...)Quando eu marco um lugar, eu marco o do outro, (...)nós somos pesquisadores negros, nós estamos marcando esse lugar desde 1999, há mais de vinte anos há um grupo étnico-racial que marca um lugar, por isso que eu chamo do ponto de vista racial, marca um lugar de enunciação, nós somos pesquisadores negros, antes não se tinha essa definição, eu estou dizendo que existe um outro ponto de vista étnico-racial e esse outro ponto de vista étnico-racial não é apenas a cor da pele, ele é um ponto de vista epistemológico (Citação de entrevista concedida ao autor).

Nesse trecho verificamos que já havia um grupo envolvido na produção desse ponto de vista étnico-racial desde 1999, ou seja, bem antes da fundação da APNB que só vai ocorrer em 2004, segundo os registros. Seria esse núcleo de pesquisadores(as) uma pré-formação da Associação? Tendo a concordar com Romilson que realmente há a “marcação” desse lugar de enunciação étnico-racial nas produções dos(as) pesquisadores(as) negros(as) da APNB interlocutores(as) nesta tese, pelo menos quando me refiro aos seus trabalhos apresentados nos congressos. Identifiquei isso em todos os anais⁸⁹ dos Congressos Baianos de Pesquisadores(as) Negros(as) consultados durante a pesquisa e nas falas de outros(as) interlocutores(as), a exemplo da professora Marise de Santana. Na live “APNB: 15 anos de insurgências epistemológicas e desafios frentes ao racismo estrutural”⁹⁰, a professora afirma:

A APNB propõe congregar pesquisas com temas raciais e esse é um dos propósitos da APNB, se insurgir contra a ordem hegemônica de produção dos conhecimentos colonizados quando introduz nos espaços universitários as pesquisas de seus associados. Destaco o olhar para os anais, com conteúdos que apontam insurgências epistemológicas(...) (SANTANA, 2020, Sp.).

⁸⁸ O professor Nilo Rosa refere-se ao III Congresso Brasileiro de Pesquisadores(as) Negros(as) que ocorreu em São Luís do Maranhão, em setembro de 2004.

⁸⁹ 2007, 2009, 2011, 2013, 2015, 2017 e 2019. Os anais do VIII CBPN (2021) ainda não tinham sido confeccionados até o final da análise.

⁹⁰ Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=FpoTTPx38bM>. Acesso 13 de Ago. 2020.

Considero importante refletir sobre uma questão extraída dessas falas, qual seja, tentar identificar e dar relevo às relações de poder subsumidas nas disputas pela produção do conhecimento. Como ferramenta útil para retrair tais relações que possuem caráter institucional e pessoal e pairam por sob o conjunto da produção científica, lanço mão da categoria “lugar social”, de Certeau (1982). Na tentativa de contingenciar tal produção, alguns autores apostam numa avaliação histórica do papel da ciência. Dessa forma, seria importante

Ter presente que os juízos epistemológicos sobre a ciência não podem ser feitos sem tomar em conta a institucionalidade que se constituiu com base nela. A epistemologia que conferiu à ciência a exclusividade do conhecimento válido traduziu-se num vasto aparato institucional – universidades, centros de investigação, sistema de peritos, pareceres técnicos – e foi ele que tornou mais difícil ou menos impossível o diálogo entre a ciência e os outros saberes. (SANTOS; MENESES, 2009, p. 9)

Para Certeau, o discurso acadêmico possui um conjunto de regras a serem utilizadas, mesmo estando essa imposição no silêncio (CERTEAU, 1982). Ainda que o seu olhar esteja voltado para a escrita da História enquanto prática, direciono suas análises para um contexto mais amplo entendendo essas regras enquanto expressões das instituições e da ordem social nas quais as disciplinas, no geral, estão inseridas.

Ao término da sua exposição, o autor ressalta que a atividade de pesquisa está inserida em um lugar social no qual, de acordo com os seus interesses, definirá o que pode vir a ser feito e o que não é permitido ser realizado. Através dos seus apontamentos, deixa evidente o peso que a instituição e o lugar social dos indivíduos possuem sobre a construção dos discursos, permitindo entendermos como institutos, faculdades, departamentos, núcleos, grupos, sociedades acadêmicas, linhas de pesquisa, enfim, todo um conjunto de locais (re)produtores de conhecimento se perpetua.

Assim,

Toda pesquisa se articula com um lugar de produção sócio-econômico, político e cultural. Implica um meio de elaboração que é circunscrito por determinações próprias: uma profissão liberal, um posto de observação ou de ensino, uma categoria de letrados etc. Ela está, pois, submetida a imposições, ligada a privilégios, enraizada em uma particularidade (CERTEAU, 1982, p. 56).

Seguindo esse raciocínio damos, então, credibilidade à produção de pesquisas frutos de vivências, experiências transmitidas ao texto devido às nossas escolhas e intimamente ligadas ao lugar social onde estamos inseridos. Esta categoria, contudo, apesar da sua força possui alcance limitado, embora desvele alguns bastidores da

produção do conhecimento, não afirma o “lôcus epistêmico de enunciação” (BERNARDINO-COSTA; GROSFUGUEL, 2016, p. 22) ou melhor, não “marca” o ponto de vista epistemológico a que se refere o professor Romilson Sousa e, de certa forma, a professora Marise de Santana. Qual a importância desta localização? Coloca em relevo o limite do “lugar social” proposto por Certeau (1982, p. 19), permite entender que o fato de alguém se situar socialmente no lado oprimido das relações de poder não significa automaticamente que pense a partir das “posições marginais”, (KILOMBA, 2020, p. 57). Reside aí, justamente, o êxito do sistema-mundo moderno/colonial, qual seja, levar os sujeitos socialmente situados no lado oprimido da diferença colonial a pensarem epistemicamente como aqueles(as) que se encontram em posições dominantes.

A tensão provocada pela diferenciação entre “localização epistêmica” e “localização social” resulta em alertas, inclusive, para os riscos da celebração de qualquer coisa que venha do lado dos subalternos. Grosfoguel (2013) endereça essa ressalva a alguns autores da própria perspectiva decolonial.

Si no entiendes la diferencia entre “localización social” y “localización epistémica” y no haces dicha distinción y, peor aún, reduces “localización social” a “localización geográfica”- como hace Mignolo - entonces caes en un esencialismo burdo y en una simplificación donde terminas celebrando el pensamiento del otro de una manera romántica, ingenua y colonial (GROSFUGUEL, 2013, p. 44).

Retomando o diálogo com Romilson Sousa, entendemos melhor a frágil certeza de que a cor da pele já é determinante para um ponto de vista étnico-racial: “não adianta colocar índios e negros na universidade pra eles aprenderem a pensar como brancos”.⁹¹ Seria característica fundamental desse ponto de vista o engajamento na luta antirracista? Eu acredito que sim e para Romilson Sousa a APNB cumpre esse papel.

A nossa produção tem uma intencionalidade, não é colocar gente de cor preta na universidade. (...)Não adianta colocar negros ensinando-os a pensar como brancos, nesse sentido toda a produção intelectual negra, pelo menos da APNB, eu posso garantir porque eu acompanho essas produções, é uma produção engajada (Citação de entrevista concedida ao autor).

Essas questões são fundamentalmente importantes para o debate sobre a produção de nossas pesquisas e escolhas epistemológicas. Falamos, escrevemos e produzimos conhecimentos “descartáveis” para o brancocentrismo acadêmico, quando

⁹¹ Trecho da entrevista com o Prof. Romilson Sousa.

não lhes é conveniente. Dessa forma, nossas localizações sempre são marginais, pelo menos em se tratando dos(as) intelectuais negros(as) da APNB que se posicionam politicamente de forma insurgente e aliam produção científica e militância. Aqui entra o discurso racista epistêmico de que são excessivamente “militantes”. Nesse aspecto, fico com as palavras do professor Alex Ratts.

Os intelectuais brancos, que não deixam de ser atuantes (ou mesmo “ativistas”) em seus campos de pesquisa/intervenção, fazem desse circuito próximo suas redes profissionais. Promovem uns aos outros, citam-se mutuamente em seus escritos. Criam ou elegem para si fechados espaços acadêmicos e quase nunca evidenciam a branquitude que os amalgama, ainda que se aproximem de um(a) ou outro(a) intelectual negro(a). (RATTS, 2006, p. 55)

Polifonicamente, me alinho neste xirê com as vozes destes(as) professores(as) demandando outras linguagens, jeitos de corpo, situações-quizomba de confundir as colonialidades da academia. Uno-me também a Grada Kilomba (2020), tentando construir

uma epistemologia que inclua o pessoal e o subjetivo como parte do discurso acadêmico, pois, todas/os nós falamos de um tempo e lugar específicos, de uma história e uma realidade específicas – não há discursos neutros. Quando acadêmicas/os brancas/os afirmam ter um discurso neutro e objetivo, não estão reconhecendo o fato de que elas e eles também escrevem de um lugar específico que, naturalmente, não é neutro nem objetivo ou universal, mas dominante. (KILOMBA, 2020, p. 58).

O que possui status de validade, o que é um conhecimento cientificamente verdadeiro e quem é digno de crédito são questões que dizem respeito à problemática fundamental de como são determinadas as versões da verdade que irão prevalecer na academia (COLLINS, 2018). Dessa forma, considero importante observarmos qual a medida da centralidade dos argumentos dos(as) intelectuais negros(as) acerca do que significa uma produção marcada por um posicionamento étnico-racial e como isso pode promover tensões em pressupostos eurocêntricos. Acredito que um dos papéis fundamentais da produção científica da APNB seja a crítica aos fundamentos herdados da tradição ocidental. Para o professor Wilson Roberto de Mattos:

nós já tomamos consciência de que há uma necessidade imperiosa de uma reflexão sobre a nossa própria experiência a partir daquilo que a gente considera relevante como estrutura de pensamento, de reflexão, de pesquisa, essa consciência a gente já tomou, que a gente não deve mais ficar refém de uma coisa aí que o Foucault chamou de tradição herdada, a tradição herdada

é importante, acho que não se pode jogar fora, mas a gente não pode ser refém dela, temos que ter uma visão crítica com relação a essa tradição herdada, seja ela qual for, e tentar construir referências mais inovadoras, mais contemporâneas e mais condizentes com as nossas demandas tanto de natureza intelectual, mas também de natureza política no sentido de construir a nossa emancipação em relação à dominação racial (Citação de entrevista concedida ao autor).

Na live “APNB: 15 anos de insurgências epistemológicas e desafios frente ao racismo estrutural”, a professora Marise de Santana afirma que essa produção surge a partir de um pensamento limítrofe, propiciado por fronteiras entre saberes colonizados e decolonizados. Seria forçoso afirmarmos que essas insurgências promoveram/promovem rupturas epistemológicas? Na mesma live, Wilson Roberto de Mattos nos diz que a Associação, através da produção e difusão desse conhecimento, influencia diretamente na configuração de uma cultura universitária baiana e brasileira, operando mudanças curriculares nas universidades. Pergunto ao professor Wilson Mattos quais rupturas e/ou debates as produções da APNB proporcionam com as formas hegemônicas de ocupação desses espaços. O professor Wilson Mattos responde:

Eu acho que na verdade não houve uma ruptura, há um processo de transformação que se dá ao longo dos anos, acho que ele não está terminado ainda, não houve uma ruptura definitiva de você passar de um tipo de influência referencial para um outro referencial, seja o nome que nós queiramos dar. Você batizou aí a partir da exposição da professora Marise o que seria de uma postura mais colonizada para uma postura decolonizada, acho que não foi tão radical dessa maneira, evidente que eu não posso falar pelo total dessa produção, mas eu tomo como exemplo a minha própria produção, como eu sou um dos fundadores, digamos assim, tanto da ABPN quanto da APNB, se você pegar minha produção de mestrado e doutorado você vai perceber que as influências eram outras, não que eram outras, ainda são referências que fazem parte do nosso arco de reflexão, não são as únicas, mas ainda fazem parte e que estavam muito, digamos assim, influenciadas por um marxismo, certamente um marxismo já renovado, um marxismo que já havia passado por uma crítica(...)(Citação de entrevista concedida ao autor).

Mesmo não respondendo pelo total da produção, evidentemente, esse trecho da conversa revela aspectos que podem ser importantes para tentarmos, de certa forma, compreender e situar melhor em que contexto surge a APNB, percebendo as influências teórico-metodológicas que emergiam de suas produções. Evidente que seria preciso uma análise muito mais extensa e minuciosa para definirmos, com precisão, quais eram essas concepções e as mudanças que ocorrem, principalmente a partir dos anais dos congressos, contudo, o que soma como importância é perceber através dessa fala que as

discussões sobre decolonialidade, pós-colonialidade começam a ganhar força na UNEB após o IV Congresso Brasileiro de Pesquisadores(as) Negros(as).

Essa discussão chega posteriormente, quando ela chega é com uma força muito grande, eu lembro que nós realizamos o seminário lá na UNEB, eu estava na pró-reitoria, você também estava lá no seminário e nós trouxemos os principais intelectuais dessa discussão decolonial, um seminário de uma semana que nós fizemos aqui na UNEB, nós trouxemos o pessoal dos decoloniais, o pessoal daqui da América Latina que estava lecionando nos EUA como Ramón Grosfoguel, Nelson Maldonado, do Caribe a Catarina Walsh, nós trouxemos esse pessoal todo para discutir conosco aqui essas questões pós-coloniais que começam a surgir aqui. A gente não tinha muito conhecimento sobre isso(...) Foi logo depois do congresso de pesquisadores negros(...)então essa discussão tomou corpo nas nossas reflexões, a importância do Stuart Hall foi fundamental e também o Paul Gilroy chega nesse momento aqui também e começa a ser bastante discutido no Brasil essa ideia de Atlântico negro, a importância dessas culturas negras, ele nem fala cultura, fala contra-cultura das diásporas negras aqui das Américas, tudo isso entra num cadinho aí de reflexões (Citação de entrevista concedida ao autor).

Ainda que não haja, de fato, uma ruptura com modelos hegemônicos dentro da academia, acredito que a produção da APNB marca um posicionamento relevante dentro das discussões sobre a formação de professores(as) e educação das relações étnico-raciais no estado. Mesmo voltando as atenções de forma muito rápida aos anais dos CBPNs, vamos encontrar explicitamente um grande quantitativo de produções ligadas ao tema. Isso pode ser bem visualizado, por exemplo, a partir das mais de mil novecentas e dezesseis páginas dos anais do V Congresso Baiano de Pesquisadores(as) Negros(as) da Bahia ocorrido entre 16 e 20 de novembro de 2015, Jequié-BA que tratam, em sua maioria maciça, do tema da formação docente e as relações étnico-raciais. Se ocorre uma absorção dessa produção na mesma proporção das necessidades que têm o sistema educacional baiano, é uma questão que precisa ser analisada. Talvez encontremos muitos limites. Pergunto à professora Marluce Macêdo se a partir das produções destes(as) intelectuais ela considera que há, no estado da Bahia, a conformação de um quadro consolidado de experiências antirracistas em interface com essa formação:

Acho que através da Associação tem ocorrido um diálogo importante, salutar no campo da formação de professores, eu acredito, a Associação já realizou vários outros seminários, inclusive dois seminários regionais do Nordeste e já realizou vários outros debates em mesas-redondas, encontros em que sempre privilegia a participação dos professores de toda a comunidade, especialmente dos professores da Escola Básica. Pena que a gente não tenha conseguido em todas as gestões da Associação trazer um calendário mais constante desses debates, a gente sempre encontra muita dificuldade de

financiamento dos nossos projetos. Acredito que sim, a gente pode dizer sim, eu entendo que a gente pode entender e afirmar que os negros e negras, o conjunto da produção desses intelectuais que somando desde a metade dos que estão vivos, mas desde a metade do século passado como Abdias, que se foi e outros mais jovens, a produção desses intelectuais, do meu ponto de vista, pode sim ser afirmada como um quadro de produção de pensamento negro, de intelectuais negros e eu penso que isso tem importância fundamental que é de afirmar a autoria negra, então acredito que a Associação tem contribuído com isso, na valorização do debate, diálogo, da difusão desse conhecimento produzido principalmente através dos congressos, apesar de não termos muita estrutura (Citação de entrevista concedida ao autor).

A questão da autoria negra e as reconfigurações de quadros de pensamentos negros a partir das obras de Abdias do Nascimento são bem debatidos na tese da professora. Aqui importa encontrar subsídios para afirmar que há experiências diversas que contribuem, se não para (re)configurações profundas das memórias das populações negras, com certeza para a ampliação e amadurecimento dos quadros de discussões para uma educação antirracista na Bahia.

Com o intuito de retomar o debate acerca do grupo de pesquisadores(as) que marcava um conhecimento étnico-racial desde 1999, retorno a algumas falas do professor Romilson Sousa. A título de contextualização, ele ingressou em 2005 no mestrado em Educação e Contemporaneidade (PPGEduc/UNEB), localizado no campus I em Salvador. A universidade estava imersa nas políticas de ações afirmativas, sendo pioneira inclusive na adoção do sistema de cotas raciais.

Segundo ele:

Era um grupo de pesquisadores negros com pesquisas diferentes, mas dentro de uma mesma linha de pesquisa⁹²(...) eu encontrei um grupo de apoio, então você tinha estudantes negros que se apoiavam, a gente se divertia, a gente viajava junto para os congressos e tinham também os professores, professora Ana Célia, professor Wilson Mattos, professora Narcimária⁹³, professora Delcele⁹⁴ que além de serem fundadores da APNB, eram sensíveis a essas questões, abriam espaço para essas discussões (...) foi um momento de muitas experiências positivas e o Firmina estava lá, a gente estudava e conversava, nos ajudávamos, líamos os textos dos colegas, é nessa ambiência que surgiu o Firmina, da necessidade de se organizar mais enquanto Grupo de Pesquisa (Citação de entrevista concedida ao autor).

⁹² Linha de Pesquisa Processos Civilizatórios: Educação, Memória e Pluralidade Cultural, do Programa de Pós-Graduação em Educação e Contemporaneidade da Universidade do Estado da Bahia (PPGEduc).

⁹³ Professora Titular Plena do Departamento de Educação do Campus I da Universidade do Estado da Bahia-UNEB.

⁹⁴ Professora Titular da Universidade do Estado da Bahia – UNEB. Primeira Secretária e uma das fundadoras da APNB.

Não é objetivo da pesquisa tentar precisar a data de constituição desse núcleo de professores(as) (pré-formação da APNB) ou mesmo sobrevalorizá-lo em detrimento de tantos outros(as) pesquisadores(as) e estudantes(as) envolvidos(as) direta ou indiretamente na fundação da Associação, já que no histórico da APNB encontramos registros de muitos grupos compondo essa história. Aqui vale a menção ao Grupo Firmina, participante ativo, antigo e importante dessa construção, à época, um grupo composto por estudantes negros(as) de mestrado e doutorado do PPGEduc/UNEB.

Dou relevo à importância da Universidade do Estado da Bahia para esse contexto de formação da Associação destacando, nessa fala, o apoio mútuo e a sensibilidade para as questões raciais que circulavam entre professores(as) e estudantes, singularizando a universidade, pelo menos se tomarmos como objeto de análise o campus I, especificamente o Departamento de Educação, onde o professor fez o mestrado e doutorado.

A gente configurava uma ambiência propícia a uma produção intelectual, a uma discussão intelectual muito mais avançada do que em outros espaços, onde você tem um ou dois professores lutando por um espaço. Lá na UNEB era um pró-reitor negro que a gente conversava diretamente, a gente era acolhido, isso cria uma sustentação significativa, então eu não posso deixar de colocar o protagonismo, eu acho que a UNEB foi fundamental nessa constituição, mas a gente não pode deixar de fora o movimento negro que esteve presente, teve muita gente, entendeu, e eu acho que é importante demarcar isso como um uma coisa que surge do encontro e da unidade de forças, isso que é importante, você junta movimento negro, você junta universidade, você junta estudantes, eu por exemplo, vou pra Associação em 2004 apenas com a graduação, como vice-tesoureiro na diretoria, isso é um avanço muito grande, demonstra uma singularidade e uma abertura democrática que marca uma especificidade acadêmica e intelectual, uma maneira de pensar a ciência e o campo acadêmico que a APNB surge(...) havia um acolhimento, havia uma sensibilidade pedagógica, uma sensibilidade acadêmica para um acolhimento desses novos intelectuais que vinham surgindo, e você já tinha outros mais velhos que já eram doutores, a gente estava começando a vida acadêmica e eles já estavam lá, então a gente tinha contatos com Marluce, com uma série de outras pessoas que estava ali, que já eram professoras universitárias e que estavam ali, houve uma ambiência afirmativa, uma sensibilidade pedagógica e acadêmica para acolher essa turma nova de intelectuais que vinha chegando (Professor Romilson Sousa - Citação de entrevista concedida ao autor).

Ouso afirmar que o conjunto de políticas de ações afirmativas, fruto das lutas históricas dos movimentos sociais e as experiências individuais e coletivas dos(as) professores(as) encontram em uma universidade que sempre se voltou para a democratização do ensino e para a emancipação do conhecimento, tendo na formação

docente uma de suas excelências, o ambiente propicio para a criação dessa ambiência. Um “encontro de forças” entre os movimentos negros e a universidade que vai redundar no posicionamento ético-afetivo-solidário, um dos fatores de aglutinação dos(as) intelectuais negros(as) em torno da APNB desde a sua fundação. Esse posicionamento vem se mantendo ao longo dos anos, singularizando os espaços onde estes(as) pesquisadores(as) atuam. Não podemos dizer que esse posicionamento é genuinamente unebiano, não há nenhuma intenção em criar este tipo de inferência. Este posicionamento vai além dos(as) intelectuais da UNEB:

Então eu penso que é isso, extrapola, que talvez não esteja registrado em lugar nenhum da experiência da Associação, como se juntaram profissionais da UFBA, da UNEB, UESB, UFRB, UEFS, de várias universidades, de vários outros lugares, militantes negros que debateram, que saíram e voltaram e de alguma forma conseguiram manter a chama viva. (Professora Marluce Macêdo - Citação de entrevista concedida ao autor).

No próximo tópico falo sobre o que elejo questão importante para tentativas de descolonização do conhecimento na Bahia, qual seja, a atenção às experiências corpo-existenciais destes(as) pesquisadores(as).

3.5 Experiências corpo-existenciais dos(as) intelectuais negros(as) da APNB: militância, consciência negra e insurgências

Segundo Maldonado-Torres (2018), uma pessoa sempre é constituída pela sua localização no tempo-espaço. Sua posição, pelo menos em relação à produção do conhecimento, regularmente avisa às colonialidades que ela é um campo de luta e um espaço que deve ser controlado e dominado para que as formas de poder permaneçam estáveis. Reconhecendo essa localização geopolítica e corpo-política do conhecimento, se estabelecem novos parâmetros para a definição da produção científica, ou seja, “já não temos um olhar que transcende as determinações corporais, senão conhecimentos localizados (TAVARES et al., 2021, p. 11). Penso que estes debates são fundamentais para um melhor entendimento acerca dos processos ético-político-formativos presentes nas trajetórias dos(as) intelectuais negros(as) da APNB entrevistados(as) nesta tese. O que define este(a) intelectual? Para o professor Romilson Souza, o que define o(a)

intelectual negro(a) da APNB é o seu “ativismo acadêmico, um ativismo intelectual e uma intencionalidade de subverter o campo científico, uma tensionalidade”. Eu afirmo que os elementos fundamentais que os(as) caracterizam são as experiências de militância nos diversos movimentos negros. A importância delas para as suas formações e construção de ações políticas, antes e depois do ingresso na universidade. As sociabilidades experienciadas nos seus lugares de origem e a transformação delas em conhecimentos emancipatórios e modos de (re)existência, além da consciência negra apurada sobre a importância da coletividade e do aquilombamento na Associação. É importante frisar que todos(as) apresentam episódios considerados por eles(as) mesmos(as) como emblemáticos dentro de um processo de tomada de consciência da negritude. Estes e outros elementos compõem o posicionamento ético-afetivo-solidário.

O mundo acadêmico é um espaço de poder, tanto é que um dos temas do bloco afro Ilê Aiyê ‘se o poder é bom, eu quero o poder também’ isso já no final dos anos 90, digo isso porque também quando eu podia estar em Salvador, participando desses movimentos, dessas sociabilidades, eu não perdia a oportunidade de estar presente nos chamados ensaios dos blocos afros, dentre eles o próprio Ilê Aiyê, frequentei em alguns momentos e isso foi importante para minha formação também, para construir laços de sociabilidade, laços afetivos e mais do que isso, traçar projetos e ações políticas. (Professor Denilson Lessa - Citação de entrevista concedida ao autor).

São intelectuais que sabem a importância do apoio mútuo, da confiança no outro, do afeto e coletividade, fatores ubuntuístas essenciais para “driblar” as dificuldades enfrentadas na concretização de suas ações dentro das universidades e mesmo dentro da Associação.

O(A) intelectual negro(a) da APNB é um(a) produtor(a) de oferendas epistêmicas descolonizadoras depositadas em territórios baianos e brasileiros, um(a) feiticeiro(a) afrodiaspórico, um(a) perturbador(a) do status quo (SAID, 2005, p. 10) que se engaja nas suas produções:

Eu estou falando muito de um lugar, de uma localização e uma produção acadêmica engajada como muitos autores têm discutido isso, o Cornel West fala do intelectual engajado e é dentro dessa perspectiva que eu trabalho também na minha tese de doutorado que é a minha própria experiência. (Professora Marluce Macêdo - Citação de entrevista concedida ao autor).

Em muitos momentos é tomado por uma ironia cortante, característica de um espírito exuístico, mostrando-se insurgentemente ácido(a), controverso(a) e bem

humorado. Isso cativou a minha atenção nas conversas. Said (2005) surge no xirê para nos dizer o seguinte:

“há algo fundamentalmente desconcertante nos intelectuais que não têm nem escritórios seguros, nem território para consolidar e defender; por isso, a auto-ironia é mais frequente do que a pomposidade, a frontalidade melhor do que a hesitação e o gaguejo” (SAID, 2005, p. 17).

Conciliam engajamento militante e produção acadêmica, por isso estão atentos e atentas aos ensinamentos presentes nos diversos movimentos negros, nas tradições orais afro-brasileiras encontradas em comunidades negras. Bebem dessas fontes e nutrem suas produções.

Como eu falo na minha dissertação, na roça, pela mão do outro, pelo prato de comida que o outro dá, para cantar junto, dançar junto, então, eu acredito que não podemos deixar isso morrer, porque isso é que potencializa nossas escritas, nossas falas, nossas apresentações em qualquer linguagem, seja pintando, seja dançando, seja cantando, é o que orienta, e eu vejo isso, é o que dá força é o que dá inspiração a cada um. (Professora Marluce - Citação de entrevista concedida ao autor).

O tempo todo a gente está buscando pensar questões que não estão fora da gente, estão dentro da gente, elas são nossas famílias, elas vêm dos lugares que nós ocupamos, dos lugares onde estamos. (Professora Marise de Santana - Citação de entrevista concedida ao autor).

São pesquisadores(as) oriundos(as) de lugares diferentes e com trajetórias acadêmicas diversificadas. Muitas vezes sustentam as suas escolhas epistemológicas configurando o seu pensamento e as especificidades das suas próprias experiências de forma eclética, recorrendo hora a uns/umas, hora a outros(as) autores(as) que acabam balizando as suas referências. Considero esse ecletismo uma versatilidade que se reflete em suas produções. Produções essas que não possuem uma regularidade temática, pelo menos é o que me revelam os professores Nilo Rosa e Wilson Mattos ao serem indagados sobre as mudanças observadas nos seus GTs apresentados nos CBPNs. Essa é uma questão que merece atenção em se tratando destes dois intelectuais. Os professores Nilo Rosa e Wilson Mattos, respectivamente, me dizem que as suas formações e escolhas temáticas variadas apresentam uma “salada” teórico-metodológica e epistemológica.

A minha formação é uma “salada de frutas”, eu sou bacharel em Administração, em uma faculdade privada, muito pequena, na cidade do Rio de Janeiro, tenho um mestrado em Ciências Sociais, tenho mestrado na Sorbonne em Desenvolvimento Econômico e tenho um doutorado em Sociologia e sou professor de Economia, então imagine, essa mistura me dá

uma capacidade muito grande de leitura, de observação e por isso a minha primeira Mesa no CBPN tratava de desenvolvimento. (Professor Nilo Rosa - Citação de entrevista concedida ao autor)

Penso que não só a diversificada formação, mas a experiência em outros centros acadêmicos podem ser fatores que ajudam na capacidade de entendimento do que representam enquanto intelectuais negros(as) pertencentes a uma associação baiana de pesquisadores(as).

Essa ânsia pela Bahia, pelos centros acadêmicos da Bahia arejou a Associação, mas sempre vinculada a um modelo ideológico que os intelectuais negros não conseguem superar, mas isso não é uma marca dos intelectuais negros da APNB, isso é uma marca dos intelectuais negros brasileiros, a Bahia, como diz Gilberto Gil, me deu régua e compasso pra entender os limites dos intelectuais de outros centros acadêmicos, tanto é que eu faço graduação no Rio, mestrado na Bahia e doutorado na França, isso vai me dar uma capacidade de leitura diferente. (Professor Nilo Rosa - Citação de entrevista concedida ao autor).

A respeito da não regularidade temática nas produções, ela é evidente na trajetória do professor Wilson Mattos.

Eu não sou um desses historiadores que tem uma trajetória muito regular, do tipo, 'olha, eu comecei a pesquisar sobre escravidão na Bahia no século XIX e estou até hoje pesquisando sobre isso', eu não tive essa oportunidade, gostaria de ter tido porque as urgências da minha geração foram urgências de uma militância mais arraigada, então, digamos assim, eu fui muito mais um militante intelectual, e ao mesmo tempo que eu trabalhava com pesquisa, eu misturava essa pesquisa com militância, seja nas ações afirmativas, organizando as ações afirmativas, seja pensando na implementação da Lei 10.639, daí meu interesse pelo ensino de história da África foi movimentado pela Lei 10.639, a minha participação no Conselho Nacional de Educação em torno dessas questões, então eu diria que a minha trajetória foi uma trajetória de responder às demandas no processo de construção da igualdade racial, juntei produção acadêmica com militância, nesse sentido eu tinha que mudar de acordo com as mudanças das demandas, quando a demanda era para estudar a Lei 10.639 eu me empenhei em estudar o ensino de história da África porque era uma obrigatoriedade das escolas, então a gente tinha que estudar isso, no ano que foi a discussão de ações afirmativas para ingresso de estudantes negros no ensino superior, tive que militar sobre isso, então a minha trajetória sempre foi junto com a militância, não tive uma trajetória regular, não tem um tema regular de pesquisa. (Citação de entrevista concedida ao autor)

Esta fala é importante para matizarmos e entendermos melhor as localizações epistêmicas destes(as) intelectuais. Através dela é possível ter uma noção mais exata da influência do Movimento Negro em suas trajetórias e a opção que fazem em conciliar militância e produção acadêmica.

Somos altamente influenciados pelo Movimento Negro. Era um debate inclusive daquela época, desses intelectuais negros que não ligavam para essas questões de militância, eram acusados de serem elitistas, ser acadêmico era uma acusação, hoje não, mas naquela época sim, então fomos muito influenciados pelo Movimento Negro. (Citação de entrevista concedida ao autor)

Considero importante o destaque para ilustrarmos um debate já bastante estudado e discutido em outros trabalhos sobre a problematização acerca do(a) negro(a) acadêmico que era visto como “elitista”, pelo menos por alguns grupos dentro do Movimento Negro da década de 80. O historiador Amílcar Pereira nos dá uma pequena dimensão das históricas discussões que ocorriam no MNU citando, por exemplo, não especificamente tal questão, mas a crítica que algumas alas do movimento faziam aos(as) chamados(as) “culturalistas”.

Os debates sobre política e cultura no movimento negro contemporâneo brasileiro foram muito intensos até recentemente. Havia, principalmente no final da década de 1970 e início dos anos 1980, grupos do movimento que se autodenominavam como grupos estritamente políticos e avessos a muitas práticas chamadas por eles de “culturais” ou “culturalistas”. Talvez o melhor exemplo, nesse sentido, seja o Movimento Negro Unificado, que radicalizaria o discurso político no final da década de 1970, muito em função de haver, entre suas principais lideranças, pessoas ligadas às organizações mais radicais de esquerda, como a Convergência Socialista, por exemplo. Da mesma forma, havia também muitos outros grupos que utilizam até os dias de hoje práticas culturais diversas como elementos importantes para a mobilização política de setores da população negra. Talvez o exemplo mais emblemático nesse sentido seja o primeiro bloco afro, o Ilê Aiyê, criado em 1974 (PEREIRA, 2020, p.222).

Um pouco dessa problemática discussão envolvendo militância e academia a partir da perspectiva de alguns setores do MNU pode ser enriquecida pela fala do professor Nilo Rosa quando se refere ao SENUN. Pelo seu entendimento, mesmo o MNU sendo contrário, em um primeiro momento, à realização do seminário, ele foi construído, ao que me parece, por militantes do próprio movimento que se engajavam a partir de outras perspectivas, ou seja, eram militantes negros(as) universitários(as).

O próprio Movimento Negro Unificado, isso é muito bom que se registre porque eu estava lá e vi, não foi no seu início a favor do SENUN e quem construiu o SENUN foram os militantes do Movimento Negro Unificado. Eu não participei, eu já não era graduando, eu tinha terminado o mestrado e era aluno especial do doutorado aqui na UFBA, estava fazendo um curso especial na UFBA, então eu não participei, mas foram os jovens intelectuais, hoje, todos doutores, com carreiras brilhantes. (Professor Nilo Rosa - Citação de entrevista concedida ao autor).

Já com relação à militância arraigada, a que se refere o professor Wilson Mattos nas falas anteriores, ela deve entrar no cálculo das opções que muitos(as)

deles(as) fizeram no início de suas carreiras. Insistindo no tema da não regularidade temática em suas pesquisas:

Sempre trabalhei com populações negras, mas nunca tive uma especificidade temática, como outros historiadores tem e fizeram a opção por isso, eu não fiz, a minha opção foi uma opção por juntar essa coisa da militância política, digamos, que podemos chamar de movimento negro, ou eu chamaria de militância de combate à desigualdade racial e construção da igualdade racial junto com a minha formação e a minha atuação acadêmica, daí essa não regularidade. Tem uma regularidade sim que é a regularidade de luta contra o racismo nessas duas instâncias, então muitos da minha geração foram assim. (Professor Wilson Mattos - Citação de entrevista concedida ao autor)

Assim, talvez agora tenhamos um panorama maior do que significam as escolhas que continuam fazendo em suas carreiras, levando em consideração os aspectos debatidos aqui. É fundamental para entendermos não só as conjunturas políticas em que estavam envolvidos(as) quando iniciaram as suas trajetórias, também para analisarmos melhor os aspectos políticos que constituem esse ser intelectual negro(a) da APNB hoje. Acima de tudo, o que pode parecer óbvio, mas impossível não pensar sobre: há uma infinidade de perfis de intelectuais negros(as) que merecem ser observados quando abordamos o tema, da mesma forma, talvez, que sejam as maneiras de atuar na(s) militância(s) negra(s).

Há diferenças no mundo dos intelectuais negros, há diferenças marcadas, tem grupos e grupos, não adianta chamar de intelectuais negros e botar tudo mesmo saco, não é igual, em definitivo não é, você tem perfis muito distintos no interior desse grupo chamado de intelectuais negros. (Professor Wilson Mattos - Citação de entrevista concedida ao autor)

Segue a crítica pertinente do professor Wilson Mattos:

Há diferenças muito grandes, talvez isso merecesse uma pesquisa, uma reflexão um pouco mais detida já que hoje a configuração é outra. Hoje há um número de intelectuais negros mais dedicado à militância intelectual stricto sensu, talvez seja majoritária, e aí acabam nos acusando de sermos dispersos etc., mas não entenderam qual foi a trajetória que nós iniciamos, as nossas opções e as circunstâncias políticas naquela ocasião da formação na década de 80. (Citação de entrevista concedida ao autor)

Estes(as) intelectuais negros(as) se posicionam de forma muito singular nas suas lutas antirracistas, possuem um senso crítico apurado com relação a isso e são cientes do que representa a associação baiana a qual fazem parte. Talvez isso revele a lúcida constatação de que pertencem ao seu tempo (SAID, 2005) e às lutas antirracistas de um período. E isso não quer dizer que seus posicionamentos não sejam atuais, pelo

contrário, suas produções e pensamentos ainda tem muito o que ensinar às gerações mais novas, a tantos(as) outros(as) pesquisadores(as) iaôs. Se muitas vezes atuam nas margens ou mesmo no centro dos aparatos institucionais provocando tensões, pouco importa. A insurgência e condição de marginalidade de seus posicionamentos - que a um olhar desatento podem transmitir a equivocada ideia de irresponsabilidade, impertinência ou mesmo dispersão - os(as) libertam da obrigação de agirem sempre com cautela, do medo de virar tudo de cabeça para baixo, da preocupação em não inquietar os(as) colegas, membros da mesma corporação. (SAID, 2005)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A escrita desse texto acontece em um momento delicado onde precisamos reiterar o valioso papel das Ações Afirmativas, destacando o sistema de cotas e o próprio ensino de história da África e cultura afro-brasileira (Lei 10.639). Por isso, faço uso e afirmo memórias como armas de combate constantes, dialogando com intelectuais negros(as) que através das suas narrativas abordam temas que tensionam campos hegemônicos da produção do conhecimento. A partir de diálogos com pesquisadores(as) negros(as) de uma associação, percebo como suas narrativas se traduzem não apenas em reflexões, mas em formas concretas de atuação no campo da descolonização do ensino. Os pensamentos, produções e ações discutidos aqui emergem como contribuições de intelectuais negros(as) que possuem um posicionamento insurgente fazendo frente aos racismos epistêmicos. Esses conhecimentos são expressos por uma geração de pesquisadores(as) de universidades baianas que articula a militância política e produção científica fundamentadas em suas próprias vivências, inserindo-se na luta antirracista. Através de uma associação, tensionam a universidade e os órgãos do Estado a implementarem políticas afirmativas, atuam enquanto sujeitos coletivos, ocupando lugares de destaque no cenário acadêmico local e nacional.

Essa pesquisa é fruto de um interesse pelos temas ligados à intelectualidade negra. Para mim foi um texto desafiador, pois, além de refletir sobre dois termos que historicamente são concebidos como antagônicos (intelectuais x negros(as)) na sociedade brasileira, dialoga com palavras que são largamente utilizadas no universo epistemológico das comunidades de terreiro, mas ainda pouco conhecidas e legitimadas dentro da produção científica acadêmica. A partir de diálogos com a literatura produzida sobre o tema e com os(as) próprios pesquisadores(as) da APNB, entendo melhor quem é este(a) intelectual negro(a) da Associação e quais aspectos político-formativos estão presentes em suas trajetórias.

Ao analisar as nossas conversas, observo algumas singularidades presentes nas trajetórias destes(as) intelectuais negros(as). Suas narrativas apresentam as suas várias vivências com as questões étnico-raciais, seus envolvimento nos diversos movimentos negros e os diferentes cronotopos (Bakhtin, 1997) das suas experiências que politicamente localizo através de amefricanidades. São pesquisadores(as) que por conta das suas ações antirracistas garantem a longevidade e a força de uma associação que

pauta sua luta contra colonialidades do pensamento. São professores(as) negros(as) que organizam congressos e promovem xirês epistêmicos, na tentativa de descolonizar a produção do conhecimento. Estão nos cotidianos da universidade, no chão destas instituições formando outros(as) professores(as) e não se furtando ao debate sempre urgente da emancipação racial. Nessa pesquisa, pude comprovar que a experiência de militância da maioria deles(as) entra na conta das suas escolhas epistemológicas e posicionamentos diante da produção científica, diante da vida.

Na pesquisa, compreendo quais repertórios político-culturais os(as) aglutinaram/aglutinam em torno da Associação de Pesquisadores(as) Negros(as) da Bahia e quais são os seus propósitos. As narrativas me dão uma medida precisa sobre como as suas produções e memórias contribuem para a afirmação de uma educação antirracista, considerando o atual contexto brasileiro das Ações Afirmativas, especialmente, as Cotas e a Lei 10.639/2003 no estado da Bahia. Entendo como essa produção singulariza os espaços de produção de conhecimentos. Através das narrativas é possível identificar uma certa tensão na relação da ABPN com a APNB e como a sessão nacional reagiu à constituição dessa. Observo o que me dizem acerca da itinerância dos Congressos Baianos de Pesquisadores(as) Negros(as) e posso afirmar, a partir dos diálogos com os(as) interlocutores(as), que há (re)territorializações dos locais por onde passam a APNB e seus CBPNs. As falas me fazem entender que mesmo com todas as limitações possíveis, podemos considerar que há no estado da Bahia a conformação de um quadro consolidado de experiências sobre as relações étnico-raciais em interface com a formação docente.

Considero ter respondido a hipótese levantada nesta tese de que os repertórios político-culturais que estão presentes nas trajetórias destes(as) intelectuais negros(as) e que nomeio como um posicionamento ético-afetivo-solidário sustentam boa parte das ações da APNB. Posicionamento que também é corpo-existencial, tendo na aguçada consciência negra e militância nos diversos movimentos negros a sua força epistêmica. Esse posicionamento corpo-existencial permite a transformação dessas mesmas vivências em produções científicas decoloniais.

Os métodos da história oral empregados na pesquisa foram fundamentais para a análise das conversas e transformação em documentos escritos, contudo, encontrei dificuldades na execução de todas as etapas. Por conta da pandemia, as conversas só puderam ocorrer virtualmente, o que comprometeu o número de sessões proposto no

primeiro momento e um contato mais próximo. Os diálogos foram realizados no ano de 2021 através do Zoom Meetings e duraram sessenta minutos em média.

Para análises sobre as ações da APNB no campo da educação antirracista é fundamental atentarmos para as experiências, trajetórias e pensamentos de seus(as) intelectuais através de suas narrativas. Porém, acredito que pesquisas futuras possam obter melhores resultados se debruçando mais detidamente sobre os anais dos congressos. Eles podem fornecer informações mais precisas sobre as produções dos(as) pesquisadores(as) da Associação, percebendo as mudanças e influências teórico-metodológicas através dos anos.

REFERÊNCIAS

- ALBERTO, P. L. **Termos de inclusão: intelectuais negros brasileiros no século XX.** Tradução: Elizabeth de Avelar Solano Martins. Campinas: Editora da Unicamp, 2017, 446p.
- ALCÂNTARA, Débora Menezes. A categoria política quilombola na encruzilhada: um olhar possível do encontro das vertentes epistêmicas decolonial e das autoras amefricanas Beatriz do Nascimento e Lélia Gonzalez. *In: CONGRESSO INTERNACIONAL FOMERCO*, 15, 2017, Salvador. **Anais [...]**. Salvador: UFBA, set. 2017, p.1-13. Disponível em:
<http://www.congresso2017.fomerco.com.br/resources/anais/8/1505962597>
- _ARQUIVO_DEBORAMALCANTARAFOMERCO2017.pdf. Acesso em 08 mar. 2020.
- ALVES, Nilda. Decifrando o pergaminho – o cotidiano das escolas nas lógicas das redes cotidianas. *In: OLIVEIRA, Inês Barbosa; ALVES, Nilda. Pesquisa nos/dos/com os cotidianos das escolas: sobre redes de saberes.* Petrópolis: DP et Alli, 2010.
- ALVES, Nilda. A narrativa como método na história do cotidiano escolar. *In: CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO 1*, 2000, Rio de Janeiro. **Anais [...]**. Rio de Janeiro: Sociedade Brasileira de História da Educação, 2000, p.1-10. Disponível em:
http://www.sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe1/anais/122_nilda.pdf. Acesso em 08 de mar. 2020.
- ALVES, Nilda; OLIVEIRA, Inês Barbosa de. Imagens de escolas: espaços tempos de diferenças no cotidiano. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 25, n. 86, p. 17-36, Abr. 2004.
- ANZALDÚA, Gloria. *Borderlands/La Frontera: the new mestiza*. 2. ed. San Francisco: Aunt Lute Books, 1987.
- ANDRADE, L. M. Ramón Grosfoguel: “hay que tomarse en serio el pensamiento crítico de los colonizados en toda su complejidad”. **Metapolítica**, México, ano 17, n. 83, out. – dez. 2013. Disponível em:
<http://www.boaventuradesousasantos.pt/media/Grosfoguel%20>
- METAPOLITICA_831.pdf. Acesso em 08 de abr. 2020.
- BÂ, Hampaté. **História Geral da África I: Metodologia e pré-história da África.** Brasília: UNESCO, 2010.
- BAKHTIN, Mikhail; VOLOCHÍNOV, Valentin. A interação verbal. *In: BAKHTIN, Mikhail. Marxismo e Filosofia da Linguagem.* 12ª ed. São Paulo: Hucitec, 2006.

- BAKHTIN, Mikhail. **Estética da criação verbal**. 2ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 1997.
- BARROS, José Costa D'assunção. O tratamento historiográfico de fontes dialógicas. **Revista Expedições: Teoria da História & Historiografia** Ano 3, N.4, Julho 2012.
- BENJAMIN, Walter. **Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura**. 7ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1993.
- BENJAMIN, Walter. **O anjo da história**. 1ª ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2012.
- BENTO, Cida; ALMEIDA, Silvio; WERNECK, Jurema. **{#JornadasAntirracistas: 27/06}**, 2020. 1 vídeo (1h 23min. 05 seg.). Publicado pelo canal Companhia das Letras. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=kSWI7CPtwbk>. Acesso em 27 jun. 2020.
- BERNARDINO-COSTA, Joaze. Decolonialidade, Atlântico Negro e intelectuais negros brasileiros: em busca de um diálogo horizontal. **Sociedade e Estado**, v. 33, n. 1, p. 117-135, 2018.
- BERNARDINO-COSTA, Joaze; GROSGOUEL, Ramón. Decolonialidade e perspectiva negra. **Sociedade e Estado**, v. 31, n. 1, p. 15-24, 2016.
- BHABHA, Homi. **O local da cultura**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011.
- BIKO, Steve. **Escrevo o que eu quero**. v. 21. Editora: Ática, 1980.
- BONDÍA, Jorge Larrosa. Notas sobre a experiência e o saber de experiência. **Revista brasileira de educação**, n. 19, p. 20-28, 2002.
- BRAH, Avtar. **Cartografías de la diáspora: identidades en cuestión**. Madrid: Traficantes de Sueños, 2011.
- BRAH, Avtar. Diferença, diversidade, diferenciação. **Cadernos Pagu**, n. 26, p. 329-376, 2006.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Parecer CNE/CEB nº 07/2007 de 31 de janeiro de 2007**. Quanto à abrangência das Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/pceb002_07.pdf> Acesso: 23 ago. 2013.
- BRASIL. **Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003**. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e

Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências. Brasília: Presidência da República, [2003].

Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.639.htm. Acesso em 23 ago. 2019.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Brasília, 2004. Disponível em: http://etnicoracial.mec.gov.br/images/pdf/cne_parecer_32004.pdf Acesso em 23 ago. 2019.

BRAUDEL, Fernand. História e Ciências Sociais: a longa duração. In: _____. Escritos sobre a História. São Paulo: Perspectiva, 2007. p.41-78.

CAMARGO, Aspásia. Os usos da história oral e da história de vida: trabalhando com elites políticas. **Revista de Ciências Sociais**, v. 27, n. 1, p. 5-28, 1984.

CARDOSO, Cláudia Pons. Amefricanizando o feminismo: o pensamento de Lélia Gonzalez. **Revista Estudos Feministas**, v. 22, n. 3, p. 965-986, 2014.

CARNEIRO, Aparecida Sueli. **A construção do outro como não-ser como fundamento do ser**. 2005. Tese (Doutorado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação

da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

CARVALHO, José Jorge de. Encontro de Saberes e descolonização: para uma refundação étnica, racial e epistêmica das universidades brasileiras. *In*: Bernardino-Costa, Joaze; Maldonado-Torres, Nelson; Grosfoguel, Ramón. Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico. Autêntica Editora. Edição do Kindle. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2018.

CERTEAU, Michel de. **A Escrita da história**. Tradução: Maria de Lourdes Menezes. Revisão técnica: Arno Vogel. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

CHALHOUB, Sidney. **Trabalho, Lar e Botequim**, São Paulo: Brasiliense, 1986.

COLLINS, Patricia Hill. **Epistemologia feminista negra**. In: BERNARDINO-COSTA, Joaze; MALDONADO-TORRES, Nelson; GROSGOQUEL, Ramón. Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico. Autêntica Editora. Edição do Kindle. 2018.

FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**. Salvador: EDUFBA, 2008.

FERREIRA, Norma Sandra de Almeida. As pesquisas denominadas “estado da arte” **Educação & Sociedade**, ano XXIII, n. 79, 2002. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/es/v23n79/10857.pdf>. Acesso: 30 jun. 2020.

FONSECA, Maria Nazareth Soares (org.). **Brasil afro-brasileiro**. 2ª ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2001, 352 p.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 25ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GALZERANI, Maria Carolina Bovério. Memória, História e Tempo: perspectivas teórico-metodológicas para a pesquisa em Ensino de História. **Cadernos do CEOM**. Ano 21, n. 28, 2006.

GILROY, Paul. **O Atlântico Negro: modernidade e dupla consciência**. 1ª ed. Rio de Janeiro: Editora 34, 2001,

GIRAUDO, José Eduardo Fernandes. **Poética da memória: uma leitura de Toni Morrison**. Porto Alegre: Editora Universidade, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1997.

GIROUX, Henry A. **Os professores como intelectuais: rumo a uma pedagogia crítica da aprendizagem**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.

GLISSANT, Édouard. **Introdução a uma poética da diversidade**. Juiz de Fora: Editora Universidade Federal de Juiz de Fora, 2005.

GOMES, Ana Paula dos Santos. **Trajatória de vida de intelectuais negros(as): contribuição para a educação das relações étnico-raciais**. 2011. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2008.

GOMES, Nilma Lino. Intelectuais negros e produção do conhecimento: algumas reflexões sobre a realidade brasileira. In: SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula (org.). **Epistemologias do sul**. São Paulo: Cortez Editora, 2009. 518 p.

GOMES, Nilma Lino. Relações étnico-raciais, educação e descolonização dos currículos. **Currículo sem Fronteiras**, v.12, n.1, pp. 98-109, 2012.

GOMES, Nilma Lino. **O Movimento Negro educador: saberes construídos nas lutas por emancipação**. Petrópolis: Vozes, 2017,

GOMES, Nilma Lino. O movimento negro no Brasil: ausências, emergências e a rodução de saberes. **Política & Sociedade**, v. 10, n. 18, p. 133-154, 2011.

GONZALEZ, Lélia. A categoria político-cultural de amefricanidade. **Tempo brasileiro**, v. 92, n. 93, p. 69-82, 1988.

GONZALEZ, Lélia. **Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos**. 1ª edição. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

GOULART, Cecília. Enunciar é argumentar: analisando um episódio de uma aula de História com base em Bakhtin. **Pro-Posições**, v. 18, nº 3, 2007.

GRAMSCI, Antônio. **Os intelectuais e a organização da cultura**. 4 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.

GRILLO, Sheila Vieira de Camargo. A metalingüística: por uma ciência dialógica da linguagem. **Horizontes**, v. 24, n. 2, p. 121-128, 2006.

GRILLO, Sheila Vieira de Camargo. Polifonia e transmissão do discurso alheio no gênero reportagem. **Estudos Linguísticos**, 34, 2005.

GROSGOUEL, Ramón. Para descolonizar os estudos de economia política e os estudos pós-coloniais: Transmodernidade, pensamento de fronteira e colonialidade global. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, n. 80, p. 115-147, 2008.

GROSGOUEL, Ramón. A estrutura do conhecimento nas universidades ocidentalizadas: racismo/sexismo epistêmico e os quatro genocídios/epistemicídios do longo século XVI. **Sociedade e Estado**, v. 31, n. 1, p. 25-49, 2016.

HAESBAERT, Rogério. Da desterritorialização à multiterritorialidade. **Boletim Gaúcho de Geografia**, v. 29, n. 1, 2003.

HALL, Stuart. **Da diáspora: identidades e mediações culturais**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.

hooks, bell. Intelectuais negras. **Revista Estudos Feministas**, v. 3, n. 2, p. 464, 1995.

hooks, bell. Vivendo de Amor. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/vivendo-de-amor/> Acesso em 2 set. 2017.

JUNIOR, Luiz Alberto Silva; LEÃO, Marcelo Brito Carneiro. **O software Atlas.ti como recurso para a análise de conteúdo: analisando a robótica no Ensino de Ciências em teses brasileiras**. *Articles • Ciênc. educ. (Bauru)* 24 (3) • Jul-Sep 2018 • <https://doi.org/10.1590/1516-731320180030011>

JÚNIOR, Luiz Rufino Rodrigues; JÚNIOR, José Carlos Teixeira; PASSOS, Mailsa Carla Pinto. **Ambientes Polifônicos: Notas sobre as práticas musicais**

afrodiaspóricas e o cotidiano escolar. XVI ENDIPE - Encontro Nacional de Didática e Práticas de Ensino - UNICAMP - Campinas – 2012. Disponível em: <http://www.infoteca.inf.br/endipec/acervo/listar/todos/8>. Acesso em 2 set. 2017.

KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação:** episódios de racismo cotidiano. Tradução: Jess Oliveira. 1ª ed.. Rio de Janeiro: Editora Cobogó, 2020.

LACERDA, Eliane Fernandes de; OLIVEIRA, Inês Barbosa de. Os currículos praticados pensados de uma escola da rede pública municipal de angra dos reis/rj: Em busca da justiça cognitiva e da tessitura da emancipação social. **Revista e-Curriculum**, v. 14, n. 4, p. 1213-1235, 2016.

LANDER, Edgardo. Ciências sociais: saberes coloniais e eurocêntricos. *In:* _____ (org.). **A colonialidade do saber:** eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latinoamericanas. Buenos Aires: CLACSO, 2005.

LIMA, Márcia; RIOS, Flávia. Introdução. *In:* GONZALEZ, Lelia. **Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos.** 1ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

LUZ, Narcimária. AWASOJU: dinâmica da expansão existencial das diversas contemporaneidades. **Revista da FAEEBA**, Salvador, nº 12, 1999.

MACÊDO, Marluce de Lima. **Abdias do Nascimento:** Intelectuais Negros e “autoria negra”. 2011. Disponível em: http://www.histedbr.fae.unicamp.br/acer_histedbr/jornada/jornada

10/_files/hHevV4ET.doc>. Acesso em 11 ago. 2019.

MACÊDO, Marluce de Lima. **Intelectuais Negros, Memória e Diálogos para uma Educação Antirracista: uma leitura de Abdias do Nascimento e Edison Carneiro.** 2013. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-graduação em Educação e Contemporaneidade, Universidade do Estado da Bahia, Salvador, 2013.

MACÊDO, Roberto Sidnei. **A etnopesquisa crítica e multirreferencial nas ciências humanas e na educação.** 1º ed. Salvador: Editora EDUFBA, 2004.

MACHADO, Vanda. **Pele da cor da noite.** Salvador: EDUFBA, 2013.

MACHADO, Vanda. Tradição oral e vida africana e afro-brasileira. *In:* SOUZA, Forentina; LIMA, Nazaré (Orgs.). **Literatura afro-brasileira.** Centro de Estudos Afro-Orientais; Brasília: Fundação Cultural Palmares, 2006. 220p.

MACIEL, Lucas Vinício de Carvalho. A (in) distinção entre dialogismo e intertextualidade. **Linguagem em (Dis) curso**, v. 17, p. 137-151, 2017.

MAMANI, Fernando Huanacuni. **Buen Vivir / Vivir Bien: filosofia, políticas, estrategias y experiencias regionales andinas**. Lima, Peru: Coodinadora Andina de Organizaciones Indígenas (CAOI), 2010.

MARÇAL, José Antônio. **A formação de intelectuais negros(as): políticas de ação afirmativa nas universidades brasileiras**. Belo Horizonte: Nandyala, 2012.

MARQUES, Eugenia Portela de Siqueira, MATTOS, Wilson Roberto de. **Educação, relações étnico-raciais e resistência: as experiências dos Núcleos de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas no Brasil**. Salvador: Ed. Assis: Triunfal Gráfica e Editora, 2016.

MARTINS, Leda Maria. **Afrografias da Memória**. São Paulo: Perspectiva, 1997.

MATTOS, Wilson Roberto de. Ubuntu: por uma outra interpretação de ações afirmativas na universidade. *In*: BERNARDINO-COSTA, Joaze; MALDONADO-TORRES, Nelson; GROSGOUEL, Ramón (org.). **Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico**. 1ª ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2018.

MATTOS, Wilson Roberto de. 2003 - O ano do começo: características e aspectos iniciais da implantação do sistema de cotas para negros na Universidade do Estado da Bahia (UNEB). **Plurais - Revista Multidisciplinar**, v. 1, n. 1, p. 120-142, 2010.

MATTOS, Wilson Roberto de. Valores civilizatórios afro-brasileiros na elaboração de currículos escolares – ensaiando pressupostos. *In*: RAMOS, Marise Nogueira; ADÃO, Jorge Manoel; BARROS, Graciete Maria Nascimento (coord.). **Diversidade na educação: reflexões e experiências**. Brasília: Secretaria de Educação Média e Tecnológica, 2003.

MEIHY, José Carlos Sebe; HOLANDA, Fabíola. **História oral: como fazer, como pensar**. São Paulo: Contexto, 2007.

MENDONÇA, Ana Paula Fernandes de. Breves considerações sobre o estado do conhecimento na área de formação de professores acerca da educação para as relações étnico-raciais (2005-2009). **Revista Contrapontos**, v. 11, n. 3, p. 299-313, 2011.

MENESES, Maria Paula, SANTOS, Boaventura de Sousa. **Epistemologias do Sul**. São Paulo: Editora Cortez, 2009.

MOITA, Maria da Conceição. Percursos de formação e de transformação. *In*: NOVÓIA, Antonio. **Vidas de Professores**. 2. ed. Portugal: Editora Porto, 2000.

MORAES, Marcelo José Derz A. filosofia ubuntu e o quilombo: a ancestralidade como questão filosófica. **Revista África e Africanidades**, v. 32, p. 1-11, 2019.

MÜLLER, Tânia Mara Pedroso; COELHO, Wilma de Nazaré Baía. A Lei n. 10.639/03 e a formação de professores: trajetória e perspectivas. **Revista da ABPN**, v. 5, n. 11, p. 29-54, 2013.

MÜLLER, Tânia Mara Pedroso; COELHO, Wilma de Nazaré Baía. Negras e negros: pesquisas e debates. *In*: SANTOS, Renato Emerson dos (org.). **Questões urbanas e racismo**. Petrópolis: DP et Alii, 2012.

MÜLLER, Tânia Mara Pedroso; COELHO, Wilma de Nazaré Baía. As pesquisas sobre o "estado do conhecimento" em relações étnico-raciais. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, n. 62, p. 164-183, 2015.

NASCIMENTO, Abdias. **Quilombismo**. São Paulo: Perspectiva, 2019.

NASCIMENTO, Maria Beatriz. Kilombo e memória comunitária: um estudo de caso. **Estudos Afro-Asiáticos**, v. 6, n. 7, p. 259-265, 1982.

NASCIMENTO, Elisa Larkin (org.). **A matriz africana no mundo**. São Paulo: Selo Negro, 2008.

NATIVIDADE, Lindinalvo. O discurso pedagógico na prática da capoeira. **Revista Teias** v. 12, n. 26, 171-180, set./dez. 2011.

NOGUEIRA, Renato. UBUNTU COMO MODO DE EXISTIR: Elementos gerais para uma ética afroperspectivista. **Revista da ABPN**, v. 3, n. 6 nov. 2011 – fev. 2012, p. 147-150

NORA, Pierre. Entre a Memória e a História: A problemática dos lugares. **Projeto História**, São Paulo, 1981.

NÓVOA, António. **Vidas de Professores**. 2. ed. Portugal: Editora Porto, 2000.

OLIVEIRA, Eduardo. **Ancestralidade na Encruzilhada**. Curitiba: Editora Gráfica Popular, 2007.

OLIVEIRA, Eduardo. Filosofia da ancestralidade como filosofia africana: Educação e cultura afro-brasileira. **Revista Sul-Americana de Filosofia e Educação**. Número 18, maio-out/2012.

OLIVEIRA, Eduardo Oliveira e. Etnia e compromisso intelectual. *In*: SEMANA DE ESTUDOS SOBRE A CONTRIBUIÇÃO DO NEGRO NA FORMAÇÃO SOCIAL BRASILEIRA, 1977, Rio de Janeiro. **Anais [...]**. Rio de Janeiro: UFF, 1977.

OLIVEIRA, Evaldo Ribeiro. **Negro intelectual, intelectual negro ou negro-intelectual: considerações do processo de constituir-se negro-intelectual**. 2014. Tese

(Doutorado em educação) – Programa de Pós-graduação em Educação, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2014.

OLIVEIRA, Inês Barbosa de. **O Currículo como criação cotidiana**. Petrópolis: DPetAlli, 2012.

OLIVEIRA, Inês Barbosa de. Currículos e pesquisas com os cotidianos: o caráter emancipatório dos currículos ‘pensadospraticados’ pelos ‘praticantespensantes’ dos cotidianos das escolas. *In*: FERRAÇO, Carlos Eduardo; CARVALHO, Janete Magalhães (org.). **Currículos, pesquisas, conhecimentos e produção de subjetividades**. 1ª ed. Petrópolis: DP et Alli, 2012, p. 47-70.

OLIVEIRA, Otair Fernandes de. Intelectualidade negra e produção do conhecimento na educação brasileira. **Revista Ensaios e Pesquisas em Educação e Cultura**. v. 1, p. 106-118, 2017.

ORIÁ, Ricardo. Memória e Ensino de História. *In*: BITTENCOURT, Circe (Org.). **O saber histórico na sala de aula**. 9ª Ed. São Paulo: Contexto, 2004.

PASSOS, Ana Helena Ithamar. **Reflexão acadêmica e afrodescendência**: um estudo da contribuição de três núcleos de pesquisa de Universidades do Rio de Janeiro para o enfrentamento do Racismo no Brasil. 2006. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Programa de Pós-graduação em Serviço Social. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC – Rio), Rio de Janeiro, 2006.

PASSOS, Mailsa Carla Pinto. Encontros cotidianos e a pesquisa em Educação: relações raciais, experiência dialógica e processos de identificação. **Educar em Revista**, n. 51, p. 227-242, 2014.

PEREIRA, Ana Carolina Barbosa. Precisamos falar sobre o lugar epistêmico na Teoria da História. **Tempo e Argumento**, v. 10, n. 24, p. 88-114, 2018.

PEREIRA, Linconly. **A minha sala de aula é uma encruzilhada de possibilidades**. *In*: PEREIRA, Linconly. **Batuko: Arte, Cultura, Educação e Igualdade Racial**. Ano I, vol. 4, 2020.

RAMOSE, Mogobe. Sobre a legitimidade e o estudo da Filosofia Africana. **Ensaios filosóficos**, v. 4, p. 6-23, 2011.

RATTS, Alex. **Eu sou atlântica**: sobre a trajetória de vida de Beatriz Nascimento. São Paulo: Instituto, 2006.

RATTS, Alex. Encruzilhadas por todo percurso: individualidade e coletividade no movimento negro de base acadêmica. *In*: PEREIRA, Amauri Mendes; SILVA, Joselina da (org.). **Movimento Negro Brasileiro**: escritos sobre os sentidos de democracia e justiça social no Brasil. Belo Horizonte: Nandyala Livros e Serviços, 2009, v. 1, p. 81-108.

- SAID, Edward. **Representações do intelectual**: as Conferências Reith de 1993. Tradução: Milton Hatoum. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.
- SANTOS, Joel Rufino dos. **Épuras do social**: Como podem os intelectuais trabalhar para os pobres. São Paulo: Global Editora, 2014.
- SANTOS, Milton. **Da totalidade ao Lugar**. São Paulo: Editora Edusp, 2008.
- SANTOS, Milton. **O intelectual anônimo**. Brasília: Correio Braziliense, 2001.
- SANTOS, Renato Emerson dos (org.). **Questões urbanas e racismo**. Petrópolis: DP et Alii, 2012.
- SANTOS, Sales Augusto dos. A metamorfose de militantes negros em negros intelectuais. **Mosaico**, v. 3, n. 5, p. 102-125, 2011.
- SILVA, Joselina. **O. Zumbi + 10 / 2005: O perfil dos participantes**. Rio de Janeiro: Programa Políticas da Cor na Educação Brasileira, 2006.
- SILVA, Petronilha Beatriz, GOMES, Nilma Lino. O desafio da diversidade. In: SILVA, Petronilha Beatriz, GOMES, Nilma Lino(org.). **Experiências étnico-culturais para a formação de professores**. Belo Horizonte: Autêntica, 2002.
- SCOTT, Joan. Experiência. In: DA SILVA, Alcione Leite; LAGO, Maria Coelho de Souza; RAMOS, Tânia Regina Oliveira. **Falas de gênero**: Teorias, análises, leituras. Florianópolis: Editora Mulheres, 1999.
- SERRA, Ordep. **A Etnobotânica do Candomblé Nagô da Bahia: cosmologia e estrutura básica do arranjo taxinômico. O modelo da liturgia**. In: BACELAR, J.; CARDOSO, C. **O modelo da liturgia. Faces da Tradição Afro-Brasileira**. Rio de Janeiro: Territórios do Axé, Pallas, 1999.
- SILVA, Maria Alice P. Salvador-Roma Negra: cidade diaspórica. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE PESQUISADORES(AS) NEGROS(AS), 10, 2018, Uberlândia. **Anais eletrônicos** [...]. Uberlândia: UFU. Disponível em: <https://www.copene2018.eventos.dype.com.br/>. Acesso em 16 abr. 2020.
- SISS, Ahyas; BARRETO, Maria Aparecida Santos Corrêa; DE OLIVEIRA, Otair Fernandes. Processos formativos e as contribuições dos Núcleos de Estudos Afro-brasileiros da UFES e da UFRRJ. **Revista Teias**, v. 14, n. 34, p. 15, 2013.
- SOARES, Cecília Conceição Moreira. **Encontros, desencontros e (re) encontros da identidade religiosa de matriz africana**: a história de Cecília do Bonocô Onã Sabagi. Tese (Doutorado em Antropologia) – Universidade Federal de Pernambuco, Pernambuco, 2009.

SODRÉ, Muniz. **O Terreiro e a Cidade: a forma social negro-brasileira**. Petrópolis: Editora Vozes, 1988.

SODRÉ, Muniz. **Pensar Nagô**. Petrópolis: Editora Vozes, 2017.

SODRÉ, Muniz. **Claros e escuros: identidade, povo, mídia e cotas no Brasil**. Petrópolis: Editora Vozes, 2015.

SOUZA, Florentina. **Intelectual negro e mediações culturais: Solano Trindade**. SCRIPTA, Belo Horizonte, v. 8, n. 15, p. 226-239, 2º sem. 2004.

SUDBURY, Julia. **Outros tipos de sonhos: organizações de mulheres negras e políticas de transformação**. São Paulo: Summus, 2003.

TAVARES, Breitner et al. APRESENTAÇÃO – “EDUCAÇÃO SUPERIOR E TRANSFORMAÇÃO SOCIAL: DECOLONIALIDADE E IGUALDADE RACIAL”. **Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN)**, [S.l.], v. 13, n. 37, p. 4-17, ago. 2021.

THOMPSON, Paul. **A voz do passado: a história oral**. Tradução Lólio Lourenço de Oliveira Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

VERGER, Pierre. **Ewé: o uso das plantas na sociedade iorubá**. São Paulo: Companhia das Letras. 1995

WEST, Cornel. **O dilema do intelectual negro**. Basic Civitas Books, 1999. Título original: The dilemma of the Black Intellectual.

WALTER, Roland. Memória, História e Identidade Cultural: Maryse Condé, Édouard Glissant, Gisèle Pineau e Patrick Chamoiseau. **Revista Brasileira do Caribe**, 2008.

APÊNDICE A – TIME LINE

<p>O LUGAR DA ÁFRICA NA HISTÓRIA</p>	<ol style="list-style-type: none"> 1. A África e a história da humanidade; 2. A África imaginada; 3. Desconstruindo estereótipos africanos; 4. O perigo do Afrocentrismo; 5. Conquistando novos espaços. 6. Aspectos geográficos da África 7. África central: lugar diversificado e rico 8. Norte da África: características marcantes 9. A África Ocidental; 10. A África Austral; 11. A África Oriental; 12. A África Oriental antes do século VII; 13. Os Pigmeus: 14. Cotidiano dos Pigmeus; 15. Alguns elementos da cultura pigmeia; 16. O oceano Índico e a África oriental; 17. Fontes para o estudo da África.
<p>ÁFRICA: IDENTIDADE E DIVERSIDADES</p>	<ol style="list-style-type: none"> 1. África: cultura e tradição; 2. Concepção de Mundo na África; 3. A África Atlântica; 4. Fala como um pressuposto divino; 5. Mito de criação do homem; 6. Possibilidades discursivas: “o mito de criação”; 7. A oralidade como marca das sociedades africanas; 8. Depositários da Herança Oral; 9. Os profissionais da tradição oral; 10. A bagagem lingüística e literária representada nos contos, mitos, cânticos e lendas africanos; 11. Expressões e provérbios que definem a espiritualidade e a forma de ver o mundo dos povos africanos; 12. A linguagem do mundo africano; 13. Matrizes lingüísticas e afro-brasi africanas; 14. Subdivisões de algumas famílias lingüísticas 15. Classificação das línguas de acordo com Greenberg e Güthrie; 16. A história da escrita em África; 17. Concepção de mundo na África; 18. Religiosidade no mundo africano; 19. Arte africana 20. Outras considerações sobre a arte em África; 21. A representação da expressividade contida na arquitetura, escultura e máscaras da arte em África; 22. A ciência e a tecnologia no mundo africano; 23. Principais regiões no continente africano.
<p>A ÁFRICA E O PROCESSO DE HOMINIZAÇÃO</p>	<ol style="list-style-type: none"> 1. África: berço da Humanidade? 2. “Contar Mitos” 3. Mito Nigeriano 4. Genealogia da espécie humana 5. Os primeiros seres humanos e sua capacidade transformadora da cultura 6. Origem, Desenvolvimento e Expansão das técnicas de trabalho. 7. Descoberta e Difusão dos Metais em África

<p>CIVILIZAÇÕES NAS MARGENS DO NILO</p>	<ol style="list-style-type: none"> 1. Egito 2. A formação do Egito 3. O Egito e o contato com outras civilizações 4. Egito, um presente do Nilo? 5. A religião Egípcia 6. O Faraó 7. A herança egípcia 8. Divergências teóricas sobre o Egito
<p>ÁFRICA OCIDENTAL ATÉ O SÉC. XV D.C</p>	<ol style="list-style-type: none"> 1. A Importância dos Reinos e Impérios Africanos nos Bancos Escolares. 2. “Contatos Civilizatórios” antes dos europeus 3. Contatos civilizatórios na África Ocidental 4. O Tráfico Negreiro 5. As incertezas numéricas do Tráfico Negreiro 6. O Império de Gana – a.C. 900 – 1110. 7. Os Haussás 8. O Império do Songai 9. Os Ashantis 10. Os Reinos da Civilização Bantu 11. A Importância das populações Bantu. 12. A Economia, a produção e o comércio nos Reinos de origem Bantu. 13. África Centro – ocidental/Expansão Bantu 14. A importância da metalurgia para as civilizações bantu 15. Conto: a roda Bantu 16. Diversidade curricular para uma educação plural e cidadã 17. Conheçam algumas palavras de origem bantu e seus significados. 18. A Influência Islâmica nos contatos inter-regionais em África 19. Rotas Transaarianas 20. Reinos e impérios na África tradicional. 21. Império Mali 22. Reino Iorubo. 23. Benin 24. Lenda da construção das monarquias sagradas no Benin. 25. Os cavalos no Benin 26. Arte no Benin e no Reino dos iorubos. 27. África Ocidental – até o século XV. D.C. 28. África Ocidental – até o século XV. D.C.
<p>A EXPANSÃO ISLÂMICA NA ÁFRICA</p>	<ol style="list-style-type: none"> 1. O Islamismo na África do norte; 2. Islamismo e as potencialidades do norte africano; 3. Alterações nas rotas comerciais da África do norte. 4. Visão árabe dos africanos 5. África e escravidão 6. Funções desempenhadas pelos escravos no islã 7. Violência física e coerção psicológica na escravidão em África. 8. A penetração e ação do islã na África 9. Escravo: a principal “mercadoria” 10. Artigos usados nas trocas por escravos 11. O comércio praticado na África por muçulmanos e não-muçulmanos 12. O islamismo na África Ocidental. 13. A África ocidental e o comércio; 14. Os perigos do deserto 15. O camelo e a travessia do longo deserto 16. Comércio e islamismo na África oriental; 17. A costa da África oriental e o comércio marítimo; 18. Nas trilhas do metal amarelo (ouro)

<p>ÁFRICA CENTRO OCIDENTAL</p>	<ol style="list-style-type: none"> 1. Expansão Bantu 2. Os povos Pigmeus 3. Os Reinos e Estados do Congo 4. A Arte Congo e o 5. Manikongo 6. A rainha Nzinga 7. Relações e intercâmbios entre as várias regiões na África 8. A sociedade: grupos e formações sociais 9. O Kanda 10. O kilombo 11. Os “Jaga” 12. O comércio e suas rotas em Angola 13. Os Xikaku 14. Os transportes 15. O “dinheiro da terra” 16. O Nzimbu da Ilha de Luanda 17. O Nzimbu de Benguela 18. Os Panos 19. O sal, as Contas de Vidro, a Margarideta 20. Os Pumbos 21. A produção alimentar angolana: técnicas e práticas
<p>ÁFRICA ORIENTAL E AUSTRAL</p>	<ol style="list-style-type: none"> 1. Reino cristão da Nubia 2. A Importância da Núbia 3. Os Axums 4. A Etiópia Cristã 5. O Grande Zimbábue
<p>A SEGUNDA METADE DO SÉCULO XIX E O OLHAR IMPERIAL SOBRE A ÁFRICA.</p>	<ol style="list-style-type: none"> 1. Os europeus chegam à África 2. Os missionários na África e a reação africana 3. Negociações e conflitos na ocupação da África; 4. Explicação do processo de exploração da África sob a ótica das teorias: 5. A teoria econômica e as teorias psicológicas; 6. Teorias diplomáticas e a teoria da dimensão africana; 7. Alguns fatores contribuintes para se pensar a “conquista” da África; 8. Fatores contribuintes para se pensar a partilha da África. 9. A conferência de Berlim e a Partilha; 10. Principais assuntos abordados na conferência de Berlim: Disposições da Ata.
<p>A POLÍTICA IMPERIALISTA EUROPÉIA E A COLONIZAÇÃO DA ÁFRICA</p>	<ol style="list-style-type: none"> 1. A política imperialista européia e a colonização das Áfricas 2. Guerra de Biafra. 3. Ruanda e Burundi: conflitos étnicos entre hutus e tutsis. 4. Apartheid na África do Sul 5. A política de colonização das Áfricas. 6. Leis do trabalho forçado 7. Evangelizar para dominar 8. Métodos: administrativo-jurídico 9. A ocupação colonial 10. Colonização no século XIX no continente africano
<p>OS MOVIMENTOS DE RESISTÊNCIA NA ÁFRICA FACE A POLÍTICA COLONIAL</p>	<ol style="list-style-type: none"> 1. Relevância da Resistência Africana, face à política colonialista – 1880 – 1935. 2. A importância do Pan-Africanismo e de seus intelectuais. 3. O.U.A: Organização da unidade africana. 4. Raça e racismo
<p>NACIONALISMO, DESCOLONIZAÇÃO E POLÍTICA DE INDEPENDÊNCIA DOS</p>	<ol style="list-style-type: none"> 1. Raça e racismo 2. Egito: negro ou branco? 3. O Inimigo em Zimbábue 4. O Inimigo em Moçambique

ESTADOS AFRICANOS	5. As estratégias de dominação europeia no continente africano.
--------------------------	---

Fonte: Elaboração do autor.

APÊNDICE B – SOBRE O MITO COMO PRÁTICA PEDAGÓGICA NO ESPAÇO TERREIRO

Mito como prática pedagógica no espaço terreiro

Se considerarmos a conceituação do dicionário, o mito pode ser definido como tradição que, sob forma de alegoria, deixa entrever um fato natural ou histórico. O dicionário ainda nos diz que o mito é a história de um deus ou de um herói, ou de um acontecimento de origem ancestral. Os mitos são metáforas da potencialidade espiritual do ser humano. Isto significa que o herói mitológico sempre foi uma necessidade do homem. A escola sempre privilegiou a mitologia grega, romana, mas silencia no que diz respeito à mitologia africana reinventada no Brasil.

O mito relaciona o indivíduo com a sua própria natureza e com o mundo do qual o indivíduo faz parte. Assim, trabalhar com mitos de transformação que relacionem os seres humanos consigo mesmos, com os outros e com a natureza é de fundamental importância. E quais seriam esses mitos de transformação? Os mitos de “Transformação do Conquen”, “Ogum queria ficar rico”, ou ainda “A Senhora da Águas Doces e da Beleza”, todos da mitologia africana que acenam basicamente para a possibilidade exemplar da relação indivíduo/comunidade.

A tradição cultural vivenciada no terreiro proporciona aos seus participantes um guia indispensável para a organização de suas vidas. Uma comunidade de terreiro, portanto, pode ser entendida como um grupo de indivíduos portadores de reações agregadoras, solidárias, festivas, repetidas sempre como uma novidade. Esta é uma predição, é um requisito para qualquer espécie de vida organizada. Este é um dos valores expressos nos contos míticos. É só despertá-los nas convivências. São mitos sagrados, mitos de criação de uma matriz para a vida. Mitos de ritos para a iluminação do corpo e do espírito, mitos de lutas, narrativas genealógicas e de outros temas iniciáticos. Aliás, todos os mitos são iniciáticos.

O mito constitui, também, o paradigma da espécie humana. O mito da “Transformação da Conquen”, na sua operacionalização como prática pedagógica, além de anunciar a possibilidade de convivência e organização para a vida comunitária, revela também a possibilidade de vivências pedagógicas diversas, como cidadania, arte, linguagem, meio ambiente etc. O mito ensina o que está por trás da literatura e das artes. O mito ensina a vida. Ter metas, projetos de vida passa pela consciência de estar vivo e atento às possibilidades de transformação, de modo que as experiências de vida possam sair do plano puramente físico e ter ressonância no interior do nosso ser e de nossa realidade mais interna. (SANTOS, 2006)

Fonte: Elaboração do autor.

APÊNDICE C - TABULAÇÃO GRUPOS DE TRABALHO (GTS) DOS CONGRESSOS BAIANOS DE PESQUISADORES (AS) NEGROS(AS)

LINHAS GERAIS DE PESQUISA DOS CONGRESSOS DA APNB A PARTIR DO AGRUPAMENTO DOS GT'S (2007/2009/2011/2013/2015/2017/2019)	GÊNERO, RAÇA E INTERSECCIONALIDADE	<p>GT – Gênero e Raça;</p> <p>GT – Poder, Gênero e Raça: desafios e representações;</p> <p>GT – Gênero/Raça/Poder e desafios;</p> <p>GT – Poder, Gênero e Raça: desafios;</p> <p>GT – Gênero, Diversidade Sexual e Raça;</p> <p>GT – Interseccionalidades de Raça, Gênero e Classe;</p> <p>GT – Gênero e Relações étnico-raciais.</p>
	ÁFRICA, HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E ENSINO	<p>GT – Ensino de Áfricas;</p> <p>GT – África, História e historiografia;</p> <p>GT – África, História, historiografia e ensino;</p> <p>GT – História da África, ensino, historiografia;</p> <p>GT – Estudos Africanos Interdisciplinares: pesquisa, ensino, cooperação e perspectivas de consolidação.</p>
	CULTURAS, CORPOS, RELIGIÕES E SABERES TRADICIONAIS	<p>GT – Cultura, Comunidades Tradicionais e Religiões;</p> <p>GT – Cultura, Comunidades Tradicionais e Religiões/Filosofia da Ancestralidade;</p> <p>GT – Comunidades Tradicionais e Religiões;</p> <p>GT – Religiões africanas e militância antirracista;</p> <p>GT – O ponto de vista étnico-racial cristão afro-diaspórico: relações étnico-raciais, racionalidade, ética e processos civilizatórios na tradição judaico-cristã;</p> <p>GT – Mestres de Saberes Tradicionais, Movimento Negro, Sustentabilidade e a inclusão no ensino superior na pesquisa;</p> <p>GT – Etnociência, autosustentabilidade e questões raciais;</p> <p>GT – Culturas, africanidades e etnia;</p> <p>GT – Corpos, culturas e relações étnico-raciais.</p>
	EXPRESSÕES ARTÍSTICAS	<p>GT – Oficinas de arte e cultura;</p> <p>GT – Performances artísticas afro-brasileiras e seus desafios;</p> <p>GT – Linguagens visuais, imagens e culturas;</p>

		<p>GT – Moda, artes e performances negras;</p> <p>GT – Cena Negra Contemporânea: modos distintos;</p> <p>GT – Expressões artísticas de autoria feminina afro-hispano-americana;</p> <p>GT – Estéticas/estésias da descolonização e do antirracismo: afro-brasileiro, artefatos, performances.</p>
	LITERATURA	<p>GT – Literatura, arte e performances negras;</p> <p>GT – Literatura e demais produtos para a infância e a juventude e ressignificação identitária negra;</p> <p>GT – Literaturas africanas: Tradição e Modernidade;</p> <p>GT – Literatura afro-brasileiro;</p> <p>GT – Literaturas negras/afro-brasileiras, africanas: letramentos da resistência para crianças, jovens e adultos;</p> <p>GT – Literatura negra contemporânea;</p> <p>GT – Literatura, diversidade linguística e linguagem.</p>
	INFÂNCIA E JUVENTUDE	<p>GT – Juventude e violência no cenário atual;</p> <p>GT – Juventude, religiosidade afro-brasileira e cibercultura;</p> <p>GT – Infância(s) negra(s)-educação, cultura e interseccionalidade: desafios contemporâneos de igualdade étnico-racial na Bahia.</p>
	TRADUZINDO NO ATLÂNTICO NEGRO	<p>GT – Traduzindo no Atlântico negro;</p> <p>GT – Letramentos de reexistência: culturas, subjetividades e identidades;</p> <p>GT– Escritas de si, memórias e vivências identitárias.</p>
	SAÚDE	<p>GT – Saúde da população negra e políticas de saúde: confluências, diálogos e divergências;</p> <p>GT – Saúde da população negra;</p> <p>GT – Ciências da vida.</p>
	PENSAMENTOS E INTELLECTUAIS NEGROS	<p>GT – Pensamentos e intelectuais negros;</p> <p>GT – Pensamentos e intelectuais negras(os) na África/Diáspora e diálogos contemporâneos.</p>
	PODER, RELAÇÕES POLÍTICAS E DESENVOLVIMENTO HUMANO	<p>GT – Desenvolvimento humano e racismo;</p> <p>GT – Direito, Estado, Poder e Democracia nas contemporaneidades afrodiáspóricas;</p> <p>GT – Roda de conversa sobre as relações políticas dos 173 afro-brasileiros na Bahia.</p>
	LINGUÍSTICA	<p>GT – Diversidade linguística;</p> <p>GT – A história sócio-linguística do português no Brasil como um processo multiétnico, segregacionista: repercussões contemporâneas na escola pública</p>

		brasileira.
	O NEGRO SURDO E SEUS MOVIMENTOS	GT – O negro surdo e seus movimentos

Fonte: Elaboração do autor.

APÊNDICE D - CARTAZ DA LIVE “APNB: 15 ANOS DE INSURGÊNCIAS EPISTEMOLÓGICAS E DESAFIOS FRENTE AO RACISMO ESTRUTURAL”

O cartaz é amarelo com uma grade de pontos pretos nas bordas. No topo esquerdo, há um ícone de play no YouTube e o texto 'LIVE CANAL DO YOUTUBE ASSOCIAÇÃO DE PESQUISADORES NEGROS DA BAHIA'. À direita, o título principal 'APNB 15 ANOS: INSURGÊNCIAS EPISTEMOLÓGICAS E DESAFIOS FRENTE AO RACISMO ESTRUTURAL' está em uma caixa preta com letras brancas. Abaixo, a seção 'CONVIDADAS (OS):' apresenta sete pesquisadores em círculos amarelos: Prof. Dr. Eduardo Estevam (UNILAB), Prof.ª Dr.ª Florentina Souza (UFBA), Prof.ª Dr.ª Marise de Santana (UESB), Prof. Dr. Nilo Rosa (UEFS), Prof. Dr. Wilson Mattos (UNEB) e Prof. Dr. Romilson da Silva Sousa (Presidente da APNB). A seção 'MEDIAÇÃO:' apresenta o Prof. Dr. Romilson da Silva Sousa. No canto inferior direito, há o logo 'Acesso em Libras' e o logo 'REALIZAÇÃO APNB'. O dia e hora da live são exibidos em um retângulo amarelo: '13/08 QUINTA-FEIRA 19 H'.

LIVE
CANAL DO YOUTUBE
ASSOCIAÇÃO DE PESQUISADORES NEGROS DA BAHIA

APNB 15 ANOS:
INSURGÊNCIAS EPISTEMOLÓGICAS E DESAFIOS FRENTE AO RACISMO ESTRUTURAL

CONVIDADAS (OS):

- PROF. DR. EDUARDO ESTEVAM (UNILAB)
- PROF.ª DR.ª FLORENTINA SOUZA (UFBA)
- PROF.ª DR.ª MARISE DE SANTANA (UESB)
- PROF. DR. NILO ROSA (UEFS)
- PROF. DR. WILSON MATTOS (UNEB)
- PROF. DR. ROMILSON DA SILVA SOUSA (PRESIDENTE DA APNB)

MEDIAÇÃO:

- PROF. DR. ROMILSON DA SILVA SOUSA (PRESIDENTE DA APNB)

13/08
QUINTA-FEIRA
19 H

REALIZAÇÃO
APNB

Fonte: Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as, 2020.

APÊNDICE E – FRAGMENTOS EXTRAÍDOS DAS FALAS DOS INTELLECTUAIS NEGROS DA APNB NA LIVE “APNB: 15 ANOS DE INSURGÊNCIAS EPISTEMOLÓGICAS E DESAFIOS FRENTE AO RACISMO ESTRUTURAL”,

Apresento a seguir fragmentos extraídos das falas dos intelectuais negros da APNB no referido evento. A live foi iniciada com a fala de abertura do 1º presidente da associação no biênio 2004-2007, Prof. Wilson Roberto de Mattos, cuja interlocução destaca alguns aspectos positivos e negativos desses 15 anos da APNB.

[...] **um dos destaques** é o fato da APNB ser, na Bahia, a primeira instituição, no formato de associação, a organizar os negros e negras pesquisadores(as), sobretudo aqueles(as) vinculados às universidades na condição de professores(as). Essa organização, direta e indiretamente, contribui para que nós operemos mudanças significativas na própria cultura universitária baiana e também brasileira, seja no reconhecimento legítimo da nossa existência enquanto pesquisadoras e pesquisadores, seja na possibilidade de nós operarmos mudanças na própria estrutura curricular das universidades nos seus diversos cursos. Evidentemente que essas associações, tanto a APNB quanto a ABPN não fizeram ou fazem isso sozinhas. Para tanto contamos com o histórico de lutas intelectuais do próprio Movimento Negro e com uma conjuntura política e educacional que foi bastante favorável a partir da edição da Lei 10. 639/03, a partir dos debates e implantação do sistema de cotas para negros e negras em 2002 com a Universidade do Estado da Bahia e a Universidade do Estado do Rio de Janeiro e também a partir da edição das Diretrizes Curriculares para a Educação das Relações Étnico-Raciais e Ensino de História e cultura afro-brasileira e africana. Outro fato positivo foi a ampliação das possibilidades de intervirmos, também coletivamente, numa espécie de redefinição, ainda muito lenta, mas não inexistente, no cenário político e intelectual brasileiro de modo geral. Hoje é inegável a nossa presença, eu acho que ainda é insuficiente, mas é inegável nos debates que envolvem a ciência, a produção do conhecimento, sobretudo, os padrões teóricos e metodológicos que orientam a produção intelectual na contemporaneidade. A introdução dessa perspectiva antirracista na academia, do ponto de vista da produção do conhecimento e a também chamada crítica às perspectivas eurocentradas tem muito da nossa contribuição. Acho que essas duas questões cresceram no cenário do debate intelectual brasileiro e acadêmico, mas sobretudo no debate acadêmico por conta da nossa presença[...] A gente funciona como uma espécie de divisor de águas na história da academia brasileira principalmente por introduzir essas novas discussões. (transcrição própria)

Em seguida, apresenta alguns elementos que identifica como frágeis na história da associação

[...] **como fragilidades**, eu apontaria o que na minha opinião é a principal delas, qual seja, a nossa imensa dificuldade de nos organizarmos, planejarmos e realizarmos coisas para além da organização dos congressos. Acho que a gente realiza congresso muito bem, a gente consegue se articular, planejar e organizar, mas a gente não sai muito da órbita do congresso. Do meu ponto de vista, isso cria um déficit muito sério na nossa capacidade potencial de crescer e se expandir. Embora nós tenhamos boas ideias, boa formação, nós temos o espírito combativo é inegável a nossa dificuldade de transcender essas potencialidades para além do âmbito das individualidades. Nós temos excelentes professores, excelentes pesquisadores com projeção destacada no mundo da produção do conhecimento, das publicações, na pós-graduação, no cenário nacional e internacional, mas do ponto de vista mais coletivo, a nossa organização que é a Associação que nos

reúne não acompanha essa evolução das individualidades. Então, eu acho que a gente precisa investir um pouco mais em formatos mais estratégicos de fortalecer a nossa organização para uma intervenção para além da difusão dos conhecimentos que a gente faz nos congressos. Eu penso que se nós quisermos fazer com que nossos objetivos coletivos e nos legitimarmos em definitivo no universo da ciência, da tecnologia, do conhecimento de um modo geral nós precisamos achar formas de nos organizar e realizarmos ações para além das nossas reuniões e apresentações de trabalho nos congressos bianuais. A partir dessas dificuldades, eu lanço um desafio para a nova diretoria, que eu faço parte também e que já venho discutindo há tempos, tanto no interior da APNB quanto no interior da ABPN, eu penso que enfrentar esses desafios pode fazer com que a nossa associação cresça e encurte o caminho de realização dos objetivos que a gente traçou desde lá do início e vem refazendo esses objetivos ao longo do tempo. (transcrição própria)

Por fim, aponta alguns elementos que considera como os principais desafios para o conjunto dos associados e das associadas.

O primeiro desses desafios seria uma campanha ampla de divulgação e ampliação da base de ações dos associados e associadas com o objetivo de contribuir com ações de sustentabilidade da Associação e com a sua popularização. A gente precisa popularizar mais a nossa associação e garantir a sua sustentabilidade, principalmente a sustentabilidade financeira com mais associados. Esse é o primeiro desafio. **O segundo desafio** para essa direção é criar um canal de comunicação regular de divulgação científica. A partir da instalação desse canal, a gente começa a projetar pretensões mais elevadas de qualificação. **O terceiro desafio** é desenhar uma estratégia de articulação, tanto nacional, mas sobretudo internacional, com instituições que tenham o perfil assemelhado ao nosso e em especial com países africanos. Eu diria, com países africanos e também com os países da diáspora daqui da América Central, América do Sul e os Estados Unidos, mas principalmente com os países africanos. A gente precisa desenhar uma estratégia de articulação internacional. E a mais desafiadora de todas as tarefas, do meu ponto de vista, a criação de um programa de pós-graduação interinstitucional e interdisciplinar juntando pesquisadoras e pesquisadores das principais universidades baianas. A sugestão é que seja um programa profissional, com um projeto que conjugue uma ação intelectual rigorosa e avançada com intervenção profissional. Um projeto de construção estratégica política e acadêmica que deve orientar o processo de construção do próximo congresso a ser realizado nas dependências da UNILAB no ano que vem. (transcrição própria)

Na sequência, a atividade contou com as reflexões acerca da importância dos congressos da Profa. Florentina da Silva Souza (UFBA), coordenadora do VII CBPN, realizado em 2019 na mesma instituição.

Os congressos têm importância grande na divulgação dos conhecimentos. Têm papel importante na sedimentação de pesquisas em História, Literatura, Economia e uma interferência de cunho interdisciplinar em todas as produções dos pesquisadores e pesquisadoras negros(as) nas universidades. Outra coisa que eu gostaria de destacar é o fato de nós, pesquisadores e pesquisadoras negros(as) que estamos nas universidades públicas, sofrermos a pressão para participarmos das atividades acadêmicas e das atividades específicas, essas investigações ligadas à cultura e história, epistemologias negras. Muitas vezes nós temos de trabalhar nos dois campos, no campo canônico tradicional pra ministrar as aulas por conta das ementas fechadas e temos também de desenvolver pesquisas paralelas. É uma dificuldade que nós precisamos superar esses obstáculos que são colocados diante de nós,

precisamos superar no sentido de sair de uma produção mais restrita à apresentação dos trabalhos nos congressos. **Tem outro ponto importante nos congressos que eu gostaria de destacar é que quase todos os congressos publicaram anais e esses anais são o registro histórico, é o material para posteriormente ser feito um trabalho de análise de como os trabalhos foram desenvolvidos, como dialogam ou não e de que modo essas pesquisas desenvolvidas aparecem nos anais, como elas contribuem para uma formatação de uma genealogia do pensamento crítico que vem se desenvolvendo dentro da APNB. Eu falo de genealogia no sentido de pensar uma perspectiva teleológica, no sentido de ver quais são os fragmentos, os aspectos e lacunas dessa produção de conhecimento que está sendo desenvolvida na APNB(...)** Uma proposta que trago é a criação de uma revista da APNB, com uma produção sistemática, semestral ou anual, talvez como caminho para palmilhar a construção de um projeto coletivo maior. Penso também na criação de um projeto de pesquisa interdisciplinar. A APNB tem um grande projeto, um “guarda-chuva” que pudesse se transformar, posteriormente, num programa de pós-graduação (mestrado e doutorado), cadastrado em que todos nós, além das nossas pesquisas individuais, desenvolvêssemos uma pesquisa coletiva em que pudéssemos criar uma linha de pesquisa específica da Associação. (transcrição própria)

Destaco trechos da fala do Prof. Nilo Rosa (UEFS), 1º presidente da associação no biênio 2007 – 2011,

A APNB tem uma ligação umbilical com a ABPN. Ela nasceu da necessidade de construção do IV CBPN. Os intelectuais baianos após a fundação da ABPN em 2000, em Pernambuco, sentiram a necessidade da construção de um congresso na Bahia. Professores da UNEB formularam a ideia da Associação. A APNB surge na esteira de vários eventos. **Eu destaco um que foi fundamental, porém, o SENUM foi fundamental para trazer a discussão da produção do conhecimento e poder na academia. Não à toa que muitos deles, cito a professora Ana Cláudia Pacheco foi uma das fundadoras do SENUM (Seminário Nacional de Universitários Negros e Negras). A resistência ideológica do SENUM foi fantástica. Não há como falar em APNB e ABPN sem falar no SENUM e a sua resistência ideológica. Redefinição de categorias.** Nós somos parte da ABPN. Fomos fundadores da ABPN em Pernambuco e tem hoje uma revista qualificada, fez congressos extremamente profissionais. Porém, a ABPN falhou em dois pontos principais. Eu participei até o congresso de Belém, entendo que sua primeira falha foi exatamente não ter a compreensão da necessidade de ampliar para os estados as associação. Essa foi uma falha fundamental da ABPN. Não incentivar a formação de outras associações no estado. E mais, na esteira do combate que ela travou com a baiana. Talvez os combatentes não soubessem, como dizia Caymmi, que a Bahia é a terra do preto doutor. Obrigatoriamente, nós seríamos os primeiros. Considero essa falha fundamental. A ABPN também falhou na construção de um diálogo entre os intelectuais negros. Está no nosso estatuto, a necessidade de um diálogo entre os intelectuais negros. Pra concluir minha fala, é preciso fortalecer as estruturas, aquilo que Cornel West fala. **A Associação é uma estrutura, apesar das nossas dificuldades do dia a dia de professor de matar um leão por dia. Criar um novo tipo de estrutura. Ou aquilo que Glissant fala: é preciso redefinir as categorias. É fundamental redefinir categorias. Não dá pra ficar papagueando as categorias da elite cultural branca. Aquilo que falamos Hall, Valdélino, Maria de Lourdes Siqueira, fundamental buscar novas centralidades. Buscar uma nova globalidade a partir daquilo que Milton Santos fala.** (transcrição própria)

Por fim, compartilho a fala da professora Prof^a. Dra. Marise de Santana, presidente do Órgão de Educação e Relações Étnicas (ODEERE) da UESB e coordenadora do V CBPN realizado em 2015,

Insurgência é um termo complexo que pode ser entendido como ações realizadas por pessoas ou grupos que enxergam assimetrias, desigualdades no trato com uma determinada questão. No caso das insurgências epistemológicas, entendo como aquele ou aquela que insatisfeito(a) com o silenciamento, negação, ocultamento de um determinado conhecimento se propõe a elucidá-lo. É a partir de um pensamento limítrofe, propiciado por fronteiras entre saberes colonizados e decolonizados que pesquisadores e pesquisadoras vêm se insurgindo buscando produzir conhecimentos que se voltem para pensar, debater conteúdos que dêem voz aos sujeitos e grupos que foram sempre racializados e etnicizados. Não podemos esquecer os espaços convencionais das universidades, ocupados por elites brancas por muito tempo que decidiram quais conhecimentos deveriam ser produzidos e válidos. As instituições universitárias se formalizaram com um conjunto de práticas históricas, culturais, raciais, étnicas que manteve os negros e negras fora de seu acesso e permanência, bem como, de produzir conhecimento sobre seus grupos. Os espaços acadêmicos historicamente sustentaram e sustentam fronteiras entre negros e brancos. Vamos lembrar aqui que a categoria fronteira serve para pensar em limites entre diferentes grupos. Que as fronteiras carregam dicotomias, assimetrias, estranhamentos, mas, também, resistências, subversões da hegemonia, lutas e insurgências. Por isso, as fronteiras são importantes para pensar os diálogos entre transmissão e produção de conhecimentos. A relação entre núcleos conservadores da sociedade e os coletivos negros, os movimentos negros, as associações negras. A APNB propõe congregar pesquisas com temas raciais, e esse é um dos propósitos da APNB, se insurgir contra a ordem hegemônica de produção dos conhecimentos colonizados quando introduz nos espaços universitários as pesquisas de seus associados. **Destaco o olhar para os anais, com conteúdos que apontam insurgências epistemológicas. Vejam, os anais do V CBPN foi composto por mil novecentas e dezesseis páginas. Para indagar e analisar estas páginas precisamos enunciar os seguintes questionamentos: quantos temas aludem às questões raciais negras? Quantos aludem a temas das religiões africanas e afro-brasileiras?**

Fonte: Elaboração do autor.

APÊNDICE F - HISTÓRIAS DE VIDA DE INTELLECTUAIS NEGROS(AS) DA ASSOCIAÇÃO DE PESQUISADORES(AS) NEGROS(AS) DA BAHIA

Ana Cláudia Pacheco



A professora Ana Cláudia é natural de Nazaré das Farinhas, cidade localizada no centro sul do Recôncavo Baiano, às margens do Rio Jaguaripe. A sua entrevista ocorreu no dia 26 de maio de 2021.

Entrada na universidade

“Eu era bastante novinha, 18 ou 19 anos, por aí. O que me levou a fazer o curso de Ciências Sociais? Eu não tinha esse entendimento, a essa concepção do que representava realmente o curso, eu achava que o curso de Ciências Sociais era só Sociologia e havia uma confusão muito grande entre Sociologia e Serviço Social, e aí a minha irmã mais velha que já estava se preparando na época também para fazer vestibular me disse: ‘olha, Ciências Sociais é um pouco diferente’. Ela foi falando o que significava o curso de Sociologia e eu me interessei porque eu sempre tive inclinação, eu sou do interior, sou do Recôncavo, então, a minha trajetória toda educacional, no ensino básico, o ensino médio, fundamental, eu fiz em Nazaré das Farinhas, eu sou de lá. Eu sempre tive uma inclinação para questões não só filosóficas, mas questões sociais, então isso de alguma maneira me impulsionava. Quando eu fiz o vestibular, fui orientada também nesse sentido por essa irmã minha mais velha, Ceres Cristina, ela me disse: ‘eu acho que você tem uma inclinação maior para Sociologia’.

Militância

“Eu fui militante do MNU digo que o MNU foi minha grande escola mesmo, minha universidade, foi esse movimento que acionou em mim todas as possibilidades e as percepções de olhar para a minha realidade social, para olhar para a sociedade brasileira, para o meu mundo, a partir dessa ótica de entender realmente como o racismo foi construído em nossa sociedade e me despertou mesmo para entender também esse meu lugar, o nosso lugar enquanto sujeito negro e negra. Não só na sociedade brasileira baiana, mas na perspectiva de entender esse lugar a partir da produção do conhecimento. Quando eu ingressei no Movimento Negro Unificado eu tive o privilégio e a honra de militar e de conviver com grandes mulheres e homens negros que me formaram e até hoje são referências históricas importantes no Brasil inteiro, no mundo. Eu tive a honra de conviver e aprender com a ativista e socióloga negra Luíza Bairros, eu fui de um mesmo grupo de mulheres, o GM, então, eu sempre digo que minhas grandes mestras foram Luíza Bairros e Valdeci Nascimento. Eu tive a honra de conviver com Ana Célia da Silva também no mesmo espaço, Jônatas Conceição, Joselaide Lima, Ladinha que nos deixou, eu convivi com muitas mulheres que são importantes, Creuza Maria Oliveira, Lindinalva Barbosa, então essas mulheres todas foram referências muito importantes para mim, para um conjunto de mulheres negras. E esse ativismo foi muito importante mesmo porque até hoje quando eu olho para trás é toda minha carreira acadêmica, a minha carreira sob o ponto de vista da trajetória de pesquisa, ela está muito colada com essas duas categorias de Gênero e Raça o tempo todo. Você me conheceu, você sabe o que eu já fiz, pensando essas questões, pesquisando sobre isso e foi crescendo cada vez mais. Esse ativismo também foi se ampliando porque eu militava no movimento negro, eu comecei a militar no movimento de esquerda, mas onde eu me encontrei mesmo foi no MNU, no movimento de mulheres negras, então esses dois movimentos, tanto dentro da academia como fora da academia me formaram politicamente e intelectualmente também, é a partir do início da década de 90 com outros jovens negros e negras que na época eram estudantes da UFBA e eram militantes do movimento negro exemplo de Antônio Cosme, Jadir Brito, Kátia Cardoso, Silene Arcanja que eram de universidades diferentes, mas todos nós estávamos ali juntos”.

SENUN – Seminário Nacional de Universitários Negros

“A gente construiu um grande movimento negro estudantil na época, na década de 90 que foi realizado em 93, foi o primeiro I Seminário Nacional de Universitários Negros. No segundo eu participei de uma homenagem que foi feita pelo vereador Silvio Humberto, há alguns anos atrás ele era e continua vereador, no seu mandato ele fez, juntamente com o Instituto Cultural Steve Biko, uma homenagem aos 25 anos do primeiro SENUN, estávamos lá nessa audiência, nessa homenagem que teve lá na Câmara Municipal. Foi algo muito importante porque foi essa juventude negra que durante três anos foi organizando o evento, a gente produziu muitos materiais, a gente produziu cartas, boletins, manifestos que inclusive serviram mais tarde para embasar inclusive a questão da Lei 10.639. Foi muito importante porque a gente tinha uma cartilha, eu tenho essa cartilha até hoje em casa que foi inspirada no pensador Steve Biko e que vai dar origem ao nome do Instituto Steve Biko. A gente escreveu uma carta dizendo ‘nós, os negros’ inspirado na carta de Steve Biko dentro do congresso da UNE e que nós estudantes negros e negras queríamos problematizar a ausência de negros nas estruturas do poder da UNE e mais do que isso, estávamos levando uma proposta de uma universidade negra, ‘a universidade que o povo negro quer’, esse foi o grande tema do primeiro SENUN. Há esse grande encontro, por isso eu tive que falar do primeiro SENUN porque foi realmente quem deu o pontapé inicial, numa época que a gente não falava nem das políticas afirmativas e nós falávamos de reparações históricas, nós

falávamos da universidade que o povo negro queria, a gente falava desse processo de descolonização do conhecimento. Eu acho que o primeiro SENUN cumpriu o seu papel, estamos nós aqui hoje e ao mesmo tempo dizendo que somos frutos desses movimentos todos que ocorreram, mas o SENUN foi muito importante porque a gente fez uma revolução dentro da universidade, para falar de uma universidade que era eurocêntrica, racista, de um conhecimento que era completamente colonialista”.

Grupo de Pesquisa Candaces

“Quando eu cheguei na UNEB em 2013, cheguei entre março e abril, quando foi em setembro a gente já estava fundando o grupo de pesquisa Candaces, era meia dúzia de pessoas, eu como professora e mais alguns estudantes, técnicos. Os alunos me procuravam muito em função dessa demanda que é a questão dos temas relacionados às questões raciais dentro do Departamento de Educação. A gente sabe que sempre houve coletivos, mas no momento que eu entrei estava com essa lacuna, os grupos de pesquisa que existiam no Departamento de Educação não tratavam muito das questões diretamente, das questões raciais e nem das questões de Gênero, ou era uma coisa ou outra, e aí por causa do meu perfil, por causa da minha trajetória, da minha pesquisa, minha atuação política, as pessoas que me procuravam diziam: ‘ah, pró, eu quero trabalhar essa pesquisa com discussões raciais e de gênero e tal e não têm’, vamos criar um grupo, eles me incentivaram muito e aí a gente criou o grupo. Éramos em torno de oito ou nove pessoas assim num dia de sexta-feira na salinha pequena lá do Departamento, dia de sexta-feira (risos) a gente fazendo reunião. Eu me lembro do primeiro texto, foi a questão da identidade cultural na pós-modernidade, de Stuart Hall, a gente começou bem, com Hall, a gente começou com esse texto e depois o grupo foi crescendo muito. O Candaces tem um negócio de uma pegada ancestral mesmo, aí veio o nome Candaces, em homenagem às mulheres africanas que viveram lá no reino de Kush, a gente começou estudando textos com a temática racial e a gente foi crescendo muito, ampliando tanto que no Departamento, em um ano de existência, a gente fez um grande ciclo internacional, no segundo ano de existência, em 2015, a gente tinha feito um evento mais local, a gente fazia nosso grupo de estudos de 15 em 15 dias, a gente se encontrava, até hoje nós nos reunimos quinzenalmente, mas naquele período a gente fazia as nossas reuniões e falamos: ‘vamos fazer uma atividade mais geral’, coisa assim, não me lembro se foi a questão do novembro, eu sei que a gente fez uma atividade, a primeira foi mais localizada e depois pensamos em um evento que passou a ser um evento internacional, cresceu muito, enfim, a gente acabou se tornando uma referência mesmo para pensarmos as questões, é o grande foco do grupo Candaces, o grande eixo dele é pensar Gênero e Raça e a sua interseccionalidade. Hoje a gente tem ampliado essa discussão para a Interseccionalidade, pensar outros sistemas de opressão, outras categorias que se articulam, mas o nosso grande mote mesmo, nosso tema central, o eixo fundamental do grupo de pesquisa, de estudos e de extensão é pensar Gênero, Racismo e Sexismo e como é que esses sistemas se articulam do ponto de vista da nossa existência, da produção do conhecimento, do ponto de vista das nossas práticas, tudo ligado com a formação de professores, a gente tem priorizado a formação, a pesquisa, extensão também. A gente não convoca ninguém, as pessoas vão chegando e se identificando, não é à toa que a maioria que nos procura é negra, são jovens negros e negras, professores e professoras negros e negras, a gente só tem um pesquisador branco no grupo, a gente diz: ‘olha, a diferença é você’ (risos) mas nós temos pesquisadores homens também, temos mulheres em sua maioria negra”.

Denilson Lessa dos Santos



O professor Denilson Lessa é natural de Santo Antônio de Jesus, cidade do Recôncavo Baiano. A sua entrevista ocorreu no dia 06 de julho de 2021.

Entrada na universidade

“Tudo começou quando eu ingressei no curso de licenciatura em História da Universidade do Estado da Bahia, Departamento de Ciências Humanas Campus V, em Santo Antônio de Jesus. Na época o departamento sequer tinha essa nomenclatura, era FFPSAJ, era Faculdade de Formação de Professores de Santo Antônio de Jesus, é porque a universidade ainda estava se estruturando como tal e em alguns espaços do interior da Bahia tínhamos algumas faculdades isoladas, mas tinham vindo com o campo central que seria constituída a Universidade do Estado da Bahia, tudo começou lá em 1994 quando ingressei no curso”.

Experiências com as questões étnico-raciais

“Eu queria falar um pouco da minha experiência enquanto jovem, enquanto adolescente e enquanto criança, porque acredito que tenha sido essa experiência que de alguma forma me formou, por um lado, mas possibilitou me enxergar como negro, como partícipe de uma história maior dentro da história das populações negras no Brasil. Dentre os vários episódios da minha infância, ou melhor, da minha adolescência eu queria sinalizar a minha trajetória no Segundo Grau, na época eu estudava no Colégio Rômulo Almeida, só tinham os cursos técnicos na época, na cidade de Santo Antônio de Jesus, onde resido até hoje. Eu fiz o curso de Técnico em Contabilidade, à época nós tínhamos várias atividades, uma dessas atividades, salvo engano foi ainda no primeiro ano do Ensino Médio, eu estava ali com 15 ou 16 anos de idade, nós tínhamos

feito uma atividade cujo objetivo central era discutir o papel do negro no Brasil, mas sobretudo focando a questão do racismo, não era comum discutir isso no ensino básico na época que eu estudei, mas esse assunto veio à tona na época e lembro que um dos colegas, à época do curso de Administração, porque essa atividade era coletiva e envolveu duas áreas, o curso de Contabilidade e de Administração, e um dos colegas se colocou veementemente contra essa atividade dizendo que essa questão do racismo não existia, enfim, e se existia pobre era por conta exclusivamente da questão econômica, veja você que é uma questão que parece que ficou no passado, porque essa relação da população negra com a pobreza, ela só significaria uma exclusão puramente econômica ou de classe como alguns preferem classificar. Essa questão é atualíssima, lá na minha trajetória, aos 16 anos nós discutimos isso e foi uma grande polêmica porque eu me coloquei contra este colega na época dizendo que ele queria escamotear a verdade porque eu tinha plena consciência de que pelo menos a partir do círculo do espaço social que eu vivia, a partir do próprio Recôncavo e a Bahia como um todo eu tinha noção de que a maioria da população baiana era negra, naquele contexto, e além de ser negra a maioria absoluta estava em estado de pobreza, a exclusão social era indicativo forte, então essa dimensão de que nós éramos excluídos, entendo a questão racial como fator determinante, de alguma forma eu tinha essa consciência lá na adolescência, em função da minha experiência, da minha vivência enquanto morador de um bairro periférico na cidade, um bairro chamado Mutum que eu me orgulho de ter nascido”.

A participação no SENUN – Seminário Nacional de Universitários Negros

“Particpei de algumas reuniões, de alguns movimentos negros em Salvador, por exemplo, participei do SENUN, estudantes negros ligados ao MNU em 96/97, participei enquanto estudante de graduação. Foi realizado um importante seminário na UNEB, em Salvador, promovido pelo SENUN cujo tema era ‘Quadro negro: o que te reflete no futuro?’ Quadro enquanto elemento da educação e quadro negro como metáfora, como nós negros estamos projetando o futuro. Educação e quadro negro como metáforas. Um dos pontos altos desse seminário seria a participação de duas importantes ativistas do Movimento Negro da Bahia, de um lado a professora Ana Célia da Silva, que iria participar de uma palestra conosco, ela era vista como um ícone do Movimento Negro da Bahia, além de outras pessoas. A minha memória focaliza nesse momento em Ana Célia e ela, como uma mulher de santo, tanto é que na época ela estava em obrigação, não ela própria, mas a casa estava em obrigação, mas ela teve um tempinho para fazer uma fala conosco, não só para falar da trajetória dela enquanto mulher negra intelectual, até porque ela já era uma referência enquanto intelectual, quando ela discutia sobre as representações de crianças negras no livro didático, então aquilo me marcou profundamente e de alguma forma aquela palestra dela me fez reconectar a minha trajetória enquanto estudante lá no ensino básico, quando eu não conseguia ver representações negras no livro didático, a não ser o negro como aquele que sofria, que apanhava, um negro escravo, passivo, que sequer existia, então a palestra de Ana Célia me marcou profundamente nesse seminário”.

Programa AfroUneb

“A Semana de Consciência Negra que possibilitou a formação do que é hoje o Núcleo Interdisciplinar de Estudos Africanos e Afro-brasileiros chamado AfroUneb. Claro que este núcleo nasce com a semana de Consciência Negra, depois a semana continua, nesse período, talvez, uma ou duas edições que não ocorreram por motivos econômicos, enfim, que nós não tivemos condições de realizar, mas, propiciou, no caso

para o Campus V, a criação de um laboratório chamado Laboratório de Cultura Negra, à época era vinculado ao colegiado de História. Desse laboratório nós transformamos em núcleo de estudos que é, evidentemente, antes do núcleo de estudos africanos e afro-brasileiros se constituir como tal, nós tivemos aí dois importantes programas, o Programa AfroUneb I e Programa AfroUneb II, financiados pelo MEC através da SECADI, que era uma secretaria da inclusão e da diversidade, acho que era mais ou menos isso, em 2005. A SECADI lançou um grande edital nacional chamado Edital UNIAFRO, foi uma solicitação de vários movimentos negros do Brasil, sobretudo de vários NEABIs, a própria Associação Brasileira de Pesquisadores Negros também participou ativamente dessa cobrança, e aí lançado esse edital, final de 2004 para 2005. Em 2005 eu tive a felicidade, depois de prestar um concurso acirradíssimo e complexo para a área de História da África, tive a felicidade de ingressar e em 2005, me lembro bem, em meio a uma greve, já entrei participando de uma greve feita pelos professores e professoras de todas as universidades estaduais frente à precarização, tínhamos feito uma greve naquele contexto, mas surgiu um edital e aí tínhamos que tomar uma decisão, se faríamos ou não, se participaríamos ou não. Mesmo em greve, a greve foi mantida, participamos ativamente do movimento grevista, ativamente, eu digo isso porque muitos professores participaram daquele edital, muitos professores da UNEB, ressalto mais uma vez a importância do professor Wilson Roberto de Mattos, o Programa AfroUneb foi coordenado por ele, eu participei da equipe, à época eu me lembro que a professora Marluce Macêdo também participou, professores do curso de Geografia aqui do Campus V, isso está registrado no projeto, o AfroUneb I, que iniciou no final de 2005, depois do cessar da greve e perdurou até 2006, depois veio o AfroUneb II, com outro formato. Inclusive é uma derivação do primeiro, teve um importante papel, eu diria, na formação docente, por um lado, não só na formação docente no nível superior, acadêmico, mas na formação docente da educação básica, até porque muitas das ações que existiam no programa eram destinadas aos professores da educação básica, então o AfroUneb teve um papel importante, o programa em si, o programa como um todo, o I e II fazem parte daquilo que nós chamamos de memória social, daquilo que é hoje o Núcleo AfroUneb, desde a Primeira Semana de Consciência Negra, então, compõe aquilo que nós chamamos de memória histórica, da memória social do Núcleo AfroUneb e esse núcleo formou diversos professores, direta ou indiretamente. Muitos desses professores eram alunos, como eu, eu fui aluno da UNEB, do curso de História, eu participei das atividades da Semana de Consciência Negra, isso de alguma me estimulou a participar de atividades acadêmicas e políticas em Salvador”.

Movimentos negros

“Na cidade não tinha essa discussão racial do ponto de vista diria acadêmico, claro que havia movimentos negros na cidade, como exemplo o potente movimento negro representado pelos Capoeiras, pelas academias de Capoeira que se consolidavam pelo interior da Bahia, a exemplo de Santo Antônio de Jesus, e aí eu quero fazer lembrança da importância de dois Mestres de Capoeira que foram Roque dos Anjos e o próprio Mestre Gabriel da Luz, esses dois Mestres tiveram importante participação nos movimentos negros na cidade através da capoeira. Para além do mestre Roque, da academia de Capoeira Ogunjá, também a partir de alguns blocos afros da cidade, inclusive já existem trabalhos de dissertação feitos na cidade, no curso de História do Campus V sobre os blocos afros focando na trajetória do bloco afro Olorum, também conduzido pelo Mestre Roque, eu lembro. Existia o bloco afro Filhos da Jamaica, havia outros blocos que agora não me lembro o nome, a memória da infância às vezes

algumas coisas a gente lembra e outras nem tanto, mas eu lembro dos chamados samba de roda, samba de reza que é uma variação do samba de roda, é um samba de reza que ele é precedido pela reza, pelas ladainhas das rezas, as devoções, as promessas a São Cosme e Damião, Santa Bárbara, lembro dos carurus, eu considero todas essas práticas sociais, essas experiências como movimentos sociais negros e também esses movimentos, essas práticas me auxiliaram a formar a minha consciência social”.

Eduardo Antônio Estevam



O professor Eduardo Estevam é natural de Itabuna, cidade localizada ao sul da Bahia. A sua entrevista ocorreu no dia 19 de maio de 2021.

Entrada na universidade

“Olha, na adolescência pensei em fazer academia e ter um curso universitário, mas originalmente a ideia era o curso de Engenharia Civil. Desenvolvi de forma autodidata algumas habilidades de planta baixa, desenho geométrico, eu gostava muito de desenhar plantas, cheguei até a desenhar a planta de um morador do bairro São Pedro, em Itabuna, eu sou de Itabuna, sul da Bahia. Ele construiu a casa, então eu tinha muito interesse, muita vontade em ser Engenheiro Civil, eu tentei dois vestibulares, um na UFBA e outro em Feira de Santana, eu tinha 19 anos e não passei. Eu vim da escola pública, toda minha formação da educação básica foi de escola pública, cheguei a fazer um pré-vestibular com muita dificuldade, mas só cheguei a fazer o pré-vestibular na época porque eu consegui um emprego na Santa Casa, mas eu não passei e eu sabia que era justamente em função dessa minha deficiência em Química, Matemática que ainda eram as disciplinas que tinham um peso maior e ainda tem em um vestibular para essa área de Engenharia, mas meu grande interesse era Engenharia. Como eu tinha perdido o segundo vestibular, eu pensei: ‘olha, vou desistir de Engenharia e vou tentar outra coisa que eu possa entrar na universidade’. Aí apareceu o curso de História, apareceu porque tinha baixa concorrência, aí eu falei, ‘eu acho que nesse eu vou conseguir entrar’. Entrei

no curso de História e acabei me identificando a ponto de não querer mais tentar Engenharia Civil, eu me formei em História pela Universidade Estadual de Santa Cruz que fica no sul da Bahia, fica em Ilhéus, entre Itabuna e Ilhéus, com bastante dificuldade. O curso era de 5 anos, era de Estudos Sociais e História, então eu pegava muita carona. Como ela fica no trecho entre a Rodovia Ilhéus/Itabuna tinha muitas passagens de caminhões, as pessoas indo para Ilhéus e trabalhava em Itabuna então, você se lembra que ali na saída de Itabuna, por volta das 6 horas ficavam inúmeras pessoas pedindo carona e principalmente a minha condição econômica não era legal para isso, me lembro que uma vez eu não consegui assistir à aula porque não apareceu carona, eu tinha consciência que também as dificuldades eram maiores para as pessoas negras homens negros, à noite pedindo carona isso a gente tinha plena consciência aí eu cursei História, na UESC (Universidade Estadual de Santa Cruz), em seguida tinha que abraçar o mercado, correr atrás e ir para o mercado de trabalho logo”.

Movimentos negros

“Essa minha construção foi fora da universidade, foi anterior, a universidade funcionou mais no contexto acadêmico, com algumas discussões, mas a formação pessoal mesmo, de base, foi fora. Eu me lembro que meu irmão mais velho era filiado ao PT, ainda é filiado ao PT, o PT na década de 80 e 90 proporcionava uma ponte com os movimentos negros e até fomentava a criação de organizações negras que aconteciam em Itabuna, então meu irmão mais velho, Chico Estevam trouxe praticamente para Itabuna a sessão do MNU, o movimento negro nacional, aí tinham as reuniões aos sábados, eu me lembro que ele sempre me chamava, meus irmãos, mas eu, na adolescência, não estava nem aí, gostava muito de basquete, ainda gosto, gostava de jogar basquete, de viajar mesmo, mas aí teve um dia que eu resolvi participar da reunião e gostei. Era difícil, uma reunião política no sábado à tarde, professor que está começando, era difícil, mas aí eu comecei a frequentar e nessa época foi quase concomitante a minha participação no movimento negro com 18 ou 19 anos, e aí comecei a frequentar, participar das ações políticas de uma forma ativa mesmo. Nós organizávamos o 20 de Novembro em Itabuna, todos os anos com caminhada na avenida Cinquentenário, participava das organizações, das manifestações pelos direitos sociais, não tinha essa coisa de redes sociais, era a coisa do papel mesmo, de panfletagem, o 20 de novembro, o 13 de maio, ativamente, participamos ativamente em Itabuna em 2000/2001/2002/2003 até 2007 que eu saí fui e para São Paulo. A universidade era uma ponte porque a gente atuava na sociedade ali em Itabuna e era uma ponte trazendo os colegas da universidade para lá, trazendo as discussões nossas da universidade, pra dar força, então, vai sempre nesse elo. Na graduação tive um ativismo puramente acadêmico, concentrado no campus universitário, ele foi também no campus universitário através do diretório acadêmico, fui delegado representando o congresso, mas foi muito mais fora. Para coroar essa nossa luta, tivemos outras grandes lutas, mas a maior foi enfrentar a implementação do sistema de cotas na Universidade Estadual de Santa Cruz. Atuamos de forma firme, bravamente, nos movimentos negros de Itabuna, depois surgiram outros movimentos, mas atuamos firmemente em todos os movimentos, participamos das comissões, nós lotamos o Conselho Universitário no dia da votação pressionando e discutindo. Foi aprovado e digo com todas as letras que foi aprovado devido à grande mobilização dos movimentos negros de Ilhéus e Itabuna em favor das cotas, contamos com a participação de professores universitários sensíveis à causa e alguns militantes também, mas a grande pressão, a grande mobilização foi dos movimentos sociais negros de Itabuna e Ilhéus para implantar o sistema de cotas na UESC”.

Entrada na Associação de Pesquisadores(as) Negros(as) da Bahia

“Eu vou pedir uma ajuda para você, a APNB tem quantos anos? São 15 anos? Mais de dez, né? Eu estou perguntando isso, essa informação porque eu creio que eu não me aproximei, que eu não conhecia a APNB mais cedo porque eu saí para fazer mestrado e doutorado e fiquei cinco anos fora da Bahia, na verdade fiquei mais, eu morei em Caicó, no Rio Grande do Norte, minha esposa tinha passado num concurso lá, fiquei sete anos fora da Bahia, então dado esse distanciamento, acho que eu não me aproximei. Como a APNB nasce em 2004, eu saí em 2007 e logo com o surgimento a gente sabe que no surgimento não ganha essa popularidade, essa publicização no estado da Bahia que é muito grande, por isso que eu perguntei pra entender por que eu demorei tanto pra conhecer a APNB. A APNB de fato aparece para mim objetivamente a partir do congresso que foi realizado em Porto Seguro, que foi conduzido pela Maria Aparecida, uma grande amiga minha que dá aula lá em Porto Seguro e quando começaram as reuniões ela fez um chamado dada a nossa passividade, principalmente quando ela vinha para Salvador, ela ficava no meu apartamento e minha esposa também deu aula lá na UFSB (Universidade Federal do Sul da Bahia) aí ela falou pra gente ‘olha, vai ser na na UFSB, a gente está construindo e preciso da ajuda de vocês’. Eu participei de algumas reuniões aqui em Salvador que ocorriam ali no CEPAIA, eu me lembro outras vezes também que ela veio para Salvador resolver uma questão de documentação. Ela mora em Porto Seguro e ficou no nosso apartamento, a gente morava em Nazaré, pois bem, aí ajudei a construir o de Porto Seguro. A UNILAB mandou um ônibus com estudantes para Porto Seguro, não deu, eu não fui, minha esposa foi apresentar o trabalho em uma Sessão Temática, eu escrevi trabalho, não sei, eu me lembro vagamente, ajudei a construir o levantamento pra levar os estudantes, o ofício, tal, não sei se foi o limite do ônibus, os voos estavam muito caros, eu me lembro que alguns colegas foram, mas eu não fui. Então, a partir da minha participação nas discussões para construir o Congresso Baiano de Pesquisadores Negros sediado em Porto Seguro foi que eu conheci a APNB, na sequência veio o congresso da UFBA, inclusive no congresso da UFBA a representante da UNILAB foi uma colega de trabalho, a professora Fábria Ribeiro, a professora Fábria declinou e me comunicou a impossibilidade de participar das reuniões para construção do congresso de 2019 e perguntou se eu gostaria de participar, eu falei sim, aí participei praticamente de quase todas as reuniões do congresso de 2019, na UFBA. Lá eu já vinha sentindo nas discussões que a bola da vez ia ser a UNILAB, e aí na Assembleia, que é uma reunião final de revisão final do congresso a UNILAB foi suscitada para ser candidata e eu abracei a ideia. Agora nós estamos no processo próximo da realização do congresso Baiano de Pesquisadores Negros, a edição de 2021 que será realizado virtualmente na UNILAB, já praticamente na reta final, está quase tudo pronto”.

Sobre itinerâncias, (re) territorialização e territorialização da APNB

“Eu acho que é um processo de territorialização e (re)territorialização, porque a territorialização, você conhece um pouco mais o processo da APNB, eu sou do sul da Bahia, minha formação foi na UESC, eu sinto essa falta, eu vi a UESB, Feira de Santana (UEFS), a UFSB, Salvador, Santo Antônio de Jesus, mas eu sinto a falta de Itabuna e Ilhéus, os grandes polos do sul da Bahia. A UESC, eu sei que quando o congresso foi realizado em Porto Seguro que é mais próximo dessa região, teve uma participação da militância, profissionais da UESC. Eu fiquei sabendo, eu vi, mas eu sinto que algumas

regiões da Bahia, principalmente o sul da Bahia, eu acho que precisa territorializar, demarcar mesmo e ao mesmo tempo eu sei da complexidade, a UESC é uma grande universidade, muitos cursos, tem profissionais do Brasil todo, até do exterior, então é um campo de disputa, não é uma coisa dada. Eu estou falando isso também é que agora nesse atual congresso praticamente nós não temos a participação de profissionais da UESC coordenando GTs. Apresentando trabalho é uma outra história porque ainda estão abertas as inscrições, isso eu não posso afirmar, mas em termos de participação na comissão organizadora ou propondo GTs, minicursos, oficinas isso não tem e eu sei que é uma região potente, forte, tem muito a se apresentar e o campo de pesquisa tem trabalhos muito profundos com as questões raciais. Estão sendo produzidos e tem muito a contribuir nos congressos. Eu acho que a APNB precisa se aproximar, de alguma forma, tensionar o sul da Bahia de uma forma direta, a Universidade Estadual de Santa Cruz e tem outras universidades lá, particulares. Seria importante. Na minha época tinha um campus da FTC (Faculdade de Tecnologia e Ciência), não sei se ainda tem e várias outras particulares em Itabuna, Ilhéus que também podem e devem ser provocadas, não vamos pensar só nas universidades públicas, a gente fala das universidades públicas porque têm maior inserção, mas as faculdades privadas também têm que ser provocadas e nós devemos nos aproximar dessas instituições, isso faz somar, é um ganho social profundo para todos nós, então é isso que eu penso, no caso específico dessa região a gente precisa territorializar mesmo, essa luta, essas atividades que a APNB vêm desenvolvendo”.

Gilson Souza de Jesus



O professor Gilson Souza é natural de Salvador. A sua entrevista ocorreu no dia 29 de junho de 2021.

Entrada na universidade

“Eu entrei na UNEB pelas cotas, a minha turma foi a segunda, em 2004. Eu sempre tive a ideia de mostrar, ajudar a desenvolver no meu próprio bairro, mesmo quando está na sala de aula, a gente percebe que mesmo em escola particular, de bairro periférico, não é muito diferente de escola pública, nos deparamos com aquela ideia dos alunos, da qualidade que eles não têm, muita expectativa de alcançar algo, de que podem conseguir porque fica um monte de gente colocando barreiras no caminho. Você sendo do bairro de Valéria, não vai conseguir, melhor tentar outra coisa, melhor você fazer um curso técnico, desestimulando. Eu sempre estudei muito. Nesse período, antes de fazer vestibular eu estava pensando o que eu ia fazer porque como eu sou de Salvador e a UNEB, onde me formei, não era, eu não queria ir porque não tinha muita perspectiva, pensava ‘como é que eu vou morar no interior’? Sem trabalho, sem nada, com 17 anos, então eu ficava naquela do que eu ia fazer, tentei primeiro por aqui mesmo em Salvador, na UFBA, eu nunca tinha feito UNEB, tentei outros cursos até porque não tinha ideia exatamente do que eu queria fazer, eu cheguei a fazer UFBA umas duas vezes, eu acho, aí até que eu tomei coragem de tentar outro lugar, porque na época, hoje já tem, mas no momento que eu fiz vestibular ainda não tinha História na UNEB aqui em Salvador, quando teve eu já estava lá. Minha madrinha mora lá em Santo Antônio de Jesus, aí eu pensei: ‘eu posso’. O fato de você ter alguém que você conhece no lugar, já não vai começar do zero. Seria diferente de ir para uma cidade completamente estranha que eu não conhecia ninguém”.

Sobre intelectuais negros(as) e suas produções (gerações mais antigas e as atuais)

“Eu não tenho acompanhado as produções mais novas, mas eu vejo que muitas vezes as coisas se perdem e se confundem, ainda mais agora por conta das redes sociais, às vezes acho que as pessoas ficam mais preocupadas com a embalagem, com a estética e não necessariamente com o conteúdo, às vezes parece que as pessoas ficam muito apressadas em ter uma opinião sobre algo e aí falam umas coisas sem muita pesquisa, sem muita leitura, eu acho que falta mais é leitura também. A gente não pode perder isso de vista, é a tradição, a tradição africana de você observar os mais velhos, de observar quem veio antes, o que já foi feito antes. O que eu vejo muitas vezes é muita gente na posição de arrogância também, de achar que é dona dos conceitos, que o que já foi dito não presta mais, críticas desnecessárias a pessoas que vieram antes, ou tentar levar para algum lado específico, coisas assim que eu não consigo concordar, quando fica muito ligado a isso, essa coisa meramente estética, isso mais atrapalha do que ajuda, as pessoas deveriam ter um respeito maior e até uma leitura maior sobre as coisas, acho que fica muito atropelado, eu fico vendo por aí o que as pessoas falam, escrevem por aí nas redes sociais, criticam intelectuais negros de antes, eu acho que é preciso considerar as coisas que as pessoas escreveram antes, existem métodos, existe pesquisa, existem vivências ali. Outra coisa que eu fico vendo por aí em alguns movimentos é o movimento ‘anti academia’, ‘a universidade não ensina nada’, que ‘a universidade é coisa de branco’, ‘conhecimento de branco’ e ‘o que você faz não leva pra comunidade’, que você não devolve. Poxa, olha a gente aqui, a gente não está devolvendo? Eu não estou trabalhando na sala de aula há anos? Como é que eu não estou levando? Eu sou totalmente contra esse discurso, como professor sou radicalmente contra, como é que você não quer que o cara estude? Que tenha acesso a educação formal? Se tendo já é difícil pra caramba, imagina se não tivesse. Enquanto professor não consigo concordar com esse discurso anti acadêmico, anti-educação, é complicado”.

Marise de Santana



A professora Marise de Santana é natural de Candeias, cidade do Recôncavo Baiano. A sua entrevista ocorreu no dia 21 de julho de 2021.

Trajatória e experiência com as questões étnico-raciais

“Eu sempre disse que eu era negra em movimento, eu tinha uma certa dificuldade e ainda tenho até hoje de estar dentro de alguns movimentos, mas eu sempre me afirmei enquanto negra em movimento e o tempo todo a gente está buscando pensar questões que não estão fora da gente, estão dentro da gente, elas são nossas famílias, elas vêm dos lugares que nós ocupamos, dos lugares onde estamos. Eu costumo falar muito da minha insatisfação quando criança, adolescente lá na cidade de Candeias, aqui no Recôncavo. Eu tinha que estar no pelotão de escravos, aquele pelotão dos escravos que todas as crianças negras, adolescentes tinham que sair, aquilo era uma coisa que me inquietava muito, me dava uma angústia muito grande, mas eu sou do tempo da ditadura, então nesse momento a gente tinha que desfilar, não tinha negócio de dizer ‘vou desfilar se eu quiser’, e desfilar naquele pelotão era um tormento, as pessoas todas em um vestido de cetim vermelho e com uma corrente, um preso no outro, então aquilo era um negócio que me inquietava muito, que me deixava muito insatisfeita. Minha mãe dizia, ‘mas tem que desfilar, precisa sim’, enfim, acho que todo o meu debate acadêmico não se gesta quando eu entro na academia, mas ele se gesta muito antes, por conta dessa trajetória toda. Antes de entrar na universidade eu não tinha trajetória de movimentos negros, eu tinha trajetória de me pensar como uma negra em movimento e aí quando eu chego na universidade eu fico muito inquieta com a forma como a universidade se gesta, eu vou para minha primeira ação que foi um curso de extensão, um curso de extensão, mas não era um curso de pensamento racial não, era um curso de pensamento mais da diversidade, que a gente precisa colocar aí uma diferença. Dentro

desse curso de extensão proposto foram nascendo questões importantes como a diversidade, primeiro, depois a pluriculturalidade. Quando eu chego no mestrado, eu vou discutir diversidade cultural porque naquele momento em 1996 chegaram nas prateleiras os parâmetros curriculares, mas eu não via que os professores iriam fazer o debate daqueles parâmetros curriculares, tinha alguma coisa que eu não sabia direito o que era, mas que me dizia que eles não faziam, com exceção da minha vivência que mostrava que havia sempre um pensamento que era monocultural e não multicultural, então esse pensamento monocultural inviabilizaria os professores no trabalho. Eu fui para o campo da pesquisa, foi meu objeto de estudo pensar isso e qual não foi a minha surpresa quando eu descubro em campo que de fato os professores não trabalhariam porque o conceito de cultura, porque minha formação de mestrado e doutorado foi dentro de um programa de Antropologia, Ciências Sociais, especialmente lidando com a Antropologia, então a minha surpresa foi quando eu percebi que os professores entendiam Cultura como cultura escolar, cultura universitária, eles diziam ‘o meu pai não tem cultura, minha mãe não tem cultura’, ora, se eles tinham esse entendimento de que a mãe não tinha cultura, o pai não tinha cultura, então como seria, aí eu fui percebendo isso e meu objeto de estudo já do doutorado foi de tentar entender a cidade que eu nasci. Aí é que foi o meu despertar para uma série de elementos discriminatórios que existem na minha cidade e que até então eu não pensava, até então eu era uma pessoa que me insurgia contra o modelo, mas sabe aquela coisa de que quando somos jovens nos insurgimos contra algo, mas não temos muito a dimensão das coisas. Eu fui fazer o trabalho dentro da cidade de Candeias, eu peguei Candeias e São Francisco do Conde, Candeias porque eu nasci lá e São Francisco do Conde é por conta do meu nascimento religioso, meu nascimento espiritual foi em São Francisco do Conde, então eu pego essas duas cidades onde o tráfico escravocrata foi muito forte, então eu vou pegar justamente para entender como é que se dão todas essas questões, aí eu vou entender a questão do legado africano, só que a questão do legado africano fica parecendo que está no horizonte apenas da Cultura e não está, ele está no horizonte também das racialidades, então tudo o que é do continente africano, tudo o que foi trazido e deixado como nossos legados do continente africano é discriminado, é considerado menor, é considerado ruim, é considerado demoníaco, então surgem esses entendimentos. Durante o mestrado e doutorado eu já estava na universidade, a gente fazendo um debate diferenciado dentro das disciplinas, propondo curso de extensão e aí quando eu saio do doutorado vai ser a proposta do ODEERE que é o órgão da educação das relações étnicas, então essa proposta do ODEERE se inicia em 2004, mas o órgão é efetivado em 2005, então é a partir de 2005 que eu vou sentir muito mais forte o quanto nossa universidade silencia as nossas questões raciais, culturais e étnicas, naquele momento eu era uma solitária, havia poucos alunos que se viam dentro daquele projeto porque a maioria não queria estar dentro do ODEERE, professores poucos também, quase nenhum, mas isso foi muito importante porque foi aí que eu comecei a estender esse projeto do ODEERE para fora da UESB, eu comecei a me relacionar com pessoas que estavam fora, aquela que era a única forma de sustentar aquele projeto. Denilson foi uma das pessoas que deram e ainda continua dando uma imensa contribuição para que o ODEERE se sustente”.

O ODEERE e a implementação da Lei 10.639 na Bahia

“Eu acho que na verdade esses grandes projetos que nós temos, o AfroUneb, o ODEERE foram cruciais para formar muitos profissionais que não foram só professores e professoras, mas profissionais de várias áreas do conhecimento. Penso eu que esses profissionais dessas várias áreas do conhecimento que tiveram em algum momento uma

formação, não é, para a Lei 10.639, são hoje multiplicadores. O ODEERE mesmo formou muita gente na região sul e sudoeste da Bahia, ainda falta um trabalho nosso pra dizer quantos cursos nós oferecemos e em quantas edições, porque nós estamos oferecendo edições de cursos antes da formação oficial do ODEERE, em 2004 a gente já tinha atividades de formação, mas a gente não tem como hoje dizer que estes projetos não foram importantes. Foram sim, mas ainda falta, ainda temos muito a desbravar, nós temos ainda que continuar fazendo formação intensiva porque quando a gente se depara com pessoas e minicursos, quando a gente oferece minicursos e se depara com pessoas que dizem que é a primeira vez que estão ouvindo falar sobre questões raciais, dá pra gente a dimensão de entender que projetos com o ODEERE e o AfroUnib, projetos que estão no CEPAIA, no CEAO precisam continuar fazendo o debate e a discussão. É necessário, por exemplo o IX CBPN que está indo pra Coité, não vai ser fácil, a gente sabe que aquela região não é uma região que tenha projetos que estejam formando para as relações raciais, então o pessoal que vai organizar o congresso terá grandes dificuldades também, eu penso que a gente ainda tem muito a fazer, a caminhar”.

Marluce de Lima Macêdo



A professora Marluce Macêdo é natural de Santa Bárbara, Bahia. A sua entrevista ocorreu no dia 05 de maio de 2021.

Trajetória acadêmica

“Sou professora do curso de Licenciatura em História no Campus XIV, na cidade de Conceição do Coité, Departamento de Educação. Trabalho dando aula na área de ensino de história e na área de História do Brasil e estudos afro-brasileiros. Eu fiz graduação em História, fiz mestrado e doutorado em Educação na própria UNEB, Salvador, no Programa de Educação e Contemporaneidade. Na dissertação eu pesquisei sobre tradição oral afro-brasileira e a escola tendo como pano de fundo o município de Santa Bárbara onde nasci, estudei e fui professora por muitos anos. Eu cresci dentro

dessa tradição oral rural já que sou de origem rural. No doutorado eu pesquisei sobre intelectuais negros e memória debatendo tradição, insurgências e possibilidade de diálogos para educação antirracista. Tomava como referência, como fonte principal para essa escrita, o conjunto de obras de Edson Carneiro, intelectual baiano e Abdias do Nascimento, grande militante negro. O debate girava em torno do quanto as produções dos intelectuais negros podem reconfigurar a memória sobre nós, os negros, em um combate com a memória hegemônica constituída principalmente pelos brancos, os intelectuais brancos, homens e mulheres. Eu sou uma militante negra e faço parte historicamente da Associação Brasileira de Pesquisadores Negros desde 2002 quando fui para o segundo congresso em São Carlos (UFSCAR) e da Associação de Pesquisadores Negros da Bahia. Sou uma das associadas fundadoras da Associação e faço parte também do consórcio de NEABIs”.

Militância

“Quando eu falo de militância estou falando muito de um lugar, de uma localização e uma produção acadêmica engajada como muitos autores têm discutido isso, o Cornel West fala do intelectual engajado e é dentro dessa perspectiva que eu trabalhei também na minha tese de doutorado, a minha própria experiência. Minha experiência é de uma intelectual engajada, de uma pessoa que se preocupa em fazer perguntas e tentar buscar respostas para essas perguntas. E isso se torna mais emblemático quando essas questões dizem respeito às populações que historicamente estiveram à margem das posições hegemônicas e mais do que isso, estiveram desprestigiadas, em condições desiguais nas sociedades em que vivem, como a nossa sociedade que é uma sociedade racializada. São muitas outras questões, além de serem racializadas dessa perspectiva que a gente está centrando aqui, então a minha militância significa que eu tenho um compromisso com a transformação desse modo de produzir e reproduzir conhecimento, com a produção e a reprodução de um conhecimento que respeite as trajetórias, as experiências, as contribuições e trabalhe para a igualdade e a libertação de todo ser humano. Então, acho que a militância se transforma na realidade, na participação e criação desses mecanismos que são coletivos, de traçar caminhos, de produzir conhecimentos, de criar oportunidade e sistemas de solidariedade. Como a gente percebe historicamente, como nós, dentro das nossas instituições e a gente sempre fala que estamos por nossa própria conta, como nós somos os principais responsáveis para impulsionar determinadas mudanças maiores a nível nacional, político. Nesse caso, a criação da Associação Brasileira de Pesquisadores(as) Negros(as) foi muito importante em diversos aspectos das leis, ações afirmativas em geral. Eu destaco as cotas e a Lei 10.639 e certamente a militância negra, o engajamento negro dos movimentos sociais negros e acadêmicos brigou por isso, muitos negros (militantes e acadêmicos), apesar de todo esse debate histórico, mas hoje a gente tem uma realidade que a gente brigou por isso. Pode contabilizar, hoje muito dos nossos negros historicamente militantes que também viraram acadêmicos e muitos negros acadêmicos que são militantes, ou seja, não são duas coisas desconexas, tornam um compromisso conjunto. No sentido de entendermos o conhecimento e o quanto ocupar esse lugar de decisão, de que conhecer, de como utilizar esse conhecimento em prol da sociedade. Então acho que essa é uma aposta que nós fizemos historicamente. Essa questão da criação da Associação Nacional, dos NEABs, da Associação aqui na Bahia e de outros grupos, muitos outros grupos, como eles chamam de grupos correlatos e agora os NEABIs também nos fortalecem muito. Nossa presença, nossa capacidade de luta, talvez não seja percebido tão assim, eu acho que a gente poderia estar mais convicto

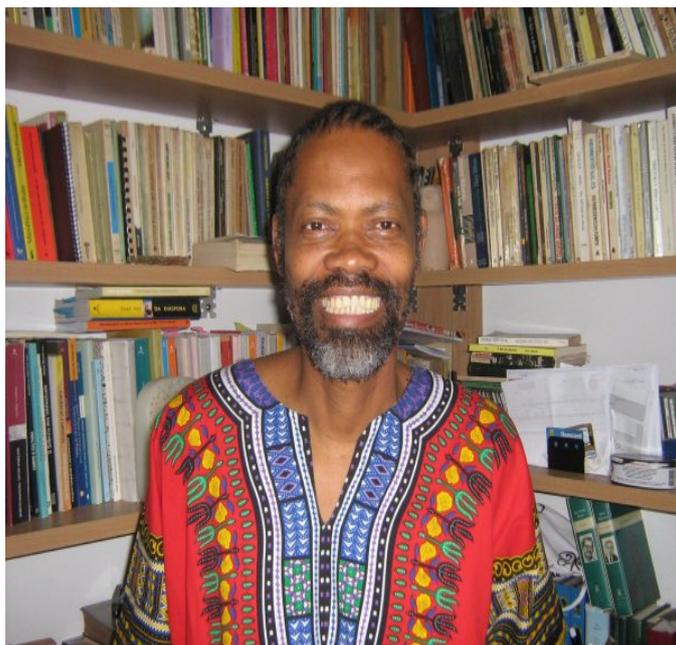
disso, digamos assim. O poder hegemônico ainda consegue nos arregimentar e a gente tem que ficar respondendo aos projetos dos brancos, ele quer a gente fique respondendo e muitas vezes passamos a competir um com o outro porque eles são eficientes, eles sempre foram eficientes e na medida em que a gente vai nos libertando desse poder, eles vão tecendo outras formas de nos aprisionar, então acho que para mim foi uma experiência e é ainda uma experiência muito importante na minha vida acadêmica, na minha vida intelectual, na minha vida como pessoa, como mulher negra. É um espaço que eu tenho muitos amigos e amigas, é um espaço que tem muitas trocas, muito aprendizado, então acho que essa militância é uma forma diferenciada, não é um posicionamento contra a ciência, embora essa discussão de ciência seja bastante complicada, como ela se instaurou, mas não é contra a ciência, ao contrário, é um posicionamento que diz que o que nós produzimos, o que nós conhecemos também é um conhecimento válido, seja conceituado como ciência ou não, e também é dizer que a ciência, mesmo a ciência moderna, ela não seria o que é hoje sem o conhecimento que nós produzimos”.

Relação da Associação Brasileira de Pesquisadores(as) Negros(as) (ABPN) com a Associação de Pesquisadores(as) Negros(as) da Bahia (APNB)

“Então, eu poderia começar do início porque vamos falar, assim, como se fosse o gene, no congresso em São Carlos, basicamente eu, a professora Ana Célia da Silva, professora Delcele Mascarenhas, professor Wilson Mattos, Eduardo Santana que na época era meu colega de mestrado, Rosângela Souza, Maria Anória, éramos todos da UNEB, me lembro desse grupo. Claro que tinham pessoas de outras universidades daqui da Bahia, mas nós formamos esse grupo, éramos da mesma universidade, discutíamos algumas coisas, éramos do programa de pós-graduação, a professora Nádia Cardoso, nós fomos e quando voltamos de lá impactados pelo congresso, pelos debates, nós pensamos que devíamos nos articular aqui na Bahia como um grupo para poder participar mais efetivamente dos congressos nacionais, da ABPN que tinha acabado de ser criada. Começamos a nos reunir lá na UNEB e depois quando fomos para o terceiro congresso no Maranhão, nos articulamos. Esse grupo ainda sem um diálogo maior com outras universidades, nos articulamos para irmos para o COPENE defender e trazer o IV Congresso aqui para a UNEB, tendo como presidente Wilson Mattos porque nesse momento a articulação era que o vice-presidente da chapa nacional seria o nome daquele que iria coordenar o próximo congresso. Nesse caso, a ideia era a gente colocar o professor Wilson Mattos como vice-presidente da nacional e como presidente do congresso na Bahia. Nesse momento, começa a participação mais efetiva do professor Nilo Rosa, da professora Flora e outros professores. Começou a ter uma articulação muito maior quando nos reuníamos no CEPAIA. Quando começamos com essa articulação maior, pensando de fato em formar, havia uma solicitação do professor Manoelito (coordenador do CEPAIA) para uma reunião da sessão, para a fundação da sessão Bahia da Associação Nacional. A primeira ideia era criar uma sessão da Associação Nacional e depois quando o debate foi feito, que nós estávamos fazendo a reunião, o debate andando com o professor Nilo Rosa e a professora Flora, com o professor Valdélino, era um número grande de participantes, então dentro do debate se chegou a ideia de que seria mais interessante se criar uma associação na Bahia, mas não porque seria uma associação independente, mas uma associação com vínculo com a nacional que é como está colocado no estatuto da APNB. Daí quando nós fomos para o debate, antes do quarto congresso, lá no Maranhão, quem ficou como presidente da Associação Nacional, quando o Henrique Cunha saiu, acho que foi o Valter Silvério e

depois no Maranhão foi Nilma Lino, presidenta da Associação Nacional. Aqui na Bahia, o Alex Ratts foi presidente do congresso. Então, a relação sempre foi muito complicada porque a Associação Nacional debatia e ficava no meio do caminho porque nunca foi um projeto, nunca aceitou um projeto de ter associações estaduais, na leitura das sucessivas direções, pelo menos até onde eu acompanhei o debate, até onde eu conversei com alguns presidentes e algumas pessoas da direção nacional e até onde nós tivemos discussões conjuntas. Na leitura deles, isso enfraqueceria a Associação Nacional, eu entendo justamente o contrário, não sei de que ponto de vista, se financeiro, político, mas eu penso que essa sempre foi uma relação bastante complicada. Há historicamente, entre nós negros, um complicador que de alguma forma, infelizmente para mim é uma herança muito ruim dos brancos, entre Sul e Sudeste com relação à centralidade, inclusive do ponto de vista da produção do conhecimento, da circulação acadêmica. O Nordeste, nesse caso a Bahia, especificamente, os intelectuais da Bahia e da nossa Associação sempre são vistos de uma forma não privilegiada, a gente fica sub-representado. Na minha percepção, eu acho que isso não deixa de ser verdade, não podemos fazer disso uma acusação, mas como algo que de alguma forma faz parte de uma tradição que nós não conseguimos romper, uma tradição muito ruim baseada em hierarquias regionais, mas também baseada no próprio racismo. Já sabemos, no caso da Bahia, nós temos uma população negra majoritária, mas como nós estamos falando só de relações entre nós mesmos, por isso que eu digo que esta é uma herança ruim, maldita que deveríamos esquecer. Nós tivemos realmente muitas dificuldades para tornar essa relação de subseção, essa relação de associação estadual com nacional, tornar isso institucional, ou seja, fazermos parte da estrutura nacional de forma estatutária, então realmente nunca conseguimos, os convites que fizemos a alguns presidentes nacionais para participar dos nossos congressos, sempre fizemos à Associação Nacional, sempre tivemos momentos, como tivemos na última discussão que eu fui com a direção anterior a essa, a direção de Nicéia, anterior a essa, nós tivemos um debate no encontro de uma jornada na UFBA, nesse encontro, nesse seminário aí que teve na UFBA, nós tivemos uma reunião primeiro dos NEABs e a nacional e depois tivemos uma reunião entre a Nacional e a Estadual e aí nós realmente fomos pra esse debate e o debate na verdade ele fica travado nesse ponto porque a associação nacional continua entendendo que ter associações estaduais é complicado. A Nacional teria que transformar a estrutura dela e permitir que os outros estados também permitissem criar suas associações, o que no entendimento seria como se perdesse mesmo o peso do ponto de vista da fragmentação, seria como fragmentar. Na verdade tem um outro debate importante que é a questão da afiliação, por isso, também Associação aqui da Bahia, a gente tem dificuldades até hoje, não tem filiados oficiais, digamos assim criados, mas, assim como a associação é registrada, mas a gente não cobra anuidade porque a gente nunca chegou a um acordo com a Nacional, como a maior parte dos que são associados na Bahia são associados à Nacional e a anuidade já é alta, não é possível cobrar e não poderíamos pagar duas anuidades, a nossa proposta é que faça como outras associações fazem, por exemplo, que você tem a ANPUH (Associação Nacional de História) e as regionais estaduais e a gente paga apenas uma anuidade, a gente quando se associa a estadual, automaticamente está associada à nacional e paga anuidade na estadual e repassa para a nacional, ou seja, funciona como um organismo único. A ideia da gente, aqui na Bahia, é que poderia ser assim, pelo menos até onde eu acompanhei esse debate, mas as dificuldades são reais”.

Nilo Rosa



O professor Nilo Rosa é natural de Niterói, Rio de Janeiro. A sua entrevista ocorreu no dia 26 de maio de 2021.

Militância e trajetória acadêmica

“Eu milito no Movimento Negro Unificado desde 89/90, não tem uma data exata, isso vai ser objeto até de uma pesquisa minha, mas eu faço parte do Movimento Negro desde 73/74 quando eu comecei, em Niterói, em um pequeno grupo. Depois eu vim pra Bahia e fiquei um pouco afastado do Movimento, eu sou do Rio de Janeiro, de Niterói, e vim pra Bahia trabalhar, fiquei algum tempo sem a militância e depois retomei a militância no Movimento Negro e a militância político-partidária. Eu sou fundador do Partido dos Trabalhadores, embora não tenha assinado o livro de filiação, mas desde o início sempre me integrei ao partido dos trabalhadores mesmo em Niterói, embora não fosse militante orgânico. Eu passei a ser militante orgânico em 85 ao mesmo tempo em que entrei no Movimento Negro da Bahia, eu entrei também no movimento negro dentro do partido dos trabalhadores, em 85 e depois em 88, 89 ou 90 eu ingressei organicamente no MNU, embora desde 86 eu já tenha uma relação estreita com os militantes do movimento negro. Fui coordenador estadual do MNU, coordenador municipal do MNU, participei de vários congressos do Movimento Negro Unificado, isso é um resumo, claro. Hoje eu sou coordenador, digamos assim provisório, do MNU porque o mandato está vencido. Minha trajetória acadêmica, eu fiz graduação na Universidade Moraes Júnior, uma pequena universidade privada no Rio de Janeiro, fiz curso noturno, sou bacharel em administração, fiz mestrado na Universidade Federal da Bahia em Administração Pública e fiz mestrado na Sorbonne, depois dei continuidade ao doutorado na mesma Sorbonne. Eu sou professor da Universidade Estadual de Feira de Santana desde 89/90 e hoje eu sou professor adjunto, essa foi a minha trajetória acadêmica. É bom que se destaque que ela se entrelaça com a trajetória política, eu fui dirigente do Partido dos Trabalhadores durante um bom tempo aqui em Salvador, eu fui Secretário de Finanças do diretório municipal, fui dirigente de uma

tendência interna dentro do Partido dos Trabalhadores, a Democracia Socialista e eu fui inclusive dirigente nacional desta organização, e durante muitos anos fui dirigente do PT, em Salvador.

A APNB

“Na verdade, não se pode falar em Associação e movimento organizado de intelectuais negros sem fazer alusão ao I SENUN que foi um movimento muito importante, ocorreu nos anos noventa e é como se fosse o chute inicial, onde jovens graduandos fizeram uma organização muito importante e redundou num grande evento aqui na Bahia, é um marco. Na verdade, eu considero um marco da luta organizada dos negros nas universidades, claro que existem outros marcos, a ABPN foi um marco, outros encontros, mas o SENUN tem uma coisa muito interessante. No congresso de Santo Antônio de Jesus, da APNB, eu organizei uma mesa com três quadros dos que organizaram o I SENUN, a professora Ana Pacheco, Isabel Reis e Ronaldo, da UFRB. A professora Isabel, da UFRB e a professora Ana Cláudia, da UNEB. Foi muito interessante essa Mesa para mostrar como o I SENUN foi importante, numa das falas ficou evidente que os grupos organizados, as organizações políticas nos anos setenta e oitenta não tinham interesse na formação de quadros negros universitários, isso ficou muito evidente em uma das falas. O SENUN foi feito contra essas organizações, essas organizações que tinham hegemonia no movimento estudantil, existiram e impediram a nova realização de outro SENUN. O próprio Movimento Negro Unificado, isso é muito bom que se registre porque eu estava lá e vi foi, a princípio foi contra a organização do I SENUN. Foram os militantes do Movimento Negro Unificado, principalmente, eu não participei, eu já não era graduando, eu tinha terminado o mestrado e era aluno especial do doutorado aqui na UFBA, estava fazendo um curso especial na UFBA, então eu não participei, foram os jovens intelectuais, hoje todos doutores com carreiras brilhantes”.

Insurgência

“A minha insurgência está fundamentada no texto magnífico de Cornel West, ‘O dilema do intelectual negro’, magnífico, eu acho que aquele texto deveria ser aula inicial em qualquer curso de pós-graduação, o problema do intelectual americano. Eles descobriram e nós não vamos descobrir nunca, ele foi traduzido, uma tradução livre da equipe da professora Florentina. Esse texto, as pessoas não dão a devida importância a esse texto, ele não é um texto inovador em si, mas um texto que faz uma análise crítica que sugere insurgência. ‘Não se pode jogar fora a água da banheira com a criança’, eu tenho que falar de Foucault, falar de Derrida, falar de Marx, mas eu tenho que saber os limites desses autores em relação às nossas contradições, a cultura onde nós estamos inseridos é uma cultura efetivamente judaico-cristã, e o que vem de lá não consegue se dissociar desse pensamento, entende”?

Relação da Associação Brasileira de Pesquisadores(as) Negros(as) (ABPN) com a Associação de Pesquisadores(as) Negros(as) da Bahia (APNB)

“A ABPN teve um papel importante, porém, tem um limite insuperável, na minha análise. Eu sou um dos fundadores da ABPN, nós fundamos a ABPN no primeiro congresso em Pernambuco, o segundo congresso eu não fui porque estava no meu doutorado. O terceiro, no Maranhão, eu também fui. A partir do congresso de Belém eu não participei mais porque eu percebi os limites de uma associação quando ela é engajada e vinculada a um projeto ideológico eurocêntrico, eurocentralizado, para mim

esse foi o grande erro da ABPN. Erro, não retiro essa palavra, mas o marco que deu condução à nacional foi essa vinculação a um marco cultural eurocentralizado, eu falo isso, o grande debate dentro da nacional foi a centralização versus a descentralização, e venceu a centralização. Gustavo, cada estado brasileiro tem uma agência de financiamento de pesquisa, por menor que ele seja, pesquisa se faz é no campo, é na cidade, é no estado então o papel da Nacional era simplesmente fomentar o surgimento de associações no estado, hoje nós só temos a Bahia e houve uma resistência de todos os dirigentes contra a Bahia, tanto é que um fato marcante, eles nunca vieram aos nossos congressos e todos foram convidados, um que teve passagem comprada, chegou aqui na Bahia, foi no IV CBPN em Cruz das Almas, naquela época o presidente recebeu a passagem, chegou até Salvador e voltou, foi embora. O mais absurdo foi o último agora, na UFBA que a ABPN indicou uma pessoa, ela chegou depois da Mesa de Abertura ter terminado, isso não é coincidência, isso faz parte de uma visão centralizadora, é o marco característico(...) a pesquisa é feita no estado, na cidade, era preciso ter uma associação em cada estado e ela centralizou, isso pra mim é o que causa paralisia, tanto é que no ano em que o Partido dos Trabalhadores não tinha mais o controle do poder, simplesmente não houve congresso, ou seja, a entidade perdeu toda a sua autonomia porque ela estava ligada a um bloco histórico, para usar essas palavras bonitas que nós temos por aí, ao passo que aqui na Bahia nós nunca tivemos auxílio do Estado, todos os apoios passaram por dentro da universidade e por dentro do prestígio acadêmico de nossos intelectuais, Flora na UFBA, eu na UEFS, Wilson na UNEB, Ana Rita e Ronaldo na Universidade Federal do Recôncavo, Marise na UESB e vai por aí, sem querer citar cada um, mas nós nos articulávamos por dentro da universidade onde nós tínhamos prestígio, ao passo que a nacional centralizava num bloco histórico que teve a hegemonia durante todo esse processo em que foi construída”.

Romilson da Silva Sousa



O professor Romilson Sousa é natural de Salvador. A sua entrevista ocorreu Romilson Sousa ocorreu no dia 30 de maio de 2021.

Trajetória acadêmica

“Eu sou Romilson da Silva Sousa, filho de Manoel Sacramento Souza e de Deonice da Silva Souza, essa é minha apresentação mais importante, dos meus ancestrais e das minhas raízes. Falar um pouco da minha trajetória acadêmica, eu vou tentar resumir, para tentar focar como essa trajetória acadêmica se caracterizou muito no que eu penso hoje. Eu fiz um curso em 1986. Depois entrei na Faculdade de Economia da UFBA. Na Faculdade de Economia eu tive oportunidade de trabalhar com iniciação científica, pesquisa, eu era uma pessoa muito envolvida na academia, naquele momento sem muita preocupação em entender o que era a universidade, muito mais como um jovem de 19 anos empolgado com o universo acadêmico e que gostava de estudar e se relacionar com professores. Por causa disso, estava muito presente na iniciação científica, nos projetos, mas muito mais pensando no dinheiro, eu não tinha muita consciência e nenhuma preocupação, esse foi um momento que eu desenvolvi, iniciei a minha carreira acadêmica mais voltada para a pesquisa, mas não era consciente, era muito mais voltado para o interesse em estudar, eu gostava dos assuntos, não tinha a consciência que eu estava fazendo pesquisa, que eu estava fazendo uma carreira acadêmica. No curso de Economia eu tinha uma visão, eu queria, eu tinha uma ilusão de que com trabalho e dedicação, com esforço você teria sucesso, naquele momento eu acreditava que bastava isso e não tinha outra coisa mais, então na universidade eu tive a oportunidade de fazer pesquisa com o professor José Sérgio Gabrielli, com Milton Santos (Miltinho) que é filho de Milton Santos e outros professores, eu sempre fiquei em atividades. A minha monografia foi sobre a diferenciação salarial da indústria petroquímica, eu sempre tive uma preocupação com isso, eu queria fazer um projeto bom, mais ainda não pensando em carreira acadêmica, depois da graduação eu fiz vários cursos, de psicanálise, fiz especialização na área de saúde pública, na área de administração hospitalar, vigilância sanitária, epidemiológica muito em função da carreira que eu estava pensando em seguir que era uma carreira empresarial, esses cursos de formação, de especialização. Eu comecei provocado por minha irmã, Florentina, comecei a ter a necessidade de mais, eu já tinha uma carreira razoavelmente sólida na área de consultoria de empresa, já estava relativamente bem sucedido nessa área, mas faltava alguma coisa, a consultoria e assessoria também eram formas de lidar com o conhecimento. Em 2003 eu começo como aluno especial no mestrado em Educação, eu sempre tive a minha irmã e pessoas da família ligadas à academia, minha mãe apesar de ter apenas o ensino médio, mas eu sempre a vi lendo, estudando, dia de sábado de tarde era o horário que ela se preparava para estudar, isso sempre foi presente na minha vida, na minha formação. Em 2005 eu entro no mestrado da UNEB, em Educação e Contemporaneidade e lá eu vou desenvolver, com orientação da professora Delcele Mascarenhas um tema de pesquisa que era na área de ações afirmativas, mas a minha preocupação sempre foi as cotas para negros na graduação”.

Como você vê a relação entre a APNB e a ABPN?

“Eu busco entender como funciona a política institucional nos diferentes grupos raciais, então eu acho que algumas coisas infelizmente a gente traz também da cultura organizacional, desses modelos que criaram as instituições, então a gente traz para a APNB e traz para essas relações vaidades, orgulho, todas as coisas que são muito naturais dos seres humanos, eu acho que no primeiro momento houve e há, talvez ainda, hoje menos, mas naquele momento houve muitas vaidades, houve alguns problemas e a gente talvez tivesse pouca habilidade política no sentido de negociar, de articular.

Algumas pessoas conseguem fazer isso, então a ABPN e a APNB surgem nessa relação meio de tensão até porque nós vamos nos tornar muito independentes e a gente não pode esquecer a geopolítica do conhecimento, por exemplo, você observa também na questão racial a concentração no Sul e Sudeste, o grande lócus epistemológico. Apesar da ABPN surgir no Nordeste, com Henrique Cunha. Eu acho que isso ao longo do tempo vai se reconfigurando, as relações de poder vão se reconfigurando, a Bahia ainda é o maior centro, no Brasil, de pesquisadores negros, se você for reparar aqui, quantos doutores, e não é doutor como eu não, é doutorzão (risos), quantos doutores de peso tem aqui, se você pegar a UFRB, UESB, UNEB, UEFS, UFBA, eu acho que a maior concentração proporcional está aqui e são doutores que têm peso, têm grupos de pesquisa consolidados, tem publicações e respeitabilidade, então tem uma história, isso talvez possa ter causado ciúmes nessa relação, pelo fato do Nordeste se configurar como esse centro, então eu acho que no primeiro momento isso afetou e de qualquer forma era e ainda é uma instituição com espaço de poder, poder nacional, então como é que o poder nacional vai estar no Nordeste se não tem nenhum poder nacional no Nordeste e na Bahia? Então, acho que no primeiro momento há um estranhamento nessas relações, ao longo do tempo essas relações se mantêm à distância, nós sempre fomos muito independentes, a gente sempre teve isso, a Bahia tem um campo, uma ambiência positiva, você tem a UFRB, um monte de gente forte na UNEB, na UESB, nas estaduais, nos nossos congressos a gente consegue sustentar e você tem gente forte, então eu acho que durante algum tempo isso gerou um pouco de conflito entre a Nacional e a Estadual, atualmente, na presidência, eu estou tendo o cuidado de retomar esse contato, há uns dois meses comecei a manter contato com a nacional para uma reaproximação, já tivemos duas reuniões com eles, a minha visão é perfeitamente cabível, é possível essa ligação entre a APNB e a Nacional, apesar de achar que é uma coisa que marca com a Nacional é que somos muito diferentes, somos muito diferentes aqui mesmo na Bahia, mas a gente tem que estabelecer uma pauta comum, eu acho que a única coisa que dá a pauta comum para nós é a afirmação da eticidade e etnicidade africanas e afro-brasileiras, eu acho que isso é o que nos une, o resto só desune de diversas maneiras (risos). A gente, às vezes, tem alguns autores em comum, eu até tinha sugerido, infelizmente não vai dar tempo, mas eu vou propor de qualquer forma, criar os nossos clássicos da intelectualidade negra, o que nós podemos chamar de clássicos e eu quero fazer isso antes de terminar o meu mandato, elencar uma bibliografia, quais são os livros e os autores que todo estudante negro deve ler, deve ler Fanon, a gente fazer um acervo e conseguir divulgar e publicar, assim nós, intelectuais negros da APNB elegermos os nossos clássicos e divulgarmos”.

Militância x Academia

“Tem uma categoria que ajuda a explicar isso que é a identidade acadêmica, eu não vou separar, eu vou chamar de identidade intelectual, o pensamento marxista já trabalha com a ideia de intelectual orgânico, pelo campo das Ciências Sociais a gente não iria separar o intelectual do ativista, até porque há uma identidade, há um sujeito na produção do conhecimento, quando eu penso em acesso de estudantes negros, eu vou chegar com isso no doutorado, esse sujeito vem de um lugar de enunciação, como diz Bhabha, ele tem uma posição e isso não pode ser esquecido, na hora de problematizar, de escolher o tema da pesquisa, então há uma implicação consciente e inconsciente naquele que escolhe o tema, quando você escolhe um tema, quando você se identifica com uma linha de pesquisa, você se identifica com o orientador ou se identifica com o tema e isso inclusive é uma das coisas que eu vou levantar na minha dissertação e que está presente na trajetória desses estudantes que chegam, a gente vai ver que esses

estudantes negros, esses intelectuais negros têm uma militância e um compromisso, um envolvimento, existe um ativismo natural”.

Wilson Roberto de Mattos



O professor Wilson Mattos é natural de São Paulo. A sua entrevista ocorreu no dia 19 de maio de 2021.

Instituição e área de atuação

“Sou professor da Universidade do Estado da Bahia, a UNEB, desde 1994, portanto, há 27 anos no Departamento de Ciências Humanas de Santo Antônio de Jesus. Minha área de atuação é Teoria da História onde sou alocado lá no Departamento, mas por circunstâncias de necessidade acabei trabalhando lá com a África, mas a minha área de formação mesmo, tanto a minha dissertação quanto a tese de doutorado é sobre escravidão, então eu sempre trabalhei com escravidão, depois eu fui Pró-reitor de pós-graduação e depois Pró-reitor de ações afirmativas. Fui membro da comissão que elaborou o projeto do sistema de cotas da UNEB e a partir daí comecei a trabalhar um pouco com as ações afirmativas, mas a minha área de pesquisa mesmo é escravidão, alguma coisa de África, mas sobretudo ensino de África. Sou formado pela PUC de São Paulo onde fiz mestrado e doutorado em História Social e fiz um pós-doc em História Comparada aí na Universidade Federal do Rio de Janeiro. Atualmente, continuo lá no Departamento de Ciências Humanas do Campus V em Santo Antônio de Jesus, isso é um pouco da minha trajetória acadêmica aqui na Bahia”.

Sobre a constituição da APNB

Bom, a gente enquanto historiador tem uma mania de ficar buscando a origem da origem da origem das coisas. Tanto Nilo fazendo referência ao SENUN que houve aqui na Bahia, eu ainda não estava aqui na Bahia, eu vim pra cá em 94, quanto a professora Marluce falando do II COPENE lá em São Carlos, em 2002, acho que os dois têm razões parciais, eu acho que qualquer razão é sempre parcial, eu tenho uma outra interpretação. Eu, como Historiador, escrevo e inscrevo a trajetória dos movimentos negros, principalmente os movimentos acadêmicos de forma muito mais ampla, numa trajetória muito mais ampla que vem pelo menos do final do século XIX e início do século XX quando um grupo de negros urbanos já um pouco alfabetizado e intelectualizado começa a produzir conteúdos jornalísticos, e isso vem evoluindo e se desenvolvendo na história do Brasil, desde aí a gente já tem uma série de teses e dissertações falando sobre esse momento eu me lembro de uma tese de algum tempo atrás numa dissertação de mestrado da década de 90, do professor Paulino Cardoso que fala sobre a imprensa Negra lá no final do XIX e começo do XX em São Paulo e outras teses falando sobre a mídia negra. A Miriam Ferrara lá da USP com teses mais contemporâneas falando sobre intelectuais negros lá no começo do século, então, isso se inscreve em uma tradição muito mais alongada, a gente tem alguns marcos, são marcos cronológicos, uma periodização mais convencional, a gente poderia aqui enumerar, mas todo mundo já tá cansado de saber, tem os primeiros intelectuais aí que produziam jornais, escreviam, logo depois tem a Frente Negra Brasileira, todo aquele movimento que vai redundar na Frente Negra Brasileira com vários negros intelectualizados, já uma atuação com militância política e depois com a ditadura de Vargas coloca tudo na ilegalidade, inclusive já estavam se organizando antes de tudo em partidos políticos, então eram negros intelectualizados, evidentemente depois de toda aquela movimentação do primeiro congresso de negros realizado aqui no Brasil. Tiveram antes os congressos afro-brasileiros, o primeiro lá em Recife, o segundo aqui na Bahia, muitos negros participaram desses congressos organizados pelo Gilberto Freyre, pelos intelectuais baianos aqui, ainda não foi organizado pelos negros, o primeiro organizado pelos negros acho que foi na década de 40, não estou muito bem lembrado, enfim, e depois mais contemporaneamente toda essa trajetória do movimento negro mais contemporâneo e ressurgiu a partir dos partidos de militância de negros, dos partidos de esquerda e tal. Então eu acho que não dá para você marcar um acontecimento específico como início, digamos assim, dessa organização que vai redundar tanto na Associação Brasileira de Pesquisadores Negros quanto na Associação de Pesquisadores Negros da Bahia, acho que tem que inscrever essas iniciativas numa trajetória muito ampla, mais alongada, é por isso que eu digo que as duas pessoas têm razões parciais. Evidente que o SENUN que foi realizado aqui na Bahia teve uma importância fundamental por ser talvez um esforço moderno bastante significativo de reunir intelectuais negros, sobretudo estudantes. Muitos intelectuais negros já formados nessa discussão na tentativa de tentar aglutinar a população negra em torno de discussões acadêmicas junto com militância política. Marluce fala no II Congresso da Associação Brasileira de Pesquisadores Negros que foi lá em São Carlos, na verdade em São Carlos, nós estávamos lá, então reivindicamos a realização do III Congresso aqui em Salvador só que naquela ocasião a nossa proposta foi derrotada e venceu o pessoal do Maranhão para levar o Terceiro Congresso pro Maranhão, então a partir daí, dessa derrota mais ou menos nos organizamos e demos continuidade na discussão com a promessa, na verdade nem foi uma derrota, foi uma negociação que nós fizemos lá para que o Terceiro Congresso fosse realizado no Maranhão e o IV Congresso, a gente tinha o compromisso da própria ABPN e dos militantes que estavam ali de realizar esse IV congresso em Salvador. Então nós nos organizamos mais ou menos em torno disso e partimos para o

III congresso lá no Maranhão com proposta já de realizar o IV Congresso aqui em Salvador, então essa movimentação ao longo desse intervalo do terceiro para o quarto congresso começou a incentivar nossa auto-organização que estava um pouco não desorganizada, mas dispersa. Quando a gente voltou do Maranhão, aprovamos no Maranhão a proposta de realização do IV Congresso de Pesquisadores Negros aqui na Bahia, Salvador, então começamos a nos organizar em torno disso. Com a ABPN, aquelas circunstâncias foram em 2002, o congresso de São Carlos foi em 2002 e a gente começa a se organizar logo depois do Congresso do Maranhão em 2004 e montamos a Associação de Pesquisadores Negros da Bahia. Confesso que não foi uma associação que surgiu com discussões, de articulações, de organizações não, ela nasceu por conta de uma necessidade, nós tínhamos a necessidade de instituir uma organização formal com registro para poder viabilizar o financiamento do IV congresso e a ABPN ainda não tinha uma organização muito consolidada, então nós nos organizamos aqui e fundamos a Associação de Pesquisadores Negros da Bahia com esse objetivo, de viabilizar os financiamentos federais e de alguns órgãos aqui do próprio Governo do Estado e também das próprias universidades porque a gente não tinha nenhuma opção. A gente acabou fundando a APNB, então essa foi a origem da APNB. Marluce tem razão porque a APNB de fato nasceu pela necessidade de organizar o IV Congresso de Pesquisadores Brasileiros aqui na Bahia, mas Nilo não deixa de ter razão, evidentemente, essas discussões passaram pelo SENUN em termos de organização de estudantes e intelectuais negros, mas eu insisto, eu acho que nós temos que inscrever a origem dessas organizações em uma trajetória de lutas das populações negras, de lutas políticas e de lutas intelectuais pelo menos desde os momentos finais da escravidão no Brasil.

AfroUneb

“Eu acho o AFROUNEB fundamental, digamos assim, é a culminância localizada dessa trajetória toda localizada porque nasceu lá em Santo Antônio de Jesus e depois se amplia. É uma culminância localizada de toda essa trajetória que eu estou dizendo. A gente montou o AFROUNEB, a primeira iniciativa foi o Laboratório de Cultura Negra lá no Departamento de Santo Antônio de Jesus, estávamos eu, a professora Ana Rita, professora Ana Maria, montamos o laboratório pra dar vazão a essa discussão racial no Departamento, embora o Departamento já tivesse essa característica, realizou a primeira semana da Consciência Negra em 1994 e depois, no começo dos anos 2000 a gente concorre àquele edital do MEC, o UNIAFRO, a gente concorreu, fomos vitoriosos naquela ocasião, tanto no primeiro quanto no segundo edital e montamos aquele projeto e demos ao projeto o nome Programa AfroUneb. E um grupo de pesquisa, mas ele nasce como um programa departamental e a gente concorre com um projeto grandioso no edital do MEC, fomos muito bem avaliados e começamos a desenvolver o programa nas duas versões, nessas duas versões o AfroUneb já se configura como um grupo preocupado com a formação de professores, acho que uma das dimensões mais importantes do AfroUneb. Naquela ocasião foi a preocupação com a formação dos professores, tanto que a gente nas duas ocasiões, eu acho que nós formamos aí mais de 500 professores, seja presencialmente ou à distância. Formamos mais de 500 professores com esses conteúdos, conteúdos de história da África e conteúdos que a gente chamava na época de história e cultura afro-brasileira e que hoje, no geral, a gente está chamando de educação das relações étnico-raciais, que é uma forma de educar os formadores não só em conteúdos mas, sensibilidades, opções políticas e escolhas epistemológicas e teóricas voltadas para a construção da igualdade racial. O AfroUneb fez isso com muita propriedade, nessas duas ocasiões e vira uma

espécie de grande bandeira do AfroUneb essa preocupação com a formação. Já havia uma experiência anterior em relação a isso, na UNEB, a UNEB é uma universidade que nasce a partir da formação de professores, eu lembro que mesmo antes da Lei, antes da Lei 10.639 a gente já realizava um seminário na UNEB com esses conteúdos de história da África e cultura afro-brasileira, mesmo antes da Lei, a gente realizava um seminário naquele programa da UNEB, chamado Rede UNEB 2000, mas começou em 1998, a gente já fazia esse seminário percorrendo vários municípios baianos e dando um seminário de 10 ou 20 horas, você participou dessa ocasião, desse seminário antes da Lei 10.639, a gente já fazia essa ação de formação de professores, nisso que hoje é chamado de educação das relações étnico-raciais antes da lei, na UNEB. Então quando o AfroUneb chega ele já tem esse background na formação de professores, a gente insiste na formação de professores nesses dois projetos e depois a gente transforma o AfroUneb em um núcleo que ainda continua com essa questão da formação de professores, mas passa a se dedicar mais a essa questão da pesquisa, da realização de seminários, não abandona nunca a formação de professores, mas começa a se dividir com outras ações mistas, como a organização da Semana de Consciência Negra e formativa, porque ela nasce também voltada para um público que eram os alunos e professores da Educação Básica, ela nasce assim, dentro dessa perspectiva. Depois ela se amplia, mas ela nasce assim, voltada para esses professores que também é uma ação afirmativa e outras atividades relacionadas à questão da própria formação mesmo na pesquisa, essa pesquisa que eu desenvolvi de ensino de história da África na UNEB. Voltando-se também para essa perspectiva, como é que está o ensino de história da África entre os professores que lecionam história da África na Universidade do Estado da Bahia, então, o AfroUneb tem uma importância fundamental aqui na Bahia, principalmente na Universidade do Estado da Bahia, nessa questão da formação, lógico que não faz isso sozinha, outras universidades também fazem isso, depois houve um boom de formação de professores. Lógico que o AfroUneb foi um dos pioneiros nessa formação, para a Bahia toda, aqui em Salvador já tinham os esforços do CEAO, da UFBA, mas na Bahia, alcançando diversos municípios eu acho que a UNEB é pioneira. A UNEB está distribuída em 29 municípios, mas o Programa AfroUneb não se limitou apenas a esses 29 municípios, ele foi mais, a mais de 200 municípios, o Programa AfroUneb, onde a gente realizou esses seminários, então esses conteúdos de formação do professores foi para o interior da Bahia a partir do AfroUneb, foi ele que fez isso, depois várias universidades passam a fazer isso, inclusive as universidades particulares, depois da Lei, vira uma obrigatoriedade, mas pioneiramente a UNEB faz isso em todo o interior da Bahia, quase na Bahia toda. Esses braços do Programa UNEB 2000 foram estendidos e esses conteúdos para a cultura afro-brasileira, foi através dessa nossa organização que a gente chama de AfroUneb”.

Fonte: Elaboração do autor.